

1 2 9 0



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE D
COIMBRA
BIBLIOTECA

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

2022 • FEVEREIRO



Sumário

MONOGRAFIAS	4
Ciências Jurídico-Empresariais.....	5
Ciências Jurídico-Civilísticas.....	14
Ciências Jurídico-Criminais	18
Ciências Jurídico-Económicas	20
Ciências Jurídico-Filosóficas.....	23
Ciências Jurídico-Históricas	24
Ciências Jurídico-Políticas.....	25
Vária.....	32
ANALITICOS DE MONOGRAFIAS	37
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	40
Ciências Jurídico-Empresariais.....	41
Ciências Jurídico-Civilísticas.....	44
Ciências Jurídico-Criminais	47
Ciências Jurídico-Económicas	49
Ciências Jurídico-Filosóficas.....	53
Ciências Jurídico-Históricas	53
Ciências Jurídico-Políticas.....	54
Vária.....	60
ANALÍTICOS DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	64
Alumni em Revista	65
Anuário da Proteção de Dados.....	65
Banca, bolsa e seguros	67
De Legibus.....	69
Desporto & Direito	71
Direito das Sociedades em Revista.....	74
Economics and philosophy	75
Environment and Development Economics	82
Estudos de Direito do Consumidor.....	92
JURISMAT.....	94
Lex Familiae	98
Questões Laborais	100
Ratio Juris	101

Revista Brasileira de Ciências Criminais	101
Revista Brasileira de Direito Público.....	107
Revista da Faculdade de Direito	111
Revista da Ordem dos Advogados.....	115
Revista de Direito Administrativo.....	117
Revista de Direito Intelectual	121
Revista de Direito Público e Regulação	123
Revista de Legislação e de Jurisprudência.....	128
Revista eletrónica do Tribunal de Contas.....	230
Revista Jurídica de Navarra	231
Revista Semestral de Direito Empresarial	232
Revue Juridique de l'Environnement.....	233

LOCALIZAÇÃO, CONTACTOS E HORÁRIOS DA BIBLIOTECA	238
---	-----

FICHA TÉCNICA.....	239
--------------------	-----

MONOGRAFIAS

Ciências Jurídico-Empresariais

ALARCÓN CAÑUTA, Miguel A.

El concurso de la persona natural : cuestiones dogmáticas / Miguel A. Alarcón Cañuta. Valencia : Tirant lo Blanch, 2021. 501 p. ; 23 cm. (Monografías). Bibliografía: p. [465]-501.

ISBN: 9788413782669

Insolvência / Falência / Exoneração do passivo restante / Segunda oportunidade / Direito da insolvência

G-44-136-22 - 175646

ANTUNES, José Engrácia, 1961-

Os títulos de crédito / José A. Engrácia Antunes. 3ª ed., revista e atualizada. Coimbra : Coimbra Editora, 2021. 221 p. ; 24 cm. Bibliografía : p. 181-200. Índice : p. 207-218.

ISBN: 9789898951854

Títulos de crédito / Letras de câmbio / Livranças / Cheque

G-44-142-37 - 176358

ANTUNES, José Engrácia, 1961-

Os títulos de crédito / José A. Engrácia Antunes. 3ª ed., revista e atualizada. Coimbra : Coimbra Editora, 2021. 221 p. ; 24 cm. Bibliografía : p. 181-200. Índice : p. 207-218.

ISBN: 9789898951854

Títulos de crédito / Letras de câmbio / Livranças / Cheque

G-44-142-38 - 176359

ARBEITSHANDBUCH FÜR AUFSICHTSRATSMITGLIEDER

Arbeitshandbuch für Aufsichtsratsmitglieder / herausgegeben von Kersten v. Schenck, Hans-Ulrich Wilsing - 5. Aufl. München : C.H. Beck : Franz Vahlen, 2021. XLI, 1208 p. ; 25 cm.

ISBN: 9783800645251

Conselho Geral e de Supervisão / Membros do Conselho Geral e de Supervisão / Compliance / Investigação interna / Prestação de contas

G-44-91S-16 - 175406

ARNOULD

Arnould : law of marine insurance and average / Jonathan Gilman ... [et al.]. 20th., ed. London : Sweet & Maxwell, 2021. clxxiv, 2054 p. ; 25 cm. (British shipping laws). Inclui bibliografía. Índice : p. 1991-2053.

ISBN: 9780414087170

Seguro marítimo / Avaria grossa / Transporte marítimo de mercadorias

G-44-139-7 - 176182

AZNAR GINER, Eduardo.

El concurso necesario de acreedores : adaptado al Real Decreto Ley 16/2020, de 28 de abril de medidas procesales y organizativas para hacer frente al COVID-19 en el ámbito de la Administración de Justicia y al Real Decreto Legislativo 1/2020, de 5 mayo, por el que se aprueba el Texto Refundido de la Ley Concursal / Eduardo Aznar Giner. Valencia : Tirant Lo Blanch, 2020. 631 p. ; 24 cm. (Tratados).

ISBN: 9788413552248

Insolvência / Falência / Insolvência culposa / Acordos de refinanciamento

G-44-140-2 - 175749

AZNAR GINER, Eduardo.

La legislación concursal de emergencia covid-19 : Ley 3/2020, de 18 de septiembre, de medidas procesales y organizativas para hacer frente al Covid-19 en el ámbito de la Administración de Justicia / Eduardo Aznar Giner. Valencia : Tirant Lo Blanch, 2021. 255 p. ; 22 cm. (Concursal).

ISBN: 9788413976983

Insolvência / Falência / Recuperação de empresas / Lista de credores / Inventário / Plano de liquidação

G-44-139-11 - 175645

BAUR, Johannes.

Die gesellschaftsrechtliche Außenhaftung für die Verbindlichkeiten von Decentralized Autonomous Organizations / Joannes Baur. Berlin [etc.] : Peter Lang, 2021. 295 p. : il. ; 22 cm. (Schriftenreihe zum IT- und Informationsrecht ; Band 5). Bibliografía: p. [277]-295.

ISBN: 9783631844199

Inteligência artificial / Blockchain / Smart contracts

G-44-136-19 - 175972

BUGEJA, Diane.

Reforming corporate retail investor protection : regulating to avert mis-selling / Diane Bugeja. Oxford [etc.] : Hart Publishing, 2021. xxviii, 222 p. ; 24 cm. (Hart studies in commercial and financial law ; vol. 3). Índices. Bibliografía: p. [177]-206.

ISBN: 9781509952731

Instrumentos financeiros / Swaps / Investidores não profissionais / Mercado de capitais / Regulação financeira / Investidores / Consultores financeiros

G-44-136-27 - 175615

THE CAMBRIDGE HANDBOOK OF CORPORATE LAW, CORPORATE GOVERNANCE AND SUSTAINABILITY

The Cambridge handbook of corporate law, corporate governance and sustainability / edited by Beate Sjåfjell, Christopher M. Bruner. Cambridge : Cambridge University Press, 2020. xxiv, 737 p. : il. ; 26 cm. (Cambridge Law Handbooks). Índice: p. 721-737.

ISBN: 9781108473293

Responsabilidade social das empresas / Sustentabilidade / Ética empresarial / Governação das empresas / Cadeias de abastecimento / Ambiente / Direitos humanos / Gestão de risco / Grupos de sociedades / Investidores institucionais / Mudanças climáticas

G-44-140-1 - 175729

CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY - SUSTAINABLE BUSINESS

Corporate social responsibility - sustainable business : environmental, social and governance frameworks for the 21st century / edited by Rae Lindsay, Roger Martella. Alphen aan den Rijn : Kluwer Law International, 2020. Iv, 818, [4] p. : il. ; 25 cm. (International Bar Association series ; v. 27). Índice: p. 791-818.

ISBN: 9789403522227

Responsabilidade social das empresas / Sustentabilidade / Ética empresarial / Governação das empresas / Cadeias de abastecimento / Ambiente / Mudanças climáticas / Direitos humanos

G-44-140-4 - 175826

CORRADI, Marco Claudio.

Corporate opportunities : a law and economics analysis / Marco Claudio Corradi. Oxford [etc.] : Hart Publishing, 2021. xxvii, 305 p. ; 24 cm. (Contemporary studies in corporate law). Índices. Bibliografía: p. [261]-287.

ISBN: 9781509917457

Oportunidades de negócio / Globalização / Governação das sociedades / Responsabilidade dos administradores

G-44-136-16 - 175666

DERECHO PRECONCURSAL Y SEGUNDA OPORTUNIDAD

Derecho preconcursal y segunda oportunidad / Carmen Boldó Roda, dirección ; Carmen Pastor Sempere, coordinación. Valencia : Tirant lo Blanch, 2021. 355 p. ; 23 cm. (Monografías).

ISBN: 9788413785691

Insolvência / Falência / Recuperação de empresas / Exoneração do passivo restante / Segunda oportunidade / Plano de pagamentos / Direito da insolvência

G-44-136-21 - 175744

DERECHO Y NUEVAS TECNOLOGÍAS

Derecho y nuevas tecnologías / Luis Antonio Fernández Villazón (coordinador) ; Diego Álvarez Alonso ... [et al.]. Cizur Menor : Civitas, 2020. 748 p. : il. ; 25 cm.

ISBN: 9788413086385

Inteligência artificial / Robótica / Software / Big Data / Proteção de dados / Internet / Assinatura digital / Redes sociais / Plataformas informáticas / Conteúdos digitais / Serviços digitais

G-44-141-11 - 175671

LA DIRECTIVA DE LA (UE) 2019-1023 SOBRE INSOLVENCIA

La Directiva de la (UE) 2019-1023 sobre insolvencia : estudios desde diferentes ordenamientos / dirección María Isabel Candelario Macías, Stefania Pacchi. Valencia : Tirant lo Blanch, 2021. 350 p. ; 23 cm. (Monografías). Texto em espanhol e inglês.

ISBN: 9788413785776

Insolvência / Falência / Recuperação de empresas / Insolvência iminente / Exoneração do passivo restante

G-44-136-18 - 175640

EMBED IRUJO, José Miguel, 1954-

Fragmentos de derecho de sociedades / José Miguel Embid Irujo. Madrid [etc.] : Marcial Pons, 2020. 281 p. ; 24 cm.

ISBN: 9788491239673

Sociedades comerciais / Tipos societários / Assembleia geral / Conselho de administração / Capital social / Auditoria / Governação das sociedades / Alteração do contrato de sociedade / Grupos de sociedades / Dissolução de sociedades / Liquidação de sociedades

G-44-139-3 - 176206

EUROPEAN FINANCIAL REGULATION

European financial regulation : levelling the cross-sectoral playing field / edited by Veerle Colaert, Danny Busch and Thomas Incalza. Oxford [etc.] : Hart Publishing, 2021. xv, 482 p. ; 25 cm. Índices. Inclui bibliografia.

ISBN: 9781509952793

Regulação financeira / Mercado de capitais / Fintech / Supervisão financeira / Risco sistémico / Direito do consumo

G-44-136-11 - 175613

FALCÃO, Guilherme Jurema.

Os créditos de titularidade de instituições financeiras nos processos de insolvência e de falência e recuperação judicial de empresas : análise dos conceitos vigentes há quinze anos nos ordenamentos jurídicos de Portugal e do Brasil / Guilherme Jurema Falcão. São Paulo : Editora Quartier Latin do Brasil, 2021. 211 p. ; 23 cm. (Série direito comercial moderno). Orig. dissertação de mestrado em Direito das Empresas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 2011. Bibliografia: p. 202-211.

ISBN: 9786555750836

Insolvência / Falência / Instituições financeiras / Recuperação de empresas

G-44-142-33 - 176295

GALLEL BOIX, Josep.

Derecho concursal bancario / Josep Gallel Boix. 2.ª ed., corregida, ampliada y actual. Valencia : Tirant Lo Blanch, 2020. 848 p. : il. ; 24 cm. (Concursal).

ISBN: 9788413552484

Insolvência / Falência / Recuperação de empresas / Crédito documentário / Desconto bancário / Empréstimo / Acordos de pagamentos / Conta corrente / Garantias das obrigações / Locação financeira / Factoring / Contratos bancários

G-44-142-32 - 175715

GARCÍA-PITA Y LASTRES, José Luis.

Arrendamientos de buques y Derecho marítimo : con especial referencia al Derecho de formularios / José Luis García-Pita y Lastres. Valencia : Tirant Lo Blanch, 2020. 934 p. ; 24 cm. (Tratados).

ISBN: 8484563561

Direito marítimo / Transporte marítimo / Locação de navios / Navio

G-44-140-3 - 175584

GARCÍA-PITA Y LASTRES, José Luis.

Arrendamientos de buques y Derecho marítimo : con especial referencia al "Derecho de formularios" / José Luis García-Pita y Lastres. Valencia : Tirant Lo Blanch, 2020. 934 p. ; 24 cm. (Tratados).

ISBN: 8484563561

Direito marítimo / Transporte marítimo / Locação de navios / Navio

RE-C-CD-1574 - 175584

GONÇALVES, Diogo Costa, 1980-

Studia : direito comercial : sociedades e mercado de capitais / Diogo Costa Gonçalves. 1.^a ed. Cascais : Príncipe Editora, 2021. 446 p. ; 24 cm.

ISBN: 9789897162749

Direito comercial / Sociedades / Mercado de capitais

G-44-139-10 - 175562

GONZÁLEZ-LEBRERO, Rodolfo A.

Curso de derecho aeronáutico / Rodolfo A González-Lebrero. Madrid : Dykinson, 2021. 796 p. ; 24 cm.

ISBN: 9788413772356

Direito aéreo / Transporte aéreo / Aviação / Aeronave / Responsabilidade do produtor / Espaço aéreo / Seguro aeronáutico / Direito espacial

G-44-140-8 - 176110

GROSSE GESELLSCHAFTSVERTRÄGE AUS GESCHICHTE UND GEGENWART

Große Gesellschaftsverträge aus Geschichte und Gegenwart / herausgegeben von Holger Fleischer und Sebastian Mock. Berlin : De Gruyter, 2021. VII, 1379 p. ; 24 cm. (Zeitschrift für Unternehmens- und Gesellschaftsrecht. Sonderheft ; 24).

ISBN: 9783110738483

Contrato de sociedade / Direito bancário / Trust / Sociedade Anónima Europeia / Fundações

G-44-141-10 - 176149

HANDBUCH AUFSICHTSRAT

Handbuch Aufsichtsrat / herausgegeben von Wulf Goette, Michael Arnold. München : C.H. Beck, 2021. LIV, 1319 p. ; 24 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9783406724336

Órgão de fiscalização / Conselho geral e de supervisão / Compliance / Auditoria / Revisor oficial de contas / Grupos de sociedades

G-44-91S-11 - 175365

KETTLER, Stefan Hans.

Wörterbuch gewerblicher Rechtsschutz und Urheberrecht : englisch - deutsch, deutsch - englisch = Dictionary of intellectual property and unfair competition law : english - german, german - english / von Stefan Hans Kettler. München : Beck ; [Basel] : Helbing Lichtenhahn, 2011. XXIII, 691, [1] p. ; 20 cm.

ISBN: 9783406561870

Propriedade intelectual / Concorrência desleal / Dicionários

OR-DT-EMP-18 - 175384

LEY DE NAVEGACIÓN MARÍTIMA

Ley de navegación marítima : balance de su aplicación práctica / Alberto Emparanza Sobejano, José Manuel Martín Osante (dirs). Madrid [etc.] : Marcial Pons, 2019. 767 p. ; 24 cm. Incluye referencias bibliográficas.

ISBN: 9788491237662

Transporte marítimo / Navio / Fretamento de navio / Responsabilidade de transporte / Operadores / Abordagem / Salvação marítima / Poluição Marítima / Seguro marítimo / Arresto de navios

G-44-140-7 - 176196

MANAGERHAFTUNG

Managerhaftung / herausgegeben von Prof. Dr. Paul Melot de Beauregard, Jan Lieder, Jan Liersch. München : C.H. Beck, 2022. LXIII, 1222 p. ; 25 cm. Índice: p. 1179-1222.

ISBN: 9783406740817

Administrador de sociedades / Concelho de administração / Responsabilidade dos administradores / Compliance / Órgão de fiscalização / Grupos de sociedades

G-44-140-5 - 176130

MARITIME LAW IN MOTION

Maritime law in motion / Proshanto K. Mukherjee, Maximo Q. Mejia, Jr., Jingjing Xu (editors) ; with contribution of Huiru Liu. Cham : Springer International Publishing, 2020. XXIX, 783 p. ; 24 cm. (WMU Studies in Maritime Affairs ; Vol. 8). Bibliografía no final de cada capítulo.

ISBN: 9783030317515

Conhecimento de carga / Transporte marítimo / Arbitragem / Direito marítimo / Fretamento de navio / Navio / Seguro marítimo

G-44-139-4 - 175610

NEW MARITIME BUSINESS

New Maritime Business : Uncertainty, Sustainability, Technology and Big Data / edited by Byoung-Wook Ko, Dong-Wook Song. 1st ed. Cham : Springer International Publishing, 2021. XVIII, 213 p. : il. ; 23 cm. (WMU Studies in Maritime Affairs ; 10). Bibliografía no final de cada capítulo.

ISBN: 9783030789565

Transporte marítimo / Logística / Descarbonização / Digitalização / Big Data / Sustentabilidade

G-44-139-2 - 176143

PEREIRA, Fabiana Avelar.

Global framework agreements : a response to urgent global labour concerns / Fabiana Avelar Pereira. Lund : Department of Business Law, School of Economics and Management, Lund University, 2020. 462 p. : il. ; 25 cm. Orig. tese de doutoramento apresentada à Faculty School of Economics and Management, Lund University. Inclui referências bibliográficas

ISBN: 9789178959396

Acordos-quadro globais / Acordos coletivos de trabalho / Empresas -- responsabilidade social / Responsabilidade social corporativa / Globalização

G-44-132-30 - 174011

PULGAR EZQUERRA, Juana, 1962-

Preconcurso y reestructuración empresarial : acuerdos de refinanciación y acuerdos extrajudiciales de pagos / Juana Pulgar Ezquerro. 3.ª ed. Madrid : Wolters Kluwer, 2021. 1246 p. ; 24 cm. (Ley). Bibliografía: p. 1205-11246.

ISBN: 9788490209400

Acordos de pagamento / Concessão abusiva de créditos / Execução / Falência / Finanças empresariais / Processo especial de revitalização / Concurso de credores -- Espanha / Reestruturação de dívida / Reestruturação de empresas / Insolvência / Bancarrota / Schemes of arrangements / Refinanciamento / Homologação

G-44-91S-2 - 175343

RIEBARTSCH, Dominik.

Die Haftung des Aufsichtsrates einer Aktiengesellschaft bei Verletzung der Überwachungspflichten / Dominik Riebartsch. Berlin : Peter Lang, 2021. 235 p. ; 22 cm. (Forum Unternehmens-, Steuer- und Bilanzrecht Deutsche, europäische und internationale Rechtsfragen ; Band 18). Orig. tese de doutoramento apresentada à Universidade de Kiev, 2020. Bibliografía: p. [215]-235.

ISBN: 9783631830048

Governança das sociedades / Corporate governance / Órgão de fiscalização / Conselho geral e de supervisão

G-44-136-25 - 175845

ROSATI, Eleonora.

Copyright and the Court of Justice of the European Union / Eleonora Rosati. 1st ed. Oxford : Oxford University Press, 2019. xxxiv, 273 p. : il. ; 23 cm. Bibliografía: p. [247]-261. Índice : p. [265]-273.

ISBN: 9780198837176

Copyright / Tribunal de Justiça Europeu

G-44-142-36 - 176326

SALINAS ADELANTADO, Carlos.

Manual de derecho marítimo / Carlos Salinas Adelantado. Valencia : Tirant lo Blanch, 2021. 820 p. : il. ; 24 cm. (Manuales). Inclui bibliografía.

ISBN: 9788413976600

Direito marítimo / Transporte marítimo / Navio / Armador / Transporte multimodal / Transitário / Fretamento de navio / Avaria grossa / Seguro marítimo

G-44-139-6 - 175667

SILVA, Sidney Jard da, 1971-

Sindicalismo e reforma da previdência na América Latina : executivo, legislativo e sindicatos na Argentina e no Brasil / Sidney Jard da Silva ; [prefácios Simone Diniz, Vera Schattan P. Coelho]. [2.ª ed.]. Santo André, SP : EdUFABC, 2020. 236 p. : il., quadr., ; 23 cm. Orig. tese de doutoramento em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bibliografia: p. 211-226.

ISBN: 9786599017308

Previdência social / Sindicalismo / Corporativismo / América Latina / Política social -- América Latina

L-3A-29A-12 - 175546

L-3A-29A-13 - 175547

TAKEOVER LAW IN THE UK, THE EU AND CHINA

Takeover Law in the UK, the EU and China : state interests, market players, and governance mechanisms / Joseph Lee, Editor. Cham : Springer, 2021. vii, 280 p. : il. ; 25 cm. Inclui referências bibliográficas

ISBN: 9783030723446

Mercado de capitais / Oferta Pública de Aquisição / Aquisição de empresas / Valores mobiliários / Instrumentos financeiros

G-44-141-12 - 175609

EL TEXTO REFUNDIDO DE LA LEY CONCURSAL

El texto refundido de la ley concursal : I congreso nacional de derecho de la empresa : Elche/Elx, 1 e 2 de octubre de 2020 / directores José Luis Fortea Gorbe, Leandro Blanco García-Lomas. Valencia : Tirant lo Blanch, 2021. 268 p. ; 24 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9788413975368

Insolvência / Falência / Declaração de insolvência / Administrador da insolvência / Planos de liquidação / Insolvência culposa / Créditos sobre insolvência / Direito da insolvência

G-44-136-26 - 175655

TIBERG, Hugo, 1929-

The Law of demurrage / by Hugo Tiberger. 5th ed. London : Sweet & Maxwell, cop. 2013. CI, 695 p. : il. ; 25 cm. (British shipping laws). Inclui bibliografia. Índice : p. 673-695.

ISBN: 9781847031365

Transporte marítimo de mercadorias / Fretamento de navio / Compra e venda internacional de mercadorias / Comércio internacional / Demurrage

G-44-139-8 - 176231

TILGNER, Britta.

Restrukturierung und Grundrechte / Britta Tilgner. Hamburg : Verlag Dr. Kovač, 2021. XXIX, 406 p. ; 21 cm. (Schriften zum Unternehmensrecht mitsamt seinen ökonomischen Bezügen ; Band 10). Bibliografia: p. 367-406.

ISBN: 9783339126221

Recuperação de empresas / Falência / Insolvência

G-44-139-12 - 175570

TRANSPARENCY OF STOCK CORPORATIONS IN EUROPE

Transparency of stock corporations in Europe : rationales, limitations and perspectives / edited by Vassilios Tountopoulos and Rüdiger Veil. Oxford [etc.] : Hart Publishing, 2021. xiv, 377 p. ; 24 cm. Inclui bibliografia. Índices.

ISBN: 9781509952779

Segredos comerciais / Proteção de dados / Branqueamento de capitais / Sociedades cotadas / Transações com partes relacionadas / Mercado de capitais / Governança de sociedades / Corporate governance / Abuso de mercado / Conflito de interesses / Branqueamento de capitais

G-44-136-20 - 175620

TRANSPORT LAW ON PASSENGER RIGHTS

Transport Law on Passenger Rights / edited by Marko Pavliha. London ; New York : Taylor & Francis, 2021. xxiii, 262 p. ; 25 cm. Bibliografia: p. [251]-257. Índice: p. [258]-262.

ISBN: 9780367523381

Transporte de passageiros / Transporte aéreo / Transporte marítimo / Transporte rodoviário / Transporte ferroviário

G-44-139-13 - 175625

TRENTINI, Carlo, 1955-

Le procedure da sovraindebitamento : Legge 3/2012 e Codice della crisi d'impresa / Carlo Trentini. Milano : Giuffrè Francis Lefebvre, 2021. XIV, 703 p. ; 25 cm. Bibliografia: p. 683-690.

ISBN: 9788828831181

Falência / Insolvência / Sobreendividamento / Concordata / Plano de pagamentos / Exoneração do passivo restante

G-44-140-6 - 176210

UNTERNEHMENSANIERUNG UND BETRIEBSFORTFÜHRUNG

Unternehmenssanierung und Betriebsfortführung / herausgegeben Thorsten Bieg, Peter-Alexander Borchardt, Frank Frind ; Bearbeitet von Christian Becker ... [et al.]. München : C.H.Beck, 2021. LXV, 1033 p. : il. ; 24 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9783406763052

Insolvência / Falência / Recuperação de empresas / Plano de recuperação

G-44-139-5 - 175878

WERBECK, Lennart Merlin.

Offenbare Unrichtigkeiten im Unternehmensrecht : das Ringen um die Gesellschafterliste zwischen Registerpraxis und aktueller Rechtsprechung im Lichte allgemeiner Beseitigungsgrundsätze / von Lennart Merlin Werbeck. Berlin : Duncker & Humblot, 2021. 429 p. ; 24 cm. (Abhandlungen zum deutschen und europäischen Gesellschafts- und Kapitalmarktrecht ; Band 170). Bibliografia: p. [396]-425. Índice: p. [426]-429.

ISBN: 9783428181568

Irregularidades societárias / Governança das sociedades / Registo de sócios

G-44-141-13 - 176119

ZHAO, Huimiao.

Government intervention in the reorganisation of listed companies in China / Huimiao Zhao. Cambridge : Cambridge University Press, 2019. xix, 330 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 288-323. Índice : p. 324-330.

ISBN: 9781108496650

Empresa -- China / Falência -- China / Reorganização societária

G-44-142-35 - 175717

Ciências Jurídico-Civilísticas

CARRILLO POZO, Luis F.

Responsabilidad parental: un estudio de derecho procesal civil internacional / Luis F. Carrillo Pozo. Valencia : Tirant lo Blanch, cop. 2021. 373 p. ; 22 cm. (Derecho procesal práctico). Bibliografia: p. [363]-367.

ISBN: 9788413973371

Responsabilidade parental / Processo civil internacional

B-13-69-5 - 176262

CARVALHO, Orlando de, 1926-2000.

Direito das coisas / Orlando de Carvalho ; coord. Francisco Liberal Fernandes, Maria Raquel Guimarães, Maria Regina Redinha. 2ª ed. Coimbra : Gestlegal, 2021. 365 p. ; 23 cm.

ISBN: 9789898951816

Direito das coisas / Posse / Direito de propriedade / Direitos reais

B-18-131-4 - 176352

CARVALHO, Orlando de, 1926-2000.

Direito das coisas / Orlando de Carvalho ; coord. Francisco Liberal Fernandes, Maria Raquel Guimarães, Maria Regina Redinha. 2ª ed. Coimbra : Gestlegal, 2021. 365 p. ; 23 cm.

ISBN: 9789898951816

Direito das coisas / Posse / Direito de propriedade / Direitos reais

B-18-131-5 - 176353

CARVALHO, Orlando de, 1926-2000.

Direito das coisas / Orlando de Carvalho ; coord. Francisco Liberal Fernandes, Maria Raquel Guimarães, Maria Regina Redinha. 2ª ed. Coimbra : Gestlegal, 2021. 365 p. ; 23 cm.

ISBN: 9789898951816

Direito das coisas / Posse / Direito de propriedade / Direitos reais

B-18-131-6 - 176354

DIMENSIONES Y DESAFÍOS DEL SEGURO DE RESPONSABILIDAD CIVIL

Dimensiones y desafíos del seguro de responsabilidad civil : [Cátedra Uría Menéndez-ICADE de regulación de los mercados] / Abel B. Veiga Copo, director ; Miguel Martínez Muñoz, coordinador. 1ª ed. Cizur Menor : Civitas : Thomson Reuters, cop. 2021. 1369 p. ; 25 cm. Incluye bibliografía.

ISBN: 9788413461526

Contratos / Direito internacional privado / Apólices de seguro / Responsabilidade civil

B-18-131-4 - 175750

DIREITO DE FAMÍLIA EM CASES

Direito de família em cases : o conflito pelas lentes de seus advogados / Maria Fernanda Figueira Rossi Ticianelli, Priscilla Cristiane Barbiero Coordenadores ; Prefácio Rodrigo da Cunha Pereira ; Colaboradores Ana Paula Vasconcelos ... [et al.]. Porto : Editorial Juruá, 2020. 229, [5] p. ; 21 cm. Incluye referências bibliográficas

ISBN: 9789897127113

Direito de família

B-18-130-33 - 176286

DIRITTO PROCESSUALE DI FAMIGLIA

Diritto processuale di famiglia / a cura di Andrea Graziosi. Torino : Giappichelli, 2016. XV, 465 p. ; 25 cm. Incluye bibliografía. Índice : p. [457]-465.

ISBN: 9788892104457

Direito processual civil -- Itália / Direito da família -- Itália / Direito processual da família

B-13-69-6 - 176109

EUROPÄISCHES ZIVILRECHT

Europäisches Zivilrecht / herausgegeben von Prof. Dr. Martin Gebauer, Thomas Wiedmann. 3. Aufl. München : C.H. Beck, 2021. XXXI, 2508 p. ; 25 cm. (Beck'sche Kurz-Kommentare). Incluye bibliografía. Índice : p. 2473-2508.

ISBN: 9783406765889

Direito civil -- União Europeia / Proteção de dados / Direito processual civil / Direito privado

B-18-131-3 - 175879

EUROPEAN FAMILY LAW IN ACTION

European family law in action / ed. Katharina Boele-Woelki, Bente Braat, Ian Sumner. Oxford [etc.] : Intersentia, 2003- . . vol. : il. ; 24 cm. (European family law series ; 38). Vol. 5 : Informal relationships / Edited by Katharina Boele-Woelki, Charlotte Mol, Emma van Gelder, xx, 1168, [2] p. 2015

ISBN: 9781780683232 (Vol. 5)

Direito europeu da família / Direito da família / Relações familiares -- Europa / Divórcio -- legislação -- Europa

B-18-130-34 - 175599

FAMILIA Y DERECHO EN LA ESPAÑA DEL SIGLO XXI

Familia y derecho en la España del siglo XXI : Libro homenaje al profesor Luis Humberto Clavería Gosálbez / Asunción Marín Velarde, Ana Laura Cabezuelo Arenas, Fernando Moreno Mozo (directores); prólogo Alfonso Castro ; presentación Carlos Rangel Vide ; imagem y Añoranzas José León-Castro Alonso. Madrid : REUS, 2021. 930 p. ; 24 cm. Bibliografía: p. 928-930.

ISBN: 9788429024845

Família / Direito da família -- Espanha / Relações afetivas / Clavería Gosálbez, Luis Humberto, pessoa a quem é dedicada a obra.

Gab. 1-2-47-1 - 176153

FAMILIE UND LEIHMUTTERSCHAFT, Jena, 2016.

Leihmutterschaft und Familie : Impulse aus Recht, Theologie und Medizin / Edward Schramm, Michael Wermke, Herausgeber. Berlin : Springer, 2018. xii, 267 p. : il. ; 24 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9783662562505

Família / Planeamento familiar / Ética médica -- Alemanha / Barriga de aluguer

B-18-130-31 - 175703

GARCÍA-PITA Y LASTRES, José Luis.

Contratos y COVID : el principio "Pacta Sunt Servanda" y la Regla "Rebus Sic Stantibus" / José Luis García-Pita y Lastres. Valencia : Tirant lo Blanch, cop. 2021. 524 p. ; 21 cm. (Tratados). Inclui bibliografía.

ISBN: 9788413557908

Pacta Sunt Servanda / Rebus Sic Stantibus / Contratos / COVID-19

B-18-131-5 - 175970

INTERNATIONAL HANDBOOK ON CHILD PARTICIPATION IN FAMILY LAW

International handbook on child participation in family law / Edited by Wendy Schrama ... [et al.]. Cambridge [etc.] : Intersentia, 2021. xxii, 375, [3] p. ; 24 cm. (European family law series ; 51). Índice: p. 369-375.

ISBN: 9781839700569

Direito da família / Crianças -- direitos / Direitos da criança / Relações familiares

B-18-130-35 - 175600

INTERNATIONAL SALES LAW

International sales law : a handbook / edited by Larry DiMatteo. 2nd ed. Baden-Baden : Nomos ; München : C.H. Beck ; Oxford : Hart Publishing, 2021. XLIV, 1095 p. ; 25 cm. Inclui bibliografía. Índice : p. 1073-1095.

ISBN: 9783848778010 (Nomos) / 9783406770807 (C.H. Beck) / 9781509953233 (Hart)

Direito comercial / Direito internacional privado / Direito das obrigações / Direito privado estrangeiro -- normalização

F-8-31-28 - 176325

MACEIRA, Irma Pereira.

A responsabilidade civil no comércio eletrônico / Irma Pereira Maceira. São Paulo : RCS Editora, 2007. XIII, 345 p. : il. ; 21 cm.

ISBN: 9788598030494

Comércio eletrônico / Responsabilidade civil

Q-3-3-24 - 176292

ORTEGA GIMÉNEZ, Alfonso.

Teoría y práctica del régimen de alegación y prueba del derecho extranjero en España / Alfonso Ortega Giménez. Cizur Menor : Editorial Aranzadi, 2020. 75 p. ; 24 cm. (Estudios). Bibliografía: p. 73-75

ISBN: 9788413455532

Direito estrangeiro -- prova -- Espanha / Direito internacional privado

F-8-31-27 - 176296

PASSINHAS, Sandra, 1971-

Responsabilidade disciplinar médica / Sandra Passinhas ; [prefácio André Gonçalo Dias Pereira]. Coimbra : Almedina, 2022. 210 p. ; 23 cm. (Manuais universitários).

ISBN: 9789894000839

Deontologia profissional / Responsabilidade disciplinar

B-18-130-32 - 176290

B-21A-5-8 - 176300

LA PERSONA EN EL S. XXI

La persona en el S. XXI : una visión desde el derecho / Aránzazu Roldán Martínez, directora ; Esther Alba Ferré ... [et al.], coordinadores ; autores, Esther Alba Ferré ... [et al.]. 1.^a ed. Cizur Menor : Aranzadi, 2019. 267 p. ; 24 cm. (Estudios). Incluye referencias bibliográficas.

ISBN: 9788413098999

Pessoa / Imagem / Redes sociais / Direito da família / Identidade pessoal / Vulnerabilidade

B-18-130-24 - 175341

TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL

Temas contemporâneos de direito de família, sucessões e responsabilidade civil / Carla Matuck Borba Seraphim, Irma Pereira Maceira (organizadoras). Curitiba : Editora CRV, 2020. 197 p. : il. ; 23 cm. Incluye referencias bibliográficas.

ISBN: 9786525100852

Direito da família / Sucessões / Responsabilidade civil

Q-3-3-23 - 176291

WORLD CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY OF FAMILY LAW, 16, Amsterdam, 2017.

Family Law and Family Realities / Carol Rogerson ... [et al.] (ed.). The Hague : Eleven International Publishing, 2019. IX, 577 p. ; 24 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9789462369276

Direito da família

B-18-131-1 - 176327

Ciências Jurídico-Criminais

ANDRADE, Carlso Gustavo Coelho de.

Mandados implícitos de criminalização : a tutela penal dos direitos humanos na Constituição e na Convenção Americana / Carlos Gustavo Coelho de Andrade. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019. 484 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 439-458.

ISBN: 9788551915608

Direitos fundamentais / Direitos humanos / Convenção Americana de Direitos Humanos / Mandado de criminalização / Dever de proteção

G-84-6-48 - 176324

ANG, Yuen Yuen, 1979-

China's gilded age : the paradox of economic boom and vast corruption / Yuen Yuen Ang. 4th imp. Cambridge: Cambridge University Press, imp. 2021. XV, 257 p. : il. ; 22 cm. Bibliografia: p. 232-248. Índice : P. 249-257.

ISBN: 9781108478601

Corrupção política -- China / Corrupção / Aspectos económicos -- China / Capitalismo / Desenvolvimento económico -- China / Economia -- moral e aspectos éticos

G-49-1A-4 - 175151

BALLESTEROS SÁNCHEZ, Julio.

Responsabilidad penal y eficacia de los programas de cumplimiento normativo en la pequeña y la gran empresa / Julio Ballesteros Sánchez. Ciudad de México : Tirant lo Blanch, 2021. 533 p. ; 22 cm. (Monografías). Bibliografia: p. [461]-533.

ISBN: 9788413785189

Responsabilidade penal

O-2-1-9 - 176294

COFFEE, Jr, John C. 1944-

Corporate crime and punishment : the crisis of underenforcement / John C. Coffee Jr. 1st., ed. Oakland : Berrett-Koehler Publishers, cop. 2020. xii, 198 p. : il. ; 23 cm. Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 9781523088850

Responsabilidade penal de pessoas jurídicas -- Estados Unidos / Corporate governance

G-49-1A-5 - 175150

ESSAYS ON THE ROME STATUTE OF THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT

Essays on the Rome Statute of the International Criminal Court / edited by Flavia Lattanzi and William A. Schabas. Ripa di Fagnano Alto : Il Sirente, 1999-2004. 2 vol. ; 24 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9788887847000 (Vol. 1) / 9788887847024 (Vol. 2)

Direito internacional penal / Estatuto de Roma -- cooperação internacional / Tribunal Penal Internacional

G-49-1B-1 - 176329

G-49-1B-2 - 176330

O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS À PRISÃO E NA PREPARAÇÃO DE RECLUSOS PARA A LIBERDADE EM PORTUGAL

O impacto da pandemia de COVID-19 na aplicação e execução de penas alternativas à prisão e na preparação de reclusos para a liberdade em Portugal / equipa de investigação: Anabela Miranda Rodrigues ... [et al.]. [S.l.] : Penal Reform International ; Universidade de Coimbra, 2022. 49 p. : il. Bibliografia: p. 49.

<http://hdl.handle.net/10316/98808>

Covid-19 / Reclusos / Prisão

RE online

LEAL, Jackson da Silva.

Criminologia da dependência : prisão e estrutura social brasileira / Jackson da Silva Leal. Belo Horizonte : Casa do Direito, 2021. 181 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 175-181.

ISBN: 9786559321278

Criminologia / Prisão / Estrutura social -- Brasil

G-54-8-58 - 176253

NUNES, Duarte Alberto Rodrigues.

Os meios de obtenção de prova previstos na lei do cibercrime / Duarte Alberto Rodrigues Nunes. 2ª ed., revista e atualizada. Coimbra : GESTLEGAL, 2021. 548 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. 513-532.

ISBN: 9789898951847

Meios de obtenção de prova / Criminalidade informática

G-82-51-5 - 176314

PAONESSA, Caterina.

Gli obblighi di tutela penale : la discrezionalità legislativa nella cornice dei vincoli costituzionali e comunitari / Caterina Paonessa. Pisa : Edizioni ETS, 2009. 337 p. ; 24 cm. (Jura. Temi e problemi di diritto. Studi. Discipline penalistiche-criminalia). Bibliografia: p. [299]-237.

ISBN: 9788846722355

Direito penal -- Itália / Direito penal -- Países da União Europeia

G-79-2D-29 - 175751

QUEIROZ, Valdir Leite.

Corrupção.gov : as 12 engrenagens que fomentam a corrupção no Brasil / Valdir Leite Queiroz. Goiânia : Ed. do Autor, 2021. 218 p. : il. ; 22 cm.

ISBN: 9789893710418

Corrupção -- Brasil

G-84-8-57 - 175269

RODRIGUES, Anabela Miranda, 1953-

The impact of the COVID-19 pandemic on non-custodial sanctions and measures : summary report of a comparative study in Member States of the European Union / Anabela Miranda Rodrigues. Coimbra : Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022. 32 p. : il.

<https://hdl.handle.net/10316/98807>

ISBN: 9781909521902

Covid-19 / Pandemia

RE online

VEIGA, António Miguel, 1967-

O registo português de condenados por crimes sexuais contra menores : no actual panorama do expansionismo jurídico-penal / António Miguel Veiga ; prefácio de Maria João Antunes. 1.^a ed. Coimbra : Gestlegal, 2021. 136 p. ; 21 cm. (Coleção Ad Hoc ; 06). Bibliografia: p. 129-136.

ISBN: 9789898951830

Crimes sexuais contra menores

G-82-51-6 - 176311

Ciências Jurídico-Económicas

BIRCH, Kean.

A research agenda for neoliberalism / Kean Birch. Cheltenham ; Northampton : Edward Elgar, 2018. x, 193 p. : il. ; 22 cm. (Elgar research agendas). Inclui referências bibliográficas. Índice: 189-193.

ISBN: 9781788976183

Neoliberalismo

J-56-61-14 - 176040

CALVETE, Vitor 1960-

Economia política I : sebenta / Victor Calvete. 1.^a ed. Coimbra : Gestlegal, 2021. 172 p. : il. ; 23 cm.

ISBN: 9789898951786

Economia política

J-56-61-18 - 176355

J-56-61-19 - 176356

J-56-61-20 - 176357

COMENTÁRIOS À SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO

Comentários à superação do subdesenvolvimento / Organização Carlos Eduardo Rodrigues Bandeira, Rodrigo Albuquerque Maranhão de Oliveira ; Carlos Eduardo Rodrigues Bandeira ... [et al.]. São Paulo : Reino Jurídico, - . vol. : il. ; 23 cm. Vol 2, 2020

ISBN: 9786599067372

Subdesenvolvimento / Inovação tecnológica / Desenvolvimento econômico -- Brasil / Direito econômico / Agroecologia / Instituições públicas / Ideologias contemporâneas

J-56-53-28 - 170925

DIETL, Clara-Erika.

Fachwörterbuch Recht, Wirtschaft und Politik = Dictionary of law, commerce and politics / von Clara-Erika Dietl, Egon Lorenz ; mit Beiträgen von Stefan Hans Kettler. 6. Aufl. [München] : C.H. Beck ; [Basel] : Helbing Lichtenhahn, - . vol. ; 25 cm. Vol. 2, Deutsch-Englisch, XXIII-1074 p., 2020

ISBN: 9783406609145

Economia política / Terminologia jurídica -- dicionários

OR-DT-ECO-53 - 175363

DIREITO COOPERATIVO

Direito cooperativo : temas contemporâneos / Coordenação: Alexandre Ambrogi, Fábio Godoy Teixeira da Silva, Fravio Bersani de Freitas ; Apresentação de Marcos da Costa ; prefácio de Edivaldo Del Grande ; Autores Aramis Moutinho Junior ... [et al.]. São Paulo : Editora Noeses, 2018. 320 p. : il. ; 23 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9788583101093

Direito econômico / Corporativismo -- Brasil

J-56-61-15 - 175266

DU, Ming, 1976-

The regulation of product standards in world trade law / Ming Du. London [etc.] : Hart Publishing, 2020. xv, 318 p. : il. ; 24 cm. (Studies in international trade and investment law ; volume 23). Bibliografia: p. [275]-297.

ISBN: 9781509931132 / **DOI** 10.5040/9781509931163

Comércio internacional / OMC / Integração profunda / Standards

J-56-61-6 - 176239

HANDBOOK OF INTERNATIONAL TRADE AGREEMENTS

Handbook of international trade agreements : country, regional and global approaches / edited by Robert E. Looney. London ; New York : Routledge, 2020. xxx, 461 p. : il. ; 25 cm. (Routledge international handbooks). Inclui referências bibliográficas. Índice: p. 434-461.

ISBN: 9780367580551

Comércio internacional / Acordos de integração regional / OMC / Regionalismo

J-56-61-8 - 175813

HANDBOOK ON GLOBAL VALUE CHAINS

Handbook on global value chains / edited by Stefano Ponte, Gary Gereffi, Gale Raj-Reichert. Cheltenham : Edward Elgar Publishing, 2021. xvi, 611 p. : il. ; 25 cm. Inclui referências bibliográficas. Índice: p. 591-611.

ISBN: 9781800887008

Cadeias globais de valor / Comércio internacional

J-56-61-10 - 175934

HANDBOOK ON THE EU AND INTERNATIONAL TRADE

Handbook on the EU and international trade / edited by Sangeeta Khorana, Maria García. Cheltenham ; Northampton : Edward Elgar Publishing, 2018. xvi, 414 p. : il. ; 25 cm. Inclui referências bibliográficas. Índice: p. 403-414.

ISBN: 9781785367465

União Europeia / Comércio internacional / Relações económicas externas / Política comercial

J-56-61-9 - 175933

A HANDBOOK ON THE WTO TRIPS AGREEMENT

A handbook on the WTO TRIPS agreement / ed. Antony Taubman, Hannu Wager, Jayashree Watal. 2nd ed. Cambridge [etc.] : Cambridge University Press, 2020. xxviii, 430 p. ; 23 cm. Índice: p. 416-430.

ISBN: 9781108799928

Propriedade intelectual / Propriedade industrial / Saúde pública / Desenhos ou modelos / Direito de autor / Direito de patentes / Marcas / Patentes / TRIPS / Acordo TRIPS / OMC

J-56-51-61 - 176045

KUMAR, Mohan.

Negotiation dynamics of the WTO : an insider's account / Mohan Kumar. Singapore : Palgrave Macmillan, 2018. xvi, 215 p. ; 21 cm. Bibliografia: p. 205-209. Índice: p. 211-215.

ISBN: 9789811088414 / **DOI** 10.1007/9789811088421

OMC / Comércio internacional

J-56-46-18 - 165929

LAW AND PRACTICE OF THE COMMON COMMERCIAL POLICY

Law and practice of the common commercial policy : the first 10 years after the treaty of Lisbon / edited by Michael Hahn, Guillaume Van der Loo. Leiden ; Boston : Brill, 2021. XXXVI, 622 p. ; 25 cm. (Studies in EU External Relations ; 18). Índice: p. [615]-622.

ISBN: 9789004393400 / **DOI** 10.1163/9789004393417

Relações económicas externas da União Europeia / União Europeia / Política comercial

J-56-61-1 - 176161

THE LAW OF EU EXTERNAL RELATIONS

The law of EU external relations : cases, materials, and commentary on the EU as an international legal actor / Jan Wouters ... [et al.] - 3rd ed. Oxford : Oxford University Press, 2021. liv, 559 p. ; 25 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9780198869498

Relações económicas externas / União Europeia / Política comercial

J-56-61-4 - 175823

MAVROIDIS, Petros C., 1959-

The regulation of international trade / Petros C. Mavroidis. Cambridge [etc.] : The MIT Press, 2016-2020. 3 vol. ; 24 cm. Bibliografia: Vol. 3: p. [681]-708. Vol. 3: The GATS, General Agreement on Trade in Services, xix, 725 p. 2020.

ISBN: 9780262044554 (Vol. 3)

Comércio internacional / Política comercial / Comércio externo / Direito aduaneiro / GATT / Acordo geral de tarifas e comércio / Relações internacionais / OMC

J-56-61-5 - 175871

REINISCH, August.

Advanced introduction to international investment law / August Reinisch. Cheltenham ; Northampton : Edward Elgar, 2020. vii, 143 p. ; 22 cm. (Elgar advanced introductions). Bibliografia: p. 134-136. Índice: 137-143.

ISBN: 9781783474516

Investimento estrangeiro -- direito internacional / Comércio internacional / Arbitragem

J-56-61-12 - 176042

Ciências Jurídico-Filosóficas

DERRIDA AND LEGAL PHILOSOPHY

Derrida and legal philosophy / edited by Peter Goodrich ... [et al.]. Basingstoke : Palgrave Macmillan, 2008. xv, 257 p. ; 25 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9780230573611

Derrida, Jacques, 1930-2004 -- critica e interpretação / Filosofia do direito

Gab. 1-12-41-29 - 175185

KOENIG, Gaspard, 1982-

La fin de l'individu : voyage d'un philosophe au pays de l'intelligence artificielle / Gaspard Koenig. Paris : Éditions de l'Observatoire, 2019. 398 p. ; 22 cm. (De facto). Bibliografia: p. [395]-396.

ISBN: 9791032907207

Filosofia / Inteligência artificial -- filosofia / Inteligência artificial -- aspectos sociais / Individuo e sociedade

Gab. 1-12-70-1 - 170401

WINTER, Yves.

Machiavelli and the orders of violence / Yves Winter. Cambridge ; New York : Cambridge University Press, 2018. xi, 230 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. 201-220. Índice: p. 221-230.

ISBN: 9781108445443

Machiavelli, Niccoló, 1469-1527 -- crítica e interpretação / Violência política

Gab. 1-12-41-27 - 175149

Ciências Jurídico-Históricas

DOMINGUES, José, 1969-

Ressuscitar as Cortes antigas para frear a revolução de 1820 = To resurrect the ancient Cortes in order to stop the revolution of 1820 / José Domingues, Vital Moreira. [S.l.] : Fundação Minerva, 2021. p. 21-40 ; 24 cm. Sep de: Polis, N. 3, II série (jan/jun 2021)

Cortes antigas / Revolução -- 1820

C-18-16-62 - 176270

FAUVELLE, François-Xavier, 1968-

Leçons de l'histoire de l'Afrique / François-Xavier Fauvelle. Paris : Collège de France, [2020]. 67, [1] p. : il. ; 19 cm. (Leçons inaugurales du Collège de France).

ISBN: 9782213716824

África -- história

C-18-31-33 - 175461

JAMES, W. Martin.

Historical dictionary of Angola / W. Martin James. 3rd. ed. Lanham [etc.] : Rowman & Littlefield, 2018. liv, 517 p. ; 24 cm. (African historical dictionaries). Bibliografia: p. 413-515.

ISBN: 9781538111222

Angola -- história -- dicionários

OR-DT-HIS-51 - 175270

VARELA SUANZES-CARPEGNA, Joaquín, 1954-2018.

Política y constitución en España : 1808-1978 / Joaquín Varela Suanzes-Carpegna ; prólogo de Francisco Rubio Llorente. 2.ª ed., corregida y aumentada. Madrid : Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014. XXXIII, 900 p. ; 24 cm. (Estudios constitucionales). Bibliografia: p. 347-371. Índice: p. 373-380.

ISBN: 9788425915949

História constitucional -- Espanha / Constituição -- Espanha / Estado

C-18-31-29 - 176265

Ciências Jurídico-Políticas

AFRICAN LEGAL THEORY AND CONTEMPORARY PROBLEMS

African legal theory and contemporary problems : critical essays / Oche Onazi, editor. Dordrecht : Springer, 2014. x, 293 p. ; 24 cm. (Ius gentium. Comparative perspectives on law and justice ; Volume 29). Inclui referências bibliográficas. Índice: p. 289-293.

ISBN: 9789401779531 / **DOI** 10.1007/9789400776579

África -- teoria jurídica

D-12-178-13 - 175272

AMARAL, Maria Lúcia Abrantes.

A forma da República : uma introdução ao estudo do direito constitucional / Maria Lúcia Amaral. 2ª. ed. Coimbra : Gestlegal, 2021. 432 p. ; 24 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9789898951861

Direito constitucional -- manual / República / Direito constitucional / Constituição / Estado de direito / Democracia / Identidade europeia

D-12-181-19 - 176350

AMARAL, Maria Lúcia Abrantes.

A forma da República : uma introdução ao estudo do direito constitucional / Maria Lúcia Amaral. 2.ª ed. Coimbra : Gestlegal, 2021. 432 p. ; 24 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9789898951861

Direito constitucional -- manual / República / Direito constitucional / Constituição / Estado de direito / Democracia / Identidade europeia

D-12-181-20 - 176351

BOYER, George R.

The winding road to the welfare state : economic insecurity and social welfare policy in Britain / George R. Boyer. Princeton ; Oxford : Princeton University Press, 2019. xiii, 346 p. ; 25 cm. (Princeton economic history of the Western world). Bibliografia: p. 311-334. Índice: p. 335-346.

ISBN: 9780691217116

Bem-estar -- aspectos sociais / Insegurança política -- Grã-Bretanha / Política social -- Grã-Bretanha

D-12-178-16 - 175287

CADERNOS IVA 2021

Cadernos IVA 2021 / Abílio Silva Rodrigues ... [et al.] ; coordenação Sérgio Vasques. Coimbra : Edições Almedina, 2021. 452 p. ; 23 cm.

ISBN: 9789724099682

IVA

E-11-52-14 - 175541

CAMPOS, Hélio Sílvio Ourém.

Dignidade da pessoa e impostos / Hélio Sílvio Ourém Campos, Diogo Leite de Campos. Lisboa : [s.n.], 2021. p. 57-84 ; 23 cm. Sep. de: Revista da Ordem dos Advogados. A. 81, n.º 1/2 (2021)

Dignidade da pessoa / Impostos

E-11-52-16 - 174760

CHAKRABARTY, Bidyut.

Constitutionalizing India : an ideational project / Bidyut Chakrabarty. 1st ed. New Delhi : Oxford University Press, 2018. xli, 305 p. ; 23 cm. Bibliografia no final de cada capítulo.

ISBN: 0199487626

História constitucional -- Índia / Política -- governo -- Índia

D-12-124-47 - 175297

DIREITO ADMINISTRATIVO PROGRESSISTA

Direito administrativo progressista / Fábio Lins de Lessa Carvalho (coordenador) ; prefácio de Raquel Melo Urbano de Carvalho ; colaboradores André Luis Parizio Maia Paiva. Porto : Editorial Juruá, 2020. 437, [5] p. ; 21 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9789897127168

Direito administrativo

D-12-181-13 - 176288

DIREITO COMPARADO PLURAL

Direito comparado plural / [coordenação Ricardo Alexandre Sousa da Cunha] ; [autores Afonso Carvalho de Oliva ... et al.]. [Braga] : Escola de Direito da Universidade do Minho : Centro de Investigação em Justiça e Governança, 2021. viii, 229 p. ; 23 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9789895458776

Direito comparado -- estudos

F-24-14-20 - 176273

O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

O direito internacional dos direitos humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade / Coordenadores Thiago Oliveira Moreira, Yara Maria Pereira Gurgel ; Organizador Francisco Camargo Alves Lopes Filho. Natal : Polimatia, 2021. 340 p. ; 21 cm. (Série ; 1). Bibliografia: p. 336-340.

ISBN: 9786584539006

Direito internacional / Direitos humanos / Vulnerabilidade

D-12-181-7 - 176280

DIREITOS HUMANOS DOS MIGRANTES E PANDEMIA

Direitos humanos dos migrantes e pandemia / Coordenadores André de Carvalho Ramos ... [et al.]. Curitiba : Instituto Memória Editora, 2021. 648 p. : il. ; 21 cm. Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9788555234170

Direitos humanos / Direito internacional / Pandemia / Migrantes

D-12-181-9 - 176279

EINE THEOLOGIE DER MENSCHENRECHTE

Eine Theologie der Menschenrechte / Sarah Jäger, Friedrich Lohmann (Hrsg). Wiesbaden : Springer, 2019. 168 p. Inclui bibliografia.

ISBN: 9783658231682

Direitos humanos -- aspetos religiosos

D-12-180-9 - 173009

EUROPÄISCHE WIRTSCHAFTS- UND WÄHRUNGSUNION

Europäische Wirtschafts- und Währungsunion / Ulrich Hufeld, Christoph Ohler (Hrsg) ; Roland Broemel ... [et al.]. Baden-Baden : Nomos ; St. Gallen ; Zürich : Dike ; Wien : facultas, 2022. 1196 p. ; 25 cm. (Enzyklopädie Europarecht [EnzEuR] ; Band 9). Bibliografia: p. 1055-1063. Índice: p. 1065-1090.

ISBN: 9783848758944

União Económica e Monetária / União Europeia

D-12-181-4 - 175689

EUROPÄISCHER FREIZÜGIGKEITSRAUM - UNIONSBÜRGERSCHAFT UND MIGRATIONSRECHT

Europäischer Freizügigkeitsraum - Unionsbürgerschaft und Migrationsrecht / Ferdinand Wollenschläger. Baden-Baden : Nomos ; St. Gallen ; Zürich : Dike, 2021. 1090 p. ; 25 cm. (Enzyklopädie Europarecht [EnzEuR] ; Band 10). Bibliografia: p. 1055-1063. Índice: p. 1065-1090.

ISBN: 9783848757725

Direito da União Europeia / Liberdade de circulação / Direito da migração / União Europeia

D-12-178-22 - 174944

EUROPÄISCHES ARBEITS- UND SOZIALRECHT

Europäisches Arbeits- und Sozialrecht / Monika Schlachter, Hans Michael Heinig (Hrsg) ; Peter Axer ... [et al.] - 2. Aufl. Baden-Baden : Nomos ; St. Gallen ; Zürich : Dike ; Wien : facultas, 2021. 1439 p. ; 25 cm. (Enzyklopädie Europarecht [EnzEuR] ; Band 7). Bibliografia: p. 1399-1406. Índice: p. 1407-1439.

ISBN: 9783848764716

Direito do trabalho / Direito das Comunidades Europeias / Direito social / Direito europeu / União Europeia

D-12-181-3 - 174943

EUROPÄISCHES BINNENMARKT- UND WIRTSCHAFTSORDNUNGSRECHT

Europäisches Binnenmarkt- und Wirtschaftsordnungsrecht / Peter-Christian Müller-Graff (Hrsg) ; Rainer Becker ... [et al.] - 2. Aufl. Baden-Baden : Nomos ; St. Gallen ; Zürich : Dike ; Wien : facultas, 2021. 1959 p. ; 25 cm. (Enzyklopädie Europarecht [EnzEuR] ; Band 4). Bibliografia: p. 1911-1918. Índice: p. 1919-1959.

ISBN: 9783848764693

Liberdades fundamentais / Mercado interno -- Europa / Direito económico / Direito europeu / União Europeia

D-12-181-2 - 174942

GARCÍA PICAZO, Paloma, 1953-2018.

La guerra y la paz, en teoría : un recorrido por la historia y el pensamiento de los clásicos internacionales / Paloma García Picazo. Madrid : Tecnos, 2016. 437 p. ; 24 cm. Bibliografía: 397-437.

ISBN: 9788430970247

Guerra / Paz / Direito internacional

D-12-175-9 - 175099

GOVINDARAJ, V. C.

The conflict of laws in India : inter-territorial and inter-personal conflict / V.C. Govindaraj. 2nd ed. New Delhi : Oxford University Press, 2019. xxvi, 436 p. : il. ; 23 cm. Índices. Inclui bibliografia.

ISBN: 0199495602

Conflito de leis -- Índia

D-12-124-45 - 175295

HEEMANN, Lisa, 1979-

Die Anerkennung traditioneller Institutionen in Südafrika, Ghana und Uganda : eine verfassungs- und völkerrechtliche Perspektive / Lisa Heemann. Tübingen : Mohr Siebeck, 2016. IX, 196 p. ; 24 cm. (Jus internationale et Europaeum ; 119). Bibliografía: p. [177]-196. Índice: p. [1].

ISBN: 9783161547171

Direito constitucional / Direito internacional

D-12-178-9 - 175277

KABASHA, Gaétan.

Le désir mimétique et les violences collectives : pertinence de la théorie de René Girard dans l'analyse d'un conflit contemporain / Gaétan Kabasha. Madrid : Ediciones Universidad San Dámaso, 2021. 422 p. ; 23 cm. (Dissertationes philosophicae ; 2). Thèse de doctorat, Facultad de filosofía, Universidad San Dámaso, 2020. Bibliografía: p. [405]-418.

ISBN: 9788417561239

Girard, René, 1923-2015 / Desejo mimético / Violência / Conflito / Guerra / Ruanda

D-12-180-13 - 176306

KERNELEMENTE DER EUROPÄISCHEN INTEGRATION

Kernelemente der europäischen Integration / Peter-Christian Müller-Graff (Hrsg). Baden-Baden : Nomos, 2020. 572 p. ; 23 cm. (Schriftenreihe des Arbeitskreises Europäische Integration e.V. ; 100).

ISBN: 9783848764532

Integração europeia / Países da União Europeia -- política e governo

D-12-175-14 - 175083

KULTURGUTSCHUTZGESETZ

Kulturgutschutzgesetz / Kerstin von der Decken, Frank Fechner, Matthias Weller. Baden-Baden : Nomos ; Wien : Facultas ; Zürich : Schulthess, 2021. 640 p. ; 25 cm. (Nomos Kommentar). Bibliografia: p. 27-47.

ISBN: 9783848737468 (Nomos) / 9783708920504 (facultas) / 9783725582365 (Schulthess)

Cultura / Propriedade cultural / Lei de Proteção à Propriedade Cultural

D-12-175-12 - 175251

MACIEL NETO, Alúcio Antonio, 1980-

Liberdades, garantias e direitos sociais : aplicação do princípio da proporcionalidade nos conflitos penais e sociais / Aluisio Antonio Maciel Neto. Porto : Editorial Juruá, 2020. 417, [5] p. : il. ; 21 cm. Bibliografia: p. [399]-403.

ISBN: 9789897126925

Liberdades e garantias / Direitos sociais / Princípio da proporcionalidade / Direitos fundamentais

D-12-181-11 - 176289

MATTHEY-PRAKASH, Florian.

The right to education in India : the importance of enforceability of a fundamental right / Florian Matthey-Prakash. 1st ed. New Delhi : Oxford University Press, 2019. xxix, 446 p. ; 23 cm. Bibliografia: p. [398]-434.

ISBN: 0199494282

Direito à educação -- Índia / Educação -- Índia

D-12-124-44 - 175298

MOREIRA, Thiago Oliveira.

A concretização dos direitos humanos dos migrantes pela jurisdição brasileira / Thiago Oliveira Moreira. Curitiba : Instituto Memória Editora, 2019. 653 p. ; 21 cm. Orig. tese de doutoramento apresentada à Universidade do País Basco em 2018. Bibliografia: p. 605-653.

ISBN: 9788555233258

Direitos humanos / Direito constitucional / Migração

D-12-181-14 - 176278

NIFOSI-SUTTON, Ingrid.

The protection of vulnerable groups under international human rights law / Ingrid Nifosi-Sutton. London ; New York : Routledge, 2017. xi, 291 p. ; 24 cm. (Routledge research in human rights law). Bibliografia: p. [280]-291.

ISBN: 9780367266837

Tribunal Europeu de Direitos Humanos / Direito internacional / Direitos da criança / Grupos vulneráveis -- proteção

J-140-31-5 - 175013

NJUGUNA, Casper.

African customary law : assessing its status and effects today / Casper Njuguna. Lanham [etc.] : Lexington Books, 2020. ix, 77 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. 69-73. Índice: p. 75-76.

ISBN: 9781498584401

Direito consuetudinário -- Andorra

D-12-178-14 - 175271

PERSPEKTIVEN DER VERWALTUNGSWISSENSCHAFT

Perspektiven der Verwaltungswissenschaft / Michael W. Bauer, Edgar Grande (Hrsg). 1. Aufl. Baden-Baden : Nomos, 2018. 337 p. : il. ; 23 cm. (Staatslehre und politische Verwaltung ; Band 21).

ISBN: 9783848746255

Direito administrativo -- Alemanha / Ciência política / Administração pública -- Alemanha

D-12-176-22 - 175016

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

Código dos Contratos Públicos, 2021. Código dos contratos públicos : edição comparada 2020-2021. 1.ª ed. Lisboa : Imprensa Nacional, 2021. 441, [5] p. ; 23 cm. (Direito, jurisprudência e doutrina).

ISBN: 9789722729642

Código dos contratos públicos -- Portugal

J-117-85-1 - 174765

PORTUGAL. Leis, decretos, etc.

Código dos Contratos Públicos, 2021 / Código dos contratos públicos / Licínio Lopes Martins, Jorge Alves Correia. 3.ª ed. Coimbra : GESTLEGAL, 2021. 391, [2] p. ; 21 cm. (Legislação).

ISBN: 9789898951755

Contrato público -- código -- Portugal

J-117-85-2 - 176347

J-117-85-3 - 176348

J-117-85-4 - 176349

RESSOURCEN IM GLOBALEN KONTEXT

Ressourcen im globalen Kontext : Schutz und nachhaltige Nutzung / herausgegeben von Liv Jaeckel. Tübingen : Mohr Siebeck, 2019. xi, 127 p. : il. ; 23 cm. Includi bibliografia.

ISBN: 9783161562761

Direito do ambiente / Ecologia / Espaço / Recursos / Atmosfera / Biodiversidade

D-12-180-10 - 172187

RODENHÄUSER, Tilman.

Organizing rebellion : non-state armed groups under international humanitarian law, human rights law, and international criminal law / Tilman Rodenhäuser. 1st., ed. Oxford : Oxford University Press, 2018. XXXVI, 360 p. ; 24 cm. (Oxford monographs in international humanitarian and criminal law). Bibliografia: p. [331]-353. Índice : p. [355]-360.

ISBN: 9780198821946

Crimes de guerra -- direito internacional / Direitos humanos -- direitos humanos / Direito penal internacional / Conflito armado -- direito internacional público / Direito internacional público / Violação de direitos humanos / Guerra -- Direito internacional / Lei humanitária internacional / Responsabilidade penal -- direito internacional / Relações internacionais / Crimes contra a humanidade / Genocídio

J-140-31-13 - 176331

ROUTLEDGE INTERNATIONAL HANDBOOK OF COSMOPOLITANISM STUDIES

Routledge international handbook of cosmopolitanism studies / edited by Gerard Delanty. 2nd ed. London ; New York : Routledge, 2019. xxii, 621 p. ; 25 cm. (Routledge international handbooks). Bibliografia no final de cada capítulo. Índices.

ISBN: 9780367659851

Cosmopolitanismo / Relações internacionais

D-12-176-2 - 175100

SCHMIDT, Elmar Sven.

Perspectives of EU pension law to facilitate worker mobility and sustainability / Elmar Sven Schmidt. The Hague : Eleven International Publishing, cop. 2020. Ix, 278 p. : il. ; 24 cm. Bibliografia: [253]-258

ISBN: 9789462361607

Direito das pensões / Direito da segurança social / União Europeia / Sustentabilidade / Pensões complementares

D-12-180-11 - 176176

SILVA, Hugo Flores da.

Sistema fiscal português : is there Such a thing? : pressupostos jurídico-dogmáticos para a identificação de um conjunto coerente de impostos / Hugo Flores da Silva. Lisboa : AAFDL, 2021. 1082 p. ; 24 cm. Bibliografia: p. 1043-1082. Orig. Tese de doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Minho em 2021.

ISBN: 9789726297321

Sistema fiscal -- Portugal / Impostos / Direito internacional público

E-11-52-17 - 176274

SILVA, José Luís Toro da.

Planos de saúde : limites ao poder de regular / José Luiz Toro da Silva. São Paulo : Editora Quartier Latin do Brasil, 2017. 209 p. ; 23 cm. Orig. tese de doutoramento em Direito apresentada à FADISP sob orientação de Erik Frederico Gramstrup. Bibliografia: p. 194-209

ISBN: 9788576748816

Direito da saúde / Estado regulador -- Brasil / Planos de saúde

D-12-181-6 - 176277

SOUSA, Carlos Cunha de.

As notificações em procedimento tributário : análise aos conceitos essenciais à sua compreensão / Carlos Cunha de Sousa. Coimbra : Almedina, 2021. 229 p. ; 24 cm. (Monografias). Bibliografia: p. 207-223.

ISBN: 9789724099644

Procedimento tributário

E-11-52-15 - 176271

SUTEU, Silvia.

Eternity clauses in democratic constitutionalism / Silvia Suteu. Oxford : Oxford University Press, 2021. xxv, 309 p. ; 24 cm. (Oxford comparative constitutionalism). Bibliografia: p. [269]-296. Índice: p. [297]-309.

ISBN: 9780198858867

Democracia / Constitucionalismo democrático

D-12-178-21 - 175293

WHY RELIGION? TOWARDS A CRITICAL PHILOSOPHY OF LAW, PEACE AND GOD

Why religion? Towards a critical philosophy of law, peace and god / Dawid Bunikowski, Alberto Puppo, editors. Cham : Springer Nature, 2020. xii, 297 p. : il. ; 24 cm. (Law and Religion in a Global Context ; 2). Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 9783030354862 / **DOI** 10.1007/978-3-030-35484-8

Religião / Sociologia / Filosofia do direito / Crença / Liberdade religiosa

D-12-178-6 - 175303

Vária

100 CRAVOS PARA VASCO GONÇALVES

100 cravos para Vasco Gonçalves / Jorge Sarabando ... [et al.]. Lisboa : Associação Conquistas da Revolução, 2021. 100 p. ; 23 cm.

ISBN: 9789893324769

Gonçalves, Vasco, 1921-2005

J-90-24-44 - 175034

ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND THE LAW

Artificial Intelligence and the Law / Jan De Bruyne, Cedric Vanleenhove (eds). Cambridge : Intersentia, 2021. xxxi, 520 p. : il. ; 24 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9781839701030

Inteligência artificial / Direito / Robótica / Arbitragem / Tributação / Proteção de dados / Direito do trabalho / Segurança social / Responsabilidade / Direito dos contratos / Direito da saúde / Direito do consumo

J-92-23-16 - 176310

BIG DATA - REGULATIVE HERAUSFORDERUNGEN

Big Data - regulative Herausforderungen / Wolfgang Hoffmann-Riem (Hrsg). Baden-Baden : Nomos, 2018. 203 p. ; 23 cm. (Materialien zur rechtswissenschaftlichen Medien- und Informationsforschung ; Band 77). Índice: p. 197-203.

ISBN: 9783848747825

Big data / Regulação -- Alemanha / Privacidade

J-92-23-12 - 175250

BURGOS GARRIDO, Belén.

La intervención de las comunicaciones electrónicas, evolución normativa y análisis jurisprudencial : las comunicaciones electrónicas como prueba / Belén Burgos Garrido. Cizur Menor : Editorial Aranzadi, 2021. 240 p. ; 24 cm. (Estudios). Bibliografía: p. 221-226.

ISBN: 9788413912356

Comunicações eletrónicas

J-92-23-13 - 175554

CICLO DE CONFERÊNCIAS CNECV, Lisboa, 2011.

Fundamentos éticos nas prioridades em saúde : Ciclo de Conferências CNECV / [org.] Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida. Lisboa : CNECV, 2012. 173 p. : il. ; 24 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9789728368326

Prioridades em saúde / Ética médica / Política de saúde

B-21A-5-6 - 176302

CONFERÊNCIA CNECV/FLAD, Lisboa, 2012.

Bioética e religiões : conferência CNECV/FLAD 2012 / [ed.] Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Lisboa : Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida : Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2013. 158 p. : il. ; 24 cm. Inclui bibliografia. Texto em português e inglês.

ISBN: 9789728368357

Religião -- ética / Bioética e religião

B-21A-5-5 - 176303

CORONAVIRUS AND THE LAW IN EUROPE

Coronavirus and the law in Europe / edited by Ewoud Hondius. Cambridge [etc.]: Intersentia, 2021. xxi, 1151 p. ; 25 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9781839700828

Coronavírus / Pandemia / Direito / Europa / Direitos fundamentais / Direito do consumo / Direito do trabalho / Direito civil / Covid-19

J-92-23-18 - 176328

DIGITIZATION AND THE LAW

Digitization and the law / Eric Hilgendorf, Jochen Feldle (eds). Baden-Baden : Nomos, 2018. 140 p. ; 23 cm. (Robotik und Recht ; Vol. 15). Inclui bibliografia.

ISBN: 9783848747009

Inteligência artificial / Digitalização / Privacidade / Robótica / Internet das coisas / Veículos autónomos

J-92-23-14 - 175998

DREXLER, K. Eric, 1955-

Radical abundance : how a revolution in nanotechnology will change civilization / K. Eric Drexler. 1st, ed. New York : Public Affairs , cop. 2013. xiv, 340 p. ; 24 cm. Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 9781610391139

Tecnologia / Nanotecnologia / Saúde / Medicina

I-6-20-31 - 175984

INVESTIGAÇÃO BIOMÉDICA

Investigação biomédica : reflexões éticas : [Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida] / coord. Paula Martinho da Silva. 1ª ed. Lisboa : Gradiva : Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, 2008. 415 p. : il. ; 24 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9789896162702

Investigação biomédica -- ética

B-21A-5-4 - 176304

KÜNSTLICHE INTELLIGENZ UND SMARTE ROBOTIK IM IT-SICHERHEITSRECHT

Künstliche Intelligenz und smarte Robotik im IT-Sicherheitsrecht / Martin Ebers, Björn Steinrötter (Hrsg). Baden-Baden : Nomos, 2021. 382 p. : il. ; 23 cm. (Datenrecht und neue Technologien ; Band 1). Inclui bibliografia.

ISBN: 9783848776214

Inteligência artificial / Robótica / Segurança / Proteção de dados

J-92-23-15 - 175957

NEXT-GENERATION MEDICINE

Next-Generation Medicine : Ethische, rechtliche und technologische Fragen genomischer Hochdurchsatzdaten in der klinischen Praxis / herausgegeben von Gunnar Duttge ... [et al.]. Tübingen: Mohr Siebeck, 2019. viii, 177 p. : il. ; 23 cm. Inclui bibliografia.

ISBN: 9783161558610

Direito dos pacientes / Doença / Direito da saúde / Genoma humano

I-6-20-29 - 172186

OLIVEIRA, André Pedro.

A UC e a transferência do conhecimento e tecnologia no contexto histórico : 25 anos de gestão de inovação e conhecimento / André Pedro Oliveira, Luís Saraiva Silva, Nuno Mendonça ; [prefácio Luís Simões da Silva]. Coimbra : Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021. 53, [2] p. : il. ; 22 cm. Também disponível em linha.

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2152-4>

ISBN: 9789892621616 / **DOI** 10.14195/9789892621524

Propriedade industrial -- Portugal / Gabinetes de Transferência de Tecnologia -- Universidade de Coimbra / Inovação / Transferência do conhecimento e tecnologia / Gestão da inovação e conhecimento / Empreendedorismo

J-92-12-30 - 176258

POSTHUMAN STUDIES READER

Posthuman studies reader : core readings on transhumanism, posthumanism and metahumanism / Evi D. Sampanikou, Jan Stasieńko (eds). Basel : Schwabe Verlag, 2021. 333 p. : il. ; 23 cm. (Posthuman studies ; Vol. 2). Bibliografia: p. [309]-330.

ISBN: 9783796541933

Transumanismo / Pós-humanismo / Metahumanismo

I-6-20-32 - 175695

PROF. DOUTOR AUGUSTO SILVA DIAS

Prof. Doutor Augusto Silva Dias : in memoriam / coord. Catarina Abegão Alves ... [et al.]. Lisboa : AAFDL, 2022. 2 vol. ; 24 cm. Bibliografia do homenageado : p. 25-29.

ISBN: 9789726297376 (Vol. 1) / **ISBN** 9789726297383 (Vol. 2)

Direito penal / Direito internacional / Multiculturalismo / Crimes contra a religião / Crimes de ódio / Direito processual penal / Direito contraordenacional / Direito administrativo / Direito constitucional / Direito da família / Direito das obrigações / Direito processual civil / Direitos reais / Direito do trabalho

Gab. 1-2-46-23 - 176312

Gab. 1-2-46-24 - 176313

THE RICCI DICTIONARY OF CHINESE LAW

The Ricci dictionary of Chinese law : Chinese - English, French = Dictionnaire Ricci du droit chinois : chinois-anglais, français / [Chief editor/rédacteur en chef Hubert Bazin]. Leiden ; Boston : Brill ; [Paris] : Association Ricci, 2021. XIII, 921 p. ; 30 cm.

ISBN: 9789004390362

China -- direito -- legislação -- dicionários

OR-DT-VAR-30 - 175265

ROSE, David Edward.

Our posthuman past : transhumanism, posthumanism and ethical futures / David Edward Rose. Basel : Schwabe Verlag, 2021. 259 p. ; 23 cm. (Posthuman studies ; Vol. 4). Bibliografia: p. [309]-330.

ISBN: 9783796540103

Transumanismo / Pós-humanismo / Procriação assistida

I-6-20-33 - 175697

SCHULZE, Clenio Jair.

Direito à saúde / Clenio Jair Schulze, João Pedro Gebran Neto. 2ª edição, revista e ampliada. Porto Alegre : Verbo Jurídico, 2019. 335 p. : il. ; 21 cm. Bibliografia: p. 317-334.

ISBN: 9788559480108

Direito à saúde / Direitos fundamentais / Poder judiciário

B-21A-5-9 - 176299

SCHULZE, Clenio Jair.

A judicialização da saúde no século XXI / Clenio Jair Schulze ; [prefácio João Pedro Gebran Neto]. Porto Alegre : Verbo Jurídico, 2018. 194 p. : il. ; 21 cm. Bibliografia: p. 191-194.

ISBN: 9788576995531

Direito à saúde / Direitos fundamentais / Poder judiciário

B-21A-5-10 - 176305

STILLER, Lisa.

Sterbehilfe und assistierter Suizid : Zur Bedeutung des Patientenwillens für die Rechtfertigung von Sterbehilfe und Suizidassistenz / Lisa Stiller. 1. Aufl. Bade-Baden : Nomos, 2020. 317 p. ; 23 cm. (Studien zum Strafrecht ; Band 104). Bibliografia: p. 281-317.

ISBN: 9783848759613

Ajuda ao suicídio / Eutanásia

I-6-20-30 - 172033

ANALITICOS DE MONOGRAFIAS

ANTUNES, Maria João, 1963-

Atos da competência reservada do Ministério Público : abertura do inquérito e busca nos termos do artigo 174.º do Código de Processo Penal / Maria João Antunes.

In: Prof. Doutor Augusto Silva Dias : in memoriam / coord. Catarina Abegão Alves ... [et al.]. Lisboa : AAFDL, 2022. ISBN 978-972-629-738-3. Vol. 2, p. 427-436.

Competência / Princípio da legalidade / Ministério Público

Gab. 1-2-46-24 - 176313

BRANDÃO, Nuno, 1976-

Recebimento indevido de vantagem : o pacto ilícito e a adequação social / Nuno Brandão.

In: Prof. Doutor Augusto Silva Dias : in memoriam / coord. Catarina Abegão Alves ... [et al.]. Lisboa : AAFDL, 2022. ISBN 978-972-629-737-6. Vol. 1, p. 735-753.

Pacto ilícito

Gab. 1-2-46-23 - 176312

CAEIRO, Pedro, 1967-

Cenas da vida conjugal : confiança, desconfiança e garantias na execução de um mandado de detenção europeu / Pedro Caeiro.

In: Prof. Doutor Augusto Silva Dias : in memoriam / coord. Catarina Abegão Alves ... [et al.]. Lisboa : AAFDL, 2022. ISBN 978-972-629-738-3. Vol. 2, p. 531-541.

Garantias / Confiança / Vida conjugal

Gab. 1-2-46-24 - 176313

COSTA, José de Faria, 1950-

Causalidade e racionalidade / José de Faria Costa.

In: Prof. Doutor Augusto Silva Dias : in memoriam / coord. Catarina Abegão Alves ... [et al.]. Lisboa : AAFDL, 2022. ISBN 978-972-629-737-6. Vol. 1, p. 425-434.

Causalidade / Racionalidade

Gab. 1-2-46-23 - 176312

DIAS, Jorge de Figueiredo, 1937-

Autoria e cumplicidade da empresa no século XXI : algumas reflexões / Jorge de Figueiredo Dias, Susana Aires de Sousa.

In: Prof. Doutor Augusto Silva Dias : in memoriam / coord. Catarina Abegão Alves ... [et al.]. Lisboa : AAFDL, 2022. ISBN 978-972-629-737-6. Vol. 1, p. 405-423.

Cumplicidade / Responsabilidade criminal

Gab. 1-2-46-23 - 176312

FERREIRA, Maria Elisabete.

Da natureza jurídica da inibição do exercício das responsabilidades parentais previstas nos artigos 69.º-c 2 152.º do Código penal : breves reflexões / Cristina Libano Monteiro.

In: Prof. Doutor Augusto Silva Dias : in memoriam / coord. Catarina Abegão Alves ... [et al.]. Lisboa : AAFDL, 2022. ISBN 978-972-629-737-6. Vol. 1, p. 661-676.

Responsabilidades parentais / Erro / Dolo

Gab. 1-2-46-23 - 176312

FIDALGO, Sónia, 1979-

A abertura do tipo de ilícito negligente e o princípio da legalidade da intervenção penal / Sónia Fidalgo.

In: Prof. Doutor Augusto Silva Dias : in memoriam / coord. Catarina Abegão Alves ... [et al.]. Lisboa : AAFDL, 2022. ISBN 978-972-629-737-6. Vol. 1, p. 499-502.

Ilícito negligente / Princípio da legalidade

Gab. 1-2-46-23 - 176312

MONTEIRO, Cristina Libano.

O erro sobre o tipo justificador / Cristina Libano Monteiro.

In: Prof. Doutor Augusto Silva Dias : in memoriam / coord. Catarina Abegão Alves ... [et al.]. Lisboa : AAFDL, 2022. ISBN 978-972-629-737-6. Vol. 1, p. 369-376.

Tipo justificador / Erro / Dolo

Gab. 1-2-46-23 - 176312

RODRIGUES, Anabela Miranda, 1953-

O crime de branqueamento sob o signo da expansão : as modalidades de ação típica e as alterações resultantes da Lei nº 58/2020, de 31/8 / Anabela Miranda Rodrigues.

In: Prof. Doutor Augusto Silva Dias : in memoriam / coord. Catarina Abegão Alves ... [et al.]. Lisboa : AAFDL, 2022. ISBN 978-972-629-737-6. Vol. 1, p. 515-536.

Branqueamento / Criminalidade

Gab. 1-2-46-23 - 176312

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Ciências Jurídico-Empresariais

G-93-4

AJDI : L'Actualité Juridique. Droit Immobilier. - Paris. - N. 12, cad. 1, 2 (2021); N. 1, 2 (2022)

G-93-5

The Antitrust Bulletin. - New York. - Vol. 66, N. 3 (2021)

G-36-7

AG : Die Aktiengesellschaft. - Köln. - Jahr. 66, Heft 15, 23, 24 (2021); Jahr. 67, Heft 1, 2 (2022)

G-35-1

Banca, Borsa e Titoli di Credito. - Milano. - Vol. 74, set/out (2021)

G-92-6

Betriebs - Berater. - Heidelberg. - Jahr. 77, Heft 1 a 5, 7 (2022)

L-2-15

Civitas. Revista Española de Derecho del Trabajo. - Madrid. - N. 248 (2021)

G-92-6

Contratto e Impresa. - Padova. - N. 4 (2021)

L-5-19

Revista de Direito do desporto. - Lisboa. - N. 10 (2022)

G-43-7

Il Diritto Fallimentare e delle Società Commerciali. - Padova. - Annata, N. 1 (2022)

G-93-5

EIPR : European Intellectual Property Review. - London. - Vol. 44, N. 2 (2022)

G-36-8

GmbHHR : GmbHHRundschau. - Köln. - Jahr. 113, Heft. 1, 3 (2022)

G-92-6

GRUR : Gewerblicher Rechtsschutz und Urheberrecht. - Weinheim. - Jahr. 124, Heft 1 a 3 (2022)

G-93-3

GRUR International. - Weinheim. - Jahr. 71, Heft 1, 2 (2022)

Gab.2-11-7

Journal of World Trade. - Geneva. - Vol. 55, N. 3 a 5 (2021); Vol. 56, N. 1 (2022)

L-2-7

Labor Law Journal. - Chicago. - Vol. 72, N. 1 (2021)

G-93-5

NZG : Neue Zeitschrift für Gesellschaftsrecht. - Berlin. - Jahr. 25, Heft 1, 3 a 5 (2022)

L-5-20

Questões Laborais. - Coimbra. - Ano 28, N. 58 (2021)

G-93-4

RIW : Recht der Internationalen Wirtschaft. - Heidelberg. - Jahr. 68, Heft 1, 2 (2022)

G-35-5

Revista de Derecho Mercantil. - Madrid. - N. 332 (2021)

G-93-4

Rds: Revista de Derecho de Sociedades. - Pamplona. - Año, N. 63 (2021)

G-93-11

Revista de direito intelectual. - Lisboa. - N. 2 (2021)

G-93-6

Revista de Direito das Sociedades. - Lisboa. - Ano 13, Vol. 26 (2021)

G-93-3

Revista de la OMPI. - Ginebra. - N. 3 (2021)

L-1-15

Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. - Belo Horizonte. - Vol. 66, N. 102 (2020)

L-2-4

Revue de droit rural - Paris. - N. 498 (2021)

G-39-1

Revue Générale du Droit des Assurances. - Paris. - N. 12 (2021)

L-4-10

Revue Internationale du Travail. - Genève. - Vol. 160, N. 4 (2021)

G-28-2

Revue des Sociétés. - Paris. - N. 1, 2 (2022)

G-38

Rivista del Diritto Commerciale e del Diritto Generale delle Obligazioni. - Padova. - Anno 119, N. 3 (2021)

L-5-15

Rivista Giuridica del Lavoro e della Previdenza Sociale. - Roma. - Anno 71, N. 2 a 4 (2020)

G-93-4

RSDE : Revista Semestral de Direito Empresarial. - Rio de Janeiro. - N. 24, 25 (2019)

L-4-11

SpuRt : Zeitschrift für Sport und Recht. - München. - Jahr. 29, Heft 1 (2022)

G-93-1

SZW : Schweizerische Zeitschrift für Wirtschafts- und Finanzmarktrecht. - Zürich. - Heft 6 (2021)

L-2-5

Trabalho e Segurança Social. - Porto. - N. 1 (2022)

G-28-5

WuW : Wirtschaft und Wettbewerb. - Düsseldorf. - Jahr. 72, Heft 2 (2022)

E-25-13

World Trade Review. - Cambridge. - Vol. 21, N. 1 (2022)

G-40-6

WRP: Wettbewerb in Recht und Praxis. - Frankfurt. - Jahr. 68, Heft 2 (2022)

G-93-5

BKR: Zeitschrift für Bank- und Kapitalmarktrecht. - Main. - Heft 1 (2022)

G-92-5

ZGR: Zeitschrift für Unternehmens- und Gesellschaftsrecht. - Berlin. - Jahr. 50, Heft 6 (2021)

G-93-1

WM: Zeitschrift für Wirtschafts - und Bankrecht. - Frankfurt. - Jahr. 75, Heft 50 a 52 (2021); Jahr. 76, Heft 2, 3, 5, 6 (2022)

G-93-4

ZweR: Zeitschrift für Wettbewerbsrecht. - Köln. - Jahr. 19, Heft 4 (2021)

Ciências Jurídico-Civilísticas

B-3-12

Anuario de Derecho Civil. - Madrid. - Tomo 74, Fasc. 4 (2021)

B-1-18

Archiv für die Civilistische Praxis. - Tübingen. - Band 221, Heft 6 (2021)

A-1-3

Bioethics. - Oxford. - Vol. 36, N. 1, 2 (2022)

A-2-13

Bioetica. Rivista Interdisciplinare. - Milano. - Anno 29, N. 1 (2021)

B-3-9

Child and Family Law Quarterly. - Bristol. - Vol. 33, N. 4 (2021)

A-1-4

Developing World Bioethics. - Oxford. - Vol. 21, N. 4 (2021)

B-2-15

Droit de la Famille. - Paris. - Année 26, N. 12 (2021)

B-2-17

DUD: Datenschutz und Datensicherheit. - Wiesbaden. - Vol. 46, N. 2 (2022)

A-2-20

Ethik in der Medizin. - Berlin. - Band 33, Heft 2 (2021)

B-2-9

Giustizia Civile. - Milano. - N. 3 (2021)

B-4-11

GPR: Zeitschrift für Gemeinschaftsprivatrecht. - Heidelberg. - Jahr. 18, Heft. 6 (2021)

A-3-10

The Hastings Center Report. - New York. - Vol. 51, N. 6 (2021)

A-2-19

Journal International de Bioéthique. - Paris. - Vol. 32, N. 1 a 3 (2021)

B-4-5

Journal des Tribunaux. - Bruxelles. - Ano 140, N. 6839 a 6874, 6878 a 6883 (2021); Ano 141, N. 6884, el 6885 (2022)

A-2-17

KIEJ : Kennedy Institute of Ethics Journal. - Washington. - Vol. 31, N. 4 (2021)

B-4-13

Landlord and Tenant Review. - London. - Vol. 26, N. 1 (2022)

A-1-18

MedR: Medizinrecht. - München. - Jahr. 40, Heft 1 (2022)

B-7-9

NILR: Netherlands International Law Review. - Dordrecht. - Vol. 40, N. 1 (1993)

B-1-1

NJW-RR: Rechtsprechungs-Report Zivilrecht. - München. - Jahr. 36, Heft 24 (2021); Jahr. 37, Heft 2 (2022)

B-4-9

Österreichische Notariats Zeitung. - Wien. - Jahr. 154, Heft 1 (2022)

B-4-9

Österreichisches Anwaltsblatt. - Wien. - Heft 2 (2022)

B-7-13

Rabels Zeitschrift. - Tübingen. - Band 86, Heft 1 (2022)

B-4-2

Revista de Derecho Privado. - Madrid. - N. 5, 6 (2021)

B-7-14

Revue de l'Arbitrage. - Paris. - N. 4 (2021)

A-1-1

Revue Générale de Droit Médical. - Bordeaux. - N. 81 (2021)

B-9-5

Rivista di Diritto Processuale. - Padova. - Anno 76, N. 4 (2021)

B-4-6

Rivista Critica del Diritto Privato. - Napoli. - Vol. 39, N. 3 (2021)

B-2-3

Rivista di Diritto Civile. - Padova. - Anno 67, N. 6 (2021)

B-9-9

Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile. - Milano. - Anno 75, N. 4 (2021)

B-2-10

VersR : Versicherungsrecht. - Karlsruhe. - Jahr. 73, Heft 1, 3 (2022)

B-9-12

Vida Judiciária. - Porto. - N. 222, 223 (2021)

F-11-6

Washington International Law Journal. - Seattle. - Vol. 30, N. 3 (2021)

B-3-18

FamRZ: Zeitschrift für das Gesamte Familienrecht. - Bielefeld. - Jahr. 68, Heft 24 (2021); Jahr. 69, Heft 2, 3 (2022)

B-2-19

ZKJ: Zeitschrift für Kindschaftsrecht und Jugendhilfe. - Köln. - Jahr. 16, Heft 12 (2021); Jahr. 17, Heft 1 (2022)

Ciências Jurídico-Criminais

G-8-16

Boletim IBCCRIM. - São Paulo. - Ano 29, N. 347 (2021)

G-6-5

Crime and Delinquency. - New York. - Vol. 68, N. 1 (2022)

G-8-14

Crime, Law and Social Change. - Dordrecht. - Vol. 77, N. 1 (2022)

G-6-10

Criminal Law Forum. - Camden. - Vol. 32, N.4 (2021)

G-6-3

Criminologie. - Montreal. - Vol. 54, N. 2 (2021)

G-8-15

Criminology and Public Policy. - Florida. - Vol. 20, N. 3, 4 (2021)

G-6-18

Goldammer's Archiv für Strafrecht. - Hamburg. - Jahr. 169, Heft 1, 2 (2022)

G-9-2

International Criminal Law Review. - The Hague. - Vol. 22, N. 1, 2 (2022)

G-5-15

The Journal of Criminal Law and Criminology. - Baltimore. - Vol. 111, N. 4 (2021)

G-6-9

Monatsschrift für Kriminologie und Strafrechtsreform. - München Köln. - Jahr. 104, Heft 3 (2021)

G-1-6

NStZ : Neue Zeitschrift für Strafrecht. - München. - Jahr. 42, Heft 2 (2022)

G-6-13

RIDP : Revue Internationale de Droit Pénal. - Paris. - Vol. 92, N. 1 (2021)

G-6-14

RSC : Revue de Science Criminelle et de Droit Pénal Comparé. - Paris. - N. 4 (2021)

G-19-8

Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale. - Milano. - Anno 64, Fasc. 3 (2021)

G-7-4

Rivista Penale. - Piacenza. - Anno, N. 7, 8, 11, 12 (2021); N. 1 (2022)

G-4-15

StV : Strafverteidiger. - Frankfurt. - Jahr. 41, Heft 12 (2021)

G-4-15A

StV spezial : Strafverteidiger. - Köln. - Jahr. 1, Heft 1 a 4 (2021)

G-6-6

Zeitschrift für die Gesamte Strafrechtswissenschaft. - Berlin. - Band 133, Heft 4 (2021)

Ciências Jurídico-Económicas

E-25-2

Alternatives Economiques. - Paris. - N. 419 (2022)

E-13-17

The American Economic Review. - Nashville. - Vol. 111, N. 12 (2021)

E-36-15

Die Bank. - Köln. - Heft. 1 (2022)

E-30-13

Boletim do Contribuinte. - Porto. - Vol. 90, N. 2, 3 (2022)

E-13-1

Cadernos de Economia. - Lisboa. - Ano 34, N. 132, 133 (2020); Ano 34, N. 134 a 137 (2021)

E-22-7

Canadian Journal of Economics. - Canadá. - Vol. 54, N. 2 (2021)

E-37-4

Civitas : Revista Española de Derecho Financiero. - Madrid. - N. 189, 191 (2021)

E-30-14

Diritto e Pratica Tributaria. - Padova. - Vol. 92, N. 3, 6 (2021)

E-31-19

Le Droit Maritime Français. - Paris. - N. 842, 843 (2022)

E-30-2

EC Tax Review. - The Hague. - Vol. 30, N. 5, 6 (2021)

E-25-15

Ecolex. - Wien. - N. 1 (2022)

E-22-11

Economica. - Oxford. - Vol. 88, N. 350 (2021); Vol. 89, N. 353 (2022)

E-13-5

The Economist. - London. - Vol. 442, N. 9277, 9278, 9282, 9283 (2022)

E-8-7

O Economista. - Lisboa. - N. 34 (2021)

E-30-3

ET: European Taxation. - Amsterdam. - Vol. 61, N. 4, 7 a 12 (2021)

E-23-1

EuZW : Europäische Zeitschrift für Wirtschaftsrecht. - München und Frankfurt. - Jahr. 32 Heft 24 (2021); Jahr. 33 Heft 2 (2022)

F-32-2

European Journal of Law and Economics. - Boston. - Vol. 52, N. 2, 3 (2021); Vol. 53, N. 1 (2022)

E-22-3

European Journal of Management Studies. - Lisboa. - Vol. 26, N. 1 a 3 (2021)

E-16-14

EWIR : Entscheidungen zum Wirtschaftsrecht. - Köln. - Jahrg. 37, Heft 24 (2021); Jahrg. 38, Heft 1 a 3 (2022)

E-34-10

Finanzarchiv. - Tübingen. - Band 77, Heft 4 (2021)

E-24-18

Gewerbe Archiv. - Alfeld. - Jahr. 68, Heft 1, 2 (2022)

E-30-10

O Informador Fiscal. 1. Série. - Porto. - Ano 86, N. 24 (2021)

E-30-11

O Informador Fiscal. 2. Série. - Porto. - Ano 86, N. 12 (2021)

E-30-1

Intertax. - Deventer. - Vol. 49, N. 12 (2021)

E-13-16

Journal of Economic Literature. - Nashville. - Vol. 59, N. 4 (2021)

E-25-16

Journal of International Economic Law. - Oxford. - Vol. 1, N. 1 (1998)

E-10-20

The Journal of Law and Economics. - Chicago. - Vol. 64, N. 3 (2021)

E-12-15

Journal of Political Economy. - Chicago. - Vol. 130 N. 1 (2022)

E-11-20

JPKE : Journal of Post Keynesian Economics. - Armonk. - Vol. 44, N. 4 (2021)

E-14-15

Kyklos : Internationale Zeitschrift für Sozialwissenschaft. - Basel. - Vol. 75, Fasc. 1 (2022)

E-14-9

Notas Económicas. - Coimbra. - N. 53 (2021)

E-14-6

New Political Economy. - Abingdon. - Vol. 26, N. 1 (2021)

E-24-10

ÖZW : Österreichische Zeitschrift für Wirtschaftsrecht. - Wien. - Jahr. 48, Heft 3 (2021)

E-36-17

Public Finance - Finances Publiques. - The Hague. - N. 5 (2021)

E-35-15

Pfr : Public Finance Review. - London. - Vol. 49, N. 5 (2021)

E-10-18

The Quarterly Journal of Economics. - New York. - Vol. 136, N. 4 (2021)

E-34-8

Revue de Droit Bancaire et Financier. - Paris. - Année 22, N. 6 (2021)

E-14-14

Revue Économique. - Paris. - Vol. 72, N. 6 (2021)

E-15-1

Revue d'Économie Politique. - Paris. - N. 6 (2021)

E-12-13

Revue Internationale de Droit Économique. - Louvain-La-Neuve. - Tomo 34, N. 4 (2020); Tomo 35, N. 1 (2021)

E-32-1

Rivista di Diritto Tributario Internazionale. - Roma. - N. Abr. (2020)

E-17-13

El Trimestre Economico. - México. - Vol. 87, N. 345 a 348 (2020); Vol. 88, N. 349 a 352 (2021)

E-14-13

The World Economy. - Oxford. - Vol. 44, N. 12 (2021)

E-24-16

WBL : Wirtschaftsrechtliche Blätter. - Wien. - Jahr. 35 (2021); Jahr. 36 (2022)

E-11-1

World Competition. - Dordrecht. - Vol. 23, N. 1 (2000)

E-25-3

ZIP : Zeitschrift für Wirtschaftsrecht. - Köln. - Jahr. 42, Heft 50 a 52 (2021); Jahr. 43, Heft 1 a 5 (2022)

Ciências Jurídico-Filosóficas

L-25-4

Archives de Philosophie. - Paris. - Tome 85, Cah. 1 (2022)

L-25-1

demo. - Liverpool. - Vol. 35, N. 1 (2022)

L-25-10

The Journal of Political Philosophy. - Oxford. - Vol. 30, N. 1 (2022)

L-25-13

Law and Philosophy. - Dordrecht. - Vol. 41, N. 1 (2022)

L-25-10

Res Publica. - Liverpool. - Vol. 27, N. 4 (2021)

L-25-7

RIEJ : Revue Interdisciplinaire d'Études Juridiques. - Bruxelles. - N. 87 (2021)

L-25-10

Social Philosophy and Policy. - Cambridge. - Vol. 38, N. 1 (2021)

Ciências Jurídico-Históricas

J-98-3

Anales Valentinus. - Valencia. - A. 7, N. 13 (2020)

H-7-20

Boletín de la Real Academia de la Historia. - Madrid. - Tomo 218, C. 1 (2021)

J-99-2

Forum Canonicum. - Lisboa. - Ano 16, N. 1 (2021)

J-128-14

Index : Quaderni camerti di studi romanistici : International Survey of Roman Law. - Napoles. - N. 49 (2021)

C-12-7

Interpretatio Prudentium. - Lisboa. - Vol. 5, N. 2 (2020)

H-5-10

Ius Canonicum. - Pamplona. - Vol. 61, N. 122 (2021)

J-128-8

JRS : The Journal of Roman Studies. - London. - Vol. 11 (2021)

H-5-2

Lumen. - Lisboa. - N. 6 (2021)

J-128-6

Mélanges de l'École Française de Rome. Antiquité. - Roma. - Vol. 133, N. 1 (2021)

H-1-5

Salesianum. - Roma. - Annus 83, N. 4 (2021)

C-10-7

ZNR : Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte. - Wien. - Jahr. 43, N. 3, 4 (2021)

Ciências Jurídico-Políticas

F-3-20

AJDA : L'Actualité Juridique. Droit Administratif. - Paris. - N. 44 (2021), N. 2 a 5 (2022)

F-53-7

Baurecht. - Düsseldorf. - Jahr. 53, Heft. 1, 2, 2a (2022)

F-46-11

BJPIR : The British Journal of Politics and International Relations. - Oxford. - Vol. 24, N. 1 (2022)

F-16-12

British Journal of Political Science. - Cambridge. - Vol. 52, Part 1 (2022)

F-4-5

Civitas : Revista Española de Derecho Administrativo. - Madrid. - N. 215, 216 (2021)

F-32-13

Common Market Law Review. - Dordrecht. - Vol. 58, N. 6 (2021)

F-22-6

Consciência e Liberdade. - Lisboa. - N. 33 (2021)

F-3-14

Cuadernos de Derecho Público. - Madrid. - N. 33 (2021)

F-22-3

Democratization. - London. - Vol. 29, N. 1 (2022)

F-15-20

Derecho Privado y Constitución. - Madrid. - N. 38, 39 (2021)

F-1-4

DVBL : Deutsches Verwaltungsblatt. - Köln. - Heft 3 (2022)

F-11-7

Diritto Pubblico Comparato ed Europeo. - Torino. - N. 4 (2021)

F-21-13

Diritto e Società. - Padova. - N. 1 (2021)

F-21-20

Electoral Studies. - Oxford. - Vol. 75 (2022)

F-54-4

Énergie-Environnement-Infrastructures : actualité, pratiques et enjeux. - Paris. - N. 12 (2021); N. 1 (2022)

F-34-12

European Law Review. - Londres. - Vol. 21, N. 1 a 6 (1996); Vol. 22, N. 1 a 6 (1997); Vol. 23, N. 1 a 6 (1998); Vol. 24, N. 1 a 6 (1999); Vol. 25, N. 1 a 6 (2000); Vol. 26, N. 1 a 6 (2001); Vol. 27, N. 1 a 6 (2002); Vol. 28, N. 1 a 6 (2003)

F-31-16

EWS : Europäisches Wirtschafts- und Steuerrecht. - Antwerpen. - Jahr. 32, Heft 6 (2021)

F-32-16

ECLR : European Competition Law Review. - London. - Vol. 43, N. 2 (2022)

F-31-12

European Current Law. - London. - N. 2 (2022)

F-52-7

European Energy and Environmental Law Review. - Ah Alphen Aan Den Rijn. - Vol. 30, N. 3 (2021)

F-31-13

European Journal of Law Reform. - Dordrecht. - Vol. 2, N. 1 (2000)

F-32-8

European Journal of Migration and Law. - The Hague. - Vol. 1, N. 4 (1999); Vol. 23, N. 2 (2021)

F-31-19

European Transport Law. - Antwerpen. - Vol. 56, N. 5 (2021)

F-34-1

European Public Law. - London. - Vol. 2, N. 2 (1996); Vol. 27, N. 2 (2021)

F-4-1

Il Foro Amministrativo. C.D.S. - Milano. - Vol. 8, N. 7, 8 (2021)

F-15-6

Giurisprudenza Costituzionale. - Milano. - Anno 66, Fasc. 3 (2021)

F-45-15

Global Governance. - Boulder. - Vol. 27, N. 4 (2021)

F-46-15

International Journal of Refugee Law. - Oxford. - Vol. 9, N. 4 (1997)

F-21-12

International Journal on Minority and Group Rights. - The Hague. - Vol. 29, N. 1 (2022)

F-20-17

International Political Science Review. - London. - Vol. 43, N. 1 (2022)

F-31-14

Journal of European Public Policy. - London. - Vol. 29, N. 1 (2022)

F-20-20

Journal of Church and State. - Waco. - Vol. 63, N. 4 (2021)

F-11-2

Journal du Droit Internationa. - Paris. - N. 4 (2021)

F-32-7

MJ : Maastricht journal of european and comparative Law. - Maastricht. - Vol. 28, N. 6 (2021)

F-15-15

Nação e Defesa. - 2. Série. - Lisboa. - N. 159 (2021)

F-52-12

Natur und Recht. - Hamburg. - Jahr. 43, Heft 12 (2021); Jahr. 44, Heft 1 (2022)

F-2-7

NZS : Neue Zeitschrift für Sozialrecht. - München. - Jahr. 31, Heft 1, 3, 4 (2022)

F-4-14

NVwZ : Neue Zeitschrift für Verwaltungsrecht. - München. - Jahr. 41, Heft 1 a 4 (2022)

F-46-13

Nordic Journal of International Law. - Dordrecht. - Vol. 65, N. 3, 4 (1996)

F-4-2

PAR : Public Administration Review. - Oxford. - Vol. 82, N. 1 (2022)

F-20-6

The Political Quarterly. - Oxford. - Vol. 92, N. 4 (2021)

F-23-12

Political Studies. - Oxford. - Vol. 70, N. 1 (2022)

F-22-20

Political Studies Review. - London. - Vol. 20, N. 1 (2022)

F-5-3

Public Administration an International Quarterly. - Oxford. - Vol. 99, N. 4 (2021)

F-5-10

Public Policy and Administration. - Nottingham. - Vol. 37, N. 1 (2022)

F-21-1

Quaderni Costituzionali. - Bologna. - Anno 41, N. 4 (2021)

F-2-12

Questões Atuais de Direito Local. - Braga. - N. 32 (2021)

F-42-7

Recueil des Cours. - The Hague. - N. 422 (2021)

F-2-10

Revista de Administración Pública. - Madrid. - N. 215, 216 (2021)

F-22-2

RDCI : Revista de Direito Constitucional e Internacional. - São Paulo. - Ano 25, N. 69 (2021)

F-16-20

Revista Española de Derecho Constitucional. - Madrid. - Año 41, N. 123 (2021)

F-16-19

Revista de Estudios Políticos. - Madrid. - N. 194 (2021)

F-3-10

Revue Française d'Administration Publique. - Paris. - N. 3 (2021)

F-1-12

RFDA : Revue Française de Droit Administratif. - Paris. - Année 37, N. 6 (2021)

F-18-2

Revue Française de Droit Constitutionnel. - Evry. - N. 128 (2021)

F-15-14

Revue Française de Science Politique. - Paris. - Vol. 71, N. 4 (2021)

F-41-7

Revue Générale de Droit International Public. - Paris. - Tome 125, N. 4 (2021)

F-10-2

Revue Internationale de Droit Comparé. - Paris. - Année 73, N. 4 (2021)

F-52-18

Revue Juridique de l'Environnement. - Limoges. - N. 4 (2021)

F-17-17

Revue Politique et Parlementaire. - Paris. - Année 124, N. 1101 (2021)

F-33-19

Revue de l'Union Européenne. - Paris. - N. 654, 655 (2022)

F-5-17

Rivista del Diritto della Sicurezza Sociale. - Torino. - Vol. 21, N. 3 (2021)

F-50-4

Rivista Giuridica di Urbanistica. - Padova. - Anno 37, N. 1, 2 (2021)

A-19-10

SJZ : Schweizerische Juristen Zeitung. - Zürich. - Jahr. 117, Heft 1 a 4, 7 a 9, 24 (2021); Jahr. 118, Heft 1 a 3 (2022)

F-41-15

SZIER = RSDIE : Schweizerische Zeitschrift für Internationales und Europäisches Recht = Revue Suisse de Droit International et Européen. - Zürich. - Jahr. 31, Heft 5 (2021)

F-21-8

Teoría y Realidad Constitucional. - Madrid. - N. 48 (2021)

F-18-13

UPR : Umwelt-und Planungs- Recht. - München. - Jahr. 42, Heft 2 (2022)

F-20-16

ULR : Utilities Law Review. - New York. - Vol. 23, N. 3

F-23-1

West European Politics. - London. - Vol. 45, N. 1 a 3 (2022)

F-34-11

Yearbook of European Law. - Oxford. - N. 655 (2022)

F-52-9

Yearbook of International Environmental Law. - Oxford. - Vol. 30 (2019)

F-10-3

ZöR: Zeitschrift für Öffentliches Recht. - Wien. - Band 76, Heft 4 (2021)

F-21-18

Zpol : Zeitschrift für Politikwissenschaft. - Baden-Baden. - Jahr. 31, Heft 4 (2021)

F-16-18

ZRP : Zeitschrift für Rechtspolitik. - Frankfurt. - Jahr. 55, Heft 1 (2022)

Vária

A-71-1

Anuário da Proteção de Dados. - Lisboa. - (2020); (2021)

A-17-6

Brotéria. Cristianismo e Cultura. - Lisboa. - Vol. 194, N. 1, 2 (2022)

A-17-18

California Law Review. - Berkeley. - Vol. 109, N. 5 (2021)

A-17-17

Columbia Law Review. - New York. - Vol. 121, N. 7 (2021)

J-63-3 (Dep. de S. Pedro)

The Doshisha Hogaku. - Kyoto. - N. 421, 422 (2021)

A-5-2

Il Foro Italiano. - Roma. - Anno 146, N. 11 (2021)

A-5-4

Giurisprudenza Italiana. - Torino. - Jan. (2022)

A-17-20

Harvard Law Review. - Cambridge. - Vol. 135, N. 1, 2 (2021)

L-26-5 (Dep. de S. Pedro)

The Hogaku Ronshu. - Osaka. - Vol. 71, N. 3 (2021)

L-26-5 (Dep. de S. Pedro)

Hosei Kenkyu. - Fukuoka. - Vol. 88, N. 2 (2021)

A-6-3

Iowa Law Review. - Iowa City. - Vol. 107, N. 1 (2021)

A-7-16

JA : Juristische Arbeitsblätter. - Frankfurt. - Jahr. 54, Heft 1, 2 (2022)

A-19-12

JURA : Juristische Ausbildung. - Berlin. - Jahr. 44, Heft 1, 2 (2022)

A-15-14

Juristische Blätter. - Wien. - Jahr. 143, Heft 12 (2021); Jahr. 144, Heft 1, 3 (2022)

A-11-8

JUS : Juristische Schulung. - Frankfurt. - Heft. 1, 2 (2022)

A-7-15

JR : Juristische Rundschau. - Berlin. - Heft 1 (2022)

A-15-13

JZ : Juristen Zeitung. - Tübingen. - Jahr. 76, Heft 24 (2021); Jahr. 77, Heft 2, 3 (2022);

A-17-19

The Modern Law Review. - Oxford. - Vol. 84, N. 6 (2021)

A-18-7

MDR : Monatsschrift für Deutsches Recht. - Köln. - Heft 23, 24 (2021); Heft 1 (2022)

A-18-3

NJW : Neue Juristische Wochenschrift. - München. - Jahr. 74, Heft 52 (2021)

A-13-3

NJ : Neue Justiz. - Baden-Baden. - Jahr. 76, Heft 2 (2022)

A- 68-4

N und R : Netzwirtschaften und Recht. - Main. - Jahr. 19, Heft 1 (2022)

A-18-5

NJW Spezial. - München. - Heft 21 a 24 (2021)

A-5-15

ÖJZ : Österreichische Juristen-Zeitung. - Wien. - Jahr. 77, Heft 2, 2a (2022)

A-20-19

Oxford Journal of Legal Studies. - Oxford. - Vol. 17, N. 4 (1997); Vol. 19, N. 1 (1999)

J-99-2

Prudentia Iuris. - Buenos Aires. - N. 85, 86 (2018); N. 87 a 90 (2019)

A-19-9

Recueil Dalloz. - Paris. - Année 198, N. 3 a 5 (2022)

A-18-8

RLJ : Revista de Legislação e de Jurisprudência. - Coimbra. - Ano 151, N. 4030 (2021)

A-18-13

Revue de la Faculté de Droit de L'Université de Liège. - Liège. - Vol. 66, N. 3 (2021)

A-15-11

La Semaine Juridique. - Paris. - N. 49, 50, 51, 52 (2021)

A-19-11

Studium Iuris. - Padova. - N. 12 (2021)

A-19-3

The University of Chicago Law Review. - Chicago. - Vol. 88, N. 8 (2021)

A-29-13

Zbornik Pravnog Fakulteta U Zagrebu. - Zagreb. - Vol. 71, Br. 3, 4 (2021)

ANALÍTICOS DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Alumni em Revista

COSTA, José de Faria, 1950-

Opinião / José de Faria Costa.

In: Alumni em Revista. N.º 0 (2008), p. 8

Alumni em revista

Anuário da Proteção de Dados

ALVES, Diogo Lopes.

O papel fundamental da Cibersegurança na Proteção de Dados Pessoais / Diogo Lopes Alves.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Jun (2021), p. 121-154

Proteção de Dados Pessoais / Cibersegurança / Ciberataques / Reporte de Incidente / Medidas de Segurança

ALVES, Lurdes Dias.

A videovigilância e a compressão da privacidade / Lurdes Dias Alves.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Maio (2019), p. 137-155

Videovigilância / Privacidade / Direitos fundamentais / Segurança

AZEVEDO, Sérgio Sousa Lopes Freire de.

A nova lei das secretas : a imperatividade constitucional como dilema às novas ameaças num contexto global de defesa e segurança / Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Maio (2019), p. 201-218

Segurança / Direitos individuais / Tribunal Constitucional

BARBOSA, Sandra.

Algorithms and the GDPR : An analysis of article 22 / Sandra Barbosa, Sara Félix.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Jun (2021), p. 67-93

Algoritmos / Decisões automatizadas / Definição de perfis / Enviesamento / Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

CALDAS, Gabriela.

O direito à explicação no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados / Gabriela Caldas.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Maio (2019), p. 37-53

Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados / Decisões individuais automatizadas / Direito à explicação / Interpretação da lei

CHELES, Tamára.

Os Desafios dos consumidores na Era de Big Data / Tamára Cheles.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Jun (2021), p. 155-176

Big data / Proteção de dados / Consumidores / Direito dos consumidores / Profiling / Decisões automatizadas / Data brokers

CORTIZO, Lucas.

Dados e Inteligência Artificial : os efeitos jurídicos da discriminação algorítmica / Lucas Cortizo.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Jun (2021), p. 95-120

Inteligência, artificial / Discriminação / Algoritmo / Direito

COUTINHO, Francisco Pereira, 1978-

A Independência da Comissão Nacional de Proteção de Dados / Francisco Pereira Coutinho.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Jun (2020), p. 9-47

Autoridade de controlo nacional -- Portugal / Proteção de Dados -- Portugal / Regulamento Geral de Proteção de Dados

GOMES, Francisca Cardoso Resende.

O conteúdo do direito fundamental à proteção de dados à luz do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados : em especial, a problemática do controlo das decisões automatizadas / Francisca Cardoso Resende Gomes.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Jun (2020), p. 105-119

Direito fundamental à proteção de dados / Big Data / Inferências / Decisões automatizadas / Direito a inferências razoáveis

HENRIQUES, Sérgio Coimbra.

Consentimento e outros fundamentos de licitude para o tratamento de dados pessoais em contexto laboral / Sérgio Coimbra Henriques, João Vares Luís.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Maio (2019), p. 13-36

Fundamentos de licitude / Consentimento laboral / Interesses legítimos da entidade empregadora / Privacidade no local de trabalho

MASSENO, Manuel David.

Assuring Compliance of European Smart Tourist Destinations with the Principles of the General Data Protection Regulation : a roadmap / Manuel David Masseno, Cristiana Santos.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Maio (2019), p. 87-108

Privacidade e Proteção de Dados / RGPD / Regulação / Destinos Turísticos Inteligentes

OLIVEIRA, Inês.

Os regimes especiais de proteção de dados pessoais: exemplos de poluição legislativa da União Europeia? / Inês Oliveira.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Maio (2019), p. 157-172

Dados pessoais / Regulamento (UE) 2016/679 / Diretiva (UE) 2016/680 / Regulamento (UE) 2018/1725

OLIVEIRA, Ricardo Rodrigues de.

Birds flying high : a Diretiva (UE) 2016/681 e a proposta de Lei 137/XIII da Presidência do Conselho de Ministros / Ricardo Rodrigues de Oliveira.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Maio (2019), p. 173-200

Diretiva (UE) 2016/681 / PNR / Aviação civil / Dados pessoais

REBELO, Maria Paulo.

Os desafios do Regulamento Geral de Proteção de Dados diante da nova tecnologia blockchain / Maria Paulo Rebelo.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Maio (2019), p. 109-135

Blockchain / Regulamento Geral de Proteção de Dados

SANTOS, Patrícia Batista.

A (possível) limitação legal no prazo de conservação dos dados pessoais dos candidatos a emprego / Patrícia Batista Santos.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Jun (2020), p. 121-137

Regulamento Geral de Proteção de Dados / Lei de execução nacional / Prazos de conservação / Processo de recrutamento e seleção / Relações laborais

SILVA, Catarina.

A utilização de cookies e a (in)suficiência dos requisitos aplicáveis ao consentimento / Catarina Silva.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Jun (2021), p. 9-36

Diretiva 2002/58/CE / Regulamento Geral de Proteção de Dados / Cookies / Privacidade / Consentimento

SIMÕES, Patrick de Pitta.

O responsável pelo tratamento de dados (pessoais) gerados pelo Whistleblowing / Patrick de Pitta Simões.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Jun (2021), p. 37-65

Divulgação pública / Whistleblowing -- Portugal / Diretiva 2019/1937 / Responsável pelo tratamento de dados

TORBAY, Augusto Cesar.

A anonimização enquanto mecanismo de proteção de dados pessoais à luz da atual conjuntura legislativa europeia / Augusto Cesar Torbay.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Jun (2020), p. 49-78

Dados pessoais / Dados anonimizados / Anonimização de dados / Identificabilidade / RGPD

TRINDADE, Beatriz Santiago.

Two years in : Does the GDPR already need updates? A question brought by algorithmic decision-making / Beatriz Santiago Trindade.

In: Anuário da Proteção de Dados. Lisboa. ISSN 2184-2949. Jun (2020), p. 79-103

Proteção de Dados / Inteligência Artificial / Machine Learning / Dados Pessoais / Algoritmos

Banca, bolsa e seguros

BARBOSA, Mafalda Miranda, 1977-

Data controllers e data processors : da responsabilidade pelo tratamento de dados à responsabilidade civil / Mafalda Miranda Barbosa.

In: Banca, bolsa e seguros : Revista online / BBS. Coimbra. ISSN 2183-5586. N.º 3 (2018), p. 147-215

Responsabilidade civil pela violação do direito aos dados pessoais / Proteção de dados pessoais / Responsabilidade extracontratual

CUNHA, Carolina.

Proteção de dados e aplicações móveis na área da saúde : um diagnóstico / Carolina Cunha.

In: Banca, bolsa e seguros : Revista online / BBS. Coimbra. ISSN 2183-5586. N.º 3 (2018), p. 31-50

Dados relativos à saúde no quadro do RGPD / Proteção de dados

LOPES, Cidália Maria da Mota, 1971-

Regime especial dos ativos por impostos diferidos em Portugal / Cidália Mota Lopes.

In: Banca, bolsa e seguros : Revista online / BBS. Coimbra. ISSN 2183-5586. N.º 2 (2016), p. 5-21

Impostos deferidos / Setor bancário

MATOS, Filipe Albuquerque, 1966-

O Regulamento de protecção de dados pessoais (2016/679) no contexto dos desafios da actividade seguradora : o caso particular dos seguros de saúde / Filipe Miguel Cruz de Albuquerque Matos.

In: Banca, bolsa e seguros : Revista online / BBS. Coimbra. ISSN 2183-5586. N.º 3 (2018), p. 51-121

Protecção de privacidade / Protecção de dados / Protecção de dados -- actividade seguradora

MELO, A. Barbosa de, 1932-2016.

Direito Público da Banca, dos Valores Mobiliários e dos Seguros / António Moreira Barbosa de Melo.

In: Banca, bolsa e seguros : Revista online / BBS. Coimbra. ISSN 2183-5586. N.º 1 (2014), p. 53-152

Direito constitucional e administrativo / Funções do estado

MONIZ, Ana Raquel Gonçalves, 1978-

A tutela administrativa de dados pessoais em matéria de seguros : em especial, a autoridade reguladora / Ana Raquel Gonçalves Moniz.

In: Banca, bolsa e seguros : Revista online / BBS. Coimbra. ISSN 2183-5586. N.º 3 (2018), p. 123-146

Protecção de privacidade / Protecção de dados pessoais

OLIVEIRA, Nuno Pinto de.

A declaração de consentimento pré-formulada : articulação entre a directiva 1993/13/Cee, de 5 de abril de 1993, e o Regulamento 2016/679/Ue, De 27 De Abril De 2016 / Nuno Pinto de Oliveira.

In: Banca, bolsa e seguros : Revista online / BBS. Coimbra. ISSN 2183-5586. N.º 3 (2018), p. 5-29

Regulamento Geral de Protecção de Dados / Protecção de dados

PEREIRA, Alexandre Dias, 1970-

A protecção dos dados pessoais e o direito à segurança informática no comércio eletrónico / Alexandre L. Dias Pereira.

In: Banca, bolsa e seguros : Revista online / BBS. Coimbra. ISSN 2183-5586. N.º 3 (2018), p. 303-329

Comércio eletrónico / Dados pessoais / Consumidor / Segurança informática / Mercado digital

POÇAS, Luís.

Problemas e dilemas do setor segurador : o RGPD e o tratamento de dados de saúde / Luís Poças.

In: Banca, bolsa e seguros : Revista online / BBS. Coimbra. ISSN 2183-5586. N.º 3 (2018), p. 217-302

Tratamento de dados de saúde / Protecção de dados pessoais / Quadro normativo da protecção de dados

SILVA, João Calvão da, 1952-2018

Contratos bancários e alteração das circunstâncias / João Calvão da Silva.

In: Banca, bolsa e seguros : Revista online / BBS. Coimbra. ISSN 2183-5586. N.º 1 (2014), p. 153-174

Euribor / Swaps de taxa de juro

SILVA, João Calvão da, 1952-2018.

OICVM : organismos de investimento colectivo em valores mobiliários (decreto-lei n.º 63-A/2013) / João Calvão da Silva.

In: Banca, bolsa e seguros : Revista online / BBS. Coimbra. ISSN 2183-5586. N.º 1 (2014), p. 5-51

Valores mobiliários / Investimento colectivo / Regulamentos da CMVM / Fundos

SILVA, João Calvão da, 1952-2018

União Bancária Europeia / João Calvão da Silva.

In: Banca, bolsa e seguros : Revista online / BBS. Coimbra. ISSN 2183-5586. N.º 2 (2016), p. 23-39

Regulamento (UE) 806/2014 e Directiva 2014/59/UE / Mecanismo de supervisão / Sistema Europeu de Garantia de Depósitos / Fundo de Seguro de Depósitos

De Legibus

BASTO, José Guilherme Xavier de, 1938-

Problemas de aplicação das regras de regularização das deduções de IVA / José Xavier de Basto, Maria Odete Oliveira.

In: De Legibus : Revista de Direito. Lisboa. ISSN 2182-5912. N.º 1 (2021), p. 177-223

IVA / Regularização das deduções / Artigos 24 a 26.º do Código do IVA / Código do IVA / Diretiva IVA

COSTA, José de Faria, 1950-

Dizeres iniciais / José de Faria Costa.

In: De Legibus : Revista de Direito. Lisboa. ISSN 2182-5912. N.º 1 (2021), p. 9-10

Apresentação da revista

DIAS, Beatriz Santos.

Untangling the digital exhaustion / Beatriz Santos Dias.

In: De Legibus : Revista de Direito. Lisboa. ISSN 2182-5912. N.º 1 (2021), p. 111-124

Princípio da exaustão / Exaustão digital / Direito de distribuição / Obra digital / Cópia digital / Transferências digitais / Regulação / Mercado único digital / Livros digitais / Intangíveis / Blockchain

FATELA, Conceição Soares.

O cohousing : breve abordagem jurídico-prática / Conceição Soares Fatela.

In: De Legibus : Revista de Direito. Lisboa. ISSN 2182-5912. N.º 1 (2021), p. 155-176

Habitação colaborativa / Cohousing / Residências sénior

FERNANDES, António Monteiro, 1940-

A presunção de contrato de trabalho na jurisprudência : breves reflexões críticas / António Monteiro Fernandes.

In: De Legibus : Revista de Direito. Lisboa. ISSN 2182-5912. N.º 1 (2021), p. 29-55

Contrato de trabalho / Presunção / Aplicação no tempo / Ónus da prova

HENRIQUES, Adriana.

The parody exception : can it justify a 100 percent copy if it happens in the context of a composite work such as music videos? / Adriana Henriques.

In: De Legibus : Revista de Direito. Lisboa. ISSN 2182-5912. N.º 1 (2021), p. 83-94

Direito de propriedade intelectual / Exceção paródia / Obras compostas / Paródias de vídeos musicais

MACHADO, José Grazina.

O direito real de habitação duradoura : breves notas sobre o regime legal / José Grazina Machado.

In: De Legibus : Revista de Direito. Lisboa. ISSN 2182-5912. N.º 1 (2021), p. 13-27

Direito civil / Direitos reais / Direito real de habitação duradoura

MARQUES, Nuno Castro.

Sobre o conceito de alteração substancial de caderno de encargos no âmbito do procedimento pré-contratual para a realização da empreitada de obras públicas / Nuno Castro Marques.

In: De Legibus : Revista de Direito. Lisboa. ISSN 2182-5912. N.º 1 (2021), p. 225-244

Contratos públicos / Alteração substancial / Contratação pública

OLIVEIRA, Anaísa Correia de.

Covid-19 and intellectual property law : compulsory licensing and the access to covid-19 treatment / Anaísa Correia de Oliveira.

In: De Legibus : Revista de Direito. Lisboa. ISSN 2182-5912. N.º 1 (2021), p. 95-110

Direito de propriedade intelectual / Covid-19 / Licenças voluntárias / Pedido de suspensão do Regime de Propriedade Intelectual do Acordo TRIPS / Licenças compulsórias / Patent pools

SOUZA, Paulo Vitor de.

Artificial intelligence and copyright / Paulo Vitor de Souza.

In: De Legibus : Revista de Direito. Lisboa. ISSN 2182-5912. N.º 1 (2021), p. 125-136

Inteligência artificial / Direitos de autor / Direito digital / Personalidade jurídica / Direito e novas tecnologias

STRÄTZ, Murilo.

A crítica de Bentham à declaração dos direitos do homem e do cidadão : confronto entre o positivismo da Filosofia Analítica do Direito e o Idealismo alemão / Murilo Strätz, Paula Carolina Alves Fernandes.

In: De Legibus : Revista de Direito. Lisboa. ISSN 2182-5912. N.º 1 (2021), p. 57-79

Bentham, Jeremy, 1748-1832 / Direitos humanos / Positivismo / Idealismo / Escola analítica

VILELA, Alexandra.

O crime de violência doméstica : reflexão a propósito do crime cometido sob a forma de omissão e o concurso com o crime de omissão de auxílio / Alexandra Vilela.

In: De Legibus : Revista de Direito. Lisboa. ISSN 2182-5912. N.º 1 (2021), p. 139-154

Violência doméstica / Mau trato / Dever de garante / Omissão impura / Omissão de auxílio / Cônjuge / Família / Pessoa particularmente indefesa

Desporto & Direito

AMADO, João Leal, 1962-

Comentário de urgência ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 7 de Março de 2007 (Caso Zé-Tó) / João Leal Amado.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 12 (2007), p. 501-517

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 7 de Março de 2007 / Caso Zé-Tó

BENTO, Jorge Olímpio, 1946-

A propósito da lei da actividade física / Jorge Olímpio Bento.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 11 (2007), p. 167-183

Actividade física -- lei

CARVALHO, Maria José.

O desporto profissional : entre o regresso às origens e as inovações / Maria José Carvalho.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 11 (2007), p. 257-268

Desporto profissional

CLUNY, João Lima.

A Lei de bases da actividade física e do desporto e os direitos dos consumidores / João Lima Cluny.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 11 (2007), p. 299-306

Direitos dos consumidores / Lei de bases da actividade física e do desporto

CONSTANTINO, José Manuel.

A centralidade das federações desportivas no modelo europeu do desporto e os efeitos nas políticas públicas e no movimento olímpico / José Manuel Constantino.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 12 (2007), p. 441-449

Federações desportivas / Movimento olímpico / Políticas públicas

CORREIA, João.

A nova lei de bases da actividade física e do desporto : justiça desportiva : que sentido e que limites? / João Correia, José Luís Pereira Seixas.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 11 (2007), p. 221-238

Lei de bases da actividade física e do desporto / Justiça desportiva

CORREIA, Lúcio.

Algumas reflexões sobre o caso Bueno/Rodriguez : um caso de rebeldia à liberdade de trabalho do praticante desportivo / Lúcio Correia.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 12 (2007), p. 419-440

Tribunal Arbitral do Desporto / Caso Bueno/Rodrigues

CORREIA, Lúcio.

O praticante desportivo profissional e o empresário desportivo na nova lei de bases da actividade física e do desporto / Lúcio Correia.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 11 (2007), p. 273-283

Empresário desportivo / Lei de bases da actividade física e do desporto / Praticantes desportivos profissionais

COSTA, Ricardo.

Os clubes desportivos e as sociedades desportivas na lei de bases da actividade física e do desporto / Ricardo Costa.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 11 (2007), p. 269-272

Clubes desportivos / Lei de bases da actividade física e do desporto / Sociedades desportivas

GOULÃO, Pedro Pardal.

Contratação de treinadores de futebol : a natureza efémera como legitimação da ditadura do termo / Pedro Pardal Goulão.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 12 (2007), p. 377-392

Contratação de treinadores de futebol

LOURENÇO, Paulo.

A Lei de bases da actividade física e do desporto e a fiscalidade / Paulo Lourenço.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 11 (2007), p. 295-298

Fiscalidade / Lei de bases da actividade física e do desporto

MEDEIROS, Emanuel Macedo de.

Federações desportivas e ligas profissionais : que coabitação? / Emanuel Macedo de Medeiros.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 11 (2007), p. 239-255

Federações desportivas / Ligas profissionais

MEIRIM, José Manuel, 1957-

O Congresso do Desporto e a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto / José Manuel Meirim.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 11 (2007), p. 159-165

Congresso do Desporto / Lei de bases da actividade física e do desporto

MEIRIM, José Manuel, 1957-

A utilidade pública desportiva do Caso Nuno Assis / José Manuel Meirim.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 12 (2007), p. 451-470

Caso Nuno Assis / Utilidade pública desportiva

MOURA, Paulo Cardoso de.

Uma lei de bases sem bases / Paulo Cardoso de Moura.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 11 (2007), p. 185-197

Lei de bases da actividade física e do desporto

NEVES, Luís Cassiano.

A Lei de Bases da actividade física e do desporto e a regulação desportiva / Luís Cassiano Neves.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 11 (2007), p. 211-219

Lei de bases da actividade física e do desporto / Regulação desportiva

RELÓGIO, Luís Paulo.

Lei de bases (da actividade física e) do desporto : take 3 / Luís Paulo Relógio.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 11 (2007), p. 199-209

Lei de bases da actividade física e do desporto

RIBEIRO, Maria João Soares.

O treinador nos tribunais / Maria João Soares Ribeiro.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 12 (2007), p. 393-417

Treinador

ROCHA, Luís Cardoso.

Lei de bases da actividade física e do desporto versus o financiamento dos clubes desportivos / Luís Cardoso Rocha.

In: Desporto & Direito : revista jurídica do desporto. Coimbra. ISSN 1645-8206. A. 4, n.º 11 (2007), p. 285-293

Clubes desportivos -- financiamento / Lei de bases da actividade física e do desporto

Direito das Sociedades em Revista

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, 1955-

Estado de direito e empresa (sociedade) de direito / J. M. Coutinho de Abreu.

In: Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 13, vol. 26 (2021), p. 13-28

Conflitos de interesses / Estado de Direito / Interesse social / Modelos democráticos e plutocráticos de sociedade anónima

ANTUNES, José Engrácia, 1961-

As cláusulas parassociais de não concorrência : breve apontamento / José Engrácia Antunes.

In: Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 13, vol. 26 (2021), p. 29-44

Acordo parassocial / Administração social / Não concorrência / Cláusulas de não concorrência

CARVALHO, Rui Cardinal.

O âmbito subjetivo da cláusula compromissória estatutária : alguns problemas de iure condito e propostas de iure condendo / Rui Cardinal Carvalho.

In: Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 13, vol. 26 (2021), p. 121-153

Sociedades / Arbitragem / Arbitragem societária / Cláusula compromissória estatutária / Âmbito subjetivo

DINIS, David Sequeira.

Execução de instruções (i)lícitas e responsabilidade civil dos administradores da sociedade subordinada / David Sequeira Dinis, Tânia Alves.

In: Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 13, vol. 26 (2021), p. 83-120

Sociedade diretora / Sociedade subordinada / Instruções lícitas / Instruções ilícitas / Instruções desvantajosas / Responsabilidade civil

DOMINGUES, Paulo de Tarso.

As sociedades em comandita : um tipo esquecido e ignorado. Análise do respetivo regime das alterações estatutária / Paulo de Tarso Domingues.

In: Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 13, vol. 26 (2021), p. 71-81

Sociedades em comandita / Deliberações / Alteração do pacto social

PEREIRA, Tatiana Sousa.

Reflexões a propósito do corporate governance nas sociedades de capitais públicos e de economia mista / Tatiana Sousa Pereira.

In: Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 13, vol. 26 (2021), p. 155-185

Corporate governance / Empresas públicas / Interesse público / interesse social

SERRA, Catarina, 1968-

Diversidade de género nos conselhos de administração das sociedades : uma primeira abordagem / Catarina Serra.

In: Direito das Sociedades em Revista. Coimbra. ISSN 1647-2586. A. 13, vol. 26 (2021), p. 45-70

Sociedades / Quotas / Informação não financeira / Diversidade de género / Conselhos de administração / Administradores não executivos

Economics and philosophy

AHMED, Arif.

Choosing for Changing Selves, Richard Pettigrew : [recensão] / Arif Ahmed.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 3 (2021), p. 484-489

ANDERSON, Elizabeth.

Capital and Ideology, Thomas Piketty : Translated by Arthur Goldhammer : [recensão] / Elizabeth Anderson.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 1 (2021), p. 150-156

BALTZLY, Vaughn Bryan.

Concerning publicized goods (or, the promiscuity of the public goods argument) / Vaughn Bryan Baltzly.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 3 (2021), p. 376-394

Bens públicos / Argumento dos bens públicos / Finanças públicas / Análise custo-benefício

BARRETT, Jacob.

Punishment and disagreement in the state of nature / Jacob Barrett.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 3 (2020), p. 334-354

Hobbes, Thomas, 1588-1679 / Locke, John, 1632-1704 / Desacordo moral / Punição / Estado da natureza

BLANC, Sandrine.

Conscientious objection in firms / Sandrine Blanc.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 2 (2021), p. 222-243

Objeção de consciência / Isenções / Corporações / Empresa / Justiça

BLANC, Sandrine.

Firms and parental justice : should firms contribute to the cost of parenthood and procreation? / Sandrine Blanc, Tim Meijers.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 1 (2020), p. 1-27

Direito da família / Igualdade de oportunidades / Empresa / Fair play / Licença parental / Igualdade de género

BRAKE, Elizabet.

Price gouging and the duty of easy rescue / Elizabeth Brake.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 3 (2021), p. 329-352

Aumento de preços / Dever de salvamento / Inflação / Desastre / Fácil salvamento / Exploração

BROWN, Campbell.

Is close enough good enough? / Campbell Brown.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 1 (2020), p. 29-59

Agregação / Proximidade

BROWN, Vivienne.

An intersubjective model of agency for game theory / Vivienne Brown.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 3 (2020), p. 355-382

Raciocínio intersubjetivo / Modelo intersubjetivo de pagamento esperado (ISEP) / Cooperação instrumental / Problemas de coordenação resolúvel

BURRI, Susanne.

Facing Up to Scarcity : The Logic and Limits of Nonconsequentialist Thought, Barbara H. Fried : [recensão] / Susanne Burri.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 2 (2021), p. 321-327

BURRI, Susanne.

The option value of life / Susanne Burri.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 1 (2021), p. 118-138

Abordagem de opções reais / Relato de privação da maldade da morte / Incerteza / Eutanásia / Suicídio

BUTLER, David.

The voting paradox : with a single voter? Implications for transitivity in choice under risk / David Butler, Pavlo Blavatskyy.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 1 (2020), p. 61-79

Paradoxo de Condorcet / Intransitabilidade / Consistência de expansão / Ciclos / Bomba de dinheiro

CAMPIGOTTO, Nicola.

Frames, reasoning, and the emergence of conventions / Nicola Campigotto.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 3 (2020), p. 383-400

Razão comum para acreditar / Convenções / Raciocínio / Lewis, David, 1941-2001

CHRISTMAS, Bill.

Ambidextrous Lockeanism / Billy Christmas.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 2 (2020), p. 193-215

Aquisição / Propriedade / Direito natural

CONTESSA, Gabriele.

Faces of Inequality : A Theory of Wrongful Discrimination, Sophia Moreau : [recensão] / Bastian Steuwer.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 3 (2021), p. 494-500

CONTESSA, Gabriele.

Inductive risk in macroeconomics : Natural Rate Theory, monetary policy, and the Great Canadian Slump / Gabriele Contessa.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 3 (2021), p. 353-375

Risco indutivo / Macroeconomia / Política monetária / Teoria da Taxa Natural / Risco

CONTESSA, Gabriele.

The Triumph of Injustice : How the Rich Dodge Taxes and How to Make Them Pay, Emmanuel Saez and Gabriel Zucman. W.W : [recensão] / Gabriele Contessa.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 3 (2021), p. 489-494

DIETSCH, Peter.

Exit versus voice : options for socially responsible investment in collective pension plans / Peter Dietsch.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 2 (2020), p. 246-264

Investimento socialmente responsável / Plano coletivo de pensões / Desinvestimento / Acionistas / Investigador -- perfil / Perfil de ética do investidor

DUIJF, Hein.

Cooperation, fairness and team reasoning / Hein Duijf.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 3 (2021), p. 413-414

Cooperação / Raciocínio de equipa / Justiça / Teoria do jogo / Preferências de outras em relação

EMMETT, Ross B.

Where Economics Went Wrong : Chicago's Abandonment of Classical Liberalism, David Colander and Craig Freedman : [recensão] / Ross B. Emmett.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 2 (2020), p. 312-317

ERIKSSON, Lina.

Strategic Justice : Convention and Problems of Balancing Diverging Interests, Peter Vanderschraaf : [recensão] / Lina Eriksson.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 3 (2020), p. 455-46

ESPOSITO, Lucio.

Measuring Poverty Around the World, Anthony B. Atkinson : [recensão] / Lucio Esposito, Blanca Zuluaga.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 1 (2021), p. 156-161

EYAL, Nir.

Symposium : ethics of economic ordeals / Nir Eyal, Anders Herlitz.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 1 (2021), p. 1-7

Ética / Economia

GALLOW, J. Dmitri.

Newcomb's Problem, Arif Ahmed (editor) : [recensão] / J. Dmitri Gallow.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 1 (2020), p. 171-176

GALLOW, J. Dmitri.

Time Biases : A Theory of Rational Planning and Personal Persistence, Meghan Sullivan : [recensão] / Conrad Heilmann.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 1 (2020), p. 182-18

GHEAUS, Anca.

Ordeals, women and gender justice / Anca Gheaus.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 1 (2021), p. 8-22

Justiça distributiva / Direito de género / Calvários / Mulheres / Cuidados de saúde

GOLD, Natalie.

How We Cooperate, John E. Roemer : [recensão] / Natalie Gold.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 2 (2021), p. 309-315

GUSTAFSSON, Johan E.

The Levelling-Down Objection and the additive measure of the badness of inequality / Johan E. Gustafsson.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 3 (2020), p. 401-406

Objeção de nivelamento / Desigualdade / Reclamações individuais / Igualitarismo positivo / Temkin, Larry S, 1986-

GUSTAFSSON, Johan E.

Population axiology and the possibility of a fourth category of absolute value / Johan E. Gustafsson.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 1 (2020), p. 81-110

Ética populacional / Utilitarismo de nível crítico / Utilitarismo de alcance crítico / Conclusão Sádica

HALLIDAY, Daniel.

The Form of the Firm : A Normative Political Theory of the Corporation, Abraham Singer : [recensão] / Daniel Halliday.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 3 (2020), p. 465-471

HAUSMAN, Daniel M., 1947-

Ordeals, inequalities, moral hazard and non-monetary incentives in health care / Daniel M. Hausman.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 1 (2021), p. 23-36

Calvários / Risco moral / Incentivos não monetários / Desigualdade

HAUSMAN, Daniel M., 1947-

Philippe Mongin (1950–2020) / Daniel Hausman.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 3 (2020), p. 331-333

HEATH, Joseph, 1967-

In Our Best Interest : A Defense of Paternalism, Jason Hanna : [recensão] / Joseph Heath.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 2 (2020), p. 307-312

HECHT, Lisa.

Economic Statecraft : Human Rights, Sanctions, and Conditionality, Cécile Fabre : [recensão] / Lisa Hecht.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 2 (2020), p. 318-323

HERFELD, Catherine.

Measuring Utility : From the Marginal Revolution to Behavioral Economics, Ivan Moscati : [recensão] / Catherine Herfeld.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 1 (2021), p. 144-150

HERLITZ, Anders.

Putting costs and benefits of ordeals together / Anders Herlitz.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 1 (2021), p. 37-49

Calvários / Comparações / Eficiência de alvo / Incomensurável / Superioridade em valor

HERLITZ, Anders.

Setting Health-Care Priorities : What Ethical Theories Tell Us, Torbjörn Tännsjö : [recensão] / Anders Herlitz.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 3 (2020), p. 460-465

HERLITZ, Anders.

Stable and unstable choices / Anders Herlitz.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 1 (2020), p. 113-125

Consistência básica da contração / Teoria distributiva / Invariação normativa / Prioritarismo / Escolha racional

HERRMANN-PILLATH, Carsten.

Evolutionary mechanisms of choice : Hayekian perspectives on neurophilosophical foundations of neuroeconomics / Carsten Herrmann-Pillath.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 2 (2021), p. 283-303

Ordem Sensorial de Hayek / Modelo de base / Sistemas duplos / Cognição aterrada / Evolução / Vários níveis

HERZOG, Lisa.

The epistemic division of labour in markets : knowledge, global trade and the preconditions of morally responsible agency / Lisa Herzog.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 2 (2020), p. 266-286

Mercados / Conhecimento / Comércio global / Responsabilidade / Hayek, Friedrich A., 1899-1992

HITZIG, Zoë.

The normative gap : mechanism design and ideal theories of justice / Zoë Hitzig.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 3 (2020), p. 407-434

Conceção de mecanismos / Escolha da escola / Teoria ideal / Performativity

KNISS, Johannes.

On Trade Justice : A Philosophical Plea for a New Global Deal, Mathias Risse and Gabriel Wollner : [recensão] / Johannes Knies.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 3 (2020), p. 471-476

LIU, Yang.

Countable additivity, idealization, and conceptual realism / Yang Liu.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 1 (2020), p. 127-147

Aditividade contabilizável / Fundamentos de probabilidade / Teoria da decisão bayesiana / Idealização / Realismo conceptual

MANSKI, Charles F.

The lure of incredible certitude / Charles F. Manski.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 2 (2020), p. 216-245

Incerteza científica / Análise política / Identificação parcial

MARKUS, Keith A.

Causal effects and counterfactual conditionals : contrasting Rubin, Lewis and Pearl / Keith A. Markus.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 3 (2021), p. 441-461

Causalidade / Contrafactuais / Investigação comparativa

MINTZ-WOO, Kian.

What do climate change winners owe, and to whom? / Kian Mintz-Woo, Justin Leroux.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 3 (2021), p. 462-483

Alterações climáticas / Direito do clima / Justiça climática / Imposto sobre o carbono / Princípio do poluidor-pagador / Externalidade

O'NEILL, John.

What is lost through no net loss / John O'Neill.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 2 (2020), p. 287-306

Compensações / Capital natural / Serviços de ecossistema

ROSE, Julie L.

Rationing with time : time-cost ordeals' burdens and distributive effects / Julie L. Rose.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 1 (2021), p. 50-63

Provações económicas / Orientação / Tempo livre / Justiça distributiva / Desigualdade social e política

SAYEGH, Alexandre Gajevic.

Taxation : Philosophical Perspectives, Martin O'Neill and Shepley Orr (eds) : [recensão] / Alexandre Gajevic Sayegh.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 2 (2021), p. 315-321

SCHAEFER, Alexander.

Rationality, uncertainty, and unanimity : an epistemic critique of contractarianism / Alexander Schaefer.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 1 (2021), p. 82-117

Contrato social / Contractualismo / Teoria do jogo / Unanimidade

SCHARDING, Tobey K.

Contractualism and risk preferences / Tobey K. Scharding.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 2 (2021), p. 260-283

Contraterrorismo / Risco / REU / Teoria da utilidade esperada ponderada pelo risco

SPEARS, Dean.

The Asymmetry of population ethics : experimental social choice and dual-process moral reasoning / Dean Spears.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 3 (2020), p. 135-454

Ética populacional / Escolha social experimental / Assimetria / Método questionário-experimental / Raciocínio moral de dois processos

STUDTMANN, Paul.

Universalizing and the we : endogenous game theoretic deontology / Paul Studtmann, Shyam Gouri Suresh.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 2 (2021), p. 244-259

Raciocínio kantiano / Moralidade na teoria do jogo / Teoria do jogo

SUGDEN, Robert, 1949-

Humanomics : Moral Sentiments and the Wealth of Nations for the Twenty-First Century, Vernon L. Smith and Bart J. Wilson : [recensão] / Robert Sugden.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 2 (2021), p. 304-309

SUGDEN, Robert, 1949-

Reciprocity and the Art of Behavioural Public Policy, Adam Oliver : [recensão] / Robert Sugden.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 1 (2021), p. 139-144

THOMA, Johanna.

In defence of revealed preference theory / Johanna Thoma.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 2 (2021), p. 163-187

Teoria das preferências reveladas / Preferência / Teoria da utilidade esperada / Mentalismo / Comportamentalismo

TUCKER, Paul.

Do Central Banks Serve the People? Peter Dietsch, Francois Claveau and Clement Fontan : [recensão] / Paul Tucker.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 3 (2020), p. 481-487

VAN DER VOSSSEN, Bas, 1979-

Property, the environment, and the Lockean Proviso / Bas van der Vossen.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 3 (2021), p. 395-412

Propriedade / Ética ambiental / Condição Lockean / Direito de água

VAN' T KLOOSTER, Jens.

Unelected Power : The Quest for Legitimacy in Central Banking and the Regulatory State, Paul Tucker : [recensão] / Jens van' T Klooster.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 3 (2020), p. 476-481

VREDENBURGH, Kate.

A unificationist defence of revealed preferences / Kate Vredenburg.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 1 (2020), p. 149-169

Teoria da escolha racional / Preferências reveladas / Explicação causal / Unificação

WATKINS, Aja.

The Origins of Unfairness : Social Categories and Cultural Evolution, Cailin O'Connor : [recensão] / Aja Watkins, Rory Smead.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 36, n.º 2 (2020), p. 324-330

WIT, Juliette R de.

Measuring norms using social survey data / Juliette R. de Wit, Chiara Lisciandra.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 2 (2021), p. 188-221

Normas sociais / Normas cívicas / Medição / Dados do inquérito social

ZECKHAUSER, Richard.

Strategic sorting : the role of ordeals in health care / Richard Zeckhauser.

In: Economics and philosophy. Cambridge. ISSN 0266-2671. Vol. 37, n.º 1 (2021), p. 64-81

Calvário / Eficiência de alvo / Sinalização / Risco moral / Classificação estratégica / Cuidados de saúde

Environment and Development Economics

AGGARWAL, Raavi.

Impacts of climate shocks on household consumption and inequality in India / Raavi Aggarwal.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 5-6 (2021), p. 488-511

Alterações climáticas / Agricultura / Desigualdade / Índia / Indústria

AGLIARDI, Elettra.

Introduction : special issue on the economics of climate change and sustainability (Part B) / Elettra Agliardi, Marco Casari, Anastasios Xepapadeas.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 1 (2020), p. 1-4

Alterações climáticas / Sustentabilidade

AJEFU, Joseph B.

Coping with negative shocks and the role of the farm input subsidy programme in rural Malawi / Joseph B. Ajefu, Uchenna Efobi, Ibukun Beecrof.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 5-6 (2021), p. 561-581

Produtividade agrícola / Subsídio de produção agrícola / Segurança alimentar / Posse de terras / Chuva / Malawi

ALBERS, Heidi J.

Assessing policies to mitigate abandonment of shade-grown coffee production in forest systems amid low and uncertain prices / Heidi J. Albers, Stephanie Brockmann, Beatriz Ávalos-Sartorio.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 4 (2021), p. 403-428

Biodiversidade / Certificação / Desflorestação / Decisões dos agricultores / Mercados verdes / Análise de políticas

ASSA, Boka Stéphane Kévin.

The deforestation-income relationship : evidence of deforestation convergence across developing countries / Boka Stéphane Kévin Assa.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 2 (2021), p. 131–150

Convergência / Desflorestação / Curva de Kuznets ambientais / Rendimento / Taxa de crescimento a longo prazo

BA, Bocar Samba.

Challenging pollution and the balance problem from rare earth extraction : how recycling and environmental taxation matter / Bocar Samba Ba, Pascale Combes-Motel, Sonia Schwartz.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 6 (2020), p. 634-656

Elementos raros da terra / Problema de equilíbrio / Poluição / Reciclagem / Competição Cournot / Tributação pigouviana

BAO, Qun.

Environmental regulation, local legislation and pollution control in China / Qun Bao, Min Shao, Dali Yang.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 4 (2021), p. 321-339

Aplicação da lei / Regulação ambiental / Legislação local

BHARADWAJ, Bishal.

What makes a ban on plastic bags effective? The case of Nepal / Bishal Bharadwaj, Jean Marie Baland, Mani Nepal.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 2 (2020), p. 95-114

Proibição de sacos de plástico / Sanção percebida / Consumidores / Retalhistas / Nepal

BORGHESI, Simone.

A room with a view : a special issue with a special perspective / Simone Borghesi.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 3 (2021), p. 205–210

Alterações climáticas / Países em desenvolvimento / Distribuição / Comércio de emissões / Inovação / Incerteza

BROCK, William.

Regional climate policy under deep uncertainty : robust control and distributional concerns / William Brock, Anastasios Xepapadeas.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 3 (2021), p. 211–238

Anomalias de temperatura regionais / Incerteza profunda / Pesos de distribuição / Custo de robustez / Aprendizagem

CAIRNS, Robert D.

Growth and long-run sustainability / Robert D. Cairns, Vincent Martinet.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 4 (2021), p. 381-402

Crescimento / Valor máximo / Economias não ótimas / Mecanismo de atribuição de recursos / Sacrifício / Melhoria da sustentabilidade / Desenvolvimento sustentável

CASSIN, Lesly.

The effects of migration and pollution on cognitive skills in Caribbean economies : a theoretical analysis / Lesly Cassin.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 6 (2020), p. 657-686

Poluição / Desenvolvimento / Migração / Ilhas Caraíbas

CATO, Susumu.

From the St. Petersburg paradox to the dismal theorem / Susumu Cato.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 5 (2020), p. 423-432

Alterações climáticas / Catástrofe / Incerteza

CHINA'S FISCAL DECENTRALIZATION AND ENVIRONMENTAL QUALITY

China's fiscal decentralization and environmental quality : theory and an empirical study / Yu Hao.. [et al.].

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 2 (2020), p. 159-181

Crescimento económico / Qualidade ambiental / Descentralização fiscal / Dados do painel / China

CLIMATE IMPACTS ON NUTRITION AND LABOR SUPPLY DISENTANGLED

Climate impacts on nutrition and labor supply disentangled : an analysis for rural areas of Uganda / Chiara Antonelli.. [et al.].

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 5-6 (2021), p. 512-537

Consumo alimentar / Bem-estar / Segurança alimentar / Impactos climáticos / Alterações climáticas / Fornecimento de mão-de-obra

CLIMATE RESILIENCE IN RURAL ZAMBIA

Climate resilience in rural Zambia : evaluating farmers' response to El Niño-induced drought / Federica Alfani.. [et al.].

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 5-6 (2021), p. 582-604

Choques climáticos / Produtividade das culturas / Gestão sustentável dos terrenos / Rendimento / Zambia

CLOOTENS, Nicola.

Threshold regressions for the resource curse / Nicolas Clootens, Djamel Kirat.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 6 (2020), p. 583-610

Crescimento / Recursos naturais / Maldição de recursos / Regressões limiar

CONVERY, Frank J.

Carbon-reducing innovation as the essential policy frontier towards finding the ways that work / Frank J. Convery.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 3 (2021), p. 261-280

Redução do carbono / Clima / Inovação / Política

CRETI, Anna.

Introduction : special issue on weather and climate impacts in developing countries / Anna Creti, Philippe Delacote, Antoine Leblois.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 5-6 (2021), p. 429-431

Alterações climáticas / Países em desenvolvimento / Desastres meteorológicos

DETERMINANTS OF AGRICULTURAL EMISSIONS

Determinants of agricultural emissions : panel data evidence from a global sample / Canh Phuc Nguyen.. [et al.].

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 2 (2021), p. 109-130

Amostra global / Agricultura / Emissões / Poluição

DO SOCIAL PROTECTION PROGRAMS FOSTER SHORT-TERM AND LONG-TERM MIGRATION ADAPTATION STRATEGIES?

Do social protection programs foster short-term and long-term migration adaptation strategies? / Valerie Mueller.. [et al.].

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 2 (2020), p. 135-158

Adaptação / Variabilidade climática / Migração / Proteção social / Zambia

DROUGHTS AND FLOODS IN MALAWI

Droughts and floods in Malawi : impacts on crop production and the performance of sustainable land management practices under weather extremes / Nancy McCarthy.. [et al.].

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 5-6 (2021), p. 432-449

Alterações climáticas / Produção de culturas / Gestão sustentável dos terrenos -- Malawi

EMPORA, Neophyta.

Output and pollution abatement in a U.S. state emission function / Neophyta Empora, Theofanis P. Mamuneas, Thanasis Stengo.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 1 (2020), p. 44-65

Curva de Kuznets Ambientais / Emissões / Redução da poluição / Mecanismo de geração residual / Estimativa semiparamétrica / Regressão limiar

THE EU ETS AND ITS COMPANION POLICIES

The EU ETS and its companion policies : any insight for China's ETS? / Stefano F. Verde.. [et al.].

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 3 (2021), p. 302-320

Comércio de emissões / ETS da China / Políticas de acompanhantes / ETS da UE / Efeito waterbed / Interações políticas

FILIPPINI, Massimo.

Energy-related financial literacy and bounded rationality in appliance replacement attitudes : evidence from Nepal / Massimo Filippini, Nilkanth Kumar, Suchita Srinivasan.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 4 (2020), p. 399-422

Racionalidade limitada / Literacia energética / Literacia financeira / Agregados familiares / Nepal

FITZGERALD, Timothy.

Understanding productivity effects of hydraulic fracturing in unconventional natural gas deposits and implications for adoption in the developing world / Timothy Fitzgerald, Charles F. Mason.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 3 (2021), p. 281-301

Fratura hidráulica / Gás natural / Inovação / Empresas de serviços petrolíferos / Toxicidade / Segredos comerciais

FONTES, Francisco.

Does choice of drought index influence estimates of drought-induced rice losses in India? / Francisco Fontes, Ashley Gorst, Charles Palmer.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 5 (2020), p. 459-481

Agricultura / Clima / Seca / Arroz / Chuva / Índia

GIRARD, Julia.

Agricultural households' adaptation to weather shocks in Sub-Saharan Africa : implications for land-use change and deforestation / Julia Girard, Philippe Delacote, Antoine Leblois.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 5-6 (2021), p. 538-560

Consumo alimentar / Adaptação / Agricultura / Desflorestação / Utilização do território / Acidentes meteorológicos

GÓMEZ, Katty.

How does air pollution affect housing rental prices in Chile? An economic assessment of PM2.5 concentration across Chilean communes / Katty Gómez, Victor Iturra.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 4 (2021), p. 364-380

Poluição atmosférica / Modelo hedónico / Preço de arrendamento de habitação / Vontade de pagar / Chile

HEGER, Martin Philipp.

Land and poverty : the role of soil fertility and vegetation quality in poverty reduction / Martin Philipp Heger, Gregor Zens, Mook Bangalore.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 4 (2020), p. 315-333

Transferências bancárias / Impacto de heterogeneidade / Relações pobreza-ambiente / Meios de subsistência rurais

HOU, Zheng.

Directed technological change, energy and more : a modern story / Zheng Hou, Catarina Roseta-Palma, Joaquim J.S. Ramalho.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 6 (2020), p. 611-633

Mudança tecnológica direcionada / Crescimento económico / Energia / Análise estocástica de fronteira

HOUSEHOLD FUELWOOD CONSUMPTION IN WESTERN RURAL CHINA

Household fuelwood consumption in western rural China : ethnic minority families versus Han Chinese families / Xiaojun Yang.. [et al.].

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 5 (2020), p. 433-458

Transição energética / Grupos étnicos / Floresta / Lenha de combustível / Rendimento off-farm / China

IIDA, Takeshi.

International R&D formations and strategic environmental policy / Takeshi Iida.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 5 (2020), p. 509-528

R&D ambiental / Joint venture de investigação internacional / Cartel de I&D / Política de ambiente estratégico

ING, Julie.

North-South diffusion of climate-mitigation technologies : the crowding-out effect on relocation / Julie Ing, Jean-Philippe Nicolai.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 1 (2020), p. 21-43

Difusão tecnológica / Imposto sobre o carbono / Deslocalização / Filial / Transferência pública / Comércio de bens poluentes / Concorrência imperfeita

IS ENTERPRISE ENVIRONMENTAL PROTECTION INVESTMENT RESPONSIBILITY OR RENT-SEEKING? CHINESE EVIDENCE

Is enterprise environmental protection investment responsibility or rent-seeking? Chinese evidence / Xin-Feng Jiang.. [et al.].

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 2 (2021), p. 169-187

Despesas ambientais corporativas / Consequências económicas / Ligações políticas / Propriedade / Direitos da natureza

KIND, Jarl.

Social vulnerability in cost-benefit analysis for flood risk management / Jarl Kind, W. J. Wouter Botzen, Jeroen C. J. H. Aerts.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 2 (2020), p. 115-134

Vulnerabilidade social / Resiliência social / Análise custo-benefício / Gestão do risco de inundação / Equidade / Desastres naturais / Bem-estar

LABEAGA, José M.

Energy taxation, subsidy removal and poverty in Mexico / José M. Labeaga, Xavier Labandeira, Xiral López-Otero.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 3 (2021), p. 239-260

Distribuição / Emissões / Equidade / Subsídio

LAND RIGHTS AND THE ECONOMIC IMPACTS OF CLIMATIC ANOMALIES ON AGRICULTURE

Land rights and the economic impacts of climatic anomalies on agriculture : evidence from Ethiopia / Mintewab Bezabih.. [et al.].

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 5-6 (2021), p. 632-656

Anomalias climáticas / Direitos de propriedade / Análise ricardiana / Certificação dos terrenos / Etiopia

LI, Dmitriy D.

Green official development Aid and carbon emissions : do institutions matter? / Dmitriy D. Li, Meenakshi Rishi, Jeong Hwan Bae.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 1 (2021), p. 88-107

Emissões de carbono / Corrupção / Liberdade económica / APD verde / Estado de Direito

MARTÍNEZ-ZARZOSO, Inma.

Freedom of the press, inequality and environmental policy / Inma Martínez-Zarzoso, Jennifer Phillips.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 6 (2020), p. 537-560

Curva de Kuznets ambientais / Rigor ambiental / Liberdade de imprensa / Desigualdade / Classe JEL / Painel de dados

MARTÍNEZ-ZARZOSO, Inma.

Introduction : special issue on the environment, resources and pollution : new challenges for economic development / Inma Martínez-Zarzoso, Christian Oberst, Camélia Turcu.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 6 (2020), p. 529-536

Região das Caraíbas / China / Transparência / Recursos naturais / Poluição / Mudança tecnológica / Política ambiental / Desigualdade de rendimentos

NILSON, Gustavo Anríquez.

Hidden welfare effects of tree plantations / Gustavo Anríquez Nilson, Gabriela Toledo Roman, Rodrigo Arriagada Cisternas.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 2 (2021), p. 151-168

Subsídios à florestação / Avaliação de impacto / Pobreza / Plantações de árvores

NSHAKIRA-RUKUNDO, Emmanuel.

Determinants of uptake and strategies to improve agricultural insurance in Africa : a review / Emmanuel Nshakira-Rukundo, Juliet Wanjiku Kamau, Heike Baumüller.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 5-6 (2021), p. 605-631

Seguro agrícola / Aceitação / África

OKONKWO, Jennifer U.

Welfare effects of natural resource privatization : a dynamic analysis / Jennifer U. Okonkwo, Martin F. Quaas.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 3 (2020), p. 205-225

Recurso comum -- piscina / Rendimento / Privatização / Bem-estar

OLIVEIRA, Jaqueline.

Do temperature shocks affect non-agriculture wages in Brazil? Evidence from individual-level panel data / Jaqueline Oliveira, Bruno Paliolol, Paula Pereda.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 5-6 (2021), p. 450-465

Alterações climáticas / Produção de culturas / Gestão sustentável dos terrenos -- Malawi

ORIHUELA, José Carlos.

Fading local effects : boom and bust evidence from a Peruvian gold mine / José Carlos Orihuela, Victor Gamarra-Echenique.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 2 (2020), p. 182-203

Choque de procura / Liquidação fiscal / Ligações / Maldição de recursos / Efeitos locais

PARIDA, Yashobanta.

Economic impact of floods in the Indian states / Yashobanta Parida.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 3 (2020), p. 267-290

Desenvolvimento económico / Inundações / Modelo IV-Poisson / Modelo IV-Tobit / Alinhamento político

PEET, Evan D.

Early-life environment and human capital : evidence from the Philippines / Evan D. Peet.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 1 (2021), p. 1-25

Desenvolvimento / Ambiente / Poluição / Capital humano

POVERTY-ENVIRONMENT RELATIONSHIPS UNDER MARKET HETEROGENEITY

Poverty-environment relationships under market heterogeneity : cash transfers and rural livelihoods in Zambia / Kathleen Lawlor.. [et al.].

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 3 (2020), p. 291-314

Transferências bancárias / Impacto de heterogeneidade / Relações pobreza-ambiente / Meios de subsistência rurais

RAINFALL SHOCKS, COGNITIVE DEVELOPMENT AND EDUCATIONAL ATTAINMENT AMONG ADOLESCENTS IN A DROUGHT-PRONE REGION IN KENYA

Rainfall shocks, cognitive development and educational attainment among adolescents in a drought-prone region in Kenya / Laura Nübler... [et al.].

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 5-6 (2021), p. 466-487

Desenvolvimento cognitivo / Adolescentes / Seca / Quênia / Escolaridade / Transferência incondicional de dinheiro / Programa rede de segurança da fome

RAUSCHE, Michael.

Demographic change and climate change / Michael Rausche.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 1 (2020), p. 5-20

Alterações climáticas / Mudança demográfica / Crescimento endógeno / Política ambiental / Mortalidade e longevidade

ROGERS, Martha.

Measuring the welfare effects of forests : an application of the travel cost model / Martha Rogers.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 3 (2020), p. 244-266

Custo de transporte / Produção agrícola / Desenvolvimento / Ambiente / Transporte

THE ROLE OF CONTRACT TYPE IN SOIL-IMPROVING INVESTMENTS

The role of contract type in soil-improving investments : evidence from rice-planting large-scale production units in China / Fang Li ... [et al.].

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 4 (2020), p. 334-354

Efeito de colateralização / Agricultura sustentável / Segurança de posse de terras / Agricultura em larga escala / Contrato de arrendamento

SALAZAR, César.

The impact of collective use rights on share contracts : the case of the Extractive Artisanal Regime (RAE) in Chilean hake fisheries / César Salazar, Jorge Dresdner.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 4 (2020), p. 355-377

Direitos de utilização coletiva / Pescaria / Contratos de ações / Modelo de regressão de comutação

SALPAGE, Nesha Dushani.

Is the Sri Lankan ecotourism industry threatened by climate change? A case study of Rekawa coastal wetland using contingent visitation approach / Nesha Dushani Salpage, Margrethe Aanesen, Oscar Amarasinghe.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 3 (2020), p. 226-243

Índice ambiental de alterações climáticas / Cenários de alterações climáticas / Zona húmida costeira / Contingente / Inquérito de visita / Comportamento

SHREEDHAR, Ganga.

Monitoring and punishment networks in an experimental common pool resource dilemma / Ganga Shreedhar, Alessandro Tavoni, Carmen Marchiori.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 1 (2020), p. 66-94

Recursos comuns -- piscina / Controlo / Redes / Castigo / Punição

SOUKIAZIS, Elias, 1954-

Exploring the driving forces of waste generation in the Portuguese municipalities / Elias Soukiazis, Sara Proença.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 4 (2021), p. 340-363

Curva de Kuznets ambientais / Dados do painel / Municípios portugueses / Estrutura socioeconómica / Geração de resíduos

THAMARAPANI, Dhanushka.

Natural disasters and child health / Dhanushka Thamarapani.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 1 (2021), p. 26-44

Choques na infância / Disponibilidade de crédito / Atordoamento / Indonésia

TIAN, Zhihua.

Political incentives, Party Congress, and pollution cycle : empirical evidence from China / Zhihua Tian, Yanfang Tian.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 2 (2021), p. 188-204

Funcionários da cidade / Congresso do Partido Comunista / Desenvolvimento económico / Incentivos políticos / Ciclo político de poluição

TIME EQUALS MONEY? VALUING ECOSYSTEM-BASED ADAPTATION IN A DEVELOPING COUNTRY CONTEXT

Time equals money? Valuing ecosystem-based adaptation in a developing country context / Liselotte C. Hagedoorn ... [et al.].

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 5 (2020), p. 482-508

Experiências de escolha discreta / Adaptação baseada no ecossistema / Avaliação ambiental / Veículo de pagamento monetário / Veículo de pagamento a tempo / Vontade de pagar

VÁSQUEZ, William F.

A hedonic valuation of sanitation services in Guatemala / William F. Vásquez, Laura Beaudin.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 4 (2020), p. 378-398

Valor económico / Preço / Modelo implícito / Saneamento / Resíduos sólidos / Águas residuais / Vontade para pagar

VEETIL, Prakashan Chellattan.

Information quality, adoption of climate-smart varieties and their economic impact in flood-risk areas / Prakashan Chellattan Veetil, Prabhakaran T. Raghu, Arathy Ashok.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 1 (2021), p. 45-68

Informação / Adoção sequencial / Variedade de arroz tolerante ao stress / Índia

ZAMBRANO-MONSERRATE, Manuel A.

The spatial effect of estuaries pollution on the housing rental market : evidence from South America / Manuel A. Zambrano-Monserrate, Maria Alejandra Ruano.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 26, n.º 1 (2021), p. 69-87

Estuários / Economia / Modelos / Externalidades ambientais negativas / Regressão espacial / Preços implícitos

ZHANG, Yunzhi.

Free trade and the environment : evidence from Chinese cities / Yunzhi Zhang.

In: Environment and Development Economics. Cambridge. ISSN 1355-770X. Vol. 25, n.º 6 (2020), p. 561-582

Nível da cidade / Rigor ambiental / Ambiente / Abertura do comércio / China

Estudos de Direito do Consumidor

AFONSO, Luiz Fernando.

Medicalização do consumo e publicidade abusiva a proteção difusa dos idosos / Luiz Fernando Afonso.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 267-306

Idosos / Medicação do idoso / Hiperconsumo / Publicidade abusiva / Consumidores / Direito do consumidor

BARBOSA, Mafalda Miranda, 1977-

Considerações acerca do tamanho da letra : a propósito da recente alteração ao DL N.º 446/85, de 25 de outubro / Mafalda Miranda Barbosa.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 307-330

Regime Jurídico das Cláusulas Contratuais Gerais / Controlo e fiscalização de cláusulas abusivas / Contratos -- tamanho da letra

BARCELOS, Nicole Rinaldi de.

Direito internacional privado e resolução de litígios de consumo : lei aplicável, jurisdição internacional e resolução alternativa de litígios na união europeia e no Brasil / Nicole Rinaldi de Barcellos.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 477-509

Consumidor transfronteiriço / Litígio de consumo internacional / Direito internacional privado / Jurisdição internacional / Resolução alternativa de litígios

CAPELO, Maria José, 1965-

Arbitragem de conflitos de consumo : questões práticas / Maria José Capelo, Ana Francisca Dias.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 331-361

Conflitos de consumo / Arbitragem de conflitos

CAPELO, Maria José, 1965-

Arbitragem de conflitos de consumo : questões práticas (II) / Maria José Capelo, Ana Francisca Dias.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 363-379

Conflitos de consumo / Decisões arbitrais / Arbitragem de conflitos

CASTRO, Joana Lourenço e.

Breves considerações sobre a aplicação prática do decreto-lei N.º 227/2012 de 25 de outubro / Joana Lourenço e Castro.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 235-265

Crédito / PERSI / Consumidores / Direito do consumidor

DAHINTEN, Bernardo Franke.

Novas tecnologias, regulação e proteção dos consumidores : reflexões sobre o caso da uber no Brasil e em Portugal / Bernardo Franke Dahinten, Augusto Franke Dahinten.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 9-38

Proteção do consumidor / Novas tecnologias / Uber / Regulação em Portugal / Regulação no Brasil

FERREIRA, Vitor Hugo do Amaral.

A figura do mediador de crédito : experiência da legislação portuguesa e perspectivas brasileiras ao (sobre)endividamento / Vitor Hugo do Amaral Ferreira.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 667-701

Sociedade de consumo / Direito do consumidor / Sobreendividamento / Mediador de crédito

GOMES, Tatiana Bruhn Parmeggiani.

Publicidade e consumo : papel das celebridades e influenciadores digitais no comportamento do consumidor além-fronteiras e no Brasil / Tatiana Bruhn Parmeggiani Gomes.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 647-665

Celebridades / Comportamento do consumidor / Concorrência / Plataformas digitais / Publicidade

MONTEIRO, Marisa Silva.

Os deveres de informação perante investidores não profissionais : reflexão à luz da equiparação legal a consumidores / Marisa Silva Monteiro.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 427-475

Intermediação financeira / Deveres de informação / Investidor não profissional / Investidor-consumidor

MUCELIN, Guilherme.

Plataformas de compartilhamento : os fornecedores da Sharing Economy numa visão brasileira / Guilherme Mucelin.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 151-183

Sharing Economy -- Brasil / Consumo partilhado / Plataformas de partilha de consumo

OLIVEIRA, Rui Estrela de.

A renúncia tácita do credor à indivisibilidade da hipoteca / Rui Estrela de Oliveira.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 563-646

Hipoteca / Indivisibilidade / Renúncia / Declaração tácita / Renúncia tácita / Declaração negocial / Comportamento concludente / Declaração expressa

PINTO, Paulo Mota, 1966-

Venda de bens de consumo apontamento sobre a transposição da diretiva (ue) 2019/771 e o direito português / Paulo Mota Pinto.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 511-561

Venda de bens / Harmonização fixa e prazo de transposição

REBELO, Irene.

A covid-19 e o seu impacto nos contratos / Irene Rebelo.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 185-233

SARS-CoV -2 / Covid-19 / Estado de emergência / Estado de calamidade / Contrato / Perturbações contratuais / Regulação contratual / Alteração anormal das circunstâncias / Impossibilidade da prestação / Mora do credor / Risco / Repartição do risco

SOUSA, Gabriela Mesquita.

Formação do contrato no regime dos contratos de crédito relativos a imóveis : Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho / Gabriela Mesquita Sousa.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 39-149

Formação do contrato / Incumprimento dos deveres pré-contratuais / Regra geral / Nulidade / Normas imperativas / Sanções administrativas

TARGA, Maria Luiza Baillo.

Os direitos dos passageiros de transporte aéreo antes e durante a pandemia da covid-19 : uma análise comparativa entre Brasil e Portugal / Maria Luiza Baillo Targa.

In: Estudos de Direito do Consumidor. Coimbra. ISSN 1646-0375. Nº 17 (2021), p. 381-425

Covid-19 / Transporte aéreo / Direitos dos passageiros / Direito comparado -- Brasil -- Portugal

JURISMAT

AMADO, António.

A sociedade por quotas, perante o Decreto-Lei 33/2011, de 7 de Março / António Amado.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 285-304

Decreto-Lei 33/2011, de 7 de Março / Sociedade por quotas

BELEZA, Maria dos Prazeres Pizarro.

Julgamento de facto em 1.ª e 2.ª Instâncias / Maria dos Prazeres Pizarro Beleza.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 203-220

Julgamento de facto

CATARINO, Manuel.

O fascismo, a Revolução, a contra-revolução em Portugal e o papel da economia política / Manuel Catarino.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 339-366

Fascismo / Revolução / Economia política

CONDESSO, Fernando dos Reis.

Instituições jurisdicionais no direito canónico / Fernando dos Reis Condeso.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 11 (2017), p. 57-86

Apostólico / Código / Direito canónico / Funções

CUNHA, Paulo Ferreira da, 1959-

Democracia, civilização, humanidade : uma defesa de numância? / Paulo Ferreira da Cunha.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 45-72

Civilização / Democracia / Humanidade / Numância

DALAL, Halimi.

Les enjeux et les perspectives de la politique criminelle Marocaine dans la lutte contre la cybercriminalité / Halimi Dalal.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 11 (2017), p. 137-148

Cibercrime / Competência judiciária -- conflitos / Cooperação internacional / Implicações / Liberdades individuais -- protecção / Perspectivas / Política criminal / Polícia judiciária / Segurança dos internautas

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos.

Diretrizes éticas para a inteligência artificial confiável na União Europeia e a regulação jurídica no Brasil / Marcos Ehrhardt Júnior, Gabriela Buarque Pereira Silva.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 305-338

União Europeia / Inteligência artificial / Regulação jurídica -- Brasil

FERNANDES, António Monteiro, 1940-

Entre a caducidade e o despedimento / António Monteiro Fernandes.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 267-283

Caducidade / Despedimento

FONSECA, Dora Isabel Mendes Lopes.

A problemática da atenuação especial da pena prevista no Decreto-Lei 401/82 de 23 de Setembro e os contributos da psicologia do desenvolvimento e da sociologia / Dora Isabel Mendes Lopes Fonseca.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 155-169

Decreto-Lei 401/82, de 23 de Setembro / Psicologia do desenvolvimento / Sociologia

FRAGA, Carlos Alberto Conde Silva.

Os princípios da tipicidade e da segurança jurídica nas Constituições Espanhola e Portuguesa e o direito disciplinar / Carlos Alberto Conde Silva Fraga.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 11 (2017), p. 87-110

Direito disciplinar / Segurança jurídica / Tipicidade

FREITAS, Pedro Caridade de, 1972-

O direito de visita e a abolição internacional do tráfico de escravos : uma questão histórico-jurídica / Pedro Caridade de Freitas.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 13-44

Direito de visita / Escravatura / Tráfico de escravos -- abolição -- Portugal / Portugal / Reino Unido

GODINHO, Jorge.

A evolução dos crimes de corrupção no direito penal de Macau / Jorge Godinho.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 121-153

Crimes de corrupção / Direito penal -- Macau

LOURENÇO, Lúcio Augusto Pimentel.

Portugal humanista : a abolição da pena de morte / Lúcio Augusto Pimentel Lourenço.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 11 (2017), p. 15-48

Abolicionismo / Escravatura / Execução de pena / Pena capital / Pena de morte

LUÍS, Sandra dos Reis.

A Convenção das Nações Unidas sobre pessoas com deficiência / Sandra dos Reis Luís.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 11 (2017), p. 211-235

Ambiente adequado / Aplicação directa / Apoio / CDPD / Constituição portuguesa / Desafios / (in)capacidade / Igualdade / Lei ordinária / Mudança legislativa / Novo paradigma

MALTÊS, José Adelino, 1951-

Sobre o federalismo / José Adelino Maltez.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 11 (2017), p. 49-56

Elites / Espaço público / Federalismo / Governo

MAMEDES, Vanessa.

Contrato-promessa : inobservância da forma legal : nulidade e abuso do direito / Vanessa Mamedes.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 254-265

Abuso do direito / Contrato-promessa / Nulidade

MARTÍN LÓPEZ, Alexey.

Política, derecho de propiedad y economía : bases del urbanismo socialista en Cuba / Alexey Martín López.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 11 (2017), p. 187-209

Direito urbanístico / Economia centralizada e planificada / Política / Políticas urbanas e habitacionais / Propriedade imobiliária / Cuba

MELLO, Alberto de Sá e.

Modificação ou resolução dos contratos por alteração das circunstâncias, no contexto da pandemia COVID-19 : breve anotação ao regime da lei civil / Alberto Sá e Mello.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 247-255

Contratos / Covid-19 -- pandemia

MENDES, Maria de Fátima Cabrita.

A economia digital e os principais desafios suscitados ao Direito da Concorrência da União Europeia / Maria de Fátima Cabrita Mendes.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 11 (2017), p. 237-269

Direito da Concorrência da União Europeia / Economia digital / Plataformas digitais

MIRANDA, jorge, 1941-

Os direitos fundamentais na Constituição de Cabo Verde / Jorge Miranda.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 93-107

Constituição -- Cabo Verde / Direitos fundamentais -- Cabo Verde

MONCADA, Luís Cabral de, 1952-

A figura da anulação sobrevinda do acto administrativo / Luiz Cabral de Moncada.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 11 (2017), p. 111-136

Actividade administrativa / Controlo judicial / Invalidez / Invalidez superveniente / Mudança técnica

MORAIS, Carlos Blanco de, 1957-

O precedente na Justiça Constitucional Portuguesa e Brasileira : um apontamento comparado em tempos de crise / Carlos Blanco de Moraes.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 109-120

Justiça constitucional -- Portugal / Precedente

NABAIS, José Casalta, 1952-

Considerações sobre as despesas fiscais / José Casalta Nabais.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 171-201

Despesas fiscais / Despesas públicas / Receitas públicas

PEÑA CHACÓN, Mario.

Derechos humanos ambientales / Mario Peña Chacón.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 11 (2017), p. 149-186

Direito ambiental / Direitos humanos / Direitos humanos ambientais

PEREIRA, Alexandre Libório Dias, 1970-

Inteligência artificial na decisão jurisprudencial? / Alexandre L. Dias Pereira.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 73-92

Constituição / Inteligência artificial / Juízo / Lógica jurídica / Normas legais / Princípios jurídicos

ROGEL VIDE, Carlos.

Contratos aleatorios y compraventa en el Código Civil Español / Carlos Rogel Vide.

In: JURISMAT : revista jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. Portimão. ISSN 2182-6900. N. 12 (2020), p. 221-245

Código civil espanhol / Contratos aleatórios / Venda

Lex Familiae

BONOMO JÚNIO, Aylton.

O ensino da identidade e expressão de género nas escolas vs. convicções religiosas e ideológicas contrárias dos pais / Aylton Bonomo Júnior.

In: Lex Familiae. Coimbra. ISSN 1645-9660. A. 18, n.º 35 (2021), p. 17-39

Educação sexual / Identidade e expressão do género / Escola / Direito dos pais

CRUZ, Rossana Marting.

O encarregado de educação : algumas notas a propósito do Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 30 de novembro de 2016 [proc. N.º 389/14.4tmfar.e1] / Rossana Martingo Cruz.

In: Lex Familiae. Coimbra. ISSN 1645-9660. A. 17, n.º 34 (2020), p. 57-70

Responsabilidades parentais / Encarregado de educação / Questões de particular importância / Atos da vida corrente

GUEDES, Sara Patrícia Pedroso.

O destino/confiança dos animais de companhia nos casos de separação conjugal / Sara Patrícia Pedroso Guedes.

In: Lex Familiae. Coimbra. ISSN 1645-9660. A. 18, n.º 35 (2021), p. 41-66

Estatuto jurídico dos animais / Animais de companhia / Destino dos animais de companhia / Direito da Família / Divórcio

MARQUES, J. P. Remédio, 1965-

O regime de bens e o exercício de direitos sociais relativamente a quota de sociedade comercial : em particular a legitimidade para requerer inquérito judicial por parte do (ex) cônjuge de sócio / João Paulo Remédio Marques.

In: Lex Familiae. Coimbra. ISSN 1645-9660. A. 17, n.º 34 (2020), p. 25-55

Casamento / Sociedade comercial / Cônjuge / Sócio / Poderes de administração / Parte social / Inquérito judicial / Legitimidade processual / Interesse processual

MORAIS, Daniel.

Do concurso de regimes aplicáveis às liberalidades com relevância sucessória : a herança ex re certa : o legado por conta da quota / Daniel Morais.

In: Lex Familiae. Coimbra. ISSN 1645-9660. A. 17, n.º 34 (2020), p. 103-133

Estrutura do Direito Sucessório português / Qualificação dos sucessores / Herança ex re certa / Legado por conta da quota / Disposições de partilha pelo testado

OLIVEIRA, Guilherme Freire Falcão de, 1947-

A data ou a vida! : jurisprudência crítica / Guilherme de Oliveira.

In: Lex Familiae. Coimbra. ISSN 1645-9660. A. 18, n.º 35 (2021), p. 93-104

OLIVEIRA, Guilherme Freire Falcão de, 1947-

Novas manifestações da vontade no casamento e na parentalidade / Guilherme de Oliveira.

In: Lex Familiae. Coimbra. ISSN 1645-9660. A. 17, n.º 34 (2020), p. 5-24

Casamento / União de facto / Efeitos do casamento / Divórcio / Parentalidade / Biologismo / Vontade / Parentalidade socioafetiva

OLIVEIRA, Guilherme Freire Falcão de, 1947-

Responsabilidade civil dos pais perante os filhos / Guilherme de Oliveira.

In: Lex Familiae. Coimbra. ISSN 1645-9660. A. 18, n.º 35 (2021), p. 5-15

Responsabilidade civil / Responsabilidades parentais / Imunidade parental / Sistemas estrangeiros / Regime no código civil de 1966 / Direitos da criança / Algumas cautelas / Exemplos de responsabilização

PAIXÃO, Bárbara Manuel Carvalho Lima Lopes.

O reconhecimento da vontade e do afeto como critérios da parentalidade / Bárbara Manuel Carvalho Lima Lopes Paixão.

In: Lex Familiae. Coimbra. ISSN 1645-9660. A. 18, n.º 35 (2021), p. 67-91

Crítérios da parentalidade / Direito da Família / Paternidade socioafetiva / Maternidade socioafetiva / Socioafetividade

PEREIRA, Fernanda Isabel.

O que diz o Supremo : jurisprudência crítica / Fernanda Isabel Pereira.

In: Lex Familiae. Coimbra. ISSN 1645-9660. A. 18, n.º 35 (2021), p. 125-133

RAMOS, Rui Manuel Moura, 1950-

Reconhecimento em Portugal de acto (escritura pública) declaratório de união estável de direito brasileiro : jurisprudência crítica / Rui Manuel Moura Ramos.

In: Lex Familiae. Coimbra. ISSN 1645-9660. A. 18, n.º 35 (2021), p. 105-123

SILVA, Thaís N. Cesa.

O convívio familiar do maior acompanhado : desenvolvimento da personalidade e a resposta do instituto da alienação parental / Thaís N. Cesa e Silva.

In: Lex Familiae. Coimbra. ISSN 1645-9660. A. 17, n.º 34 (2020), p. 93-102

Maior acompanhado / Personalidade / Convívio familiar / Alienação parental

TEIXEIRA, Gabriela Cruz Amato.

A vinculação das decisões administrativas aos princípios fundamentais de proteção à criança e ao adolescente / Gabriela Cruz Amato Teixeira.

In: Lex Familiae. Coimbra. ISSN 1645-9660. A. 17, n.º 34 (2020), p. 71-92

Direitos fundamentais da criança e do adolescente / Direito administrativo / Prossecução do interesse público / Prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente

VÍTOR, Paula Távora.

La compensación del trabajo doméstico en el régimen de separación de bienes

de Adrián Arrébola Blanco : recensão / Paula Távora Vítor.

In: Lex Familiae. Coimbra. ISSN 1645-9660. A. 17, n.º 34 (2020), p. 135-136

Questões Laborais

AMADO, João Leal, 1962-

O pagamento do trabalho (suplementar) prestado em dia feriado / João Leal Amado, Milena Silva Rouxinhol.

In: Questões Laborais. Coimbra. ISSN 0872-8267. A. 28, nº 58 (2021), p. 73-83

Acréscimo retributivo / Feriados / Trabalhador (suplementar) em dia feriado

COELHO, Bárbara Rosário.

A aplicabilidade do regime jurídico do teletrabalho ao trabalho através de plataformas digitais / Bárbara Rosário Coelho.

In: Questões Laborais. Coimbra. ISSN 0872-8267. A. 28, nº 58 (2021), p. 105-139

Crowdwork / Direito do trabalho / Teletrabalho / Trabalho através de plataformas digitais / Work on demand via app

FERNANDES, António Monteiro.

Trabalho suportado em plataformas digitais : um ensaio de jurisprudência comparada / António Monteiro Fernandes, Luísa Teixeira Alves.

In: Questões Laborais. Coimbra. ISSN 0872-8267. A. 28, nº 58 (2021), p. 7-44

Jurisprudência comparada / Plataformas digitais

FERNANDES, Janete Rodrigues.

O modelo garantístico previsto no artigo 334.º do Código do Trabalho e os privilégios creditórios de que o trabalhador beneficia / Janete Rodrigues Fernandes.

In: Questões Laborais. Coimbra. ISSN 0872-8267. A. 28, nº 58 (2021), p. 179-205

Créditos laborais / Grupos de sociedade / Privilégios creditórios / Responsabilidade solidária

MOREIRA, Teresa Coelho.

A discriminação algorítmica / Teresa Coelho Moreira.

In: Questões Laborais. Coimbra. ISSN 0872-8267. A. 28, nº 58 (2021), p. 85-103

Algoritmo / Discriminação / Inteligência artificial / Transparência

NOSSA, Rita Marques.

A substituição de trabalhadores grevistas por meios tecnológicos / Rita Marques Nossa.

In: Questões Laborais. Coimbra. ISSN 0872-8267. A. 28, nº 58 (2021), p. 247-287

Direito à greve / Greve / Esquirolaje tecnológico / Proibição de substituição de grevistas / Substituição de grevistas por meios tecnológicos

PAIS, Sofia Oliveira.

A aplicação do direito da concorrência nos mercados laborais : participação de trabalhadores das plataformas digitais em convenções coletivas e acordos de não contratação / Sofia Oliveira Pais.

In: Questões Laborais. Coimbra. ISSN 0872-8267. A. 28, nº 58 (2021), p. 45-72

Acordos de não contratação / Convenções colectivas / Direito da concorrência / Trabalhadores das plataformas digitais

RAMOS, Rafael Teixeira.

Responsabilidade dos grupos societários sobre os créditos laborais / Rafael Teixeira Ramos.

In: Questões Laborais. Coimbra. ISSN 0872-8267. A. 28, nº 58 (2021), p. 207-245

Créditos laborais / Grupos de sociedades / Responsabilidade

SANTOS, Diogo Gonçalves.

A doença oncológica e o contrato de trabalho : uma necessária e (in)suprível incompatibilidade? / Diogo Gonçalves Santos.

In: Questões Laborais. Coimbra. ISSN 0872-8267. A. 28, nº 58 (2021), p. 141-177

Contrato de trabalho / Deficiência / Dignidade humana / Doença oncológica / Relação laboral / Trabalhador

Ratio Juris

ALBERT, Hans, 1921-

Critical rationalism : the problem of method in social sciences and law / Hans Albert.

In: Ratio Juris. ISSN 0952-1917. Vol. 1, nº 1 (1988), p. 1-19

Método das ciências sociais / Racionalismo crítico

Revista Brasileira de Ciências Criminais

ALENCAR, Rodrigo.

As campanhas de prevenção e combate ao crack e a imagem do anti-herói / Rodrigo Alencar, Miriam Debieux Rosa.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 325-346

Drogas / Psicanálise / Psicologia das massas

AMARAL, Augusto Jobim do, 1979-

Mal de polícia : à propósito de uma criminologia radical / Augusto Jobim do Amaral.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 111 (2014), p. 263-288

Criminologia radical / Polícia / Segurança pública / Soberania / Violência

ASSIS, Augusto.

O delito de peculato na APn 470 do STF : Caso Mensalão / Augusto Assis.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 106 (2014), p. 91-109

Conceito de posse / Concurso de agentes / Mensalão / Peculato / Peculato-apropriação / Peculato-desvio / Peculato-furto

BADARÓ, Gustavo.

Prova emprestada no processo penal e a utilização de elementos colhidos em Comissões Parlamentares de Inquérito / Gustavo Badaró.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 106 (2014), p. 157-177

Comissões Parlamentares de Inquérito / Prova emprestada / Valoração da prova

BATISTA, Vera Malaguti, 1955-

A juventude popular e o direito de ir e vir / Vera Malaguti Batista.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 283-293

Cidade / Controle social / Criminologia / Juventude

BORGHI, Adriana Padua.

A noção de responsabilização no Sistema de Justiça Juvenil : notas históricas sobre sua emergência, impasses e desafios / Adriana Padua Borghi, Flávio Américo Frasseto.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 147-176

Adolescente / Direito penal juvenil / Responsabilização juvenil / Acto infracional

BROCCO, Pedro Dalla Bernardina.

As calças do diabo : capitalismo e criminologia / Pedro Dalla Bernardina Brocco.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 111 (2014), p. 293-310

Capitalismo / Criminologia / Epistemologia / Penologia / Violência

CAVALI, Marcelo Costenaro.

Exame do crime de manutenção de depósitos não declarados no exterior na APn 470 / Marcelo Costenaro Cavali.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 106 (2014), p. 231-250

STF / Bens jurídicos difusos / Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional / Depósitos mantidos no exterior / Direito penal económico / Evasão de divisas / Política cambial / Repartição federal competente

CERRUTI, Marta.

Movimento hip-hop : novas perspectivas para o processo de responsabilização do jovem em conflito com a lei / Marta Cerruti.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 313-322

Hip-hop / Juventude / Lei / Responsabilidade

COSTA, Helena Regina Lobo da.

Compliance e o julgamento da APn 470 / Helena Regina Lobo da Costa, Marina Pinhão Coelho Araújo.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 106 (2014), p. 215-229

APn 470 / Compliance / Crimes financeiros / Omissão imprópria

DAUD, Rafael Rocha.

Regra é regra? / Rafael Rocha Daud.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 91-106

Complexo de Édipo / Constituição subjectiva / Direito / Lei / Lei paterna / Norma / Psicanálise / Regra

DINIZ, Debora.

Mulheres e prisão no Distrito Federal : itinerário carcerário e precariedade da vida / Debora Diniz, Juliana Paiva.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 111 (2014), p. 313-328

Itinerário carcerário / Medida socioeducativa de internação / Mulheres / Prisão / Brasil

FRASSETO, Flávio Américo.

Internações psiquiátricas involuntárias e compulsórias : apontamentos sobre as responsabilidades do sistema de justiça e do sistema de saúde / Flávio Américo Frasseto, Julia Hatakeyama Joia.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 227-252

Direito á saúde / Internação psiquiátrica compulsória / Reforma psiquiátrica / Sistema de justiça

FUGANTI, Luiz.

Responsabilidade ética e irresponsabilidade moral / Luiz Fuganti.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 61-73

Ética / Justiça / Moral / Normalização / Responsabilidade

GARCÍA MÉNDEZ, Emilio.

La privacion de libertad como forma de proteccion de la infancia : un caso pardigmatico de construccion judicial de vulnerabilidad / Emilio García Méndez.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 133-144

Construção social / Liberdade / Vulnerabilidade

GUERRA, Andréa Máris Campos.

Adolescência e infração : conjugando fatores subjetivos e políticos no compartilhamento de responsabilidades / Andréa Máris Campos Guerra, Aline Souza Martins, Marina Soares Otoni.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 109-128

Adolescência / ECA / Infracção / Psicanálise / Responsabilidade

LEITE, Alaor, 1987-

Domínio do fato, domínio da organização e responsabilidade penal por fatos de terceiros sobre os conceitos de autor e partícipe na APn 470 do STF / Alaor Leite.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 106 (2014), p. 47-90

Concurso de pessoas -- Art. 29, 30 e 31 do Código Penal / Distinção entre autoria e participação / Teoria do domínio do facto / APn 479/STF

LOBATO, José Danilo Tavares.

Ações neutras e teoria do abuso de direito : um elo para se compreender a relação entre lavagem de dinheiro e advocacia / José Danilo Tavares Lobato.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 111 (2014), p. 113-152

Abuso de direito / Acções neutras / Lavagem de dinheiro -- advocacia / Participação criminal

LOPES, Marcus Vinícius Pimenta.

Estudo e crítica do juiz das garantias / Marcus Vinícius Pimenta Lopes.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 111 (2014), p. 227-257

Constituição federal / Direito processual penal / História do processo penal / Investigação criminal / Juiz das garantias / Modelos processuais / Reforma do código de processo penal

LYRA, José Francisco Dias da Costa.

O paternalismo jurídico-penal e a (in)constitucionalidade do crime de manter estabelecimento destinado à prostituição ou à exploração sexual (Art. 229 do CP) / José Francisco Dias da Costa Lyra.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 111 (2014), p. 13-32

Autonomia / Casa de prostituição / Legitimidade da intervenção penal / Princípio do dano

MALAN, Diogo.

Competência penal *ratione functionae* do STF / Diogo Malan.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 106 (2014), p. 113-133

Supremo Tribunal Federal / APn 470/MG / Competência penal originária / Competência penal *ratione functionae* / Devido processo legal

MATOSO, Débora.

A experiência com os adolescentes : da proteção à potência / Débora Matoso, Raquel Marinho.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 297-310

Acto infraccional / Estatuto da criança e do adolescente -- ECA / Medida protectiva / Protecção / Psicanálise / Saber-fazer

MELO, Eduardo Rezende.

Critérios para o recebimento da representação e para a fixação da medida socioeducativa na Lei 12.594/2012 / Eduardo Rezende Melo.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 209-225

Apuração de acto infraccional / Condições para recebimento de representação / Critérios para fixação da medida socioeducativa / Inovações legais / Lei 12.594/2012 / Objectivos e finalidade da medida

PACELLI, Eugénio.

Unidade de julgamento, igualdade de tratamento e o juiz natural : entre ponderações, acomodações e adequações constitucionais / Eugénio Pacelli.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 106 (2014), p. 137-154

Conexão / Continência / Duplo grau de jurisdição / Juiz natural / Unidade de julgamento / Unidade e separação de processos

PARADELA, Israel Moreira.

O delito de lesão corporal dolosa e a perda de elementos dentários / Israel Moreira Paradela, Maria Cristina de Souza Trulio.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 111 (2014), p. 361-391

Doutrina / Jurisprudência / Lesão corporal / Perdas dentárias / Textos odontológicos

PAULA, Andrea Arruda.

Responsabilidade e responsabilização : um olhar para os adolescentes em cumprimento de liberdade assistida / Andrea Arruda Paula, Joanne T. Blaney, João Bosco S. Baring.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 261-279

Justiça restaurativa / Rede de protecção de crianças e adolescentes / Responsabilidade e responsabilização

PERALTA, José Milton.

Legalidad y justificación en los delitos impropios de omisión / José Milton Peralta.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 111 (2014), p. 37-58

Causalidade / Crimes maus em si e má proibição / Indeterminação da linguagem / Infracções impróprias de omissão / Princípio da legalidade

QUANDT, Gustavo de Oliveira.

Algumas considerações sobre os crimes de corrupção ativa e passiva : a propósito do julgamento do Mensalão (APn 470/MG do STF) / Gustavo de Oliveira Quandt.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 106 (2014), p. 181-211

Acto de ofício / APn 470/MG / Corrupção activa / Corrupção passiva / Funcionário público / Mensalão

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo.

A tutela da moralidade política pelo direito penal : relato e análise da Ação Penal 470 / Rafael Mafei Rabelo Queiroz, Davi de Paiva Costa Tangerino.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 106 (2014), p. 251-268

STF / Corrupção / Direito penal / Legalidade / Moralidade política

RAUTER, Cristina.

Responsabilidades, adolescência e volência contemporânea : a positividade do conflito em Spinoza, Maquiavel e Winnicott / Cristina Rauter.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 47-58

Acto infracional / Adolescente / Conflito / Responsabilidade

RESPONSABILIDAD ADOLESCENTE?

Responsabilidad adolescente? : sentidos y sinsentidos de la noción de responsabilidad y su vinculación con la Justicia Penal Juvenil Uruguay / Daniel Fessler ... [et al.].

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 181-205

Debate público / Infracção adolescente / Investigação qualitativa / Responsabilidade / Sistema penal juvenil -- Uruguai

ROSA, Miriam Debieux.

Responsabiliz(ação) : o sujeito entre a responsabilidade e o dever jurídico / Miriam Debieux Rosa, Sergio Eduardo Lima Prudente.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 75-88

Assentimento subjectivo / Dever / Lei / Psicanálise / Reconhecimento / Responsabilidade

RUIVO, Marcelo Almeida.

Corrupção e gestão fraudulenta : o financiamento ilícito de campanha por bancos públicos / Marcelo Almeida Ruivo.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 111 (2014), p. 157-173

Bem jurídico / Corrupção passiva / Financiamento de campanha eleitoral / Gestão fraudulenta / Técnica de tutela

SCHMIDT, Andrei Zenkner.

Fundamentos para uma parte geral do direito penal económico / Andrei Zenkner Schmidt.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 111 (2014), p. 61-86

Conceito material / Crime económico / Direito penal económico / Fundamentos / Ontologia / Parte geral

SILVA, Jardel Luís da.

Dos limites à atividade probatória no processo penal : ilicitude e compartilhamento de provas / Jardel Luís da Silva, Yuri Felix.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 111 (2014), p. 209-225

Compartilhamento de provas / Limites da prova / Processo penal / Proibições de prova / Prova emprestada / Prova ilícita

SIMANTOB, Fábio Tofic.

Concurso aparente de normas penais na operação de dólar-cabo (um confronto entre os crimes de evasão e lavagem) / Fábio Tofic Simantob.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 111 (2014), p. 91-110

Concurso aparente de normas penais / Consunção / Dólar-cabo / Especialidade / Excesso punitivo / Lavagem de capitais / Subsidiariedade

STOCO, Tatiana de Oliveira.

Análise da dosimetria das penas aplicadas aos membros do núcleo político no julgamento da APn 470, do STF / Tatiana de Oliveira Stoco.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 106 (2014), p. 269-292

Crítérios / Culpabilidade / Determinação da pena

STRECK, Lenio Luiz.

Lei Maria da Penha : uma concretização de direitos / Lenio Luiz Streck, Vinicius de Melo Lima.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 111 (2014), p. 333-355

Constituição / Teoria da decisão judicial / Violência doméstica

SZESZ, André.

Sobre a decisão que decreta uma prisão preventiva / André Szesz.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 111 (2014), p. 181-204

Decreto prisional / Medida de segurança / Periculosidade / Prisão preventiva / Prognose

TEIXEIRA, Adriano.

Culpabilidade e proibição de dupla valoração na determinação judicial da pena na APn 470/MG do STF (Caso Mensalão) / Adriano Teixeira.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 106 (2014), p. 13-41

Culpabilidade / Determinação da pena / Mensalão / Proibição de dupla valoração

VICENTIN, Maria Cristina G.

Notas sobre responsabilidade desde os escritos de M. Foucault : pistas para pensar a justiça juvenil / Maria Cristina Gonçalves Vicentin, Alejandra Padilla-Gomez, Ana Lucia Catão.

In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. ISSN 1415-5400. A. 22, Vol. 109 (2014), p. 21-44

Acto infracional / Adolescente / Mecanismos de segurança / Norma / Responsabilidade

Revista Brasileira de Direito Público

ALVES, Luís.

A contratação pública nas associações (autarquias) profissionais portuguesas : uma fuga para a no man's land / Luís Alves.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 42 (2013), p. 141-147

Associações profissionais / Código dos contratos públicos / Contratação pública / Formação do contrato / Tribunal de contas -- Portugal

CARVALHO, Fábio Lins de Lessa, 1975-

Consórcios públicos e desenvolvimento / Fábio Lins de Lessa Carvalho.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 42 (2013), p. 25-39

Consórcio público / Federação brasileira / Legislação vigente

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de.

O direito fundamental à alimentação e sua proteção jurídico-internacional / Osvaldo Ferreira de Carvalho.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 41 (2013), p. 107-150

Direito à alimentação / Direitos fundamentais / Direitos sociais / Eficácia / Protecção internacional

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, 1943-

Limites do controle externo da Administração Pública : ainda é possível falar em discricionariedade administrativa? / Maria Sylvia Zanella Di Pietro.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 42 (2013), p. 9-24

Administração pública / Controle externo / Discricionariedade administrativa

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes.

O presidencialismo brasileiro : síntese histórica e conceitual / Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 40 (2013), p. 9-46

Constituições -- Brasil / Poder executivo / Presidencialismo

HEINEN, Juliano.

Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011) : para uma interpretação constitucional do pedido de acesso / Juliano Heinen.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 41 (2013), p. 53-68

Acesso à informação / Interpretação conforme a Constituição / Transparência

KHAMIS, Renato Braz Mehanna.

A proporcionalidade no direito brasileiro : algumas reflexões / Renato Braz Mehanna Khamis.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 40 (2013), p. 89-107

Direitos fundamentais / Proporcionalidade / Razoabilidade

LEVADA, Ana Paula Guarisi Mendes.

O direito à propriedade de comunidades indígenas : um estudo comparativo da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos / Ana Paula Guarisi Mendes Levada.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 41 (2013), p. 179-189

Supremo Tribunal Federal / Corte interamericana de direitos humanos / Direitos fundamentais / Propriedade indígena

LOUREIRO, Gustavo Kaercher.

O arranjo institucional da indústria do petróleo no âmbito dos contratos de partilha de produção / Gustavo Kaercher Loureiro.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 41 (2013), p. 203-241

Arranjo institucional / Contratos de partilha / Partilha de produção

LUSTOZA, Helton Kramer.

Os contornos constitucionais do nepotismo e a análise da ética na Administração Pública brasileira / Helton Kramer Lustoza.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 42 (2013), p. 41-66

Constituição / Moralidade e cargo

MASCARENHAS, Rodrigo Tostes de Alencar.

A exploração e a produção de petróleo no mar e a legislação ambiental brasileira / Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 40 (2013), p. 155-197

Direito ambiental -- Brasil / EIA-RIMA / Exploração e produção de petróleo no mar / Licenciamento ambiental / Pré-sal / Responsabilidade pelo dano ambiental

MODESTO, Paulo.

Nepotismo em cargos político-administrativos / Paulo Modesto.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 41 (2013), p. 9-52

Cargos político-administrativos / Nepotismo / Patrimonialismo

MORAES, Thiago Perez Bernardes de.

Banco Central do Brasil : público ou privado? : reflexões sobre a ambivalência do Banco Central do Brasil e sobre o amparo legal da emissão de moeda / Thiago Perez Bernardes de Moraes.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 42 (2013), p. 105-124

Banco Central do Brasil / Amparo legal / Dívida pública / Política monetária

MOREIRA, Rômulo.

O conflito de atribuições entre o Ministério Público federal e o Ministério Público dos Estados : o Supremo Tribunal Federal volta a discutir a questão depois de posição já consolidada / Rômulo Moreira.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 41 (2013), p. 191-202

Conflito de atribuições / Conflito de competência / Conflito federativo

NETO, Durval Carneiro.

Presunção de legitimidade : nem sempre é como diz o guarda da esquina / Durval Carneiro Neto.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 41 (2013), p. 151-177

Administração pública / Devido processo legal / Direitos fundamentais / Presunção de legitimidade

NÓBREGA, Marcos.

Novos marcos teóricos em licitação no Brasil : olhar para além do sistema jurídico / Marcos Nóbrega.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 40 (2013), p. 47-72

Assimetria de informação / Licitação / Teoria da informação / Teoria dos leilões

NÓBREGA, Marcos.

O regime diferenciado de contratação (RDC), negociação e o orçamento sigiloso / Marcos Nóbrega.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 42 (2013), p. 125-139

RDC / Negotiauction / Orçamento sigiloso

NOHARA, Irene Patrícia.

Conceitos jurídicos indeterminados e delimitação concreta da discricionariedade administrativa no pós-positivismo / Irene Patrícia Nohara.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 41 (2013), p. 69-90

Conceitos jurídicos indeterminados / Discricionariedade / Pós-positivismo

OLIVEIRA, Vinícius Quintino de.

A proteção da confiança como limite à alteração jurisprudencial lesiva : o caso das prestações de contas eleitorais / Vinícius Quintino de Oliveira.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 42 (2013), p. 149-208

Contas eleitorais / Ética do discurso / Protecção da confiança

PEDRA, Anderson Sant'Ana.

Parâmetros para uma decisão racional em casos de judicialização de políticas públicas / Anderson Sant'Ana Pedra.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 41 (2013), p. 91-105

Controle / Decisão judicial / Parâmetros / Políticas públicas

POSSAMAI, Giancarlo Bernardi.

Análise das decisões do Supremo Tribunal Federal sobre a regulação do amianto no Brasil / Giancarlo Bernardi Possamai.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 40 (2013), p. 139-154

Amianto / Competência legislativa / Livre iniciativa / Ordem económica / Princípios

SALINAS, Natasha Schmitt Caccia.

Impulsionando a Administração a agir : o papel dos prazos administrativos nas leis sobre políticas públicas / Natasha Schmitt Caccia Salinas.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 40 (2013), p. 199-220

CONAMA / Desenho legislativo / Política Nacional do Meio Ambiente / Políticas públicas / Prazos administrativos

SILVA, Diogo Bacha e.

Amicus curiae, audiências públicas e os princípios de moralidade política na jurisdição constitucional : um diálogo entre Dworkin e Habermas / Diogo Bacha e Silva, Luciano Meni Gonçalves.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 40 (2013), p. 73-87

Amicus curiae / Audiências públicas / Deliberação pública / Moralidade política

SOUZA, Leandro Marins de.

Propostas de alteração do atual modelo de relacionamento entre a Administração Pública e o Terceiro Setor / Leandro Marins de Souza.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 42 (2013), p. 67-104

Administração pública / Marco legal / Parcerias / Terceiro setor

WILLEMANN, Marianna Montebello.

Constitucionalismo democrático, backlash e resposta legislativa em matéria constitucional no Brasil / Marianna Montebello Willemann.

In: Revista Brasileira de Direito Público : RBDP. Belo Horizonte. ISSN 1678-7072. A. 11, nº 40 (2013), p. 109-138

Backlash / Constitucionalismo democrático / Controle de constitucionalidade / Reação legislativa / Teorias do diálogo

Revista da Faculdade de Direito

ADEODATO, João Maurício.

Unidade no conhecimento, unidade no aprendizado do direito / João Maurício Adeodato.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 265-275

Pós-graduação em Direito / Processo de conhecimento

ALBERTO, Marco António Moraes.

Ciência jurídica em formação : o perfil dos egressos da área de direito administrativo (PPGD-USP, 1989-2020) / Marco António Moraes Alberto.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 153-194

Pós-graduação da USP

ALMEIDA, Fernando Menezes de.

Parcerias estratégicas para a internacionalização : desafios a partir da experiência com a Universidade de Lyon / Fernando Menezes de Almeida, Nina Ranieri.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 89-100

Universidade de Lyon / Parcerias estratégicas para a internacionalização / Pós-graduação da USP

ARAÚJO, Luiz Alberto David.

Quando terminei a graduação na Faculdade de Direito da Universidade São Paulo, o programa de pós-graduação me recebeu : dificuldades e atitudes de um lugar plural / Luiz Alberto David Araújo.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 133-136

Pós-graduação da USP

ARAÚJO, Marcelo Labanca Corrêa de.

O pós-doutorado no contexto do sistema de pós-graduação no Brasil / Marcelo Labanca Corrêa de Araújo.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 429-440

Pós-graduação stricto sensu

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DA USP

Área de concentração em direitos humanos da USP : inclusão e inovação / Fábio Konder Comparato ... [et al.].

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 39-49

Pós-graduação da USP

BARRETTO, Vicente de Paulo.

Perspectivas da pós-graduação em direito no Brasil : 50 anos depois / Vicente de Paulo Barretto, André Luiz Olivier da Silva.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 377-391

Pós-graduação em Direito

BECHARA, Ana Elisa Liberatore S.

(In)equidade de gênero e ensino jurídico : o papel da pós-graduação para a representação feminina no direito / Ana Elisa Liberatore S. Bechara.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 299-315

Desigualdade de gênero / Pós-graduação em Direito

CARLOTTI JÚNIOR, Carlos Gilberto.

Reflexões sobre a pós-graduação para a Faculdade de Direito / Carlos Gilberto Carlotti Júnior.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 31-32

Pós-graduação da USP

COUTINHO, Aldacy Rachid.

Uma análise da expansão da pós-graduação em direito no Brasil - 1995/2020 / Aldacy Rachid Coutinho.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 243-257

Pós-graduação em Direito

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda, 1957-

Pós-graduação stricto sensu não é complementação da graduação / Jacinto Nelson de Miranda Coutinho.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 259-263

Pós-graduação stricto sensu

FACHIN, Luiz Edson, 1958-

República, democracia e autonomia : entre pilares e lápides / Luiz Edson Fachin, Christine Oliveira Peter da Silva.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 195-219

Autonomia / Democracia / República

FARIA, José Eduardo.

Os 50 anos da pós-graduação em direito da USP na visão de um ex-aluno, atual professor e ex-coordenador / José Eduardo Faria.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 51-70

Pós-graduação da USP

FEITOSA, Raymundo Juliano Rego.

A pós-graduação stricto sensu em Direito no Brasil, expansão, desigualdade, nucleação e solidariedade : o protagonismo do PPGD/UFPE a partir do ano de 1996 / Raymundo Juliano Rego Feitosa.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 393-408

Pós-graduação stricto sensu / PPGD/UFPE

GRAEFF, Bibiana.

Direito e direitos humanos : um diálogo interdisciplinar / Bibiana Graeff, Guilherme Assis de Almeida.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 121-132

Direitos humanos / Pós-graduação da USP

HERNANDES, Antônio Carlos.

A pós-graduação da USP : fonte de conhecimento e de formação de profissionais altamente qualificados / Antônio Carlos Hernandez.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 27-29

Pós-graduação da USP

LOPES, José Reinaldo de Lima.

A pós-graduação em Direito na Universidade de São Paulo : interpretando seu cinquentenário / José Reinaldo de Lima Lopes.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 71-88

Pós-graduação da USP

MEZZAROBA, Orides.

A pós-graduação stricto sensu em Direito : um olhar a partir das fichas de avaliações das trienais de 2010 e 2013 sobre o quesito da produção intelectual / Orides Mezzaroba, Emerson Antonio Maccari.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 337-376

Pós-graduação stricto sensu

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos.

O Direito Internacional Privado nos 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da USP : esforços para a consolidação de uma sbárea do direito internacional / Gustavo Ferraz de Campos Monaco.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 101-120

Pós-graduação da USP

NETO, Floriano de Azevedo Marques.

Bodas de ouro de um programa precursor e exitoso / Floriano de Azevedo Marques Neto.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 33-37

Pós-graduação da USP

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima.

Pós-graduação em Direito no Brasil : 50 anos, integração e desafios para o futuro / Francisco Luciano Lima Rodrigues, Martonio Mont'Alverne Barreto Lima.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 317-335

Pós-graduação em Direito

RODRIGUES JÚNIOR, Otavio Luis.

Entre renascentistas e fordistas na pós-graduação : a evolução da área do direito entre 2018-2021 e a redução do produtivismo acadêmico na ficha de avaliação / Otavio Luiz Rodrigues Jr.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 221-241

Pós-graduação em Direito

SANTOS, Gustavo Ferreira.

Gestão e avaliação da pós-graduação : dilemas e perspectivas / Gustavo Ferreira Santos.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 419-427

Pós-graduação stricto sensu

SCAFF, Fernando Facury.

50 anos de pós-graduação em Direito no Brasil : ponto de partida e um olhar para o futuro / Fernando Facury Scaff.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 277-298

Pós-graduação em Direito

SMANIO, Gianpaolo Poggio.

Perspectivas do novo sistema de avaliação da pós-graduação e os desafios da área do direito / Gianpaolo Poggio Smanio, Tais Ramos.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 409-418

Pós-graduação em Direito

ZAMBONI, Alex Alckmin.

Representação e participação discente no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo : bases e perspectivas / Alex Alckmin Zamboni, Ariel Engel Pessa, Marco António Moraes Alberto, Nevitton Vieira Souza.

In: Revista da Faculdade de Direito. São Paulo. ISSN 0303-9838. Ed. Especial (2021), p. 137-151

Pós-graduação da USP

Revista da Ordem dos Advogados

ANDRADE, Francisco.

O documento eletrónico : suporte e formato / Francisco Andrade, Marina Silva.

In: Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa. ISSN 0870-8118. A. 81, nº 3/4 (2021), p. 599-614

Documento electrónico

FALCÃO, David, 1978-

Análise à nova lei das garantias : DL 84/2021, de 18 de Outubro / David Falcão.

In: Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa. ISSN 0870-8118. A. 81, nº 3/4 (2021), p. 493-541

Decreto-Lei 84/2021, de 18 de Outubro / Nova lei das garantias

FALCÃO, José Diogo.

Fusão, cisão e transformação de sociedade arrendatária / José Diogo Falcão.

In: Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa. ISSN 0870-8118. A. 81, nº 3/4 (2021), p. 703-730

Sociedade arrendatária

FERNANDES, Filipe de Vasconcelos.

O princípio da não-retroatividade no direito fiscal constitucional português / Filipe de Vasconcelos Fernandes.

In: Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa. ISSN 0870-8118. A. 81, nº 3/4 (2021), p. 579-598

Direito fiscal constitucional -- Portugal / Princípio da não-retroatividade fiscal

FERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Pedro.

Sobre os poderes normativos do Presidente da República e do Governo em estado de excepção / Pedro Fernández Sánchez.

In: Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa. ISSN 0870-8118. A. 81, nº 3/4 (2021), p. 755-805

Poderes normativos / Estado de excepção

GRAÇA, João Filipe.

Subcontratação e regime jurídico da atividade de construção / João Filipe Graça.

In: Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa. ISSN 0870-8118. A. 81, nº 3/4 (2021), p. 639-666

Subcontratação / Regime jurídico da actividade de construção

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, 1963-

A transposição da Directiva (UE) 2019/790 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Abril de 2019, relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital / Luís Manuel Teles de Menezes Leitão.

In: Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa. ISSN 0870-8118. A. 81, nº 3/4 (2021), p. 473-492

Directiva (UE) 2019/790 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Abril de 2019 / Direitos de autor / Direitos conexos / Mercado único digital

MIRANDA, Jorge, 1941-

A Constituição Portuguesa / Jorge Miranda.

In: Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa. ISSN 0870-8118. A. 81, nº 3/4 (2021), p. 671-701

Constituição portuguesa

NAZARÉ, Sara.

A acção de anulação na LAV 2011 (e a sua duvidosa conjugação com o recurso da decisão arbitral) : algumas notas práticas / Sara Nazaré.

In: Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa. ISSN 0870-8118. A. 81, nº 3/4 (2021), p. 825-856

Acção de anulação / Decisão arbitral / LAV

PEDRO, Ricardo.

Houston, we have a problem : o direito de regresso na sequência de condenação do Estado pelo TEDH por violação do direito a um processo equitativo

In: Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa. ISSN 0870-8118. A. 81, nº 3/4 (2021), p. 807-824

TEDH / Direito de regresso / Processo equitativo

PEREIRA, Fernando Silva.

Cessão do crédito exequendo na pendência da acção executiva : comentário ao Acórdão do Tribunal da Relação do Porto (3.ª secção) de 24 de Outubro de 2019 / Fernando Silva Pereira.

In: Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa. ISSN 0870-8118. A. 81, nº 3/4 (2021), p. 543-577

Acção executiva / Cessão do crédito exequendo

PINHEIRO, Luís de Lima.

A adesão de Portugal à Convenção de Viena sobre a venda internacional de mercadorias / Luís de Lima Pinheiro.

In: Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa. ISSN 0870-8118. A. 81, nº 3/4 (2021), p. 733-753

Convenção de Viena / Venda internacional de mercadorias

TEIXEIRA, Glória.

Em defesa do espaço rural, seu ordenamento e identificação / Glória Teixeira, J. A. Mouteira Guerreiro.

In: Revista da Ordem dos Advogados. Lisboa. ISSN 0870-8118. A. 81, nº 3/4 (2021), p. 615-638

Espaço rural / Ordenamento do espaço rural

Revista de Direito Administrativo

ALEMANNO, Alberto, 1975-

Is there a role for cost-benefit analysis beyond the nation-state? : lessons from international regulatory co-operation / Alberto Alemanno.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 270 (Set.-Dez. 2015), p. 13-39

OMC / Acções regulatórias / Cooperação regulatória horizontal / Custo-benefício -- análise / Estado-Nação

ARAGÃO, Alexandre Santos de.

A responsabilidade civil e ambiental em atividades nucleares / Alexandre Santos de Aragão.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 271 (Jan.-Abr. 2016), p. 65-107

Actividade nuclear / Cláusula de irresponsabilidade / Dano ambiental / Empresa estatal / Responsabilidade civil

ARAÚJO, Bráulio Santos Rabelo de.

A transferência de outorgas de radiodifusão e a comercialização de tempo de programação / Bráulio Santos Rabelo de Araújo.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 268 (Jan.-Abr. 2015), p. 249-292

Arrendamento / Comercialização de tempo de programação / Concessão e permissão / Radiodifusão / Transferência directa e indirecta

BERMAN, José Guilherme.

(Juris)prudência e sistemas jurídicos : um breve estudo sobre a modéstia judicial na common law e no sistema romano-germânico / José Guilherme Berman.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 269 (Maio-Ago. 2015), p. 165-196

Common law / Deferência / Direito comparado / Precedentes / Romano-germânico

BOGDANDY, Armin von, 1960-

Ius Constitutionale Commune na América Latina : uma reflexão sobre um constitucionalismo transformador / Armin von Bogdandy.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 269 (Maio-Ago. 2015), p. 13-66

Constitucionalismo transformador / Democracia / Diálogo judicial / Direitos humanos / Estado de direito / Ius constitutionale commune

CABRAL, Anne.

Regime jurídico da energia eólica no Brasil : uma discussão sobre autonomia tecnológica e revisão no sistema de leilões / Anne Cabral.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 269 (Maio-Ago. 2015), p. 225-254

Autonomia tecnológica / Constituição / Energia eólica / Sistema de leilões / Superação do subdesenvolvimento

CABRAL, Flávio Garcia.

Os fundamentos políticos da prestação de contas estatal / Flávio Garcia Cabral.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 270 (Set.-Dez. 2015), p. 147-169

Accountability / Contas / Democracia / Representação / República

EFING, António Carlos, 1964

Educação para o consumo consciente : um dever do Estado / António Carlos Efing, Augusto César Leite de Resende.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 269 (Maio-Ago. 2015), p. 197-224

Consumo consciente / Desenvolvimento sustentável / Dever do Estado / Direitos fundamentais / Educação

FREITAS, Juarez.

Teoria da regulação administrativa sustentável / Juarez Freitas.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 270 (Set.-Dez. 2015), p. 117-145

Falhas / Impasses / Sustentabilidade / Teoria da regulação

GABARDO, Emerson.

A inconstitucionalidade da instituição de contribuição previdenciária para servidores inativos / Emerson Gabardo, Thiago Priess Valiati.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 270 (Set.-Dez. 2015), p. 243-282

Políticas públicas / Previdência social / Princípio da segurança jurídica / Princípio da solidariedade social / Servidores públicos

GUANDALINI JÚNIOR, Walter.

Espécie invasora : história da recepção do conceito de direito administrativo pela doutrina jurídica brasileira no século XIX / Walter Guandalini Júnior.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 268 (Jan.-Abr. 2015), p. 213-247

Direito administrativo / História dos conceitos / História do direito / História do direito administrativo / Brasil -- Império

HEINEN, Juliano.

Prescrição e procedimento dos créditos não tributários / Juliano Heinen.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 269 (Maio-Ago. 2015), p. 139-164

Créditos não tributários estaduais / Prazo de prescrição / Procedimento

KOATZ, Rafael Lorenzo-Fernandez.

A proibição do non liquet e o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional / Rafael Lorenzo-Fernandez Koatz.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 270 (Set.-Dez. 2015), p. 171-205

Inafastabilidade do controle judicial / Non liquet / Princípios / Regras / Teoria dos direitos fundamentais

LIMA, Edilson Vitorelli Diniz.

O equívoco brasileiro : cotas raciais em concursos públicos / Edilson Vitorelli Diniz Lima.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 271 (Jan.-Abr. 2016), p. 281-315

Concursos públicos / Cotas / Direito constitucional / Inconstitucionalidade

MACERA, Paulo Henrique.

Direito administrativo inclusivo e princípio da isonomia : critérios para o estabelecimento de uma discriminação positiva inclusiva constitucional / Paulo Henrique Macera.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 271 (Jan.-Abr. 2016), p. 143-191

Ações afirmativas / Direito administrativo inclusivo / Discriminação positiva inclusiva / Igualdade / Princípio da isonomia

MARRARA, Thiago.

O exercício do poder de polícia por particulares / Thiago Marrara.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 269 (Maio-Ago. 2015), p. 255-278

Superior Tribunal de Justiça / Delegação / Empresas estatais / Poder de polícia

MATOS, Federico Nunes de.

Fundações públicas de direito privado : breve ensaio sobre o exercício da função administrativa sob regime de direito privado / Federico Nunes de Matos.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 270 (Set.-Dez. 2015), p. 207-242

Administração indirecta / Dicotomia / Direito público e direito privado / Exercício de actividade administrativa sob regime de direito privado / Fundações públicas de direito privado / Organização administrativa -- Brasil

MATTARELLA, Bernardo Giorgio.

Administrative law in Italy : an historical sketch / Bernardo Giorgio Mattarella.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 271 (Jan.-Abr. 2016), p. 13-64

Direito administrativo -- Itália / História do direito administrativo

MEDEIROS, Jackson Tavares da Silva de.

A constitucionalidade do poder normativo das agências reguladoras na ótica do redimensionamento do princípio da legalidade / Jackson Tavares da Silva de Medeiros, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 271 (Jan.-Abr. 2016), p. 109-141

Agências reguladoras / Constitucionalidade / Poder normativo / Princípio da legalidade

MINHOTO, António Celso Baeta.

Para onde vai o federalismo? : notas sobre o que foi e o que poderá vir a ser o Estado Federal / António Celso Baeta Minhoto.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 268 (Jan.-Abr. 2015), p. 187-211

Autonomia / Centralização / Federalismo / Município / Organização da sociedade

MOREIRA, Egon Bockmann.

Licitação internacional e empresa estrangeira : os cenários brasileiro e europeu / Egon Bockmann Moreira, Bernardo Strobel Guimarães, Lino Torgal.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 269 (Maio-Ago. 2015), p. 67-106

União Europeia / Empresa estrangeira / Licitação / Licitação internacional / Brasil

NETO, Floriano Marques de Azevedo.

O direito administrativo no sistema de base romanística e de common law / Floriano Marques de Azevedo Neto.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 268 (Jan.-Abr. 2015), p. 55-81

Direito administrativo / Sistema de common law / Sistema romano-germânico / Sistemas jurídicos ocidentais

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres.

Sustentabilidade e planejamento : valores constitucionais reitores das contratações administrativas, no estado democrático de direito / Jessé Torres Pereira Júnior.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 270 (Set.-Dez. 2015), p. 81-115

Contratações públicas / Estado democrático de direito / Planejamento / Sustentabilidade

RIBAS, Caroline Leal.

O controle jurisdicional dos atos administrativos discricionários / Caroline Leal Ribas, Gustavo Almeida Paolinelli de Castro.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 268 (Jan.-Abr. 2015), p. 83-116

Acto administrativo discricionário / Constitucionalização do direito administrativo / Controle jurisdicional / Mérito / Princípios constitucionais

ROCHA, Jean-Paul Veiga da.

Quem tem medo da delegação legislativa? / Jean-Paul Veiga da Rocha.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 271 (Jan.-Abr. 2016), p. 193-221

Leal, Victor Nunes / Delegação legislativa / Indipo/FGVG / Regulação / Separação dos poderes

ROCHA, Paulo Victor Vieira da.

Definição e estrutura dos direitos fundamentais / Paulo Victor Vieira da Rocha.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 268 (Jan.-Abr. 2015), p. 117-151

Definição / Direitos fundamentais / Direitos humanos / Lógica -- estrutura

SADDY, André.

Intervenção direta do Estado na economia : uma análise do caput do art. 173 da Constituição brasileira / André Saddy.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 269 (Maio-Ago. 2015), p. 107-138

Conceitos jurídicos indeterminados / Discricionariedade / Intervenção directa do Estado na economia / Limites e técnicas de contenção

SALLES, Alexandre Aroeira.

Ação de improbidade, controle externo e economicidade : as diferentes consequências jurídicas entre a atuação administrativa ilegal e a antieconómica (ou irregular) / Alexandre Aroeira Salles.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 271 (Jan.-Abr. 2016), p. 223-250

Acção de improbidade / Agente público / Controle externo / Direito administrativo / Economicidade / Ilegalidade / Irregularidade / Responsabilidade administrativa / Tomada de contas / Tribunais de contas

SCHILL, Stephan W.

Abordagens jurídicas transnacionais : a conceituação dos contratos públicos na globalização / Stephan W. Schill.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 268 (Jan.-Abr. 2015), p. 13-53

Bens culturais / Governança global / Património cultural / Propriedade intelectual

SILVA, Cristina Alves da.

Uma análise do aspecto regulador do Estado brasileiro à luz do papel das agências reguladoras / Cristina Alves da Silva, Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 268 (Jan.-Abr. 2015), p. 153-185

Agências reguladoras / Evolução do Estado / Intervenção estatal

SUNDFELD, Carlos Ari, 1960-

A governança não estatal da internet e o direito brasileiro / Carlos Ari Sundfeld, André Rosilho.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 270 (Set.-Dez. 2015), p. 41-79

CGI.br e NIC.br / Decreto Federal n.º 4.829, de 2003 / Internet / Lei n.º 9.472, de 1997, art. 61 / Serviço de valor adicionado

THOMÉ, Romeu.

Gestão integrada de resíduos sólidos por meio das parcerias público-privadas : instrumento de garantia do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado / Romeu Thomé, Vinicius Diniz e Almeida Ramos.

In: Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. ISSN 0034-8007. Vol. 271 (Jan.-Abr. 2016), p. 251-279

Gestão / Meio ambiente / Modernização / Parceria público-privada / Resíduos sólidos

Revista de Direito Intelectual

COSTA, José Augusto Fontoura.

O novo regime brasileiro sobre licenças compulsórias em situações de emergência e urgência : a Lei 14.200/21 e a imposição de padrões acima do acordo TRIPS / José Augusto Fontoura Costa, Gilberto Bercovici.

In: Revista de Direito Intelectual. Lisboa. ISSN 2183-2587. N.º 2 (2021), p. 97-120

Emergência nacional / Licenciamento compulsório / Patentes / TRIPS

MARQUES, J. P. Remédio, 1965-

Pandemias e epidemias : reequacionar o regime jurídico do licenciamento obrigatório do direito de patente / J. P. Remédio Marques.

In: Revista de Direito Intelectual. Lisboa. ISSN 2183-2587. N.º 2 (2021), p. 139-174

Acordo TRIPS / Dados de testes / Direito de patente / Licença compulsória / Medicamentos / Pedido de patente / Transferência de tecnologia / SARS-CoV-2 -- pandemia

MELLO, Alberto de Sá e.

Direito de autor e da sociedade de informação : a transposição em Portugal da Directiva 2019/790 (UE), relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital : subsídios em nova reflexão sobre o tema / Alberto de Sá e Mello.

In: Revista de Direito Intelectual. Lisboa. ISSN 2183-2587. N.º 2 (2021), p. 7-33

Conservação do património / Direito conexo dos editores de imprensa / Direito de revogação de direitos concedidos e transmitidos / Excepções e limitações ao exclusivo jusautorais / Ilustração didáctica / Investigação científica / Prospecção de textos e dados / Responsabilidade dos prestadores de serviços de partilha de conteúdos em linha

PALAO MORENO, Guillermo, 1967-

Nuevas perspectivas para los derechos de propiedad intelectual en la Unión Europea / Guillermo Palao Moreno.

In: Revista de Direito Intelectual. Lisboa. ISSN 2183-2587. N.º 2 (2021), p. 67-96

União Europeia / Brexit / Codificação internacional / Covid-19 / Inteligência artificial / Mercado único digital / Propriedade intelectual / Soft law

PEREIRA, Alexandre Libórios Dias, 1970-

Autoria e inteligência artificial / Alexandre L. Dias Pereira.

In: Revista de Direito Intelectual. Lisboa. ISSN 2183-2587. N.º 2 (2021), p. 35-50

Autoria / Direitos de autor / Direitos conexos / Obra gerada por sistemas de inteligência artificial / Originalidade

SILVA, Pedro Sousa e, 1960-

A concorrência desleal e a má-fé no atual regime das marcas : o caso particular do registo da marca alheia / Pedro Sousa e Silva.

In: Revista de Direito Intelectual. Lisboa. ISSN 2183-2587. N.º 2 (2021), p. 121-137

Concorrência desleal / Marcas / Registo de má-fé / Registo de marca alheia

VICENTE, Dário Moura, 1962-

Propriedade intelectual, conflitos de leis e princípio da coerência / Dário Moura Vicente.

In: Revista de Direito Intelectual. Lisboa. ISSN 2183-2587. N.º 2 (2021), p. 51-66

Conflitos de leis / Directrizes da International Law Association sobre Propriedade Intelectual e Direito Internacional Privado / Princípio da coerência / Propriedade intelectual / Territorialidade

Revista de Direito Público e Regulação

ALVES, Nuno Peres.

Instalação de redes de comunicação electrónicas / Nuno Peres Alves.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 2 (2009), p. 19-25

Redes de comunicação electrónicas / Municípios

AMORIM, João Pacheco.

Breves reflexões sobre os novos regimes das Associações de Municípios e das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto / João Pacheco Amorim.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 2 (2009), p. 73-102

Associações de Municípios

ANDRADE, José Carlos Vieira de, 1949-

Publicidade e segredo no Conselho de Estado / J. C. Vieira de Andrade.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 1 (2009), p. 77-97

Segredo

AZEVEDO, Bernardo Mascarenhas Almeida.

Contratação pública e fundos comunitários / Bernardo de Azevedo.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 1 (2009), p. 5-7

Contratação pública / Fundos comunitários

CAMPOS, Diogo Duarte.

Visto do Tribunal de Contas, alguns problemas / Diogo Duarte Campos, Pedro Melo.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 5 (2010), p. 27-46

Tribunal de Contas / Recurso

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, 1941-

O princípio democrático sobre a pressão dos novos esquemas regulatórios / J. J. Gomes Canotilho.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 1 (2009), p. 99-107

Princípio democrático / Legitimação democrática da administração

CARVALHO, Carlos Luís Medeiros de.

Breves notas a propósito do novo regime Reserva Agrícola Nacional / Carlos Luís Medeiros de Carvalho.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 1 (2009), p. 9-15

Reserva Agrícola Nacional -- novo regime

CORREIA, Fernando Alves, 1951-

A Indemnização pelo sacrifício / Fernando Alves Correia.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 1 (2009), p. 63-76

Indemnização

FARACO, Alexandre Ditzel.

Democracia, meios de comunicação social e internet / Alexandre Ditzel Faraco.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 4 (2009), p. 35-56

Meios de comunicação social / Internet / Democracia

FARACO, Alexandre Ditzel.

Terceirização de atividades estatais : a possibilidade da transferência de atividades-fim e a indelegabilidade de atividades típicas de Estado / Fernando Vernalha Guimarães.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 4 (2009), p. 57-70

Terceirização na atividade administrativa

FERNANDEZ, Elizabeth.

Novo custo de acesso à justiça / Elizabeth Fernandez.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 3 (2009), p. 23-42

Acesso à justiça / Taxas de justiça

FERRO, Miguel Sousa.

Um regulador independente para a segurança radiológica e nuclear : uma obrigação e uma necessidade / Miguel Sousa Ferro.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 2 (2009), p. 135-148

Segurança radiológica e nuclear / Regulador independente / Distribuição de competências

GOMES, Miguel Assis.

Topicamente - e a quatro mãos... - sobre o novo regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades / Carla Amado Gomes, Miguel Assis Raimundo.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 5 (2010), p. 3-25

Responsabilidade civil extracontratual do Estado / Indemnização

GONÇALVES, Pedro, 1964-

Um caso exemplar de degradação da autonomia municipal / Pedro Gonçalves.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 1 (2009), p. 23-26

Degradação da autonomia municipal

JUSTEN FILHO, Marçal, 1955-

Regulação portuária no direito brasileiro / Marçal Justen Filho.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 4 (2009), p. 5-23

Regulação constitucional -- Brasil / Atividade portuária -- Brasil / Direito público

MAÇÃS, Maria Fernanda, 1955-

Alterações introduzidas ao Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo pelo Decreto-Lei nº 142/2009, de 16 de Junho : entre o fim do regime cooperativo em prol da liberdade de iniciativa económica sem respeito pelo princípio da igualdade? / Fernanda Maçãs.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 3 (2009), p. 43-58

Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo / Decreto-Lei nº 142/2009 / Fim do regime cooperativo / Liberdade de iniciativa económica / Princípio da igualdade

MARTINS, Licínio Lopes, 1963-

O contrato de empreitada por preço global no Código dos Contratos Públicos / Licínio Lopes Martins.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 5 (2010), p. 47-62

Contrato de empreitada / Código dos Contratos Públicos / Obras públicas

MARTINS, Licínio Lopes, 1963-

O contrato de prestação de serviços na Lei 127A/2008, de 27 de Fevereiro : um regime contrário à Constituição e ao Direito Comunitário / Licínio Lopes.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 1 (2009), p. 17-21

Prestação de serviços

MARTINS, Licínio Lopes, 1963-

O regime das Comunidades Intermunicipais : mais um caso exemplar de degradação da autonomia municipal / Licínio Lopes.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 2 (2009), p. 9-17

Comunidades intermunicipais / Desenvolvimento regional

MARTINS, Rodrigo Varela.

Os poderes de regulação da ERSE / Rodrigo Varela Martins.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 3 (2009), p. 81-99

ERSE / Regulação / Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

MODESTO, Paulo.

As fundações estatais de direito privado e o debate sobre a nova estrutura orgânica da administração pública / Paulo Modesto.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 4 (2009), p. 71-83

Direito privado / Administração pública

MONIZ, Ana Raquel Gonçalves, 1978-

Cavaleiros e Hierarquia : o Artigo 158º da Lei do Orçamento do Estado para 2009 / Ana Raquel Gonçalves Moniz.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 2 (2009), p. 1-7

Cavaleiros orçamentais

MOREIRA, Egon Bockmann.

Concessões de serviços públicos e project finance / Egon Bockmann Moreira.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 4 (2009), p. 25-34

Serviços públicos / Project finance / Sistema solar contratual

MOREIRA, Vital, 1944-

Apresentação : [Revista de Direito Público e Regulação] / Vital Moreira, Pedro Gonçalves.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 1 (2009), p. 3-4

Revista de Direito Público e Regulação

NETO, Dora Lucas

Notas sobre a antecipação do juízo sobre a causa principal : um comentário ao artigo 121º do CPTA / Dora Lucas Neto.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 1 (2009), p. 55-62

Artigo 121º do CPTA

NUNES, Adolfo Mesquita, 1977-

Contratação pública a duas velocidades : a transposição da Directiva 2007/66/CE / Adolfo Mesquita Nunes.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 1 (2009), p. 35-54

Contratação pública / Directiva 2007/66/CE

OLIVEIRA, Fernanda Paula, 1967-

A regulamentação de situações intertemporais pelos planos directores municipais / Fernanda Paula Oliveira.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 2 (2009), p. 41-55

Plano Director Municipal / Preexistências -- normas

OLIVEIRA, Rodrigo Esteves de, 1970-

Restrições à participação em procedimentos de contratação pública / Rodrigo Esteves de Oliveira.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 1 (2009), p. 27-34

Contratação pública

PATRÃO, Afonso, 1980-

Comentário ao Acórdão Centro Studi Antonio Manieri. A prova da extensão do dano e a admissibilidade da Acção de Responsabilidade Extracontratual da Comunidade Europeia / Afonso Patrão.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 2 (2009), p. 27-40

Dano / Responsabilidade extracontratual -- CE

PORTO, Manuel Carlos Lopes, 1943-

Uma nova filosofia de intervenção na prestação de serviços públicos : a experiência portuguesa nos sectores das energias, comunicações, transportes, abastecimento de água e saneamento / Manuel Porto.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 2 (2009), p. 103-119

Prestação de serviços públicos

RAIMUNDO, Miguel Assis, 1980-

Alterações ao Código dos Contratos Públicos : O Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro / Miguel Assis Raimundo.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 5 (2010), p. 81-102

Código dos Contratos Públicos -- alteração / Regime de contratação pública

RODRIGUES, Pedro Nuno.

As propostas não solicitadas e o regime da contratação pública : reflexões a pretexto dos procedimentos de atribuição de usos privativos de recursos hídricos por iniciativa particular. Pedro Nuno Rodrigues.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 3 (2009), p. 59-80

Recursos hídricos / Contratação pública / Uso privado de recursos hídricos

SADDY, A.

Efeitos jurídicos do silêncio positivo no direito administrativo brasileiro / A. Saddy.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 4 (2009), p. 85-112

Silêncio positivo no ordenamento jurídico brasileiro / Administração pública -- Brasil

SENNEWALD, Marlene.

O instituto da convalidação da tutela cautelar em tutela final urgente consagrado no artigo 121.º do CPTA / Marlene Sennewald.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 5 (2010), p. 63-79

Tutela cautelar / Impugnação da decisão

SILVA, João Nuno Calvão da, 1977-

Nacionalidade como requisito de acesso ao notariado e não transposição da Directiva relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais pelo Estado português / João Nuno Calvão da Silva.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 2 (2009), p. 57-72

Nacionalidade / Acesso ao notariado / Reconhecimento das qualificações profissionais -- Portugal

SILVA, Susana Tavares da, 1973-

O novo direito do urbanismo : o despontar do urbanismo pós-vinculístico no domínio da reabilitação urbana / Suzana Tavares da Silva.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 1 (2009), p. 109-121

Direito do urbanismo / Reabilitação urbana

SILVA, Susana Tavares da, 1973-

Revisitando a garantia da tutela jurisdicional efectiva dos administrados / Suzana Tavares da Silva.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 5 (2010), p. 127-139

Tutela jurisdicional

URBANO, Maria Benedita, 1965-

Titularidade do mandato parlamentar. A propósito da Resolução n.º 22 610 do Tribunal Superior Eleitoral Brasileiro / Maria Benedita Urbano.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 2 (2009), p. 121-133

Mandato parlamentar -- titularidade / Partidos políticos / Titularidade individual ou partidária do mandato

VENTURA, Sofia.

Decretamento provisório de providências cautelares no contencioso administrativo / Sofia Ventura.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 5 (2010), p. 103-125

Providências cautelares no contencioso administrativo / Reforma da justiça Administrativa

VIANA, Cláudia.

O Acordo-Quadro / Cláudia Viana.

In: Revista de Direito Público e Regulação. ISSN 1647-2306. N.º 3 (2009), p. 11-22

Acordo-quadro / Contratação pública

Revista de Legislação e de Jurisprudência

A., correspondente.

Consulta : [Direito Fiscal] / A.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 696 (1881), p. 311-312

Resumo: O indivíduo que recebeu bens por doação poderá doá-los antes de ter pago a respetiva contribuição de registo, quando esteja em liquidação?

Contribuição de registo

A.H., correspondente.

Consulta : [Processo Civil] / A.H.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 705 (1882), p. 450-452

Resumo: Confessando o embargado a matéria dos embargos, deve ser condenado nas custas deste incidente? O arrestante e o escrivão que fizeram arresto em uma propriedade que não era do devedor, mas de terceiro, são responsáveis pelas perdas e danos que causaram com o arresto?

Arresto / Custas

A. M.

Consulta : [Processo Civil] / A. M.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1081 (1889), p. 86-87

Resumo: Deverá o cabeça de casal em inventário de menores descrever bens que antes da distribuição do inventário se achavam penhorados em virtude de execução? E serão válidos os termos daquela execução sem a intervenção do curador geral dos orfãos?

Bens penhorados / Cabeça de casal / Curador geral dos orfãos / Execução / Inventário

AGAREZ, Francisco Ferreira da Costa.

Prova das injúrias / Francisco Ferreira da Costa Agarez.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 702 (1881), p. 407-410

Resumo: O provedor de uma Misericórdia não é empregado público, e por isso não é admissível a quem o injúria e calúnia provar em juízo a verdade dos factos que se lhe imputam.

Empregados públicos

ALBUQUERQUE, Francisco de.

Ofício da direcção geral das contribuições directas de 26 de Novembro de 1887 : [Direito Fiscal] / Francisco de Albuquerque.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1082 (1889), p. 105

Resumo: É permitido aos funcionários públicos satisfazer as prestações dos direitos de mercê, por que são responsáveis pelos seus empregos, depois de terminar o desconto que têm nos seus vencimentos para pagamento do selo e emolumentos.

Direitos de mercê / Ofícios

ALBUQUERQUE, João Pacheco de.

Consulta : [Direito e Processo Comercial] / João Pacheco de Albuquerque.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1084 (1889), p. 131-132

Resumo: Qual é o juiz competente para legalizar o livro do registo do protesto de letras de um tabelião de comarca que não é sede de tribunal comercial?

Letras / Registo

BASTO, Vasco Ferreira Pinto.

Questão da companhia dos caminhos de ferro portugueses de Norte e Leste / Vasco Ferreira Pinto Basto.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 690 (1881), p. 214-220; p. 231-234; p. 247-252

Resumo: O atual diretor da companhia dos caminhos-de-ferro de Norte e Leste é pessoa legítima e competente para representar esta companhia em juízo? A atual companhia é responsável pelas obrigações, que D. José Salamanca ou a empresa construtora contraiu para com um empreiteiro ou fornecedor de materiais para as mencionadas linhas férreas?

Companhia dos caminhos de ferro portugueses de norte e leste

CABRAL, João Maria Mergulhão Neves.

Ineptidão de petição inicial de acção / João Maria Mergulhão Neves Cabral, José Teixeira Borges Soeiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 692 (1881), p. 252-254; p. 262-264; p. 278-280

Resumo: Na petição inicial de uma ação intentada por um vendedor de géneros deve declarar-se a época, em que os géneros foram levados a crédito pelo réu. E deve também juntar-se àquela petição a conta corrente. Quando se invoca a prescrição, deve o juiz conhecer dela antes de entrar no conhecimento da questão principal.

Petição / Prescrição

CABRAL, Manuel da Costa Oliveira, correspondente.

Consulta : [Direito Civil] / Manuel da Costa Oliveira Cabral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 695 (1881), p. 294-295

Resumo: Como há-de entender-se a disposição testamentária abaixo transcrita?

Fideicomisso

CARVALHO, Agostinho Albano da Costa

Questões jurídico-forenses / Agostinho Albano da Costa Carvalho.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 710 (1882), p. 539-544

Resumo: Poderá dispor validamente da terça o pai, que em escritura antenupcial de dote se obrigou a não prejudicar a noiva sua filha enquanto aos bens da terça, e a não deixar menos a ela que aos outros filhos?

Terça

CASTRO, José Luciano de, 1834-1914, correspondente.

Portaria inédita de 3 de Março de 1881 / José Luciano de Castro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 697 (1881), p. 332-333

Resumo: A junta geral não pode delegar na comissão executiva as funções da exclusiva competência da mesma junta como são as do artigo 53.º n.º 12 - não pode também este corpo administrativo levantar um empréstimo sem primeiro determinar o juro, a amortização e a respetiva dotação.

Empréstimos / Junta geral de distrito

CASTRO, José Luciano de, 1834-1914, correspondente.

Portaria inédita de 19 de Março de 1881 / José Luciano de Castro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 696 (1881), p. 318-319

Resumo: As questões do domínio e posse dos jazigos são da exclusiva competência dos tribunais de Justiça. Os jazigos de famílias são destinados apenas para os enterramentos das pessoas que a essas famílias pertencam. Não deve pois permitir-se nos ditos jazigos o enterramento de pessoas estranhas a essas famílias.

Jazigos

CASTRO, José Luciano de, 1834-1914.

Portaria inédita de 26 de Janeiro de 1881 / José Luciano de Castro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 689 (1881), p. 200

Resumo: Achando-se abertas as cortes, não pode um par do reino exercer as funções de vogal da comissão executiva da junta geral de distrito. O secretário-geral deve requerer em sessão da comissão que o vogal impedido seja substituído, e no caso de recusa recorrer para o concelho de distrito.

Contribuição de registo

CASTRO, José Luciano de, 1834-1914.

Portaria inédita de 27 de Janeiro de 1881 / José Luciano de Castro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 687 (1881), p. 169

Resumo: Os Diplomas de aprovação de estatutos de sociedades protetoras de animais não estão dispensados do pagamento de direitos de mercê, de selo e de emolumentos das secretarias de estado.

Direitos de mercê

CASTRO, José Luciano de, 1834-1914.

Portaria inédita de 28 de Janeiro de 1881 / José Luciano de Castro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 688 (1881), p. 183-184

Resumo: Os bens imóveis das irmandades só podem ser alienados pelo processo da desamortização ou expropriação por utilidade pública.

Irmandades

CASTRO, José Luciano de, 1834-1914.

Portaria inédita de 29 de Dezembro de 1880 / José Luciano de Castro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 681 (1881), p. 77-79

Resumo: A desistência de um recurso importa o reconhecimento da improcedência dele. As deliberações das Câmaras Municipais sobre empréstimos, sua dotação e condições de amortização, devem, no caso do artigo 106.º n.º 1 do Código, ser aprovadas pela Junta geral ou comissão executiva. A dotação dos empréstimos deve ser real e não nominal. As receitas, que segundo a lei têm uma aplicação determinada, ou são indispensáveis para custear despesas obrigatórias, não podem garantir empréstimos destinados a outros serviços. O Governo pode ordenar a interposição de recursos ao seu agente perante o conselho de distrito.

Empréstimos / Recursos

CASTRO, José Luciano de, 1834-1914.

Portaria inédita de 29 de Janeiro de 1881 / José Luciano de Castro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 688 (1881), p. 184

Resumo: Não são devidos nenhuns impostos nem direitos pela aprovação de alterações nos estatutos das irmandades e confrarias, quando as alterações não abranjam a maior parte dos artigos dos mesmos estatutos.

Irmandades

COELHO, Eduardo José.

Sentença proferida em 1.ª Instância : [Direito Civil] / Eduardo José Coelho.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1100 (1889), p. 392-397

Resumo: O usufrutuário é parte legítima para usar dos meios conservatórios, afim de ser mantido no seu usufruto. - A falta de citação do proprietário da coisa usufruída não é nulidade, mas o usufrutuário é responsável por perdas e danos, se não deu ao proprietário aviso da turbação da posse. - A questão sobre posse de águas não é de servidão de aqueduto, que se dá quando se disputa a directriz, ou o modo por que o prédio serviente costuma dar passagem a essas águas. - Na acção de manutenção devem alegar-se e provar-se a posse, os factos que constituem a turbação, e que o autor está na posse, há mais de um ano, e sem interrupção até ao momento da turbação.

Águas / Citação / Posse / Usufruto

COMPETÊNCIA DO PODER JUDICIAL PARA DECIDIR QUESTÕES DE BALDIOS

Competência do poder judicial para decidir questões de baldios : [Processo Civil].

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1094 (1889), p. 297-302

Resumo: As questões sobre posse e domínios de baldios são da competência do poder judicial.

Baldios / Competência / Poder judicial

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1067 (1889), p. 423

Resumo: Poderão as câmaras municipais recorrer para o governo da suspensão de suas deliberações, decretada pela junta geral, por motivos de nulidade da mesma suspensão ou de ofensa dos direitos que as leis e os regulamentos lhes concedem?

Câmaras Municipais / Recurso

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1068 (1889), p. 434-435

Resumo: A percentagem sobre as contribuições directas do estado, fixada por uma câmara municipal, em Maio de 1888, para o ano de 1889, poderá aumentar-se até ao máximo estatuido na lei de 16 de Agosto de 1888?

Câmaras Municipais / Percentagens

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1070 (1889), p. 467-469

Resumo: Quem deve preencher as vacaturas ocorridas em cada freguesia no número dos recrutados efectivos do exército activo?

Exército

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1071 (1889), p. 482-483

Resumo: Como devem preencher-se as vacaturas dos contingentes efectivos do exército e da armada?

Exército

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1074 (1889), p. 531

Resumo: Como há-de obter-se a certidão da deliberação de uma câmara, para juntar a um processo cível, recusando-se o secretário a passá-la?

Certidão / Corpos administrativos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1076 (1889), p. 3-4

Resumo: Poderá um cabo de polícia substituir-se por outro cabo sem autorização superior?

Cabo de polícia

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1078 (1889), p. 34-35

Resumo: Findo o concurso de um partido municipal, poderá a câmara deixar de o prover, sem ofensa dos direitos de um único concorrente muito habilitado?

Câmaras Municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1079 (1889), p. 56-58

Resumo: A câmaras municipais terão obrigação de pagar emolumentos aos seus secretários pelos actos em que intervêm como tabeliães?

Emolumentos / Secretários das câmaras municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1080 (1889), p. 66-67

Resumo: As câmaras municipais, os administradores de concelho e as comissões de recrutamento poderão ser condenados em custas?

Câmaras Municipais / Administrador de concelho / Comissões de recrutamento / Custas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1081 (1889), p. 87-88

Resumo: Qual a responsabilidade do fiador de um mancebo, que se ausentou para país estrangeiro em Junho de 1887?

Fiança / Serviço militar

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1082 (1889), p. 98-99

Resumo: Poderá reclamar para os tribunais administrativos um indivíduo que se julga injustamente rejeitado para irmão de uma irmandade? As comissões administrativas das irmandades podem admitir novos irmãos?

Comissões administrativas / Sócio

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1083 (1889), p. 119

Resumo: Como se há-de provar que os pais de mancebos recenseados, que passaram o certificado a que se refere o § 1.º do artigo 42.º da lei de 12 de Setembro de 1887, não obtiveram iguais certificados para seus filhos?

Recrutamento militar

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1084 (1889), p. 130-131

Resumo: As percentagens enumeradas em os n.ºs 7.º e 8.º do § 1.º do artigo 199.º do Código administrativo compreenderão também a décima de juros? E estas percentagens serão lançadas segundo a matriz do ano anterior, ainda que os contribuintes já não tenham o rendimento no ano do lançamento? Poderão as juntas de paróquia compelir os contribuintes a pagar as contribuições antecipadamente?

Contribuições municipais / Contribuições paroquiais / Décima de juros / Percentagem / Prazo

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1084 (1889), p. 132-133

Resumo: O governador civil terá de enviar ao agente do ministério público, junto do tribunal administrativo, as actas das eleições dos institutos de piedade e beneficência? Qual é o processo para o julgamento destas eleições?

Actas / Eleição / Governador civil

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1085 (1889), p. 150-151

Resumo: Tendo um particular participado a transgressão de uma postura municipal ao administrador de concelho, sem que este desse andamento ao processo, e tendo-se o participante queixado deste procedimento ao governador civil, sem obter melhor resultado, procederia ele regularmente? Como poderá obter a acusação em juízo da transgressão?

Administrador de concelho / Posturas municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1086 (1889), p. 164-165

Resumo: Poderão as câmaras municipais preterir, no provimento dos lugares de zeladores e guardas campestres, os indivíduos que tenham sido militares por outros que não estejam nestas circunstâncias, quando aqueles não tenham baixa limpa?

Guardas campestres / Zeladores

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1086 (1889), p. 166-167

Resumo: Para uma junta geral comprar uma propriedade urbana, serão precisos dois actos do governo : um em que reconheça e verifique a utilidade da aquisição, e outro pelo qual aprove o contrato de aquisição?

Junta Geral

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1088 (1889), p. 195-196

Resumo: As juntas gerais, para adquirirem bens imobiliários para os serviços do distrito, carecerão de que o governo reconheça a necessidade da aquisição dos mesmos bens?

Junta Geral

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1089 (1889), p. 210

Resumo: Poderão as juntas de paróquia nomear para seus secretários os seus respectivos vogais?

Juntas de paróquia

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1089 (1889), p. 211-212

Resumo: Não serão públicas as sessões das juntas para o arbitramento e derrama das congruas paroquiais?

Congruas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1090 (1889), p. 227

Resumo: Como há-de ser citado um refractário ausente em parte incerta, tendo de se proceder a execução nos seus bens?

Citação / Refractário

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1092 (1889), p. 266-267

Resumo: Quais são os empregados municipais que têm direito a aposentação. - Qual é o processo a seguir nestas aposentações?

Aposentação / Empregados das Câmaras Municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1093 (1889), p. 274-275

Resumo: A quem pertence conceder licença para uso de armas? Poder-se-á conceder licença para uso de quaisquer armas? Concedida a licença, será válida só no concelho ou também fora dele?

Licença

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1094 (1889), p. 296-297

Resumo: Poderão as câmaras conceder licença por tempo indefinido aos seus vogais? Pelas cedências gratuitas de terrenos municipais terão os escrivães das câmaras algum emolumento?

Câmaras Municipais / Corpos administrativos / Licença

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1095 (1889), p. 311

Resumo: Poderá um sub-delegado do procurador régio ser eleito para um corpo administrativo? O devedor ao cofre do município poderá ser eleito vereador da respectiva câmara?

Corpos administrativos / Devedores / Sub-delegados do procurador régio

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1096 (1889), p. 325-326

Resumo: Um solicitador encartado poderá ser considerado funcionário civil, para o efeito de não poder estabelecer o seu domicílio político fora do concelho, em que exerce o seu emprego ou cargo?

Domicílio / Solicitadores

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1097 (1889), p. 342-343

Resumo: A quem pertence o exame dos livros de escrituração das casas de empréstimos sobre penhores?

Comissários de polícia / Empréstimos sobre penhores / Livro

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1099 (1889), p. 370-371

Resumo: Os vencimentos dos distribuidores rurais e dos polícias fiscais poderão ser tributados pelas câmaras?

Distribuidores rurais / Impostos municipais / Polícias fiscais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1100 (1889), p. 389-390

Resumo: Poderão as câmaras municipais criar cadeiras de ensino primário elementar, independentemente de autorização superior?

Câmaras Municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1101 (1890), p. 403-404

Resumo: Como deverá remediar-se a falta de eleição de alguns vogais efectivos de um corpo administrativo?

Corpos administrativos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 681 (1881), p. 67-69

Resumo: Por que tempo a comissão do recenseamento eleitoral deverá ter em seu poder o livro do recenseamento vigente?

Comissão do recenseamento eleitoral

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 683 (1881), p. 98-99

Resumo: Será compatível o lugar de médico de partido com o de administrador de conselho efetivo, ou substituto ou interino? Não o sendo, como impedir que a mesma pessoa acumule estes dois lugares? Um médico de partido poderá recusar o serviço de sua profissão, estando a exercer as funções de administrador de conselho?

Facultativos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1102 (1890), p. 419-421

Resumo: Nas contas de gerência os documentos que comprovam as despesas de uma corporação administrativa ou estabelecimento de piedade ou beneficência deverão provir dos primitivos fornecedores ou vendedores, ou bastará que provenham daqueles que a corporação ou estabelecimento encarrega da compra ou fornecimento?

Contas / Documento

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1102 (1890), p. 421-422

Resumo: De que modo e prelate quem prestam caução os mancebos sujeitos ao serviço militar, que pretendam sair para fora do reino? Quem deverá participar as cauções à comissão do recenseamento?

Caução / Serviço militar

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1103 (1890), p. 437

Resumo: Os tesoueiros das juntas gerais de distrito e os das câmaras municipais poderão ser aposentados?

Aposentação / Tesoueiros

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 684 (1881), p. 114-116

Resumo: O tesoureiro do município que, depois de demitido, continuar a exercer as suas funções incorre na pena do artigo 307.º do código penal? Perante que tribunal e em que termos poderá a câmara compelir o tesoureiro do município a prestar contas? A doutrina da portaria inédita de 20 de dezembro de 1849 e do parecer do procurador-geral da coroa de 23 de maio de 1848, citados na nota ao artigo 377.º do código administrativo de 1842, estarão ainda hoje em vigor?

Tesoureiro da câmara

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 685 (1881), p. 130-133

Resumo: Tendo um comissário de polícia intimado um cidadão a fechar um botequim, por não cumprir as condições da licença, que, para abri-lo, lhe havia sido dada pelo administrador do concelho, e não tendo cumprido o intimado a ordem que lhe foi dada, cometeria o crime de desobediência?

Licenças

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1104 (1890), p. 451

Resumo: Os tesoureiros municipais, não encartados ao tempo da publicação do Código administrativo, poderão conservar-se ainda no exercício daquelas funções?

Tesoureiros

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 686 (1881), p. 146-149

Resumo: Quais os rendimentos a cuja cobrança devem aplicar-se as execuções administrativas? Podem os administradores de concelho deixar de remeter ao poder judicial os embargos apresentados a estas execuções? Quais os recursos que podem interpor-se da distribuição das contribuições lançadas pelas Câmaras Municipais e Juntas de Paróquia?

Contribuições diretas / Execuções administrativas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1104 (1890), p. 453-454

Resumo: Para que um reservista incorra na pena do artigo 122.º do decreto de 9 de Março de 1887, será necessário que seja avisado do dia em que há-de ter lugar a revista de inspecção?

Reservista

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1105 (1890), p. 468-470

Resumo: Recusando-se uma comissão de recenseamento eleitoral a modificar o recenseamento em conformidade com a sentença do respectivo juiz de direito, poderá este mandar, depois de 30 de Junho, fazer aquela modificação? Em caso negativo, se a modificação se fizer, como deverá proceder a comissão recenseadora para satisfazer ao preceito do artigo 44.º do decreto de 30 de Setembro de 1852?

Recenseamento eleitoral

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1106 (1890), p. 484-486

Resumo: Sendo alguns cidadãos excluídos do recenseamento dos quarenta maiores contribuintes, por acórdão da relação do distrito, poderá a comissão recenseadora substituí-los por quaisquer outros que julgar deverem ser recenseados? Substituindo-os, mas não em conformidade do acórdão da relação, poderá no mês de Julho pedir-se ao respectivo juiz de direito que mande modificar o recenseamento conforme o mesmo acórdão?

Quarenta maiores contribuintes / Recenseamento eleitoral

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 688 (1881), p. 178-179

Resumo: Serão válidas as listas que, nas eleições dos corpos administrativos, contiverem nomes de menos?

Eleições

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1106 (1890), p. 488

Resumo: Tendo-se protestado, na assembleia de apuramento da eleição de vereadores municipais, contra a contagem de alguns votos a um destes vereadores, um tal protesto suspenderá a posse? E tendo o tribunal administrativo atendido o protesto, o respectivo acórdão ficará suspenso, no caso de se ter interposto recurso para o Supremo Tribunal Administrativo? Poderá este tribunal mandar suspender aquele acórdão?

Protesto / vereadores

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1107 (1890), p. 500-501

Resumo: As contas das câmaras municipais, das juntas de paróquia e das corporações de piedade e beneficência deverão ser acompanhadas da certidão de relaxe de suas dívidas?

Câmaras Municipais / Contas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 689 (1881), p. 194-195

Resumo: Pode um par do reino desempenhar outras funções públicas além das de par, achando-se abertas as cortes?

Par do reino

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1108 (1890), p. 514-515

Resumo: A junta geral, ou a sua comissão distrital, poderá aumentar os vencimentos dos empregados pagos pelas câmaras, quando delibera sobre os orçamentos municipais? Poderá recorrer-se da deliberação da junta ou da comissão distrital sobre este assunto?

Câmaras Municipais / Junta Geral / Vencimentos

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1109 (1890), p. 530-532

Resumo: Os tesoureiros municipais, encartados ao tempo da publicação do Código administrativo, continuam a exercer as suas antigas funções, excepto quanto à cobrança das percentagens lançadas sobre as contribuições directas do Estado e sobre os rendimentos em que não incidirem aquelas contribuições, por ser esta cobrança da competência dos recebedores de comarca.

Tesoureiros

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 690 (1881), p. 212-213

Resumo: O administrador do Concelho poderá suspender pelo tempo que quiser os empregados administrativos seus subordinados?

Administrador do Concelho

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 692 (1881), p. 242-243

Resumo: Pode um administrador de concelho convidar os vogais de uma câmara municipal a abandonar os seus lugares, por motivos de incompatibilidade? Se os vogais se recusarem a atender este convite, a verdade desobediência? Os factos praticados por 2 vogais de uma câmara poderão ser objeto de um recurso contencioso?

Câmaras municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1110 (1890), p. 546-547

Resumo: Deverá incluir-se em orçamento o ordenado de um empregado municipal, devedor de direitos de mercê, e deverá este ordenado ser pago enquanto não satisfizer aqueles direitos?

Direitos de mercê

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1111 (1890), p. 564-565

Resumo: Tendo o administrador de um concelho demorado mais de trinta dias a remessa de um projecto de orçamento municipal para o governo civil, poderá a junta geral deliberar acerca deste orçamento, quando lhe seja apresentado?

Câmaras Municipais / Junta Geral / Prazo

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 696 (1881), p. 309-310

Resumo: Porque tempo funciona uma câmara municipal eleita fora da época ordinária?

Câmaras municipais / Código administrativo

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 697 (1881), p. 322-323

Resumo: Poderá o governador civil abrir a sessão da junta geral de distrito, não estando reunida a maioria dos vogais? Poderá abrir-se uma sessão extraordinária deste corpo administrativo passado o dia marcado para a primeira sessão?

Junta geral de distrito

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 696 (1881), p. 312-314

Resumo: Quando deve uma junta geral propor os vogais do conselho de distrito? Deverá propô-los na próxima sessão de novembro, ou na primeira do ano próximo?

Conselho de distrito / Junta geral de distrito

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 697 (1881), p. 324-325

Resumo: A quem pertence o ordenado do administrador do concelho, durante a suspensão do efetivo? E o administrador substituto tem direito a alguma parte do ordenado, estando doente o efetivo?

Administrador do concelho

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1112 (1890), p. 7-9

Resumo: Uma câmara municipal poderá deixar de prover um partido, depois de anunciado o respectivo concurso, havendo candidatos devidamente habilitados? E tendo de prover o partido, será obrigada a preferir o concorrente mais habilitado cientificamente?

Câmaras Municipais / Partidos municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1113 (1890), p. 25-26

Resumo: Serão obrigados a exercer as funções de cabo de polícia indivíduos de mais de cinquenta anos, e os nomeados em qualquer época que não seja o mês de Janeiro?

Cabo de polícia

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1114 (1890), p. 37-39

Resumo: O reservista que faltou à revista de inspecção poderá ser condenado, havendo apenas para prova daquele facto a participação da autoridade competente e o depoimento de três testemunhas? Os mancebos poderão deixar de ser julgados refractários, mostrando que estavam ausentes, e por isso não podiam solicitar guia nem comparecer no corpo ou distrito de reserva? Como serão intimados os mancebos ausentes, quando tenham de responder em juízo por serem refractários? O mancebo que não tirou guia para a inspecção, e que, antes de ser condenado por este facto, foi autuado como refractário, que pena deverá sofrer?

Recrutamento militar / Refractários / Reservistas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1115 (1890), p. 55-57

Resumo: Sofrerão alguma pena os secretários da mesa da assembleia eleitoral para a escolha de delegados à eleição de pares, que sem motivo justo deixarem de se apresentar na assembleia de apuramento e de enviar a cópia da acta da eleição? Se o presidente da mesa de apuramento ficar com as actas da eleição para as remeter ao seu destino, e sem razão justificativa deixar de as remeter, estará sujeito a alguma pena? Feito o apuramento dos delegados, e julgando-o a mesa pouco regular, poderá ela repeti-lo por seu arbitrio? E se pretender repeti-lo nos paços municipais, poderá o administrador do concelho impedir o novo apuramento, obrigando os membros da mesa a retirar-se? Será prova suficiente do apuramento dos delegados o edital da mesa declarando o resultado da eleição? Será crime a repetição do apuramento? Terá alguma responsabilidade o cidadão que se apoderou deste edital?

Eleição

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1116 (1890), p. 66-67

Resumo: Será conforme ao decreto com força de lei de 30 de Outubro de 1884 a penalidade estabelecida no regulamento de 9 de Março de 1887 com respeito aos reservistas? Pela publicação dos anúncios do dia da revista de inspecção poderá provar-se que os reservistas foram avisados desse dia?

Reservistas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 705 (1882), p. 452-453

Resumo: Um indivíduo recenseado como eleitor, mas pronunciado com fiança, e havendo a pronúncia passado em julgado, estará inibido de votar? Estando um eleitor nestas circunstâncias, cometerá crime voltando numa eleição?

Eleições

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 709 (1882), p. 519-520

Resumo: As Câmaras Municipais terão o direito de conduzir por um baldio Municipal as águas destinadas a uma fonte pública e de explorar as que nele houver, ainda que o baldio seja enfiteutico?

Águas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 711 (1882), p. 548-549

Resumo: Qual é o administrador de conselho competente para tomar as contas de legados pios aos testamentários de uma Freguesia, que pertence administrativamente ao concelho do Sardoal, e que, judicialmente, pertence hoje à comarca de Mação, e, antes da última divisão judicial, pertenceu à comarca de Abrantes? E qual é o recurso que deve interpor-se, se a prestação de contas for exigida por um administrador incompetente?

Legados pios

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 711 (1882), p. 548-549

Resumo: Qual é o administrador de conselho competente para tomar as contas de legados pios aos testamentários de uma Freguesia, que pertence administrativamente ao concelho do Sardoal, e que, judicialmente, pertence hoje à comarca de Mação, e, antes da última divisão judicial, pertenceu à comarca de Abrantes? E qual é o recurso que deve interpor-se, se a prestação de contas for exigida por um administrador incompetente?

Legados pios

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 711 (1882), p. 551-553

Resumo: O empreiteiro de obras de um caminho-de-ferro estará sujeito ao artigo 42.º das condições gerais das empreitadas, a que respeita a portaria de 8 de março de 1861, não tendo a disposição daquele artigo sido incluída no respectivo contrato, nem tendo havido nenhuma referência a ela?

Competência / Empreitadas

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo e Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1089 (1889), p. 210-211

Resumo: Quais são os escrivães competentes para escrever nos processos de execução por impostos paroquiais? Tendo sido um orçamento paroquial superiormente aprovado com redução da despesa, mas sem se alterar correspondentemente a receita, será isto motivo para os contribuintes reclamarem, pedindo que sejam diminuídos os impostos que se lhes exigem? Poderão as contribuições paroquiais, que consistem em adicionais às contribuições gerais do estado, ser reduzidas sem se obter redução na verba principal sobre que recaem?

Contribuições paroquiais / Execuções fiscais / Orçamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo e Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 709 (1882), p. 520-521

Resumo: Quem deve pagar as custas e selos, quando se não prove em juízo a transgressão das posturas municipais, acusada pelos oficiais de diligências do administrador do concelho?

Transgressão

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo e Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 710 (1882), p. 533-535

Resumo: A dedução de 10% que, segundo o artigo 1.º n.º 2.º da Lei de 14 de maio de 1878, tem de fazer-se do produto dos objetos arrojados às praias, quando não apareçam donos, deverá verificar-se logo depois da venda e antes do depósito, ou só depois de realizado este e passado o ano a que se refere o artigo 72.º n.º 12.º do decreto de 28 de junho de 1842?

Objetos arrojados às praias

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo e Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 681 (1881), p. 66-67

Resumo: Quais são as condições em que se pode requerer exame nos livros do recenseamento eleitoral? Quais os meios de assegurar a regularidade das operações eleitorais?

Recenseamento eleitoral

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo e Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 682 (1881), p. 82-83

Resumo: Qual a pena que deve ser imposta aos párocos e regedores que não cumprirem os preceitos dos Artigos 18.º e 41.º da lei de 27 de julho de 1855, relativa ao recrutamento?

Recrutamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1111 (1890), p. 566-568

Resumo: Terão competência ainda hoje as câmaras municipais para impôr multas por se fazerem construções sem sua licença junto de caminhos vicinais, como lhe permitem as posturas feitas antes do actual Código administrativo?

Caminhos vicinais / Regulamentos de polícia

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1068 (1889), p. 436-438

Resumo: O curador geral dos orfãos será competente para promover que o pai ou o tutor de um menor faça em favor deste um registo? O pai ou o tutor que não cumpram, sendo para isso devidamente intimados, cometerão o crime de desobediência? E como suprir neste caso a negligência do pai ou do tutor do menor? E o pai binubo também terá obrigação de fazer registo em favor de seu filho menor do primeiro matrimónio?

Crime de desobediência / Curador geral dos orfãos / Registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1068 (1889), p. 438

Resumo: Tendo o proprietário concordado com o usufrutuário, em processo de caução, em que este ficasse com certos bens imóveis em seu poder, arrendando-se os outros, poderá o proprietário exigir prestação de caução por aqueles bens? Em caso afirmativo, como deve exigí-la?

Caução / Proprietário

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1070 (1889), p. 472-473

Resumo: Tendo um homem casado e com filhos legítimos constituído dote em favor de uma sua filha ilegítima, perfilhada antes da execução do Código civil, com a condição de este dote reverter para os descendentes do dotador, se a dotada falecesse sem descendentes depois do dotador, seu marido e primos co-irmãos pelo lado materno; quem há-de herdar o dote e os mais bens da falecida?

Doação / Filhos / Sucessão

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1072 (1889), p. 498-499

Resumo: Tendo sido contemplado um asilo com uma pensão anual deixada por um testador, que onerou com este encargo os seus herdeiros, a quem deixou bens imóveis, que meio tem o asilo para garantir o pagamento do legado? Tendo um dos herdeiros do testador transmitido a outrem os bens sujeitos ao encargo, poderão estes bens ser ainda obrigados ao pagamento do legado? A pensão anual deixada ao asilo deverá ser convertida em fundos consolidados?

Asilo / Pensão

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1073 (1889), p. 517-519

Resumo: Será facultativo o registo da acção confessória de servidão, e a sentença proferida sobre ela produzirá efeitos e será exequível contra terceiros, para quem se tenha transmitido o prédio serviente, e que tenham feito o registo da transmissão antes do da acção?

Acção confessória / Registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1073 (1889), p. 519-521

Resumo: Será válida a disposição testamentária feita em benefício de um estabelecimento de piedade ou beneficência que ainda não existe, ou não está autorizado?

Disposição testamentária / Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1074 (1889), p. 531-533

Resumo: Se o pai de uma filha perfilhada lhe doar certos bens, que excedam a sua terça, e só mais tarde perfilhar outros filhos, aquela doação deverá ser reduzida por inoficiosa por morte do pai doador? A escritura de doação feita na véspera do casamento da donatária dará aos bens doados a natureza de dotais?

Doação / Dote / Filhos / Legítima / Perfilhação

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1074 (1889), p. 534-537

Resumo: No casamento por separação de bens e sem comunhão de adquiridos, se ambos os cônjuges contraírem uma dívida para pagarem outra que o marido já tinha ao tempo do casamento, será também a mulher responsável pelo pagamento daquela dívida? E tendo a mulher, depois de separada judicialmente de seu marido, autorizado este a garantir uma dívida, constituindo hipoteca em certo prédio, que já estava hipotecado em favor dela em garantia de uma pensão estabelecida por contrato antenupcial, esta autorização significará renúncia à prioridade do seu direito hipotecário? estando o mesmo prédio hipotecado aquela pensão que será paga à mulher só depois do falecimento do marido, e a uma dívida que também será paga depois deste falecimento, se o prédio hipotecado for vendido, a quem pertence o seu produto?

Casamento / Execução hipotecária / Hipoteca

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1075 (1889), p. 546-547

Resumo: Tendo um pai deixado em testamento, antes da execução do Código civil, a terça de seus bens a seu filho F., para ser por morte deste dividida por outros dois filhos, e tendo um destes filhos falecido antes daquele, terão os herdeiros do filho falecido direito à parte da terça que devia pertencer a este filho, se fosse vivo? Em caso negativo, a quem deverá ela pertencer?

Substituição fideicomissária

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1077 (1889), p. 21

Resumo: Tendo os pais feito doação pura e simples de certos bens a seu filho menor, produzirá esta doação efeitos jurídicos independentemente de aceitação do donatário? Em caso negativo, como deverá ser suprida a falta de aceitação do menor?

Doação

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1078 (1889), p. 37-39

Resumo: Tendo-se estipulado em contrato de arrendamento de prédio rústico, principiado em Janeiro de 1879, e sucessivamente prorogado até fim de Dezembro de 1887, que o arrendatário pagaria as contribuições gerais e especiais que recaíssem sobre o prédio, e apresentaria todos os anos os documentos comprovativos do pagamento de tais contribuições, deverá o arrendatário pagar a contribuição predial que se cobrou em janeiro de 1888, e que é relativa ao ano de 1887?

Arrendamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1078 (1889), p. 40-41

Resumo: Tendo um testador deixado antes de vigorar o Código civil bens a certo indivíduo com a declaração de que, se ele morrer solteiro, ou se casar e morrer casado, sem filhos, os bens passarão para dois irmãos dele testador, haverá aqui uma substituição fideicomissária? E se o fiduciário falecer sem filhos, e já então estiver falecido um dos fideicomissários, quem é que deve receber a parte do fideicomisso que a este deveria pertencer? E quais são os bens do fideicomisso que devem ser entregues?

Substituição fideicomissária

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1079 (1889), p. 51-52

Resumo: Tendo um binubo com filhos do primeiro e segundo matrimónio declarado em testamento, que deixa o usufruto da sua terça a sua mulher e a propriedade aos seus filhos e dela, esta terça pertencerá por igual aos filhos do primeiro e segundo matrimónio, ou só aos do segundo matrimónio?

Terça / Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1079 (1889), p. 52-54

Resumo: Tendo um pai, usufrutuário de certa propriedade de seu filho, feito nela melhoramentos importantes, edificado casas e feito outras construções, tais melhoramentos e edificações e construções serão benfeitorias? Em caso afirmativo, o valor destes e daqueles deverá aumentar a herança do usufrutuário?

Acessão imobiliária / Benfeitorias / Usufruto

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1081 (1889), p. 84-86

Resumo: Tendo-se estipulado no contrato antenupcial o regime de comunhão de adquiridos, e tendo a mulher recebido na constância do matrimónio várias heranças e legados que ficaram pro indiviso durante algum tempo e em comunhão com os outros herdeiros, fazendo-se depois partilhas amigáveis por escritura pública, terá o marido comunhão nesses bens?

Comunhão de adquiridos / Contrato antenupcial

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1082 (1889), p. 102-103

Resumo: Tendo-se estipulado entre os cônjuges, em contrato antenupcial, a incomunicabilidade de bens presentes e futuros, à excepção dos adquiridos pelo rendimento de bens próprios, ou pelo trabalho e indústria, como deverá proceder a mulher que depois do casamento herdou de seu pai e partilhou com sua mãe em escritura pública capitais, letras e escrituras de mútuo, para evitar que estes bens se extraviem ou entrem na comunhão?

Contrato antenupcial / Incomunicabilidade de bens

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1083 (1889), p. 117-118

Resumo: Dizendo o testador em seu testamento que deixa a certas pessoas alguns bens, para poderem dispôr deles como lhes aprouver, haverá aqui uma disposição de usufruto ou de propriedade? E será válida a declaração do testador de que, se a sua herdeira, mulher solteira, se casar, perderá a herança por ele deixada?

Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1083 (1889), p. 118

Resumo: Um co-herdeiro poderá vender a estranhos um imóvel que lhe pertenceu em inventário e partilha julgada por sentença, de que todavia pende recurso de revista?

Inventário / Venda

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1084 (1889), p. 133-134

Resumo: Tendo certo indivíduo dado a outro licença para abrir uma janela no seu prédio, com a condição de ser tapada, logo que ele o exigisse, deverá aquele indivíduo fazer algum registo? Em caso negativo, como há-de evitar-se que argamente com a prescrição aquele indivíduo para quem passe o prédio onde foi aberta a janela?

Janela

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1085 (1889), p. 148-149

Resumo: Aquele que paga a um credor, com consentimento do devedor, três prestações de uma dívida assegurada por hipoteca, registada primeiro que a de outro credor, preferirá a este pela importância das prestações pagas?

Dividas / Hipoteca

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1085 (1889), p. 149-150

Resumo: Tendo-se descrito e partilhado, como bens comuns do casal, em inventário julgado por sentença em 1853, certos bens que eram próprios da inventariante, poderá hoje no inventário por morte desta emendar-se aquela descrição e partilha, adjudicando-se tais bens aos herdeiros a quem pertenciam? E tendo o juiz do inventário mandado que o cabeça de casal neste inventário descrevesse também aqueles bens ou os negasse, poderá este despacho modificar-se em vista de algum requerimento do cabeça de casal, ou por meio de recurso?

Inventário

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1086 (1889), p. 163-164

Resumo: Os filhos nascidos de mulher casada, que está separada de facto, mas não judicialmente, de seu marido, poderão ser declarados no assento do baptismo como filhos de pais incógnitos?

Assento de baptismo / Filho

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1088 (1889), p. 196-197

Resumo: Havendo uma sociedade familiar, e tendo um dos sócios dado de arrendamento um prédio pertencente à sociedade, será este sócio pessoa legítima para intentar contra o arrendatário acção de despejo?

Acção de despejo / Sócio

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1090 (1889), p. 227-228

Resumo: Tendo um testador deixado a certo indivíduo a sua casa de habitação e seus acessórios, e tudo o que à hora da sua morte fosse encontrado dentro daquela casa e dos acessórios, estará compreendida nesta disposição uma botica e suas drogas, que existem em outra casa comunicada interiormente com aquela, e em que o testador também vivia?

Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1090 (1889), p. 228-231

Resumo: O que deu de empréstimo certa quantia, como agente de uma sociedade de crédito predial, e aceitou a hipoteca constituída pelo mutuário para garantia do empréstimo, será pessoa legítima para requerer o registo desta hipoteca, fundado só na escritura de empréstimo e constituição de hipoteca?

Registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1091 (1889), p. 242-243

Resumo: Tendo uma mulher, casada segundo o costume do reino, deixado em legado uma casa e um quintal a um sobrinho afim, poderá a validade deste legado ser impugnada pelo marido? E, no caso afirmativo, terá o legatário direito ao valor da casa e quintal legados? Declarando a testadora que o legatário só tomará posse do legado por morte dela e de seu marido, haverá aqui uma substituição fideicomissária, e, no caso de haver, pertencerá o objecto do legado ao marido?

Legado / Substituição fideicomissária / Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1091 (1889), p. 243-244

Resumo: O dono de um prédio, que profunda uma vala existente entre este prédio e o do vizinho, poderá ser obrigado pelo dono deste prédio a fazer um muro que obste ao desabamento das terras para a vala?

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1091 (1889), p. 244-245

Resumo: Tendo-se começado um inventário de bens dos pais comuns dos interessados, e tendo-se suspenso este inventário e celebrado depois uma escritura em que o administrador dos bens se obrigou a dar uma prestação anual a seus irmãos para alimentos, sem declaração alguma a respeito das legítimas, terão aqueles direito a fazer continuar o inventário, para haverem as suas legítimas, ou deverá entender-se que desistiram do seu direito a elas? E pedindo as legítimas, deverão conferir as prestações recebidas e entrar em conta os rendimentos?

Inventário

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1091 (1889), p. 245-246

Resumo: Tendo dois irmãos feito testamento de mão comum antes da execução do Código civil, no qual se instituíam reciprocamente herdeiros, e deixavam vários legados em dinheiro, que deviam ser cumpridos depois da morte do último testador, e tendo o sobrevivente revogado pela sua parte o testamento, em que termos deverão ser cumpridos os legados, sendo desiguais as fortunas dos dois testadores?

Legado / Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1093 (1889), p. 275-277

Resumo: O casamento civil poderá anular-se por falta das formalidades prescritas pelo artigo 1075.º e seguintes do Código civil?

Casamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1095 (1889), p. 306-307

Resumo: Será devido laudemio pelos emprazamentos de preterito, ainda que o laudemio não esteja estipulado?

Laudemio

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1096 (1889), p. 322-323

Resumo: Tendo sido trocado em 1889 um prédio alodial por um foreiro, e tendo-se estipulado que este ficava alodial em poder do novo adquirente e aquele sujeito ao foro e laudémio, e sendo depois arrematado o prédio que era alodial, poderá o senhorio directo, que deu a troca consentimento por escrito particular trasladado depois na escritura pública de troca, pedir ao arrematante o laudémio?

Laudémio

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1097 (1889), p. 340-342

Resumo: Tendo sido feita a um particular a concessão de um anel de água de um aqueduto público por meio de uma provisão régia de 1803, poderá a câmara municipal cortar agora essa água, revogando por sua autoridade aquela concessão? Poderá o concessionário obrigar a câmara a reconhecer os seus direitos resultantes daquela concessão?

Câmaras Municipais / Águas / Concessão

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1097 (1889), p. 343

Resumo: Tendo sido hipotecado, penhorado, avaliado e arrematado um determinado terreno, que contem plantações e casas de habitação, deverá entender-se que no terreno se compreendem também as plantações e as casas?

Arrematação / Hipoteca

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1097 (1889), p. 343

Resumo: Tendo sido hipotecado, penhorado, avaliado e arrematado um determinado terreno, que contem plantações e casas de habitação, deverá entender-se que no terreno se compreendem também as plantações e as casas?

Arrematação / Hipoteca

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1098 (1889), p. 355-356

Resumo: O dono de um prédio, para onde deita fresta de casa do vizinho, poderá tapar esta fresta sem ser com parede ou contramuro?

Frestas / Óculos para luz / Seteiras

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1099 (1889), p. 371-373

Resumo: Tendo um testador instituído herdeiro certo indivíduo com as condições de casar com determinada pessoa, estabelecer-se na casa de habitação do testador, viver na companhia de outra pessoa e tratar esta na saúde e nas doenças, serão válidas estas condições? E no caso de não se cumprirem tais condições, deverá a herança do testador dividir-se em partes iguais pelo herdeiro e pela pessoa que devia casar com ele? E tendo o testador declarado que certa propriedade pertencerá à pessoa que casar com o herdeiro, se o casamento se não efectuar, a quem pertence esta propriedade?

Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 681 (1881), p. 71-72

Resumo: Segundo o direito vigente antes da execução do Código Civil seria válida a escritura de esponsais, em que um terceiro doará por sua morte bens a um dos espaços? E poderá o doador vender depois a outrem os mesmos bens doados? E poderão os donatários hipotecá-los?

Doação

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 681 (1881), p. 72-73

Resumo: Tendo certo indivíduo legado a outro algumas propriedades com a condição de não poder dispor delas por sua morte senão em favor dos filhos de..; se o legatário falecer sem disposição testamentária e com filhos, a quem pertencem aquelas propriedades?

Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 682 (1881), p. 86-87

Resumo: Interpretação da verba de um testamento.

Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 683 (1881), p. 105-106

Resumo: Pela legislação anterior ao código civil podiam os nascituros ser instituídos herdeiros? Sendo nomeados certos prazos por escritura antenupcial, celebrada em 1849, no imediato sucessor dos noivos, na falta de outra nomeação, e sendo depois vendidos estes prazos, em que o nomeante tivesse feito outra nomeação, terá o imediato sucessor algum direito ao valor dos prazos vendidos? A dação de bens em pagamento das legítimas de filhos maiores, feita em escritura celebrada entre o pai e os mesmos, mas com reserva de usufruto em favor do pai, estará nula por falta de pagamento da contribuição de registo? Essa dação de bens com reserva de usufruto está nula por contrariar o princípio genérico de que os filhos não podiam renunciar ao necessário, o por qualquer outra causa?

Contribuição de registo / Doação / Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1102 (1890), p. 424-425

Resumo: Será essencial que no auto de aprovação de um testamento cerrado o tabelião declare que aprova e há por aprovado o presente testamento, tanto quanto é permitido pelo seu regimento?

Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1103 (1890), p. 435-437

Resumo: Tendo um testador disposto em favor de duas pessoas, substituindo reciprocamente uma à outra, no caso de a primeira falecer sem filhos de legítimo matrimónio, e que, se ambas aquelas pessoas falecessem sem filhos de legítimo matrimónio, seriam seus herdeiros outros indivíduos mencionados pelo testador, quando é que estes indivíduos adquirem direito à herança?

Substituição fideicomissária

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1103 (1890), p. 437-439

Resumo: Tendo falecido, há mais de quarenta anos, o administrador de uma capela, e tendo sido dada a administração dela ao filho segundo daquele administrador, por não se saber do filho primogénito, a quem deveriam pertencer os bens da capela depois das leis de desvinculação? E tendo estes bens sido descritos e partilhados como livres e alodiais por falecimento daquele filho segundo, poderá um irmão deste requerer agora que se lhe dê metade de tais bens?

Curadoria dos bens do ausente

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 684 (1881), p. 116-117

Resumo: Feito um arrendamento de prédios urbanos por 4 anos, e continuando o arrendatário a fruir os prédios sem oposição depois de findo o arrendamento, deverá este considerar-se renovado, e por quanto tempo?

Arrendamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 685 (1881), p. 137

Resumo: Quando o apelante no prazo de 10 dias a contar da publicação do despacho que receber a apelação não pague as custas, e nem faça o preparo necessário para o traslado, expedição do recurso e importância dos selos do correio, deve o escrivão fazer logo os autos conclusos ao juiz, para ele julgar o recurso deserto? E compete ao Escrivão calcular o que seja necessário para aquele preparo?

Código do processo civil / Recursos

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1104 (1890), p. 456-457

Resumo: Tendo sido transmitido o usufruto de um prédio a um usufrutuário que tomou posse do usufruto, e tendo este prédio sido arrematado mais tarde como livre por um terceiro, poderá este obter a propriedade plena desse prédio sem o ónus referido, embora o usufrutuário tenha registado o usufruto depois da arrematação, mas antes de ter sido registada pelo arrematante a sua compra?

Usufruto

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 686 (1881), p. 153-154

Resumo: O dono de uma hospedaria pode pedir a um hóspede a importância dos alimentos que há 20 anos lhe tem fornecido? Em caso negativo, e sendo a casa da hospedaria pertencente ao hóspede, se este intentar contra o dono da hospedaria a ação de despejo, por não ter pago a renda, por este impugnar o despejo, alegando que a renda era compensada pelo preço dos alimentos?

Prescrição / Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 688 (1881), p. 183

Resumo: Nos casamentos por dote o cônjuge sobrevivente, a quem o falecido deixou o usufruto da terça de seus bens próprios, deverá ser cabeça de casal destes bens?

Cabeça de casal

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1107 (1890), p. 498-499

Resumo: As disposições dos artigos 1782.º e 1978.º do Código civil, que inibem da sucessão testamentária ou legítima do falecido os que hajam atentado contra a vida dele, ou concorrido de qualquer forma para tal delito, estarão derogadas pelas disposições do Código penal, relativas aos efeitos das penas?

Sucessão

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1107 (1890), p. 499-500

Resumo: Tendo-se declarado em um assento de baptismo que o baptizado é filho de homem casado e mulher solteira, sendo este assento assinado pelo pai, mas não pela mãe, será esta herdeira do filho falecido abintestado? Em caso negativo, serão seus herdeiros os irmãos do falecido, filhos do mesmo pai e da mesma mãe?

Assento de baptismo / Sucessão

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1107 (1890), p. 503-504

Resumo: Fazendo os pais doação de certos bens a um filho, e estipulando que a terça seria repartida igualmente por todos os filhos, e que só com esta condição doavam, poderá neste caso fazer-se aplicação do artigo 2111.º do Código civil, e computar-se o excesso da doação na terça do doador?

Doação / Terça

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 690 (1881), p. 210-211

Resumo: O dono de uns castanheiros, cujos ramos deitam sobre o prédio do vizinho que apanha os frutos que ali caem, que processo deve intentar para tornar efetivo o direito que lhe concede o artigo 2318.º do código civil?

Árvores

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1108 (1890), p. 515-517

Resumo: Tendo um testador legado certas quantias em inscrições, e achando-se na herança inscrições suficientes para satisfazer estes legados, deverão entregar-se aos legatários inscrições da herança, ou poderão entregar-se-lhes outras quaisquer? E os legatários terão direito aos juros das inscrições desde o princípio do semestre até á morte do testador, ou só desde esta?

Inscrições / Juros

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 690 (1881), p. 211-212

Resumo: Dizendo o decreto, que transferiu certo e escrivão de juiz ordinário para outro julgado: F. ... escrivão do juiz ordinário de... da comarca de... acumulando o tabelionato, transferido para o ofício de escrivão de juiz ordinário do julgado de... na referida comarca , pode este escrivão desempenhar as funções de tabelião de notas no julgado para onde foi transferido?

Escrivão

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1108 (1890), p. 518-520

Resumo: Tendo um testador instituído a mulher sua universal herdeira, com poder de vender e trocar quaisquer bens da herança, no caso que lhe seja necessário, passando os restantes bens da herança por morte dela para os filhos de um irmão do testador, e tendo este declarado que, se os ditos filhos maltratassem ou demandassem a sua mulher, perderiam o direito à herança, deverá fazer-se inventário orfanológico à morte do testador, por serem menores os filhos de seu irmão?

Inventário

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 690 (1881), p. 214

Resumo: Haverá um fideicomisso na disposição testamentária, pela qual um cônjuge, falecido antes da vigência do código civil, deixou ao outro a terça dos bens de sua meação, declarando que por morte do instituído seriam tais bens repartidos por seus filhos?

Fideicomisso

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1109 (1890), p. 532-533

Resumo: Tendo uma mulher com pai vivo deixado a seu marido, em 1865 ou 1866, todos os seus bens, e tendo o marido estado de posse destes bens até hoje, poderão os herdeiros do pai da falecida reivindicar os dois terços dos bens desta?

Prescrição / Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 692 (1881), p. 243-245

Resumo: Poderá abrir-se uma janela que deite diretamente sobre um prédio comum do proprietário da construção e de outro sem se observar a distância legal?

Janelas / Código civil

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1110 (1890), p. 548-549

Resumo: Tendo-se feito um contrato de sociedade entre o dono de uma tipografia e outro indivíduo que a dirige e administra, esta sociedade será comercial ou civil? Sendo comercial, e repartindo os sócios a meio os lucros, será nulo o contrato, por não ter sido registado no tribunal do comércio? Os livros da sociedade, não tendo sido selados, farão fé em juízo? E os recibos passados entre os sócios deveriam ser selados? E tendo-se estipulado que as contas da sociedade seriam apuradas por uma comissão, como deverá proceder um dos sócios, quando o outro lhe não preste as contas?

Selo / Sociedade

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 693 (1881), p. 258

Resumo: Tendo certo indivíduo entregado a outro 2000\$000 reis, para este comprar inscrições que servissem de calção ao emprego de recebedor de comarca, reservando aquele para si o usufruto de tal quantia para ser entregue por sua morte a uma sua sobrinha, pode esta exigir por morte do dono do dinheiro o pagamento dele e de seus juros?

Doação

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 693 (1881), p. 260-261

Resumo: Tendo-se feito um contrato de compra e venda de uma propriedade imobiliária, e tendo estipulado o comprador e o vendedor depois de assinado aquele contrato que o comprador ficaria na sua mão com a quantia de 40\$000 reis, que pagaria em certo prazo, poderá provar-se pelo tabelião e pelas testemunhas a existência desta dívida?

Compra e venda

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1111 (1890), p. 563-564

Resumo: O assento do baptismo de um filho ilegítimo, para a mãe deste lhe poder suceder, deverá estar lavrado nas mesmas condições em que deve estar o assento de baptismo para o filho ilegítimo suceder a sua mãe?

Assento de baptismo / Perfilhação

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1111 (1890), p. 565-566

Resumo: Não havendo entre o patim da escada exterior de uma casa e o prédio do vizinho a distância de um metro e cinco décimos, mas havendo entre eles um muro divisório comum, poderá o dono daquele patim elevar este muro a tal altura que não possa do patim devassar o prédio do vizinho, evitando assim que deixe entre o patim e o terreno alheio o interstício legal?

Muro

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 694 (1881), p. 276

Resumo: Tendo um indivíduo vendido a outro um prédio com a declaração de poder entrar minando e abrir as claraboias precisas no prédio vendido, poderá o vendedor abrir valas neste prédio e começar nele a abrir minas?

Interpretação

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 694 (1881), p. 277-278

Resumo: Tendo um pároco aberto há anos uma mina em dois prédios do seu passal, a fim de conduzir água de um para o outro, e sendo vendidos há um ano os dois prédios em hasta pública, cada um a seu indivíduo, na falta de declaração alguma deverá entender-se que há servidão de um para o outro? No caso afirmativo, terá o dono do prédio dominante direito de ir ao prédio serviente fazer a limpeza da mina pelos óculos aí existentes? E se com tal facto causar algum prejuízo no prédio serviente, terá a obrigação de indemnizar o dono deste prédio?

Passais / Servidão / Petição

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 695 (1881), p. 292-293

Resumo: Tendo um indivíduo disposto em testamento antes da vigência do código civil, que nomeava certa pessoa usufrutuária de seus bens com poder de alienar, e que por morte desta seriam tais bens usufruídos por outras pessoas, e que deles seriam herdeiros seus sobrinhos que estivessem à morte da última usufrutuária, haverá aqui um fideicomisso? Em caso afirmativo, quais são os fideicomissários?

Fideicomisso

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 695 (1881), p. 293-294

Resumo: Tendo certo indivíduo deixado a um filho o usufruto da terça de seus bens e a propriedade a um neto, e tendo feito parte desta terça 12.000\$000 reis em metal, terá este neto direito a exigir juros de tal quantia desde a morte do usufrutuário?

Usufruto

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 696 (1881), p. 306-309

Resumo: Poderá hoje o indivíduo que é nomeado juiz ordinário recusar-se a ocupar este lugar? E, tendo pedido admissão, será obrigado a exercer as funções daquele cargo até que lhe seja concedida? E ainda hoje será obrigado a prestar o juramento a que se refere o § 2.º do artigo 121.º da Nov. Ref. Jud.?

Juízes ordinários

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 697 (1881), p. 323

Resumo: O mesário de uma Misericórdia, o que é tabelião, pode fazer validamente as escrituras dos contratos daquela corporação, não intervindo neles como mesário?

Mesario de misericórdia

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 697 (1881), p. 325-327

Resumo: As águas de uma corrente, que hoje pertencem a diferentes proprietários em virtude do artigo 438.º do código civil, poderão ser vendidas por um deles a um estranho, que não é proprietário marginal da corrente? Se este proprietário as comprar ficara inibido de procurar águas nos seus prédios por meio de quaisquer escavações, que ofendam a água da corrente? Em que acessão deve tomar-se a palavra - prédio, empregada no artigo 450.º do código civil?

Águas / Prédio

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 698 (1881), p. 338-339

Resumo: Tendo-se estipulado em escritura antenupcial que, no caso da esposa falecer primeiro que o esposo e sem filhos vivos, os herdeiros dela levariam de casal 2000\$000 reis, e que, falecendo primeiro o esposo, os herdeiros dele levaria o metade dos bens do casal, deverá por morte do marido formar-se uma massa de todos os bens do casal, e adjudicar metade à mulher e a outra metade aos herdeiros do marido?

Escritura ante-nupcial

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 698 (1881), p. 339-340

Resumo: Tendo dois cônjuges casado por escritura antenupcial antes do código civil, e tendo estipulado que os bens com que cada um entrou para o casal voltariam para os respectivos herdeiros, que forem instituídos ou a lei chamar, se um falecer depois do código, deixando parentes no oitavo grau, a quem deve ser deferida a sucessão? Ao cônjuge sobrevivente, e aos transversais?

Casamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 699 (1881), p. 357-358

Resumo: Tendo vários consortes na água de uma mina resolvido por maioria continuar essa mina, do que resultou grande aumento de água, poderão os consortes, que não se comprometeram a pagar, ser obrigados a contribuir para as despesas?

Água

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1112 (1890), p. 4-6

Resumo: Tendo um devedor hipotecado em geral todos os seus bens para segurança de uma dívida, poderá o credor fazer o registo de hipoteca em uma propriedade que o devedor herde depois da constituição da hipoteca geral?

Hipoteca

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 701 (1881), p. 391

Resumo: O dono de um prédio onerado com servidão de passagem para um lagar pode fazer extinguir esta servidão com o fundamento de que o dono do lagar tem possibilidade de comunicá-lo com a via pública por terrenos seu?

Servidão

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1113 (1890), p. 21

Resumo: Falecendo o testador antes de estar assinado por todos o testamento público ou o auto de aprovação do testamento cerrado, como deverá proceder o tabelião?

Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1113 (1890), p. 21-23

Resumo: Tendo um proprietário adquirido o direito de gotejar as beiras do seu prédio sobre a casa do vizinho, poderá este levantar a sua casa inutilizando a servidão constituída? E, podendo levantar a casa, como deverá garantir o uso da servidão?

Águas

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 702 (1881), p. 402-403

Resumo: O enfiteuta de um prédio, de que certa corporação tem o domínio direto, pode usar a todo o tempo do direito de preferência, por ter sido em praça pelo governo aquele domínio direto sem intimação pessoal do enfiteuta, apesar de a venda ter sido anunciada por mais de uma vez no Diário do Governo?

Preferência

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 702 (1881), p. 403-404

Resumo: A água que nasce num maninho, e da qual se abastecem os habitantes de uma povoação desde tempos imemoriais, será uma fonte pública? E poderá a câmara municipal em canela para outro lugar da povoação? Os proprietários que até então se aproveitavam dos sobejos terão algum direito a impedir a mudança? E poderá a câmara fazer uma nova distribuição por outros proprietários no lugar para onde mudou as águas?

Águas

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 703 (1881), p. 418

Resumo: A quitação do preço de mais de reis 400\$000 de uma propriedade expropriada, que o dono desta propriedade passe ao seu procurador que negociou em nome dele a expropriação, deve ser feita por escritura pública, o bastará que o seja por escrito particular? E neste caso, que requisitos deve ter este escrito para ter valor jurídico?

Quitação

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1115 (1890), p. 57-59

Resumo: Tendo um viúvo com filhos de anterior matrimónio passado a segundas núpcias antes da execução do Código civil, sem haver pacto antenupcial, qual é a parte que a mulher tem nos bens do marido? E tendo falecido um daqueles filhos depois de vigorar o Código civil, que parte tem a mulher nos bens que o filho falecido herdou de sua mãe e nos que adquiriu pelo seu trabalho e indústria? E tendo a mulher doado entre vivos os seus bens de acordo com o marido, poderão os donatários fazer partilha dos bens do casal com a doadora e com seu marido?

Bens / Cônjuges / Segundas núpcias

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 704 (1882), p. 436-437

Resumo: Tendo um indivíduo legado a outrem certas propriedades que andavam arrendadas, com a cláusula de que elas serão usufruídas pelo seu herdeiro pelo tempo de um ano contado desde o falecimento do testador, e tendo este falecido em 10 de novembro, a quem devem pertencer as rendas daquelas propriedades, que se vencem em dezembro e não em novembro do ano do usufruto?

Usufruto

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 704 (1882), p. 438

Resumo: O escrivão do juiz ordinário de um julgado pode advogar nos outros julgados na mesma comarca?

Julgado

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 707 (1882), p. 486-487

Resumo: Feita por um particular uma mina em terreno paroquial há mais de 30 anos, mas sem a licença competente, e tendo-se usado sempre da água dessa mina em proveito de prédios situados inferiormente, poderá um terceiro, que só há 9 anos pretende ter direito a usar das águas da mina, restringir os direitos do primeiro utente que abriu a mina, e que tem sempre usado das águas? E poderá a junta de paróquia apossar-se agora dessas águas com o fundamento de regar o terreno, reduzido há pouco tempo a cultura?

Águas / Baldios

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 707 (1882), p. 487-488

Resumo: Tendo-se estipulado em contrato antenupcial que os bens de cada um dos esposos, quer haja, quer não haja filhos, voltarão aos respectivos herdeiros legítimos ou testamentários com metade dos adquiridos na constância do matrimónio, há incomunicabilidade de bens entre os esposos?

Escritura ante-nupcial

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 708 (1882), p. 501-502

Resumo: Num prazo subenfiteticado, em que é senhorio direto uma pessoa moral, deverá esta ter aviso prévio das alienações que hajam de realizar-se, e deverá exigir se o seu consentimento? Na venda do mesmo prazo terá o enfiteuta o direito de preferência? E poderá anular-se a venda, se não se procedeu previamente a ambas ou a qualquer daquelas formalidades?

Sub-enfiteuse

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 710 (1882), p. 536-538

Resumo: Os atravessadouros ou atalhos de interesse público ainda hoje subsistem? Será permitida a abolição destes atravessadouros, nos termos do artigo 2.313.º do código civil?

Atravessadouros ou atalhos públicos

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Eclesiástico] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1093 (1889), p. 278-279

Resumo: Tendo um pároco feito ofícios inteiros por alma de um seu paroquiano e recebido a importância deles, e tendo-se verificado depois que o valor da herança do falecido só comportava meios ofícios, poderão os herdeiros do falecido exigir que o pároco lhes restitua metade da importância dos ofícios?

Erro de facto

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1087 (1889), p. 181-183

Resumo: Tendo um clérigo feito com um sobrinho partilhas amigáveis, em que entravam bens de seus pais, avós e tio, e em que foi partilhado o património do clérigo, o qual ficou pertencendo ao sobrinho, estará esta partilha válida em relação ao dito património?

Contribuição de registo / Insinuação / Partilha / Património

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1103 (1890), p. 434-435

Resumo: Estará sujeita à contribuição de registo a venda ou cedência onerosa de parte das águas exploradas por um concessionário em terrenos municipais? Se o valor destas águas exceder a 50\$00 réis, poderão os contratos de venda ser celebrados por escrito particular, ou terão de ser celebrados por escritura pública? Podendo ser celebrados por escrito particular, como há-de ser selado o papel do contrato? A condição, imposta ao comprador das águas de, no caso de as querer alienar, consultar o concessionário para este poder optar tanto pelo tanto, será legal e válida?

Águas / Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Civil e Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1104 (1890), p. 453

Resumo: Se o vendedor, o comprador e o dono de coisa alheia acordarem em desfazer o contrato de compra e venda, deverá o vendedor entregar ao comprador a contribuição de registo que este pagou pela transmissão?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1080 (1889), p. 68-70

Resumo: Uma carta, dirigida a certo comerciante a abonar outro em compra de fazendas até determinada quantia, terá valor só até integral pagamento desta quantia, ou subsistirá enquanto a abonação não for retirada?

Carta de crédito / Fiança

CONSULTA

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1106 (1890), p. 482-483

Resumo: O endossante de uma letra aceita e endossada em Agosto de 1883, a pagar a um ano da data, mas que não foi protestada em tempo útil, terá obrigação de pagar a letra? Ao aceitante desta letra poderá aproveitar a prescrição?

Letras / Prescrição

CONSULTA

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1112 (1890), p. 3-4

Resumo: Tendo-se constituído em 1880 uma sociedade de pescaria, mas não se tendo feito escritura de constituição da sociedade, como deverá proceder-se para se liquidar o que pertence a cada um dos sócios da mesma sociedade?

Sociedade

CONSULTA

Consulta : [Direito Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 710 (1882), p. 535-536

Resumo: Tendo os credores de um negociante contratado que ele lhes pagaria só 30% dos seus créditos em certo prazo, se o negociante não cumprir, podem eles exigir por inteiro os seus créditos anteriores? E os credores que não intervieram neste contrato podem exigir por inteiro os seus créditos? E tendo o negociante feito compras de bens em nome de um seu filho natural e da mãe deste com dinheiro da massa, podem estes contratos ser rescindidos?

Contrato

CONSULTA

Consulta : [Direito Comercial e Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1105 (1890), p. 471-473

Resumo: O declarado falido por sentença poderá ser nomeado para qualquer emprego público, e nomeadamente para secretário de uma administração de concelho?

Empregos / Falido

CONSULTA

Consulta : [Direito Comercial e Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 705 (1882), p. 452

Resumo: Tendo o aceitante de uma letra declarado em escritura pública que deve ao portador da mesma letra certa quantia dela constante, e que se obriga a pagar-lhe no dia do seu vencimento, e a cauciona com hipoteca devidamente registada, pode o portador da letra mover execução hipotecária contra o aceitante dela depois de vencida?

Letra de câmbio

CONSULTA

Consulta : [Direito Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1069 (1889), p. 451-452

Resumo: Qual é o crime que comete aquele que, de noite, danifica várias pedras destinadas à edificação de um hospital, e que para tal fim estavam junto deste edificação, artisticamente lavradas e preparadas?

Crime de dano

CONSULTA

Consulta : [Direito Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1070 (1889), p. 469-470

Resumo: A ausência do editor responsável de um periódico para fora da comarca envolverá a suspensão do mesmo periódico, ainda que, antes de publicado outro número depois da ausência, outro editor se tenha habilitado perante as autoridades competentes : ou será necessário que decorram oito dias depois da habilitação para o jornal continuar a publicar-se? O editor que, sendo obrigado a publicar uma sentença condenatória na primeira página do seu periódico em conformidade do artigo 11.º da lei de 17 de maio de 1866, a publicou em outra página, incorrerá nas penas do artigo 12.º da mesma lei?

Editor / Periódico

CONSULTA

Consulta : [Direito Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 700 (1881), p. 374-375

Resumo: O fruto de uma porção de milho do valor de 3\$000 reis, cometido por duas pessoas, de noite e em casa habitada, deve ser punido com prisão correccional ou com o máximo de degredo temporário, agravado com prisão no lugar do degredo?

Furto

CONSULTA

Consulta : [Direito Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1113 (1890), p. 23-25

Resumo: Tendo a autoridade administrativa intimado um capelão, que está colado camonicamente em certa capela, e que não foi demitido ou suspenso, para entregar as chaves e todos os objectos da mesma capela, e não tendo o capelão feito a entrega exigida, haverá o crime de desobediência? Para existir este crime, deverá o agente do ministério público provar com documentos ou testemunhas que o capelão tinha obrigação de entregar as chaves e mais objectos da capela? E este agente poderá renunciar previamente ao recurso? Em caso negativo, poderá seguir o recurso, não tendo a outra parte renunciado a ele?

Apelação / Capelão / Crime de desobediência / Recurso

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Administrativo e Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1079 (1889), p. 54-56

Resumo: Estabelecendo um regulamento da câmara a obrigação de prévio manifesto para os géneros sujeitos aos impostos indirectos municipais, sob pena de multa, e tendo sido manifestados os géneros na repartição de fazenda para o efeito do imposto do real d'água, estará o infractor do regulamento da câmara sujeito ao pagamento do imposto municipal e multa? os arrematantes dos impostos municipais poderão fazer apreensões e denúncias em conformidade do decreto de 29 de Julho de 1886? Poderá a liquidação da câmara pelo imposto municipal dos géneros também sujeitos ao real d'água ser diferente da liquidação feita na fazenda? Qual é a forma de processo e a competência contenciosa para as dívidas provenientes dos impostos indirectos municipais?

Arrematante / Impostos municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1072 (1889), p. 501-503

Resumo: O simples facto de um indivíduo ter colocado uma trave em parede de outro, por consentimento deste, dar-lhe-á direito de meação na mesma parede? Se o réu, que reclamou na acção contra a falta de conciliação, confessar no acto da conciliação o pedido do autor, quem deve pagar as custas da acção?

Custas / Parede

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1072 (1889), p. 503-504

Resumo: Querendo o arrematante de um prédio hipotecado expurgar este prédio das hipotecas que sobre ele pesam, antes de instaurado o concurso de preferências, deverá requerer a expurgação por meio do processo especial de expurgação de hipotecas, ou poderá fazê-lo por meio de simples requerimento junto ao processo de execução por onde o prédio foi arrematado?

Expurgação de hipotecas

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1084 (1889), p. 135

Resumo: Os escrivães serão obrigados a pagar em casa dos empregados judiciais os emolumentos e salários quèlhes foram contados em autos?

Emolumentos / Escrivães

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1086 (1889), p. 162-163

Resumo: O curador geral dos orfãos será competente para promover que os pais, tutores ou curadores dos incapazes registem na conservatória a transmissão dos imóveis que em partilha tocarem a seus administrados? No caso afirmativo, qual é a sua responsabilidade por deixarem de fazer aquela promoção? e recusando-se os pais ou tutores a fazer o registo, qual é o processo a empregar para ele se conseguir? Sobre quem devem recair as despesas, feitas pelo registo da transmissão de um imóvel, de que outrem tenha o usufruto? E quem deve pagar as despesas feitas com a caução, que os pais, que passam a segundas núpcias, são obrigados a prestar pelos bens dos filhos, de que são usufrutuários?

Caução / Crime de desobediência / Curador geral dos orfãos / Despesas / Registo

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1088 (1889), p. 194-195

Resumo: O artigo 645.º do Código do processo civil revogou a 2.ª parte do § 5.º do artigo 711.º do Código civil que se refere à interpelação extrajudicial do devedor? A citação para o juízo conciliatório ou para o juízo contencioso, nos casos em que não tem lugar o preliminar da conciliação, terá efeito equivalente ao daquela interpelação?

Interpelação

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1088 (1889), p. 197-199

Resumo: O oficial de justiça temporariamente impedido por moléstia ou licença terá o direito de receber metade do rendimento do ofício, quando outro tenha desempenhado interinamente as suas funções?

Emolumentos

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1091 (1889), p. 246-248

Resumo: O senhorio directo poderá deduzir embargos de terceiro sobre o seu domínio directo, quando em execução contra o enfiteuta se penhorou o domínio pleno, produzindo prova da posse anterior ao registo da hipoteca? Tais embargos, provada a posse do domínio directo, deverão ser recebidos, ficando suspensa a execução sobre o prédio penhorado até decisão final, para seguir depois no domínio útil, quando os embargos sejam julgados procedentes?

Execução / Senhorio directo

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1094 (1889), p. 291-292

Resumo: Será condição essencial para qualquer indivíduo ser autorizado a procurar em juízo, que tenha o seu domicílio político na comarca onde pretende procurar?

Procurador judicial

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1094 (1889), p. 292-295

Resumo: Da recusa do conservador a cancelar um registo provisório de servidão, enfiteuse, subenfiteuse, censo ou quinhão, feito nos termos do artigo 10.º do decreto de 23 de Maio de 1873, caberá recurso para o juiz de direito da respectiva comarca? E, tendo sido interposto recurso, logo que decorra o ano, o registo provisório converter-se-á em definitivo? E, feito o cancelamento deste registo, deverá o registante intentar a acção de nulidade de cancelamento, por não ter intervindo no recurso?

Recurso / Registo

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1097 (1889), p. 338-340

Resumo: Deverão especificar-se no requerimento para começo da acção de separação de pessoas e bens dos cônjuges os factos que segundo a lei civil caracterizam os fundamentos da separação? O conselho de família deverá decretar esta separação em vista de provas legais, ou também de provas morais? Aquele requerimento deverá juntar-se a certidão de casamento?

Acção de separação de pessoas e bens / Conselho de família

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1098 (1889), p. 357-358

Resumo: Tendo uma mulher, em causa que pende em juízo, casado com pessoa, que era testemunha na mesma causa, deverá esta pessoa ser citada para falar aos termos dela? Não sendo citada, haverá nulidade insanável?

Citação / Ilegitimidade / Testemunhas

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1102 (1890), p. 418-419

Resumo: Uma execução hipotecária poderá seguir contra o possuidor dos bens hipotecados sem necessidade de habilitação do executado? O co-herdeiro que pagou uma dívida hipotecária da herança terá regresso contra os outros co-herdeiros pela parte que a cada um deles tocar na dívida, na proporção da sua quota hereditária? E aquele co-herdeiro poderá pedir esta parte a cada um dos co-herdeiros separadamente, ou a todos eles conjuntamente?

Dívidas / Execução / Habilitação

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1104 (1890), p. 451-453

Resumo: Tendo-se estipulado em um contrato de confissão de dívida e constituição de hipoteca, que o devedor pagará certa quantia ao credor para despesas extrajudiciais que ficavam também asseguradas pela hipoteca, a importância destas despesas preferirá a outro crédito hipotecário constituído e registado posteriormente?

Despesas / Dívidas / Hipoteca

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 687 (1881), p. 165-166

Resumo: Deve fazer-se inventário orfanológico por causa de um nascituro? Tendo dois cônjuges casado segundo o regime dotal, devem descrever-se em inventário e avaliar-se por falecimento de um deles os bens dotais ou próprios do cônjuge sobrevivente? Para este pedir a entrega dos bens dotais ou próprios, basta que peça à restituição dos títulos? Quem deve ser cabeça de casal dos bens próprios do cônjuge falecido?

Cabeça de casal / Casamento / Inventário

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 689 (1881), p. 198

Resumo: Como deverá fazer-se arresto em uma quantia que está na caixa geral de depósitos?

Arresto

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 691 (1881), p. 227-228

Resumo: Fazendo certos foros parte da congrua paroquial, quem é competente para exigir o pagamento de tais foros? E qual é a forma do processo para a exigência deste pagamento?

Congrua / Execuções administrativas

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1110 (1890), p. 549-553

Resumo: No auto de interrogatório e exame do arguido de demência deverão mencionar-se as perguntas feitas pelos facultativos ao arguido e as respostas por este dadas?

Interdição por demência

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 694 (1881), p. 274-275

Resumo: Deverão ser atendidas em um inventário de maiores benfeitorias úteis, que o cabeça de casal diz que fizeram em bens comuns e partíveis da herança, e que descreveu no mesmo inventário, mas que foram impugnadas pelos outros co-herdeiros?

Benfeitorias

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 694 (1881), p. 275-276

Resumo: O que significa a expressão - no São Miguel - usada nos arrendamentos? Pode cumular-se a ação de pedido de renda com a de despejo por falta de pagamento desta renda?

Arrendamento

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 701 (1881), p. 386-387

Resumo: Poderá intentar-se a ação de despejo, antes de findo o arrendamento, pelo facto do arrendatário, enlouquecendo, se conservar há meses fechado em casa, deteriorando-a por falta de ventilação, e pelo abandono em que deixa tudo?

Despejo

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 704 (1882), p. 435-436

Resumo: O auto de emancipação, segundo os artigos 770.º § 1.º do Código do Processo e 308.º do código civil, pode ser assinado por um só procurador do pai e do filho? E pode o procurador deixar de ser solicitador encartado?

Emancipação

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1089 (1889), p. 212-213

Resumo: Será ainda hoje indispensável, depois da promulgação do novo Código comercial, o começo de prova escrita, para que possa ter lugar nos pleitos mercantis a prova testemunhal?

Começo de prova por escrito / Testemunhas

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 691 (1881), p. 228-230

Resumo: Tendo de intentar-se contra mais de um indivíduo uma ação comercial para pagamento de uma letra, assinada por alguns deles, mas não por todos, deve empregar-se a ação especial de letra ou a de processo comercial comum? Sendo um dos herdeiros do aceitante da letra o sacador dela, esta circunstância obsta a que ele possa defender-se ação? O emprego do processo especial da letra em vez do comum é nulidade insanável que a todo o tempo pode ser alegada? Em caso afirmativo, qual o recurso que deve interpor-se do despacho que desatendeu eu a nulidade, e qual o efeito do recurso? O falecimento e a perfilhação podem provar-se à petição da ação comercial o documento em que se funde?

Falecimento / Perfilhação / Petição / Direito comercial / Letra de câmbio

CONSULTA

Consulta : [Direito e Processo Fiscal e Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1083 (1889), p. 114-116

Resumo: Nos descaminhos de tabacos ou tecidos, a que se refere o artigo 4.º do decreto de 20 de Setembro de 1888, quando é que, nos dois casos de haver ou não lugar a pena corporal, pode o juiz mandar passar alvará de soltura aos arguidos? O que se entende pela expressão - final julgamento - do artigo 4.º do decreto de 20 de Setembro de 1888?

Descaminho

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1067 (1889), p. 420-421

Resumo: O credor que foi integralmente pago da sua dívida, e que por isso pretende pagar a contribuição de juros em dívida e efectuar o cancelamento do manifesto, mas que não encontra ainda o manifesto feito por transporte do antigo na repartição de fazenda do seu domicílio, nos termos do regulamento de 8 de Setembro de 1887, como deverá proceder para se eximir de responsabilidade?

Décima de juros

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1068 (1889), p. 438-439

Resumo: Na décima de juros o manifesto por lembrança deverá mudar de natureza para directo logo depois de proferida a sentença do litígio e transitada em julgado, independentemente da execução, ou, intentada esta, deverá esperar-se pelo seu resultado para então se mudar a natureza do manifesto? Em presença da certidão do processo, da qual consta que ele se acha findo, deverá o escrivão de fazenda converter o manifesto em directo oficiosamente, ou será necessária a intervenção do credor?

Décima de juros

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1069 (1889), p. 455-456

Resumo: Estarão sujeitas à décima de juros as letras que têm data anterior à execução da lei de 18 de Agosto de 1887, e que se venceram antes deste tempo sem serem pagas nem protestadas? No caso afirmativo, como deve ser paga a décima de juros? Estarão sujeitas à mesma décima as letras que, tendo data anterior à execução da lei de 18 de Agosto de 1887, se venceram e foram protestadas depois desse tempo?

Décima de juros

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1071 (1889), p. 486-488

Resumo: Tendo-se deixado um legado a certa misericórdia para com o rendimento sustentar o seu hospital e socorrer os pobres, dever-se-á pagar a contribuição de registo por este legado? E tendo o testador assinado um prazo para o cumprimento do legado, poderá exigir-se o pagamento daquela contribuição antes deste prazo?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1075 (1889), p. 547-549

Resumo: Os funcionários que não tinham o direito de aposentação e reforma ao tempo da publicação do decreto n.º 1 de 17 de Julho de 1886 terão obrigação de contribuir com uma quota dos seus vencimentos para a caixa das aposentações?

Aposentação

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1076 (1889), p. 4-6

Resumo: Um magistrado do Ministério Público, nomeado entre Agosto de 1885 e Junho de 1886, terá obrigação de pagar quota para a caixa das aposentações? Em caso afirmativo, qual é esta quota? Em caso negativo, e estando o magistrado a pagar a quota, de que meio deve usar para evitar o pagamento?

Aposentação / Magistrado do Ministério Público

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1077 (1889), p. 18-20

Resumo: Qual é a forma de processo que deve empregar-se para a cobrança coerciva dos créditos da administração do Estado pela venda de tabacos? Essa forma deverá ser aplicada, tanto aos créditos com data posterior à lei de 22 de Maio de 1888, como aos créditos anteriores das companhias expropriadas, que passaram para a administração geral dos tabacos? Poderá intervir na execução desses créditos um advogado constituído pela sobredita administração?

Execuções fiscais / Tabacos

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1081 (1889), p. 82

Resumo: Tendo um finado duas residências diversas, sem que tivesse declarado perante a respectiva câmara municipal que preferia alguma delas, deverá fazer-se a liquidação da contribuição de registo por título gratuito no concelho onde o finado tinha a maior parte dos bens imóveis?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1082 (1889), p. 101-102

Resumo: Os reconhecimentos de assinaturas nos documentos respeitantes ao recenseamento eleitoral estarão sujeitos ao selo de 80 réis?

Reconhecimento / Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1092 (1889), p. 267-268

Resumo: O contrato de cessão do direito a uma herança poderá ser celebrado sem o prévio pagamento da contribuição de registo por título oneroso?

Contribuição de registo / Empregados das Câmaras Municipais

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1093 (1889), p. 277-278

Resumo: Que selo deverá ter um testamento, em que o testador reconhece também filhos?

Selo / Testamento

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1094 (1889), p. 290-291

Resumo: Em um processo de liquidação de contribuição de registo por título gratuito, relativo a uma transmissão de bens imóveis e conjuntamente de dinheiro depositado, se for requerida a avaliação dos imóveis, deverá suspender-se todo o processo, ou só a liquidação que diz respeito aos imóveis?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1095 (1889), p. 307-308

Resumo: Estarão sujeitos à contribuição de registo em Portugal os legados que têm de ser pagos com capitais existentes no Brasil?

Contribuição de registo / Legado

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1098 (1889), p. 356-357

Resumo: Estará sujeita ao prévio pagamento da contribuição de registo por título oneroso uma escritura de partilhas de maiores entre dois co-herdeiros, que licitaram em comum diversos prédios no inventário por óbito de seu pai, e que agora querem repartir entre si os mesmos prédios, ficando um com uns e o outro com outros, inteiros para cada um dos co-herdeiros, e sem comunhão ou co-propriedade de ambos em qualquer prédio? E o tabelião, que lavrar a escritura de partilha destes prédios, sem se mostrar paga a contribuição de registo, estará incurso em alguma pena ou multa?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1100 (1889), p. 387-388

Resumo: Os requerimentos dirigidos pelos estabelecimentos de beneficência ou de piedade a qualquer tribunal ou repartição estarão sujeitos a selo? As procurações passadas pelos mesmos estabelecimentos para o andamento de processos em que forem parte, ou para se recebrem legados que lhes sejam deixados, estarão igualmente sujeitos a selo?

Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1101 (1890), p. 402-403

Resumo: Estará sujeito a pagamento do selo o anúncio colado na vidraça de um escritório de agência de vapores, não podendo este anúncio ser lido do lado de dentro, mas só do lado de fora através do vidro?

Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1101 (1890), p. 406-407

Resumo: Tendo sido feito um arrendamento de um prédio enfitêutico por um certo numero de anos, com a obrigação de o arrendatário pagar uma certa quantia em dinheiro anualmente, e além disso com a de pagar o foro ao senhorio directo, e ficando também a seu cargo as décimas e contribuições já criadas e que de futuro se criem, como há-de ser calculado o imposto do selo deste arrendamento?

Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 682 (1881), p. 83-86

Resumo: Quais são as transações a que se refere o artigo 10.º da lei do selo de 22 de junho de 1880? Qual é a multa a que se refere o mesmo artigo?

Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 683 (1881), p. 102-105

Resumo: O delegado do procurador régio, a quem foi fixada a lotação no Ministério da fazenda segundo o máximo da informação de uma pessoa incompetente, como é o escrivão de fazenda, e com completo abandono da lotação judicial e relação do Ministério da Justiça, e que já pagou quase metade das 48 prestações liquidadas na conformidade daquele máximo, pode requerer que lhe seja reformada a lotação, fixada no sentido da lotação judicial ultimamente ordenada pelo juiz de Direito da comarca, e anulados os conhecimentos que existem por satisfazer na recebedoria, pois que os já pagos excedem aquela lotação judicial? E, na afirmativa, qual o processo a seguir, ou a quem há-de ser dirigido o requerimento, e quais os recursos a interpor do despacho ou acórdão desfavorável, afim de contrariar os excessos fiscais?

Excessos fiscais / Direitos de mercê

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 684 (1881), p. 117-118

Resumo: Nos processos de transgressão do regulamento do real d'água, se o transgressor não comparece depois de intimado, nem faz o depósito, deverá proceder-se contra ele coercivamente, ou deverá remeter-se o processo ao ministério público para a transgressão ser julgada judicialmente?

Real d'água

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 685 (1881), p. 133-135

Resumo: Um contrato de compra e venda de certos bens, com reserva do usufruto em favor do vendedor, estará unicamente sujeito à contribuição de registo pela transmissão da propriedade, ou também deverá pagar-se contribuição pela reserva do usufruto? Estando ambos os atos sujeitos à contribuição, por quem há-de ser paga a contribuição relativa ao usufruto? E, não estando, de que meios hão-de usar os coletados contra a exigência do escrivão de fazenda?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 686 (1881), p. 151-153

Resumo: Será aplicável aos autos de aprovação de contas de um tutor, e aos de licitação, de embargo de obra nova, e de juramento a um cabeça de casal em princípio de inventário, a verba n.º 8, classe 15.ª da tabela n.º 1 da nova lei do selo?

Acto jurídico / Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 687 (1881), p. 163-165

Resumo: Uma escritura de quitação e distrate, em que apenas se dá expressamente quitação do capital, e, quanto aos juros, se declara incidentemente que estão em dia, a que selo está sujeita? Deverá pagar unicamente o selo proporcional à quitação do capital, ou também à dos juros?

Quitação / Recibo / Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1106 (1890), p. 483-484

Resumo: O aviso, a que se refere o artigo 331.º do regulamento da contribuição predial de 25 de Agosto de 1881, deverá ser remetido obrigatoriamente a todos os contribuintes cujo rendimento colectável tenha sido aumentado, ou só aqueles em que se dê esse aumento, mas só em relação aos prédios que já possuissem, e não aos que de novo adquirissem?

Contribuição predial

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1107 (1890), p. 501-503

Resumo: Poderá um tabelião recusar-se a reconhecer as assinaturas dos contratantes e das testemunhas

num escrito particular de arrendamento, unicamente por esse escrito não ter sido feito em papel selado de 80 réis cada meia folha? Qual é o selo devido pelo reconhecimento das assinaturas nos escritos particulares de arrendamento?

Arrendamento / Reconhecimento / Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 689 (1881), p. 196-198

Resumo: Os emolumentos dos certificados, a que se refere o § 2.º do artigo 2.º da Lei de 24 de abril de 1874, são os do n.º 11.º do artigo 1.º, ou também os do n.º 15.º? Qual é emolumento que os conservadores devem levar pelas certidões negativas? Se a certidão não abrange em especial algum prédio, qual é o emolumento de busca que deve exigir o conservador? Poderá exigir-se busca pelas certidões dos documentos arquivados?

Emolumentos

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1108 (1890), p. 517-518

Resumo: Tendo sido apresentado a registo um arrendamento com o selo de estampilha mal calculado, deverá o conservador admiti-lo a registo, ou apreendê-lo nos termos do artigo 151.º do regulamento do selo?

Arrendamento / Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1109 (1890), p. 533

Resumo: As desistências das denúncias de transgressões de posturas municipais, as confissões feitas nos autos dos julgamentos delas, e as transacções que possa haver a seu respeito, estarão sujeitas ao imposto do selo de 500 réis?

Causas de coimas e transgressões de posturas / Desistência / Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 691 (1881), p. 230

Resumo: Os documentos com que são instruídos os processos sobre o recrutamento, quando as assinaturas deles tenham de ser reconhecidas por tabelião, deverão pagar o selo de 60 reis por cada reconhecimento?

Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 692 (1881), p. 245-247

Resumo: Nos contratos de permutação de bens de raiz, quando os bens não são do mesmo valor, e há diferença em dinheiro a pagar por uma das partes, como deve ser calculada a contribuição de registo?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1110 (1890), p. 547-548

Resumo: A que espécie de selo está sujeito o arrendamento de um prédio enfitêutico, pelo qual o arrendatário se obrigou a pagar ao locador uma certa renda anual, e ao senhorio directo um certo foro, cuja soma é de 5\$10 réis? Para se conhecer se este prédio está sujeito à contribuição de renda de casas deverá atender-se unicamente à renda paga ao locador, ou também ao foro pago ao senhorio directo?

Arrendamento / Contribuição de renda de casas / Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 693 (1881), p. 258-259

Resumo: Os inventários orfanológicos poderão ser escritos em papel comum, e sem multa, embora no fim dos mesmos processos se mandem pagar os selos?

Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1111 (1890), p. 562-563

Resumo: Tendo sido arrendada por preço inferior a 10\$00 réis uma casa situada em terra de 4.^a ordem, sem se declarar se tal casa é destinada á habitação, e sendo o rendimento colectável predial dessa casa 16\$00 réis, a qual destes valores se deverá atender para o pagamento do imposto do selo do arrendamento?

Arrendamento / Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 698 (1881), p. 341-342

Resumo: Na palavra - hospitais - do artigo 9.º n.º 5 do decreto de 31 de dezembro de 1852 compreender-se-ão os asilos de infância desvalida?

Hospitais

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 699 (1881), p. 358-360

Resumo: Os testamentos públicos estarão sujeitos ao selo designado na verba n.º 5 da classe 15.º, tabela n.º 1, além do selo designado na verba n.º 9 da mesma classe?

Instrumentos / Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 700 (1881), p. 375-376

Resumo: Como deve entender-se a ver n.º 9 do capítulo III ver tabela de emolumentos administrativos? Deverá atender-se ao número de linhas e letras que tem cada lauda do testamento para o cálculo do emolumento do registo, ou não deverá atender-se circunstância? E havendo excesso no emolumentos contado, para que autoridade e por que forma de processo se deverá reclamar?

Emolumentos

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 701 (1881), p. 387-388

Resumo: Nos empréstimos dados a juros por escritura pública poderá admitir-se a denunciar por falta de manifesto para o efeito da fiscalização da décima de juros? Feito o manifesto depois de tomado o termo da denúncia, poderá esta prosseguir, apresentando-se a certidão de se haver feito o manifesto?

Décima de juros

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1112 (1890), p. 9-11

Resumo: A procuração, que contém poderes para receber uma dívida e dar quitação, estará sujeita ao selo de 300 réis além do papel selado, ou unicamente ao selo do papel? Ao tabelião, que se recusar a admitir a procuração devidamente selada, será aplicável o artigo 175.º do regulamento do selo de 26 de Novembro de 1885? No caso afirmativo, qual é a responsabilidade do tabelião que não cumprir a disposição desse artigo, e perante quem pode tornar-se efectiva?

Selo / Tabelião

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1114 (1890), p. 34-35

Resumo: Será nula por falta de prévio pagamento da contribuição de registo a escritura de partilhas amigáveis feitas por morte do pai, em que a alguns dos filhos couberam bens de valor que excede a sua quota parte na herança?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1115 (1890), p. 53-54

Resumo: Quais são as formalidades que devem ser hoje observadas nos varejos e apreensões fiscais?

Apreensões fiscais / Varejos

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1116 (1890), p. 67-68

Resumo: Quais são os actos e contratos de transmissão de bens em que as partes têm obrigação de apresentar ao tabelião o documento legal do pagamento do imposto devido pela transmissão anterior, nos termos do artigo 87.º do regulamento de 31 de Março de 1887?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 706 (1882), p. 468-469

Resumo: Haverá obrigação de fazer manifesto de algumas dívidas que não estão sujeitas à décima de juros?

Décima de juros / Juros

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante; advogado Arthur Xavier Ribeiro Vaz de Carvalho.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 706 (1882), p. 470-471

Resumo: O contrato de cedência de uma pensão pecuniária, a que o cessionário está sujeito, e para cuja remissão da ao cedente um determinado valor ajustado entre ambos, estará sujeito ao pagamento da contribuição de registo?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 708 (1882), p. 500-501

Resumo: Pertencerá ao ministério público promover a imposição das multas legais para a revalidação dos documentos e mais papéis sujeitos a selo, ou estará a revalidação unicamente a cargo dos interessados? Quais são as multas que devem aplicar-se aos tabeliães que assinaram escrituras antes de se acharem devidamente seladas?

Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 709 (1882), p. 516-518

Resumo: Quais são as multas legais que devem impor-se a um tabelião que transgrediu as disposições da lei do selo de 2 de abril de 1873 no intervalo que decorre entre a publicação desta lei e a do regulamento de 18 de setembro do mesmo ano? Deve impor-se-lhe unicamente a multa de revalidação, ou também a multa a que se refere o artigo 117.º do regulamento de 1878?

Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 710 (1882), p. 538-539

Resumo: Quais são os termos e autos judiciais que se podem lavrar perante qualquer autoridade ou repartição pública sem o pagamento do selo de 500 reis, de que fala a verba número oito, classe 15.ª da tabela nº 1 de lei de 22 de junho de 1880?

Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal e Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1101 (1890), p. 403

Resumo: Tendo-se pago contribuição de registo por uma transmissão que não chegou a realizar-se, terá o contribuinte direito de haver a importância daquela contribuição? Em caso afirmativo, de quem?

Contribuição de registo

CONSULTA

Consulta : [Direito Fiscal e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 686 (1881), p. 149-151

Resumo: Nos processos, em que seja parte a Fazenda Nacional ou o Ministério Público, pode o litigante particular que foi absolvido ser obrigado a pagar os selos do papel que contem a sua defesa e as custas dos atos atinentes a esta mesma defesa?

Custas / Selo

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1067 (1889), p. 418-420

Resumo: Será crime público o arrancamento de um marco posto por convenção particular, feita entre os donos de dois prédios confinantes? E poderá este facto classificar-se como crime, não se dando valor ao marco? O requerimento feito pelo dono do marco para se investigar o seu arrancamento, sendo acompanhado de todas as diligências da autoridade administraiva, embora não se encontrassem indícios do crime, posderá considerar-se como verdadeiro auto de investigação? A autoridade administrativa terá emolumentos pelo auto de investigação de um crime, feita a requerimento de parte?

Arrancamento de marcos / Auto de investigação / Crime

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1079 (1889), p. 50-51

Resumo: Tendo uma Câmara Municipal deliberado que se vendesse em praça um curral que lhe pertencia, e tendo o respectivo presidente anunciado esta venda e posto depois em praça, em vez do curral, um forno pertencente aos moradores de certa freguesia, e tendo o mesmo presidente arrematado este forno por interposta pessoa, cometeu algum crime? Em caso afirmativo, de que espécie é o crime cometido? E a interposta pessoa será cúmplice no crime?

Câmaras Municipais / Arrematação

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1089 (1889), p. 213-214

Resumo: Estará ou não legalmente habilitado o periódico, que se imprime em lugar diverso daquele em que é publicado? Haverá crime em o dono de uma tipografia publicar dois periódicos com o mesmo conteúdo, mas com título diverso e em diversos lugares? E poderá o editor de um dos periódicos queixar-se do dono da tipografia onde se imprime o outro periódico?

Periódico

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1113 (1890), p. 18-21

Resumo: Quais as disposições legais que regulam a aplicação das penas à cumplicidade, à tentativa de crime e ao crime frustrado fora das hipóteses previstas no artigo 104.º do Código penal?

Penas

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1114 (1890), p. 39-42

Resumo: Poderá incorrer, pelo crime de arrancamento de marcos, na pena imposta pelo artigo 446.º do Código penal qualquer das partes interessadas na demarcação? Se a demarcação se houver efectuado por acordo entre estas partes, mas em resultado de um contrato nulo por falta de alguma formalidade legal, será criminoso aquele dos interessados que arrancar os marcos?

Crime de arrancamento de marcos

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1115 (1890), p. 50-53

Resumo: Se um pároco houver recusado a absolvição a um penitente, e este lhe pedir publicamente a Eucaristia, poderá recusar-lha também? Será fundamento para a recusa de uma ou da outra o homicídio voluntário?

Crime de abuso de funções religiosas / Pároco

CONSULTA

Consulta : [Direito Penal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 709 (1882), p. 521-522

Resumo: Às injúrias dirigidas aos diretores do correio é aplicável o artigo 182.º do código penal, ou o Artigo 408.º n.º 1.º do mesmo código?

Diretores do correio

CONSULTA

Consulta : [Processo Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1077 (1889), p. 23-24

Resumo: Poderão executar-se os acórdãos definitivos dos tribunais administrativos distritais antes de expirar o prazo para o recurso, e tendo este sido interposto, antes de se mostrar que o tribunal superior o recebeu só no efeito devolutivo?

Acórdãos dos tribunais administrativos distritais

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1067 (1889), p. 421-423

Resumo: Quem há-de substituir o juiz de direito recusado como suspeito, fora das capitais de distrito, não havendo conservador do registo predial, nem juiz municipal, ou estando eles impedidos, no caso de os haver? E quem há-de em tal hipótese propôr ao governo a pessoa idónea que substitua o juiz de direito?

Juiz de direito

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1068 (1889), p. 435-436

Resumo: Das sentenças proferidas por juizes municipais em processos de polícia correcional caberá recurso para os juizes de direito? Em caso afirmativo, que processo deverá seguir-se neste recurso?

Recurso

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1069 (1889), p. 450-451

Resumo: Tendo prosseguido uma execução sem que se renovasse o registo provisório dos bens arretados nela, nem se averbasse este registo como definitivo, haverá nulidade que sirva de fundamento para o juiz anular por despacho a arrematação?

Arrematação / Execução

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1070 (1889), p. 466-467

Resumo: Tendo sido aprovadas pelo conselho de família, em inventário de menores, as contas prestadas pelo tutor e administrador dos respectivos menores, como deverão estes depois de chegados á maioridade exigir que aquele tutor e administrador lhes pague o saldo em seu favor que apareceu naquelas contas?

Contas / Inventário / Saldo

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1071 (1889), p. 484-485

Resumo: Os delegados do procurador régio não serão competentes para recorrer dos despachos que sejam conformes com a indicação anteriormente feita pelos mesmos delegados, quando foram ouvidos? Será fundamentado o acórdão da relação, que diga somente que confirma o despacho recorrido, por ser ele conforme com a indicação do delegado recorrente?

Ministério Público / Acórdão

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1072 (1889), p. 498

Resumo: Tendo-se vendido, a requerimento do depositário, bens penhorados em uma execução, sem terem sido citados os credores para assistirem à venda, poderá um dos credores levantar o produto dos bens, sem que sejam citados editalmente os outros credores?

Depositário / Venda

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1073 (1889), p. 521-522

Resumo: Um solicitador poderá exercer a advocacia?

Advocacia / Solicitador

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1074 (1889), p. 533

Resumo: Pertencendo um prédio em comum a diversos indivíduos, será um só deles pessoa legítima para intentar acção de esbulho contra o esbulhador.

Acção de restituição de posse

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1074 (1889), p. 533-534

Resumo: Tendo-se feito corte de pinheiros em pinhal alheio, deverá intentar-se acção de esbulho contra quem cortou os pinheiros? Em caso afirmativo, como deve concluir o requerimento para começo de acção?

Acção de manutenção de posse

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1075 (1889), p. 549-550

Resumo: Nas acções executivas, de que trata o artigo 618.º do Código do processo civil, será necessária a acusação da citação?

Acção executiva

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1075 (1889), p. 551-553

Resumo: Tendo o réu confessado a acção, em que se lhe pedia o pagamento de uma dívida e seus juros e todas as despesas feitas com advogado e procurador, e tendo o autor apresentado em seguida as contas destas despesas que o réu não impugnou depois de ser intimado, será necessário que se liquidem judicialmente aquelas contas para se poder exigir o seu pagamento?

Confissão

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1076 (1889), p. 9-10

Resumo: Tendo certo indivíduo à hora da sua morte deixado filhos maiores, e tendo falecido depois um destes filhos sobrevivendo-lhe filhos menores, deverão fazer-se dois inventários orfanológicos, ou bastará fazer-se um inventário de menores, em que se parta a herança do primeiro falecido, e depois o quinhão do segundo falecido pelos filhos deste?

Inventário

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1076 (1889), p. 10-11

Resumo: Se o interessado em inventário licitar em um só prédio que exceda o valor do seu quinhão, e não depositar no prazo legal este excesso, como deverá proceder-se? E licitando o interessado em mais de um prédio, cujo valor exceda o do seu quinhão, e não depositando no prazo legal este excesso, terá a mulher do licitante de assistir ao sorteio dos bens licitados? E qual é neste caso o título constitutivo da hipoteca para garantia das tornas em favor dos outros interessados? O curador geral dos orfãos será competente para requerer o registo de hipoteca em favor destes?

Curador geral dos orfãos / Licitação / Tornas

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1077 (1889), p. 21-23

Resumo: Os juizes municipais terão competência para conceder autorização para solicitar nos seus julgados? E quando a tenham, poderão opôr-se a que solicitem nos seus julgados os indivíduos autorizados pelos juizes de direito a solicitarem nas comarcas?

Juizes municipais

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1078 (1889), p. 39

Resumo: Apelando da mesma sentença a fazenda nacional e a outra parte que com ela litique, deverá esta pagar todo o preparo ou só metade dele?

Preparo

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1080 (1889), p. 67-68

Resumo: O juiz de direito efectivo no continente do reino e ilhas adjacentes deverá receber todo o ordenado no mês de licença que se lhe concede em cada ano? E o juiz de direito substituto deverá receber um terço do ordenado, tanto naquele mês, como em todos os outros, em que o juiz de direito efectivo goze de licença? E, tendo sido transferido o juiz de direito efectivo, qual a parte do ordenado que deverá receber o juiz substituto?

Juiz de direito

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1080 (1889), p. 70-72

Resumo: Como deve proceder-se, quando o executado, residente no juizo da execução, tendo sido citado para pagar ou nomear bens à penhora, deva ser intimado par a nomeação de louvados, e em sua casa se declare que ele está ausente em certa localidade de país estrangeiro?

Citação / Execução

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1083 (1889), p. 116-117

Resumo: Os contadores deverão receber os seus salários por inteiro pelas contas que fizerem nos inventários orfanológicos de valor inferior a réis 60\$00 e nos de 60\$00 réis a 120\$00 réis?

Salário / Contadores

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1084 (1889), p. 134-135

Resumo: O senhorio directo, que seja exequente, deverá ser citado pessoalmente, ou poderá ser citado na pessoa do seu procurador, para assistir à arrematação do prédio enfiteutico?

Intimação / Senhorio directo

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1085 (1889), p. 152

Resumo: O juramento exigido aos arbitradores judiciais como funcionários dispensará o juramento que o Código do processo civil exige aos mesmos arbitradores, quando tenham de fazer exames, vistorias ou avaliações?

Juramento

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1086 (1889), p. 165-166

Resumo: tendo transitado em julgado um despacho de juiz de direito de 1.ª instância, que julgou competente o processo de polícia correcional, poderá a relação por acórdão revogar este despacho?

Recurso / Relações

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1087 (1889), p. 178

Resumo: Os juizes de direito poderão ordenar que os oficiais de diligências dos juizes municipais cumpram os seus mandados para intimação?

Intimação / Juiz de direito

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1087 (1889), p. 183-185

Resumo: Quais são as condições a que deve satisfazer o livro do registo das avaliações judiciais dos prédios? Quem há-de adquirir este livro, como há-de conseguir-se o seu pagamento pelo governo? O que deve conter aquele registo?

Juiz de direito / Livro / Registo

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1088 (1889), p. 199

Resumo: Seguindo-se a opinião de que o Código do processo civil não admite embargos à posse, como deverá proceder o judicialmente desapossado do imóvel para se manter na sua posse?

Acção de reivindicação / Posse

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1090 (1889), p. 226-227

Resumo: Tendo-se ordenado a restituição da posse sem audiência do esbulhador, por ter havido esbulho violento, mas não tendo sido acusada a citação feita ao réu para contestar, como deverá proceder-se, para que o réu obtenha que o autor não permaneça no gozo do objecto antes de discutida a posse?

Citação / Posse

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1090 (1889), p. 231-232

Resumo: O autor poderá, antes da produção da prova, desistir de uma acção de esbulho para intentar a de manutenção de posse sobre o mesmo objecto?

Autor / Desistência

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1094 (1889), p. 295-296

Resumo: Os conservadores, que tenham ajudantes, serão actualmente substitutos dos delegados do procurador régio e dos juizes de direito? Sendo-o, a qual dos magistrados deverão substituir, quando o juiz de direito e o delegado estejam simultaneamente impedidos?

Conservadores do registo predial / Delegados do procurador régio / Substituições

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1095 (1889), p. 306

Resumo: Os louvados, nomeados para avaliar os bens descritos em um inventário orfanológico que corre perante um juiz de direito, poderão ir ao julgado municipal onde os bens são situados para os avaliar, ou deverá aquele juiz deprecar ao juiz municipal para tal fim?

Louvados

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1095 (1889), p. 308-311

Resumo: Nas causas de expropriação por utilidade pública deverá seguir-se, nos casos omissos nas leis reguladoras desta expropriação, a Nov. Ref. Jud. ou o Código do processo civil? Quais são as peças de processo que deverão transcrever-se no traslado da apelação da sentença proferida em 1.ª instância sobre os embargos opostos à vistoria naquelas causas? E quando na instância superior seja revogada a sentença proferida em 1.ª instância, e o Estado seja o expropriante, deverão os empregados judiciais repôr as custas e emolumentos que receberam da outra parte?

Expropriação / Traslado

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1096 (1889), p. 323-324

Resumo: O registo das avaliações judiciais deverá ser feito de teor ou por extracto? E o arbitrador judicial que o fizer terá direito a algum emolumento? E o escrivão do terceiro ofício terá direito a algum emolumento pela cópia do registo da avaliação que há-de mandar ao escrivão de fazenda? E deverá também ser feito este registo pelos arbitradores especiais? E serão sujeitas a registo as avaliações feitas em tribunais administrativos e fiscais? E poderá substituir-se por outrem na escritura do registo o arbitrador encarregado de o fazer?

Emolumentos / Registo

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1096 (1889), p. 324-325

Resumo: Quem há-de nomear o indivíduo, que tem de funcionar como escrivão de um processo que corre perante juiz municipal, por ser o escrivão do respectivo julgado irmão de uma das partes?

Escrivães

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1097 (1889), p. 338

Resumo: Os conservadores privativos do registo predial deverão ser recenseados como jurados?

Conservadores do registo predial / Jurados

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1100 (1889), p. 388-389

Resumo: Os juizes municipais terão competência para inquirir testemunhas nos corpos de delito e sumários das querelas?

Competência / Corpo de delito / Juizes municipais

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1100 (1889), p. 390-392

Resumo: Como deve entender-se o artigo 2.º do decreto de 4 de Outubro de 1877, que manda que os juizes de direito das duas varas da comarca de S. Tomé e Príncipe se substituam reciprocamente na falta ou impedimento de cada um, e que, na falta ou impedimento de ambos os juizes de direito, seja chamado a serviço na 1.ª vara o juiz ordinário e na 2.ª o seu substituto?

Juiz de direito / Substituições

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 683 (1881), p. 99-102

Resumo: Poderá um negociante de fazendas a retalho demandar no mesmo processo diferentes devedores que levaram fazendas do seu estabelecimento?

Código do processo civil / Cumulação de ações

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1102 (1890), p. 422-424

Resumo: A procuradoria nas causas comerciais deverá ser regulada pela tabela de 30 de Junho de 1864, ou pela de 12 de Abril de 1877? E quando os árbitros, nos julgados onde não há tribunais de comércio, arbitrarem procuradoria ilegal, perante quem deverá reclamar-se, para se reformar um tal arbitramento?

Procuradoria / Recurso

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1104 (1890), p. 454-456

Resumo: Os juizes de direito das comarcas de fora de Lisboa e Porto, que estejam no serviço das audiências gerais, poderão interromper este serviço para fazer corpos de delicto? Em caso negativo, poderão mandá-lo fazer pelo seu substituto, ou delegá-lo no juiz de paz do julgado, cabeça de comarca?

Juiz de direito

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 686 (1881), p. 153

Resumo: Se em conciliação uma das partes confessou dever à outra certa quantia, ele lhe fez venda de algumas propriedades para pagamento dela, será nula aquela confissão, por esta venda ser nula?

Conciliação

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1105 (1890), p. 470-471

Resumo: Tendo o testador deixado a um indivíduo o domínio e a outro o usufruto vitalício de certos bens, com a obrigação de este dar a outrem uma pensão mensal, assegurada por hipoteca nos mesmos bens, sendo estes bens penhorados pelos credores do usufrutuário, como deverá proceder o legatário da pensão para assegurar o seu direito?

Pensão / Usufruto

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 687 (1881), p. 166-168

Resumo: Ao juiz de direito compete o emolumento de 300 reis pela presidência à nomeação de louvados em inventário de maiores? Sobre a reclamação feita pelo agente do Ministério Público por causa da contagem de emolumentos não devem ser ouvidas as partes interessadas? Sendo a reclamação desatendida pelo juiz, cabe do seu despacho o recurso de agravo de petição?

Emolumentos

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 688 (1881), p. 179-180

Resumo: Nos embargos à posse poderá pedir-se o cancelamento do registo do domínio?

Embargos à posse

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 689 (1881), p. 195-196

Resumo: Há hoje agentes do Ministério Público nos julgados? No caso afirmativo, não cumprindo eles as suas obrigações, poderão os juízes ordinários dar parte ao procurador-geral da coroa (artigo 1091 91.º da nov. Ref. Jud.)?

Delegados do procurador régio

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 691 (1881), p. 226-227

Resumo: O n.º 9.º do Artigo 36.º da atual tabela de emolumentos e salários judiciais só se refere aos salários dos oficiais de diligências, que assistem ao julgamento das causas cíveis com intervenção de jurados?

Emolumentos

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1109 (1890), p. 535-536

Resumo: O autor que desistiu da acção de restituição de posse poderá intentar contra o mesmo réu acção de manutenção de posse? Em caso negativo, quais são os efeitos de variar de acção?

Posse

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 692 (1881), p. 243

Resumo: No caminho dos escritórios dos juizes de direito em processo cível não devem contar-se as frações de quilómetros?

Emolumentos

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 693 (1881), p. 259-260

Resumo: Um indivíduo que foi perturbado na sua posse por factos praticados há mais de 1 ano, e que tem por isso justo receio de ser novamente, poderá intentar o meio cominatório, ou deverá antes usar da acção possessória?

Ação possessória / Cominatório

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 693 (1881), p. 259-260

Resumo: Um indivíduo que foi perturbado na sua posse por factos praticados há mais de 1 ano, e que tem por isso justo receio de ser novamente, poderá intentar o meio cominatório, ou deverá antes usar da acção possessória?

Ação possessória / Cominatório

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 693 (1881), p. 261-262

Resumo: Quando todos os interessados em um inventário orfanológico tenham chegado a maioridade, e um deles requeira levantamento de dinheiro que lhe pertença, deverá o curador geral dos órfãos ser ouvido sobre esta pretensão?

Inventário

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 694 (1881), p. 277

Resumo: Quantos editais para anunciar a arrematação de bens imobiliários devem ser afixados fora de Lisboa e Porto?

Editais

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 695 (1881), p. 291-292

Resumo: Deverá o réu ser absolvido da instância, quando o autor, embora se não mostrasse parte legítima no começo da ação, todavia junte com as alegações jurídicas um título legítimo pelo qual se mostre verdadeiro cessionário?

Legitimidade

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 695 (1881), p. 291-292

Resumo: Deverá o réu ser absolvido da instância, quando o autor, embora se não mostrasse parte legítima no começo da ação, todavia junte com as alegações jurídicas um título legítimo pelo qual se mostre verdadeiro cessionário?

Legitimidade

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 696 (1881), p. 310-311

Resumo: Os escrivães terão direito de receber 10 reis de cada rúbrica que fizerem nas certidões que passarem, ou nas cartas de sentença? E os contadores terão direito de receber 20 reis por cada rúbrica feita pelos escrivães nos processos, cartas de sentença, etc.? E qual é o emolumento que pertence aos contadores que indicarem a quantia que cada um dos herdeiros no inventário deve pagar de custas?

Emolumentos

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 697 (1881), p. 323-324

Resumo: Feito um embargo de obra nova, deverá o embargante, antes do distribuir a causa, chamar o embargado ao juízo conciliatório? Em caso negativo, deverá aplicar-se ao arresto por dívida a mesma jurisprudência?

Conciliação

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 698 (1881), p. 340-341

Resumo: Se o réu não contestar a ação, intentada pelo possuidor, perturbado ou esbulhado sem violência, e o juiz ordenar imediatamente que o autor seja mantido na sua posse ou restituído a ela, deverá o processo reputar-se findo, ou continuar?

Ação possessória

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 699 (1881), p. 356-357

Resumo: O réu na ação de separação de pessoas e bens de cônjuges, que não contestou nem se opôs à separação, paga as custas nos termos do artigo 106.º do Código do processo civil.

Ação de separação de pessoas e bens

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1112 (1890), p. 6-7

Resumo: O réu revel e condenado no pedido da acção deverá ser também condenado em procuradoria?

Procuradoria / Revel

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1114 (1890), p. 35-37

Resumo: Os peritos nomeados nos termos e para os efeitos dos §§ 3.º e 5.º do artigo 761.º do Código do processo civil estarão compreendidos na disposição do artigo 41.º da tabela dos emolumentos e salários judiciais de 12 de Abril de 1877? Na hipótese afirmativa, não podendo eles dar o seu parecer no acto da tomada das contas, por cada dia que tiverem o processo em seu poder, vencerão o emolumento prescrito naquele artigo?

Emolumentos / Peritos

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1114 (1890), p. 42-43

Resumo: Depois da publicação do decreto de 29 de Março de 1890 as causas comerciais, nos tribunais de comércio fora de Lisboa e Porto, deverão ser distribuídas por todos os escrivães do juízo, ou continuarão a pertencer ao escrivão privativo do juízo comercial?

Tribunais comerciais

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 702 (1881), p. 404-405

Resumo: Pode um juiz de direito fazer nomeações interinas de escrivães e tabeliães no caso de impedimento destes empregados?

Oficiais de justiça

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 703 (1881), p. 418-420

Resumo: É nula a intimação de uma sentença feita às partes e não aos advogados por elas constituídos?

Intimação

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 703 (1881), p. 420-421

Resumo: As custas do inventário deverão ser pagas pelo cabeça de casal com regresso contra os herdeiros, ou diretamente por estes?

Custas

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 706 (1882), p. 468

Resumo: Os solicitadores deverão requerer de pé em audiência?

Solicitadores

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 706 (1882), p. 469-470

Resumo: Podem exigir-se em execução da sentença juros não pedidos na ação, e em que a sentença não condenou o vencido?

Juros

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 706 (1882), p. 472

Resumo: Quais são os documentos que estão permanentemente em cartório ou arquivo público, e a que refere o § 1.º do artigo 215.º do Código do Processo Civil?

Arquivos / Documentos

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 707 (1882), p. 488-489

Resumo: Para um agravo de petição cível ser remetido à instância superior deverá o agravante ser obrigado a pagar ao escrivão a importância dos documentos juntos pelo agravado, quando este seja o curador geral dos órfãos?

Emolumentos

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 708 (1882), p. 502-503

Resumo: No processo de expropriação por utilidade pública deverá ser escrito em papel selado o requerimento feito pelo expropriado para levantar da Caixa Geral de Depósitos o preço da expropriação? E pertence algum emolumento ao juiz e ao escrivão pelos precatórios para aquele levantamento?

Selo / Emolumentos

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 709 (1882), p. 518-519

Resumo: A falta de intervenção do ministério público em uma causa em que o estado é interessado pode ser fundamento para recurso de revista, e deve esta ser concedida em virtude de tal falta?

Intervenção do ministério público

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 710 (1882), p. 532-533

Resumo: O curador geral dos órfãos deve ser ouvido acerca da emancipação concedida a um menor pelo conselho de família, antes da reunião deste conselho? E deve ser ouvido também o agente do Ministério Público acerca dos direitos que o emancipado deve pagar à Fazenda Nacional pelo alvará de emancipação?

Emancipação

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 711 (1882), p. 549-550

Resumo: Nos inventários de menores, quando o passivo absorva o ativo, devem as custas do inventário ser contadas como de inventário de menores ou de maiores? E neste caso devem encontrar-se como de inventário de maiores todas as custas ou só as feitas desde que se conheceu que o passivo absorvia o ativo? E havendo concurso de preferências entre os credores deve assistir a este concurso o curador geral dos órgãos?

Inventário

CONSULTA

Consulta : [Processo Civil e Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1099 (1889), p. 373-375

Resumo: Quais são os emolumentos que pertencem a um tabelião por levar uma escritura de obrigação de dívida com hipoteca, estipulação de forma especial de pagamento, e aceitação dos outorgantes?

Emolumentos / Escritura

CONSULTA

Consulta : [Processo Comercial] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1073 (1889), p. 514-515

Resumo: Nas causas comerciais, que têm de ser decididas por árbitros nas terras onde não haja tribunais de comércio, se as partes não escolherem árbitro instrutor do processo, deverão os actos preparatórios ser requeridos aos árbitros?

Causas comerciais

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1077 (1889), p. 24-26

Resumo: Qual é o processo que deve seguir-se nas províncias ultramarinas, quando em processo criminal haja réus ausentes?

Processo criminal / Ultramar

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1082 (1889), p. 99-101

Resumo: Nos processos de coimas e transgressões de posturas municipais serão admissíveis testemunhas de fora do julgado?

Causas de coimas e transgressões de posturas / Testemunhas

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1096 (1889), p. 326-329

Resumo: Deverá considerar-se vigente o disposto no § 1.º do artigo 3.º da lei de 14 de Junho de 1884, depois de promulgada a lei de 15 de Abril de 1886 sobre fiança crime?

Fiança

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1099 (1889), p. 375-376

Resumo: O juiz no julgamento dos crimes sujeitos ao processo de polícia correcional poderá condenar os acusados por provas morais? E o Ministério Público, encontrando no corpo de delito só indícios, deverá promover que se archive o processo ou que entre em julgamento?

Ministério Público / Juiz de direito / Provas

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1106 (1890), p. 486-487

Resumo: Nas províncias ultramarinas poderão os réus presos ou afiançados, que tenham co-réus ausentes, requerer que se faça a separação do processo na parte tocante, para serem julgados, embora não tenham meios para pagar o traslado?

Processo criminal / Separação de culpa / Ultramar

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1110 (1890), p. 553-554

Resumo: Tendo certo indivíduo dado participação em juízo de que fora ofendido corporalmente por outro, e tendo-se averiguado no exame e corpo de delito directo e indirecto que fora o queixoso quem ofendera corporalmente aquele de quem se queixa, como deverá proceder o agente do ministério público?

Corpo de delito / Crime de ofensas corporais

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1115 (1890), p. 54-55

Resumo: Poderá ser anulado um processo crime ordinário, em que cinco jurados votaram pela condenação e quatro pela absolvição do réu, tendo estes últimos assinado, depois da sentença, um protesto, em que declararam como foi tomada a decisão na sala destinada às suas deliberações? Que valor terá este protesto? Como deverá proceder-se em vista dele?

Jurados

CONSULTA

Consulta : [Processo Criminal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 703 (1881), p. 420

Resumo: Tendo um réu sido acusado pelo Ministério Público pelo crime de furto de valor excedente a 400 reis, e sendo absolvido, por o júri haver declarado que o valor era inferior a esta quantia, deveria ser condenado nas custas do processo?

Custas

CONSULTAS

Consultas : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 681 (1881), p. 69-71

Resumo: Os autos de penhora e arresto de bens móveis e imóveis estarão hoje sujeito ao selo especial de 500 reis? Os termos das fianças crimes estarão sujeitos ao mesmo selo?

Selo

CORDEIRO, A. Xavier de Sousa, 1844-1903, correspondente.

Consulta : [Direito Criminal] / A. Xavier de S. Cordeiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 700 (1881), p. 371-374

Resumo: Segundo o artigo 345.º do Código penal, a exposição e abandono de um menor de sete anos serão dois crimes distintos?

Abandono

CORDEIRO, A. Xavier de Sousa, 1844-1903, correspondente.

Correspondência polémica : [Direito Criminal] / A. Xavier de Souza Cordeiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 703 (1881), p. 421-423

Resumo: Segundo o artigo 345.º do código penal, a exposição e abandono serão dois crimes distintos?

Abandono / Exposição

CORRESPONDÊNCIA

Correspondência : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 706 (1882), p. 472-474

Resumo: O indivíduo, que foi eleito vereador de uma câmara municipal sem protesto nem reclamação, e que frequenta uma das faculdades da universidade, poderá por este facto exercer o lugar de vereador?

Câmaras municipais / Código administrativo / Elegibilidade

CORRESPONDÊNCIA

Correspondência : [Direito Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1082 (1889), p. 103-105

Resumo: Poderão os pais hipotecar os seus bens para segurança de quantias que devam a seus filhos?

Hipoteca / Pais

CORRESPONDÊNCIA

Correspondência : [Direito e Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 702 (1881), p. 405-406

Resumo: É nula a citação de um menor emancipado para falar aos termos de uma ação, por não estar registado no livro das tutelas o Alvará de emancipação? Será inepta a petição de uma ação, em que se pede que certo indivíduo, em que em inventário foi indevidamente havido por herdeiro do falecido, seja condenado a entregar o que recebeu, e em que não se pede a anulação do processo do respectivo inventário? Haverá erro de direito na hipótese de se ter um inventário como herdeiro sucessível do falecido um indivíduo que era por lei proibido de lhe suceder?

Ação de petição de herança

CORRESPONDÊNCIA

Correspondência : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1076 (1889), p. 6-9

Resumo: Feito o manifesto de géneros sujeitos ao imposto do real d'água, serão obrigados a pagar novamente este imposto aqueles géneros que deixaram de ser vendidos no prazo do manifesto; ou deverá o manifestante apenas requerer o averbamento do manifesto primitivo? E se o manifestante não cumprir esta obrigação no fim do prazo do manifesto, cometerá simplesmente uma transgressão, estando por isso sujeito à respectiva multa?

Real de água

CORRESPONDÊNCIA

Correspondência : [Direito Fiscal] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 711 (1882), p. 550

Resumo: As fianças crimes estarão sujeitas ao selo de 500 reis, estabelecido na tabela nº 1.º classe 15.ª, verbo número 8 da lei de 22 de junho de 1880?

Selo

CORRESPONDÊNCIA

Correspondência : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 688 (1881), p. 180-183

Resumo: Os primeiros despachos para as novas conservatórias privativas poderão ainda hoje ser feitos independentemente de concurso nos termos do artigo 12º do decreto de 17 de dezembro de 1869 e do artigo 5.º § único do regulamento de 28 de abril de 1870?

Conservadores do registo predial

CORRESPONDÊNCIA POLÉMICA

Correspondência polémica : [Direito Administrativo] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1069 (1889), p. 457-458

Resumo: O recurso da suspensão das deliberações municipais, decretada pela junta geral, poderá em qualquer hipótese ser apresentado ao governo pelas câmaras municipais?

Câmaras Municipais / Recurso

CORRESPONDÊNCIA

Correspondência : [Processo Civil] / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1092 (1889), p. 258-266

Resumo: As cartas rogatórias, emanadas de autoridades estrangeiras, que sejam para simples citação ou intimação de actos pendentes perante estas mesmas autoridades, e não para actos executórios de decisões de tribunais estrangeiros, deverão ser cumpridas em Portugal pelo tribunal de justiça de 1.ª instância do domicílio do citando ou intimando, sem necessidade de confirmação do do tribunal de 2.ª instância?

Cartas rogatórias

COSTA, António H. Rodrigues da.

Interpretação de um testamento : reflexões jurídicas / António H. Rodrigues da Costa.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 686 (1881), p. 154-157

Resumo: Dizendo o testador que institui únicos e universais herdeiros de todos os seus bens F... E sua mulher F..., e que na falta destes seus herdeiros nomeia e institui da mesma forma assim uma dita os filhos destes, por falecimento de qualquer daquele herdeiros, deve metade dos bens passar para os filhos do falecido.

Testamento

DÉCIMA DE JUROS

Décima de juros : [Direito Fiscal].

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1066 (1888), p. 409-410

Resumo: Pela legislação da décima de juros anterior à lei de 18 de Agosto de 1887 a obrigação de dar baixa aos manifestos pelo distrate das dívidas pertencia aos devedores, e depois desta última lei essa obrigação pertence aos credores. - Para este cancelamento se operar, basta a simples declaração do pagamento integral da dívida, independentemente de qualquer documento comprovativo. - Se uma dívida foi paga no domínio da legislação antiga, mas o devedor não deu baixa ao manifesto, e por esse motivo se fez novo manifesto, para a décima ser lançada em nome do credor na repartição de fazenda do domicílio deste, em virtude dos preceitos do regulamento de 8 de Setembro de 1887, pode o credor reclamar contra esse manifesto e obter que ele seja cancelado. - Para que sejam válidos os novos manifestos feitos no domicílio dos credores por transporte dos antigos, nos termos dos artigos 62.º e 63.º do regulamento de 8 de Setembro de 1887, não é necessária a intimação dos credores. - O cancelamento dos manifestos por insolvência dos devedores só pode realizar-se em face de um documento legal ou bastante que prove a insolvência.

Décima de juros

DIREITO ADMINISTRATIVO

Direito Administrativo.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1098 (1889), p. 354-355

Resumo: As câmaras municipais não podem impôr taxas pelo uso das águas de fontes, construídas á sua custa.

Câmaras Municipais / Taxas

DIREITO ADMINISTRATIVO

Direito Administrativo.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 699 (1881), p. 354-356

Resumo: Crítica da portaria de 5 de novembro de 1881.

Junta geral dos distritos

DIREITO ADMINISTRATIVO

Direito Administrativo / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 700 (1881), p. 370-371

Resumo: A junta geral deve propor os vogais do conselho de distrito, não em Novembro, como o governo ordenou na portaria de 12 de Outubro de 1881, mas na sessão ordinária de Maio próximo, assim como nas mais sessões que neste mês houver de quatro em quatro anos.

Junta geral dos distritos

DIREITO ADMINISTRATIVO

Direito Administrativo.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 704 (1882), p. 433-435

Resumo: Fontes do artigo 338.º do código administrativo. História parlamentar deste artigo. Confrontação do artigo 338.º com outras disposições do código. Interpretação que os diplomas oficiais e os jornais de jurisprudência têm dado ao artigo 338.º. Das decisões da junta geral de distrito acerca da eleição de seus membros não pode recorrer-se para o concelho de distrito, mas sim para o Supremo Tribunal administrativo.

Código administrativo / Eleições / Junta geral dos distritos

EFEITOS DA EMANCIPAÇÃO PELO CASAMENTO

Efeitos da emancipação pelo casamento : [Direito Civil].

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1093 (1889), p. 280-283

Resumo: Depois do casamento, devidamente autorizado, de mulher maior de doze e menor de dezasseis anos, termina a tutela desta.

Casamento / Emancipação

EMBARGO DE OBRA NOVA

Embargo de obra nova / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 687 (1881), p. 168-169

Resumo: O Código do Processo Civil não designa a espécie de ação, que o embargante de uma obra nova deve intentar contra o embargado por causa desta obra.

Embargo de obra nova

EMBARGO DE OBRA NOVA

Embargo de obra nova / Um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 689 (1881), p. 199-200

Resumo: O Código do Processo Civil não designa a espécie de ação, que o embargante de uma obra nova deve intentar contra o embargado por causa desta obra.

Embargo de obra nova

EMBARGOS DE TERCEIRO

Embargos de terceiro : [Processo Civil].

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1101 (1890), p. 408-411

Resumo: Nos embargos de terceiro, não se pode conhecer de validade ou nulidade de contratos, mas só do facto da posse. - Esta posse é a civil.

Embargos de terceiro / Posse

EXECUÇÃO DOS ACCÓRDÃOS DOS TRIBUNAES ADMINISTRATIVOS DISTRICTAES

Execução dos accórdãos dos tribunaes administrativos districtaes: [Processo Civil e Administrativo].

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1101 (1890), p. 407-408

Resumo: Os acórdãos dos tribunais administrativos, de que se interponha recurso para o tribunal superior, devem executar-se, logo que se não prove que este tribunal os mandou suspender.

Tribunais Administrativos Distritais

F.

Consulta : [Direito Administrativo] / F.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1105 (1890), p. 466-468

Resumo: Para o cálculo da contribuição predial, a que se refere o n.º 4.º do artigo 40.º da lei de 12 de Setembro de 1887, deverá incluir-se a importância das contribuições correspondentes aos foros impostos nas propriedades de que se compõe a casa de lavoura indicada no mesmo n.º?

Recrutamento militar

F.

Consulta : [Processo Civil e Administrativo] / F.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1081 (1889), p. 82-84

Resumo: Os acórdãos definitivos dos tribunais administrativos distritais, de que se interpôs recurso para o tribunal superior, poderão executar-se logo? E o poder judicial será competente para executar aqueles acórdãos que julguem válida a eleição da mesa de uma irmandade?

Poder judicial

F.A.V., correspondente.

Consulta : [Direito Administrativo e Processo Civil] / F.A.V.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 687 (1881), p. 162-163

Resumo: O delegado do procurador régio é competente para promover os processos sobre expropriação e adjudicação de terrenos para estradas distritais ou municipais? Estes processos são gratuitos ou devem as juntas gerais ou os municípios pagar as respetivas custas? E os vendedores dos terrenos expropriados devem pagar os salários judiciais pelo levantamento da importância em depósito?

Comissão executiva da junta geral / Corpos administrativos / Emolumentos / Junta geral do distrito

FONSECA, Manuel José da.

Sentenças : [Direito Civil] / Manuel José da Fonseca.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 686 (1881), p. 157-160

Resumo: A mulher casada pode estar em juízo sem autorização do marido nos atos que tenham unicamente por objeto a conservação ou segurança dos seus direitos próprios e exclusivos, e entre estes deve contar-se o seu dote. A qualidade de herdeiro depende essencialmente de dois requisitos, a saber: 1.º que haja herança a transmitir; 2.º que essa herança seja aceite, expressa ou tacitamente; e por isso a qualidade de filho não importa necessariamente a qualidade de herdeiro. Pela antiga legislação a Fazenda Nacional era dispensada de habilitar os herdeiros dos seus devedores e responsáveis, mas este privilégio cessou por promulgação do código civil.

Habilitação / Mulher casada / Herdeiro

FRANCO, José António, correspondente.

Questões jurídicas / José António Franco.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 696 (1881), p. 314-318

Resumo: O não cumprimento da obrigação, resultante de um contrato, por parte de um dos contratantes não autoriza o outro, que está pronto a cumprir, a ter-se como desobriga ipso jure; mas é preciso que por meio de ação ou de exceção se peça, ou proponha judicialmente a nulidade do contrato por aquela falta. O prazo instituído por 3 vidas, sendo 1.ª e 2.ª, marido e mulher, passa precípua para a 2.ª vida, ainda que a 1.ª morresse na vigência do código. A disposição testamentária da meação do dito prazo feita pela 1.ª vida, já na vigência do código, é nula para todos os efeitos, devendo a mulher (2.ª vida) considerar-se enfiteuta ao prazo da promulgação do código, para só na mão dela o prazo se tornar partível.

Contrato / Prazos

FREITAS, José Maria de.

Questão de despejo de prédios rústicos / José Maria de Freitas.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 685 (1881), p. 138-142

Resumo: Caracteres do contrato de arrendamento e sua disposição do contrato de cessão de usufruto. O arrendatário, que não paga a renda no prazo convencionado, ou não satisfaz as condições do contrato de arrendamento, é obrigado a despejar o prédio arrendado antes de fim do arrendamento.

Arrendamento / Despejo

G.

Consulta : [Direito Civil] / G.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1100 (1889), p. 386-387

Resumo: Havendo em um prédio janela, eirado ou varanda que deite directamente sobre prédio do vizinho, sem medear intervalo algum entre os dois prédios, a que distância daquela janela, eirado ou varanda poderá o vizinho edificar ou fazer quaisquer construções?

Janela / Varanda

G.P., correspondente.

Consulta : [Direito Civil] / G.P.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 704 (1882), p. 438-439

Resumo: As palavras de um emprazamento - sem falta, quebra, nem diminuição alguma - em relação ao pagamento do foro escusarão o senhorio de abonar ao foreiro as contribuições a que é obrigado pelo artigo 1675.º § único do código civil?

Foros

G.P., correspondente.

Consulta : [Direito e Processo Civil] / G.P.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 701 (1881), p. 390-391

Resumo: Para o efeito do artigo 821.º e § único do Código do Processo Civil, os frutos pendentes consideram-se bem mobiliários ou imobiliários?

Frutos

G. P.

Consulta : [Direito Fiscal] / G. P.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1075 (1889), p. 550-551

Resumo: Qual é o processo de execução que deve seguir-se para a cobrança da contribuição de registo por tornas, quando o interessado não pagar esta contribuição no prazo que lhe foi designado pelo juiz?

Contribuição de registo

G.P., correspondente.

Consulta : [Direito Fiscal] / G.P.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 702 (1881), p. 403

Resumo: Será aplicável aos autos de reunião do conselho de família, quando essa reunião seja para fins do artigo 714.º do Código do Processo Civil, e também aos termos de ratificação e autos de emancipação, a verba n.º 8, classe 15.ª da tabela n.º 1 da nova lei do selo?

Selo

G.P., correspondente.

Consulta : [Processo Civil] / G.P.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 704 (1882), p. 437-438

Resumo: Poderá o juiz ordinário arbitrar procuradoria, ser-lhe-á requerida? E, no caso afirmativo, poderá arbitra-la na sentença verbal proferida nos termos do artigo 201.º § 3.º do Código do Processo Civil?

Procuradoria

GUIMARÃES, Avelino da Silva, correspondente.

Questão de preferências / Avelino da Silva Guimarães.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 704 (1882), p. 439-443

Resumo: No concurso de preferências são admissíveis créditos constantes de escrituras devidamente registadas, e sendo dependentes de condição, pode provar-se por documento autêntico o impedimento delas.

Concurso de preferências

H., correspondente.

Consulta : [Direito Fiscal] / H.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 695 (1881), p. 290-291

Resumo: O indivíduo que recebeu bens por doação pode doá-los antes de ter pago a respetiva contribuição de registo?

Contribuição de registo

HERZ, correspondente.

Consulta : [Direito Civil] / Herz.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 705 (1882), p. 453-456

Resumo: Um testamento público, feito em 1873 por quem não sabia escrever, pode anular-se por terem assistido à respectiva disposição seis testemunhas, entre as quais figurou um espanhol? Em caso afirmativo, pode este testamento revogar outro anteriormente feito, e em que termos?

Testamento / Testemunhas

INEPTIDÃO E ADITAMENTO DO REQUERIMENTO PARA COMEÇO DE ACÇÃO

Ineptidão e aditamento do requerimento para começo de acção : [Processo Civil].

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1105 (1890), p. 473-474

Resumo: É inepta a petição articulada em que se pede determinada quantia, quando se não alega o fundamento por que se pede, ou a existência do acto ou contrato de que provem a obrigação. - A falta de fundamento do pedido não pode suprir-se na réplica.

Ineptidão

INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 1236.º DO CÓDIGO CIVIL

Interpretação do Artigo 1236.º do Código Civil : [Direito Civil].

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1095 (1889), p. 312-317

Resumo: A mãe, que antes da promulgação do Código civil casou segunda vez por carta de metade, é usufrutuária dos bens que o filho de qualquer dos matrimónios herdou de seu falecido pai ou mãe, e que ele deixou à hora de sua morte, e a seus irmãos germanos pertence a propriedade dos mesmos bens.

Binubo / Mãe

J. A. M.

Consulta : [Direito Administrativo] / J. A. M.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1077 (1889), p. 20-21

Resumo: Que meios há para obter uma certidão, que o administrador de um concelho se recusa a passar, a despeito da ordem do governador civil? E esta recusa do administrador do concelho poderá ser punida como desobediência aos mandados do seu superior?

Administrador de concelho / Crime de desobediência

J.E.S.B., correspondente.

Consulta : [Direito Administrativo] / J.E.S.B.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 701 (1881), p. 388-390

Resumo: Havendo num conselho 5 assembleias eleitorais para os cargos municipais e distritais, e não se constituindo uma das respectivas mesas, poderá esta circunstância influir na validade da eleição?

Eleições

J.E.S.B., correspondente.

Correspondência : [Direito Penal] / J.E.S.B.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 684 (1881), p. 118-120

Resumo: Os agentes do Ministério Público tem competência para procederem à auto de investigação por qualquer transgressão dos regulamentos policiais das estradas, quando esta transversão lhe seja participada por um fiscal que não prestou juramento?

Transgressão

J. J. B.

Consulta : [Direito e Processo Fiscal] / J. J. B.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1092 (1889), p. 268-270

Resumo: No estado da Índia ao delegado do procurador da coroa e fazenda pertencerão nas execuções fiscais 5 por cento? E quem é que liquida aos empregados judiciais o emolumento que lhes pertence nestas execuções? E sendo executado o fiador do devedor fiscal, deverá este pagar aqueles emolumentos?

Delegados do procurador da coroa e fazenda / Emolumentos, / Execuções fiscais / Ultramar

J.M.C.G. de F., correspondente.

Consulta : [Direito Fiscal] / J.M.C.G. de F.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 707 (1882), p. 484-486

Resumo: Os papéis, livros e documentos, que estão isentos de selo na tabela número 3 do regulamento e leis que regem este imposto, estarão sujeitos ao selo de 60 reis por cada reconhecimento das assinaturas que contiverem? Quais são os termos em que deve entender-se a verba número 25 do regulamento de 14 de novembro de 1878 na sua aplicação a diferentes hipóteses?

Selo

J. S.

Consulta : [Direito Comercial] / J. S.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1069 (1889), p. 452-455

Resumo: Uma letra sacada em 25 de Agosto de 1888, para ser paga a seis meses da data, em que dia do mês de Fevereiro deverá ser paga ou protestada por falta de pagamento? Como deve computar-se um grupo de meses segundo o novo Código comercial?

Letras / Mês

J. S.

Consulta : [Direito Comercial] / J. S.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1098 (1889), p. 358-359

Resumo: Tendo uma mulher contraído por meio de letra em 1883 uma dívida na ausência do marido, para remir certa propriedade em execução movida contra seus pais, será o marido responsável por esta dívida, e deverá ser citado conjuntamente com a mulher para a acção de letra? Esta acção prescreve pelo lapso de trinta anos ou pelo lapso de cinco anos? Estando prescrita a acção comercial da letra, poderá recorrer-se à acção civil?

Dívidas / Letras / Prescrição

J. S.

Consulta : [Processo Civil] / J. S.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1099 (1889), p. 370

Resumo: Quando um terceiro tenha bens móveis entre os de uma herança de que se faça arrolamento, e a respeito dos quais se levante dúvida, deverá aquele terceiro exigir a sua entrega por acção ordinária?

Arrolamento / Bens móveis

LEOTE, Diogo Tavares de Mello, 1849-1920, correspondente.

Promoção do Ministério Público / Diogo Tavares de Mello Leote.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 697 (1881), p. 327-532

Resumo: A impossibilidade legal de trabalhar não é tomada como referência à profissão do ofendido, mas sim com relação ao comum das profissões manuais. Não é necessário que a impossibilidade legal de trabalhar seja uma absoluta impossibilidade, mas basta que seja uma impossibilidade meramente clínica. Interpretação dos Artigos 360.º e 361.º n.º 4 e § 1.º do código penal.

Código penal / Impossibilidade de trabalhar

M.A., correspondente.

O projecto do Código do Processo Criminal : algumas observações sobre a 2.ª edição do Projecto do Código do Processo Criminal, feitas depois de uma rápida leitura do mesmo Projecto / M.A.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 706 a 712 (1882), p. 464-468; p. 481-484; p. 497-500; p. 513-516; p. 529-532; p. 545-548; p. 561-564

Observações / Projeto do Código do Processo Criminal

M. P.

Consulta : [Direito Administrativo] / M. P.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1087 (1889), p. 180-181

Resumo: Qual a responsabilidade do fiador de um mancebo ausente em país estrangeiro antes da lai de 12 de Setembro de 1887?

Fiança / Recrutamento militar

M. P.

Consulta : [Direito Civil] / M. P.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1070 (1889), p. 470-472

Resumo: Os benesses, que o pároco tem direito de exigir pelos actos eventuais do seu ministério, estarão sujeitos à prescrição anual do n.º 3.º do artigo 539.º do Código civil?

Benesses / Prescrição

M.P., correspondente.

Consulta : [Direito Civil] / M.P.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 700 (1881), p. 376-377

Resumo: Sendo feita, na vigência do direito anterior ao código civil, por um pai a um filho uma doação de bens para património à conta da terça do doador, e depois outra doação à conta da legítima do donatário com a condição de que por morte deste passariam os bens a quem por direito pertencessem, poderá o donatário dispor de tais bens por testamento a favor de quem quiser?

Fideicomisso

MACHADO, António de Sousa Pinto Cardoso.

Consulta : [Processo Comercial] / Antonio de Souza Pinto Cardoso Machado.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1087 (1889), p. 178-180

Resumo: Qual é o tribunal competente para julgar a reabilitação requerida pelos comerciantes falidos? E deverá aplicar-se a lei nova á reabilitação dos falidos, cujas quebras estavam julgadas e classificadas antes da mesma lei?

Reabilitação

MAGALHÃES, J. A. Forbes de, correspondente.

Consulta : [Direito Administrativo] / J. A. Forbes de Magalhães.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 708 (1882), p. 503-505

Resumo: Os cidadãos, cuja identidade não seja reconhecida pelo pároco e regedor, terão direito de votar?

Eleições

MELO, Anibal Augusto de, correspondente.

Análise dos artigos 1125.º a 1133.º do Código civil português : correspondência / Anibal Augusto de Mello.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 698 (1881), p. 342-345

Resumo: O regime matrimonial de separação de bens é distinto do da simples comunhão de adquiridos?

Regime matrimonial

MONTEIRO, Inácio, correspondente.

Consulta : [Direito Civil] / Ignacio Monteiro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 685 (1881), p. 135-137

Resumo: Tendo marido e mulher casado por contrato de separação de bens e comunhão de adquiridos, podia antes da vigência do Código Civil fazer-se neles a renovação de um prazo de vidas que tinha provindo só do marido? E tendo este disposto depois em testamento de tal prazo em favor de certo indivíduo, e deixado a sua mulher o usufruto dos bens de sua meação com a condição dela não impugnar as suas disposições testamentárias, e tendo a mulher ratificado a disposição do marido, poderia ela depois fazer doação daquele prazo a outra pessoa?

Prazos

MOTA, Adelino Albano da.

Contribuição industrial / Adelino Albano da Motta.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 706 (1882), p. 474-478

Resumo: O artigo 9.º da lei de 20 de março de 1875 não está ainda em vigor, e por isso as lotações dos empregados públicos que recebem emolumentos são as feitas em harmonia com a legislação anterior. A contribuição industrial lançada a estes empregados deve ter por base só a lotação dos empregados.

Contribuição industrial / Direitos de mercê

N.

Consulta : [Processo Civil] / N.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1101 (1890), p. 404-406

Resumo: O juiz de direito deverá fazer correição nos processos e livros dos escrivães dos julgados municipais da respectiva comarca? E quem será competente para deferir juramento a estes escrivães? E poderá o juiz de direito suspendê-los, bem como os respectivos oficiais de diligências? E deverão tais empregados cumprir os mandados dos juizes de direito em processos criminais? os juizes municipais serão competentes para fazer corpos de delito nos crimes a que corresponda o processo de querela?

Correição / Escrivães / Juiz de direito / Juizes municipais / Juramento / Oficiais de diligências

O. M.

Consulta : [Direito Fiscal] / O. M.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1071 (1889), p. 485-486

Resumo: Os zeladores, guardas campestres e oficiais de diligências das administrações de concelho, que requerem os processos de coimas e transgressões de posturas, estarão isentos do pagamento do selo nestes processos, visto estarem isentos de custas?

Processos de coimas e transgressões de posturas / Selo

PAIVA, J.

Consulta : [Direito Administrativo] / J. Paiva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1072 (1889), p. 499-501

Resumo: Poderão os administradores recorrer contra a eleição da comissão do recenseamento?

Administrador do concelho / Diário do governo

PAIVA, J.

Consulta : [Direito Administrativo] / J. Paiva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1073 (1889), p. 515-517

Resumo: Qual o processo de reclamação para o tribunal administrativo da deliberação da câmara, recusando o pagamento de dívidas regularmente autorizadas e liquidadas? Enquanto se não aprova o orçamento ordinário, vigorará o anterior, quanto a autorizações para o pagamento de dívidas?

Câmaras Municipais / Tribunal Administrativo / Dívidas

PAIVA, J.

Consulta : [Direito e Processo Civil] / J. Paiva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1080 (1889), p. 72-74

Resumo: O depositário dos bens arrestados que administra mal será solidariamente responsável com o arrestante? Essa responsabilidade estender-se-á à mulher do arrestante e do depositário? Pedindo-se no pleito intentado condenação solidária, não poderá ser condenado um só dos réus, quando se entenda não existir responsabilidade solidária?

Depositário / Solidariedade

PAIVA, J.

Consulta : [Direito Fiscal] / J. Paiva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1085 (1889), p. 146-148

Resumo: Os processos de reclamações ou recursos de interesse puramente particular, que sobem aos tribunais administrativos distritais, deverão ser escritos em papel selado? E, no caso afirmativo, a importância do papel selado sairá do cofre dos emolumentos, com direito a havê-la da parte que decair?

Selo

PEGA, M.

Consulta : [Direito Civil] / M. Pega.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1109 (1890), p. 534-535

Resumo: As despesas com missas e sufrágios pela alma do falecido deverão ser pagas só pelo tercenário, quer sejam, quer não ordenadas no testamento?

Sufrágios

PEREIRA, Firmino Dias.

Questão de embargo de obra nova : requerimento / Firmino Dias Pereira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 698 (1881), p. 345-350; p. 360-363; 377-381

Resumo: Se, feito um embargo de obra nova por causa da abertura de uma janela, o embargado reduziu esta a frestas, e nos autos foi lavrado termo deste facto, a ação não pode prosseguir, devendo o termo ser julgado por sentença.

Embargo de obra nova

PIMENTEL, Eduardo de Serpa.

Direito e Processo Civil] / Eduardo de Serpa Pimentel.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1070 (1889), p. 473-474

Resumo: A posse é o requisito fundamental da acção de força. - A vistoria tem por fim verificar a existência de factos sujeitos à inspecção ocular. - Se estão confundidas as extremas dos prédios, a acção competente é a divisão e demarcação.

Acção de divisão e demarcação / Acção de manutenção de posse / Posse

PIMENTEL, Eduardo de Serpa.

Embargos de terceiro : [Direito e Processo Civil] / Eduardo de Serpa Pimentel.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1071 (1889), p. 488

Resumo: O arrendatário não pode embargar de terceiro, a não ser quanto aos frutos do ano do arrendamento. - E não pode pelo meio dos embargos arguir a nulidade da penhora, como pessoa incompetente para o fazer.

Arrendatário / Embargos de terceiro

PORTUGAL. Relação de Lisboa.

Accordão da Relação de Lisboa, proferido em 19 de Junho de 1880 / Relação de Lisboa; advogado José Eduardo Simões Baião.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 705 (1882), p. 456-461

Resumo: Pelo facto de um menor ser legatário de parte determinada de bens certos e determinados não deve proceder-se a inventário officioso. Interpretação do artigo 1901.º do código civil. O menor representado pelo curador dos órfãos é obrigado ao pagamento de custas, quando vencido, ainda mesmo em questão em que pela parte contrária seja representado por sua mãe.

Custas / Inventário

PORTUGAL. Relação de Lisboa.

Accordão proferido em 2 de Outubro de 1875 / Relação de Lisboa; apelante Francisco Lopes do Rego, apelada Guilhermina da Conceição Neves.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 706 (1882), p. 478-480

Resumo: A entrega a certo indivíduo de um título de obrigação de dívida, declarando nesse ato o dono do mesmo título que era para aquele indivíduo, quando ele falecesse, equivale a uma doação causa mortis, que deve ser feita com as formalidades exigidas pela lei para a validade destas doações.

Doação causa mortis / Doação

PORTUGAL. Relação de Lisboa.

Accordão proferido em 12 de Janeiro de 1876 / Relação de Lisboa; apelante Marquês de Vianna, apelados Maria da Conceição e Souza, António Agostinho da Costa Batalha.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 697 (1881), p. 333-335

Resumo: É nula a hipoteca de bens alheios. Para ser cancelado o registo, deve proceder sentença proferida em ação competente. O tabelião que em escritura de hipoteca fizer alguma falsa declaração, responde por perdas e danos, a que por essa declaração der causa.

Hipoteca

PORTUGAL. Relação de Lisboa.

Accordão proferido em 12 de Janeiro de 1878 / Relação de Lisboa; agravante Augusto Ernesto Barata, agravado Ministério Público.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 691 (1881), p. 234

Resumo: Interpretação do artigo 21.º n.º 31.º da tabela dos emolumentos e salários judiciais de 12 de abril de 1877, que diz respeito aos emolumentos devidos nas almoedas de bens mobiliários.

Emolumentos das almoedas / Emolumentos

PORTUGAL. Relação de Lisboa.

Accordão proferido em 19 de Dezembro de 1877 / Relação de Lisboa; apelante José Carlos de Azevedo; apelado Amélia de Jesus Maria Azevedo.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 688 (1881), p. 184-188

Resumo: As justificações da paternidade, feitas, antes da vigência do código civil, perante o juízo eclesiástico com intervenção e consentimento do pretense pai, produzem efeito civil.

Justificação

PORTUGAL. Relação de Lisboa.

Accordão proferido em 23 de Fevereiro de 1878 / Relação de Lisboa; agravante Emilia Augusta Metrass, agravadas Carolina Augusta Metrass Crespo, Maria Emília Metrass Almeida.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 690 (1881), p. 220-221

Resumo: O tercenário é herdeiro, se sucede em uma parte da herança sem determinação de valor ou de objeto. Se vivia com o inventariado, pertence-lhe ser inventariante, com a exclusão dos herdeiros, embora legitimários, que com ele não habitassem ao tempo da sua morte.

Sobre se o tercenário é herdeiro e cabeça de casal / Cabeça de casal / Herdeiro

PORTUGAL. Relação de Lisboa.

Accordão proferido em 23 de Janeiro de 1878 / Relação de Lisboa; agravante Augusto Ernesto Barata, agravado Juízo a quó.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 692 (1881), p. 254

Resumo: Interpretação do artigo 21.º n.º 31.º da tabela dos emolumentos e salários judiciais de 12 de abril de 1877, que diz respeito aos emolumentos devidos nas almoedas dos bens mobiliários.

Emolumentos das almoedas / Emolumentos

PORTUGAL. Relação de Lisboa.

Accórdão proferido em 25 de Novembro de 1882 : Excepção de caso julgado / Relação de Lisboa; autor, Antonio Joaquim Pinheiro; réus, Adelino Pinheiro Ferreira Galhardo, Zulmira Josephina da Motta Galhardo.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1096 (1889), p. 329-335

Resumo: Para ser procedente a excepção de caso julgado, é necessário que se verifiquem juntamente as três identidades : do objecto sobre que versa o litígio, do direito ou causa de pedir, dos litigantes e da sua qualidade jurídica.

Excepção de caso julgado

PORTUGAL. Relação de Lisboa.

Accórdão proferido em 13 de Fevereiro de 1884 / Relação de Lisboa ; apelante, João Marques da Cunha e Silva ; apelados, Manuel Barreiros Duarte Graça e sua mulher.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1099 (1889), p. 376-381

Resumo: É da competência dos tribunais de justiça a questão sobre o direito de preferência na venda de domínio directo de bens sujeitos a desamortização. - Na venda deste domínio em hasta pública o enfiteuta tem o direito de preferência no acto da praça.

Competência / Direito de preferência / Domínio directo / Poder judicial

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão da Relação do Porto, proferido em 15 de Janeiro de 1884.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1069 (1889), p. 462-463

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 2 de Dezembro de 1881 / Relação do Porto ; agravante, Ministério Público; agravado, Luiz da Silva Beato.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1074 (1889), p. 537-542

Resumo: Podem opôr-se embargos a uma carta de ordem para pagamento de custas, sendo fundados em alguma das excepções do artigo 87.º do Código do processo civil. - Quando se manda nesta carta exigir o pagamento de custas a indivíduo que não foi condenado nelas, pede-se o que é absolutamente proibido por lei.

Carta de ordem / Embargos

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 2 de Dezembro de 1881 / Relação do Porto; agravante, Custodio Ferreira de Mello Coutinho; agravado, curador geral dos orfãos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1084 (1889), p. 135-136

Resumo: O juiz, onde se fez o inventário paterno e materno de um menor, é o competente para se prover sobre a administração dos bens dos mesmos menores, embora estes bens lhes pertencessem em inventários feitos em diversos juízos.

Administração dos bens de menores / Inventário

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 2 de Maio de 1882 / Relação do Porto; agravante, Luiz Alvares da Silveira Pinto; agravado, reverendo João Alvares da Silveira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1095 (1889), p. 317-318

Resumo: Da sentença que julga contas da administração de uma herança, prestadas por um dos co-herdeiros á revelia do cabeça de casal, cabe o recurso de apelação.

Contas / Recurso

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 2 de Maio de 1882 / Agravante, Manuel da Cunha Pereira; agravado, João Alves Ferreira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1107 (1890), p. 505-506

Resumo: As causas de coimas e transgressões de posturas devem ser julgadas pelo processo especial do artigo 241.º e seguintes da Nov. Ref. Jud. e artigo 18.º da lei de 16 de Abruil de 1874. - A excepção de incompetência em razão da matéria, ainda mesmo nestas causas, deve ser julgada na sentença ou acórdão final, e dela cabe o recurso de apelação.

Causas de coimas e transgressões de posturas / Excepção de incompetência

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 3 de Maio de 1878 / Relação do Porto; apelante Maria Antónia de Sequeiros Gomes, apeladas Hortencia, Justa.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 704 (1882), p. 443-445

Resumo: O testamento de mão comum entre marido e mulher, feito no Brasil com as formalidades legais, produz efeito em Portugal, sendo a sua autenticidade reconhecida.

Testamento

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 4 de Fevereiro de 1881 / Relação do Porto; agravante Ministério Público, agravadas Maria da Ponte, Cândida da Ponte.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 695 (1881), p. 302-303

Resumo: Em vista do artigo 3.º do decreto de 10 de dezembro de 1852 não é admissível nos crimes compreendidos no artigo 361.º n.º 4.º do código penal. Fora do caso previsto no artigo 374.º do citado código não pode, no despacho de pronúncia, atender-se, para a concessão de fiança, à circunstância atenuante da provocação por injúrias.

Fiança

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 4 de Julho de 1882 / Relação do Porto ; apelante, Fazenda Nacional; apelados, Antonio Dias Branco Junior, mulher e outros.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1110 (1890), p. 554-555

Resumo: O juízo criminal e não o cível é competente para condenar na pena de multa imposta pela lei aqueles que simularam o preço no contrato de compra e venda.

Competência / Simulação do preço do contrato

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 4 de Março de 1882 / Agravante, Maria de Oliveira ; agravados, Joaquim Cardoso Netto, por si e seus filhos menores.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1101 (1890), p. 413

Resumo: Falecendo o cônjuge de uma das partes no decurso da causa, esta não pode prosseguir sem habilitação do herdeiro do falecido; e proseguindo sem esta habilitação, o juiz deve anular tudo o que se fez desde esta falta em diante.

Habilitação

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 5 de Maio de 1882 / Relação do Porto ; apelante, fazenda nacional; apelada, junta de paróquia da freguesia de Bucos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1103 (1890), p. 442-444

Resumo: À posse de imóveis judicialmente requerida pode o possuidor opôr embargos, para ser mantido na sua posse.

Embargos / Posse

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 6 de Dezembro de 1881 / Relação do Porto ; apelante, José Carvalho de Castro; apelado, Francisco Carvalho de Castro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1076 (1889), p. 11-12

Resumo: Quando se pede em execução de sentença que o executado pague o que é da responsabilidade de todos os herdeiros, este pode opôr embargos de ilegitimidade de executado, que devem ser julgados procedentes.

Embargos / Execução de sentença

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 6 de Dezembro de 1881 / Agravante, José Gaudencio Lopes de Carvalho; agravados, herdeiros de Domingos Lopes de Carvalho.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1081 (1889), p. 89-90

Resumo: Para se excluir um indivíduo de vogal do conselho de família pelo fundamento de ter interesses opostos ao menor, é necessário precisar bem os factos desta oposição e ouvir sobre eles aquele vogal.

Conselho de família

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 7 de Fevereiro de 1882 / Relação do Porto; apelante, Antonio Martins do Couto; apelados, Antonio Nunes de Souza e José Cardoso.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1083 (1889), p. 119-121

Resumo: Tendo dois indivíduos depositado em poder de terceiro uma certa quantia, para ser recebida por aquele dos dois que tivesse acertado no cálculo de um volume de água de rega que pertencia a outrém, há aqui uma aposta, e por isso não pode instaurar-se em juízo acção, para se exigir pagamento do que se apostou, ou repetir o que se pagou.

Aposta

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accordão proferido em 7 de Maio de 1878 / Relação do Porto; apelante Bento Gomes da Silva, apelado Manuel José Vieira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 709 (1882), p. 522-524

Resumo: É servidão contínua e aparente em uma propriedade alheia o rego nela existente, por onde passa a água para rega de outra propriedade.

Águas

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accordão proferido em 7 de Novembro de 1877 / Relação do Porto; apelante Manuel Martins Marinheiro; apelado Manuel Caetano Pereira da Silva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 682 (1881), p. 91-94

Resumo: A impugnação feita pelo réu de que não deve os foros pedidos pelo autor não equivale à impugnação do ônus enfiteutico. Os foros vencidos antes da execução do Código Civil podiam exigir-se em metade, não tendo decorrido o tempo da prescrição segundo direito antigo.

Foros

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 7 de Novembro de 1882 / Agravantes, Gracinda Ferreira Neto e marido; agravados, Anna Candida Ferreira Neto e marido.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1104 (1890), p. 459-460

Resumo: O que em inventário nega a obrigação de descrever certos bens, pelo fundamento de que lhe pertencem, não pode ser obrigado a dar conta do rendimento de tais bens, enquanto não for convencido pela acção competente de que esses bens lhe não pertencem.

Contas / Inventário

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 7 de Novembro de 1882 / Agravante, Manuel Pedro Carvalheira; agravado, padre Manuel José Barbosa.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1111 (1890), p. 570-571

Resumo: O que foi privado de um prédio comprado por ele não pode exigir, que o vendedor lhe pague outro preço que não seja o constante do título de venda.

Venda

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accordão proferido em 8 de Abril de 1881 / Relação do Porto; agravante Delegado do Procurador Régio da Câmara de Tondela, Ignácio Leite Pereira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 698 (1881), p. 350-351

Resumo: Os únicos juro, que, segundo artigo 900.º do código civil, gozam da vantagem da hipoteca a que respeitam, sem prévio registo, são os - do último e do corrente, que é aquele em que se faz a graduação dos créditos. A nenhuns outros anos se pode ampliar este privilégio.

Câmaras municipais

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 9 de Dezembro de 1881 / Relação do Porto ; apelante, Manuel Francisco Rapozeira; apelados, herdeiros de Rita de Jesus.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1078 (1889), p. 41-43

Resumo: Os bens doados, para o efeito da colação, devem ser avaliados pelo valor que tinham ao tempo da doação. - Este valor acha-se, determinado-se por meio de louvados a produção daqueles bens em géneros, e multiplicando por vinte o valor médio dada a certa medida dos géneros nas tarifas camarárias.

Colação / Doação / Valor

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 9 de Maio de 1882 / Relação do Porto; apelante, Faustino José de Araújo Lima; apelada, Maria Rita da Cunha Basto.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1105 (1890), p. 474-475

Resumo: A mulher casada pode opôr embargos de terceiro à penhora feita nos bens comuns do casal por dívidas contraídas só pelo marido sem outorga dela. - A prova de que tais dívidas foram aplicadas em proveito do casal só pode fazer-se na acção intentada a pedir o pagamento das mesmas dívidas.

Dívidas / Embargos de terceiro / Penhora

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 10 de Fevereiro de 1882 / Relação do Porto ; agravante, Manuel José Moreira; agravada, gerencia do banco comercial de Guimarães.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1085 (1889), p. 152-153

Resumo: O depositário judicial de uma casa, ainda que seja o executado, é obrigado a prestar contas dos rendimentos dela.

Contas / Depositário

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 10 de Janeiro de 1878 / Relação do Porto; recorrente Joaquim Nunes de Carvalho, recorrido António Nunes.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 694 (1881), p. 280-282

Resumo: Tendo um testador deixado os bens a uma sobrinha com a condição de que, falecendo ela sem filhos, tais bens passariam por morte dela para os parentes do testador; e tendo falecido o testador antes da execução do código civil, e a herdeira depois dela sem filhos, devem os bens passar para os parentes do testador que forem chamados à herança pelo Código Civil.

Fideicomisso

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 10 de Novembro de 1882 / Relação do Porto ; apelante, Casa de Bragança ; apelados, herdeiros de Manuel Rodrigues Fernandes.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1073 (1889), p. 522-523

Resumo: Segundo o Código do processo civil é inadmissível que se oponham embargos à posse judicial.

Embargos / Posse

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 11 de Fevereiro de 1881 / Relação do Porto ; apelante, conde de Azenha; apelados, Maria de Assumpção Correia Leite, marido e outros.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1079 (1889), p. 58-61 ; p. 75-78

Resumo: O prazo de dois anos para o registo de bens vinculados só se contou desde a data em que começou a vigorar o regulamento de 11 de Janeiro de 1861. - O registo de bens vinculados, feito em governo civil diverso do da sua situação, não tem valor jurídico. - A insinuação das doações entre vivos, segundo o antigo direito, devia ser requerida dentro de quatro meses, e neste caso era válida, embora se tivesse concluído depois daquele prazo. - No vigor do antigo direito era válida a escritura de doação causa mortis, em que intervinham quatro testemunhas além do tabelião.

Bens vinculados / Doação / Insinuação / Registo / Testemunhas

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 11 de Março de 1881 / Relação do Porto ; apelante, fazenda nacional, segunda, Maria Candida Vieira Vaz de Napoles ; apelados, gerentes do banco de Guimarães.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1066 (1888), p. 411-414

Resumo: Para a fazenda nacional ter privilégio por contribuições sobre o produto de bens imobiliários, é necessário provar que tais contribuições foram lançadas aqueles bens. - Só os juros do último ano e do corrente de um crédito hipotecário devem ser graduados na mesma classe do capital, independente de registo.

Fazenda nacional / Juros / Privilégio

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 12 de Maio de 1882 / Relação do Porto; apelantes, Joanna Ferreira Duarte e filha e outros ; apelados, Manuel José Valente Duarte Pereira e mulher.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1111 (1890), p. 568-570

Resumo: O dono de um moinho, que tem uma levada a conduzir para ele a água do moinho de outrem que lhe fica superior, tem direito de impedir que este desvie a água saída do seu moinho para a aplicar à rega de um prédio seu. - A posse não pode servir de fundamento à prescrição, quando tem havido oposição.

Águas / Prescrição

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 13 de Dezembro de 1878 / Relação do Porto.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 691 (1881), p. 234-235

Resumo: As testemunhas que assistiram à feitura de um testamento são as mais competentes para deporem sobre se foram ou não cumpridas as formalidades legais; e só não podem depor, quando se trate de responsabilidade delas e do tabelião.

Testamento

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 13 de Junho de 1882 / Agravante Francisco Lourenço de Tavares Ornelas; agravados, Manuel Pereira Ramos e outros.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1112 (1890), p. 13-14

Resumo: Se a parte não juntou aos seus articulados um documento neles mencionado, não pode este documento ser depois junto ao processo por uma das testemunhas da mesma parte.

Documento

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 13 de Junho de 1882 / Relação do Porto ; 1.º apelante, Joaquim Vieira Bouças, 2.º apelante, Maria Martins da Rocha.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1114 (1890), p. 43-46

Resumo: O testamento cerrado de mão comum, feito antes da execução do Código civil por marido e mulher que não sabiam escrever, é válido em relação ao testador falecido antes de vigorar este código, mas não produz efeito em relação ao testador falecido depois dele.

Testamento

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 13 de Novembro de 1877 / Relação do Porto; agravante Francisco Lopes Calheiros de Menezes; agravado Gaspar Malheiro de Souza de Menezes.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 688 (1881), p. 188-189

Resumo: Não pode atualmente intentar-se ação para abolir um vínculo de rendimento inferior a 200\$000 reis, porque tais vínculos estão abolidos por lei.

Vínculos

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 13 de Novembro de 1883 / Relação do Porto ; agravante, José Fernandes Valença; agravado, curador geral dos orphãos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1099 (1889), p. 381-382

Resumo: Os empregados postais, encarregados de vender estampilhas, podem escusar-se de ser tutores. - As escusas dos tutores só pelo respectivo conselho de família podem ser admitidas ou rejeitadas.

Escusa / Serviço telegrafo-postal / Tutor

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 14 de Dezembro de 1877 / Relação do Porto; agravante Emilia Augusta da Cunha Rosas, agravada Florinda Augusta da Cunha Rosas.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 690 (1881), p. 221

Resumo: O prazo de 10 dias, dentro dos quais o apelante tem de pagar as custas e fazer o preparo necessário para o traslado, não corre havendo impedimento legítimo.

Apelação / Código do processo civil

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 14 de Dezembro de 1877 / Relação do Porto; apelante Francisca da Cunha Sotto-Maior, apelado Pedro Pereira de Souza Brito.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 708 (1882), p. 505-507

Resumo: As tensões dos árbitros voluntários não podem ser impugnadas por meio de embargos.

Árbitros

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 14 de Maio de 1878 / Relação do Porto; apelante Manuel Martins Meira, apelado Domingos José Martins.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 708 (1882), p. 507-508

Resumo: É nula a ação de investigação de paternidade, em que não interviu o Ministério Público.

Ação de investigação de paternidade

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 16 de Dezembro de 1881 / Agravante, Maria dos Santos e marido; agravada, Maria dos Santos, viúva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1076 (1889), p. 12-13

Resumo: O corte de pinheiros não é obra nova, e por isso não pode este corte ser embargado.

Corte / Embargo de obra nova

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 17 de Junho de 1882 / Relação do Porto; apelante, Victorino da Silva Almeida e Souza ; apelado, Joaquim de Souza Carneiro e Silva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1113 (1890), p. 26-29

Resumo: O privilégio mobiliário especial que o senhorio tem no valor dos móveis existentes na sua casa, e que pertencem ao arrendatário, não pode ser anulado pelo contrato de venda, que este arrendatário faça dos ditos móveis a um terceiro, continuando o vendedor a servir-se doas mesmos móveis.

Privilégio mobiliário

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 18 de Abril de 1882 / Relação do Porto; apelante, José Martins Baptista ; apelado, José dos Santos Freitas.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1097 (1889), p. 344-347

Resumo: Se na sentença de 1.ª instância se apreciou e julgou a excepção de incompetência em razão da matéria, e não se apelou desta parte da sentença, esta passou em julgado enquanto aquela excepção, e não pode a relação conhecer dela.

Excepção de incompetência

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 18 de Janeiro de 1878 / Relação do Porto; apelante Francisco José Marques, apelado Manuel João Romão.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 693 (1881), p. 264-266

Resumo: É uma competência do foro civil a questão de compra e venda do quinhão de uma sociedade meramente particular de capital e indústria. Esta questão é regulada pelo direito vigente ao tempo em que foi efetuado o contrato de compra e venda. Segundo o direito anterior ao código civil os comproprietários não tinham direito de opção na venda das partes dos outros.

Propriedade comum / Sociedade

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 18 de Janeiro de 1878 / Relação do Porto; apelante Francisco Teixeira Barbosa, apelados Visconde e Viscondessa de Valmôr.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 707 (1882), p. 489-491

Resumo: Só no processo de execução se podem oferecer artigos de preferências sobre os bens vendidos ou adjudicados.

Execução

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 18 de Junho de 1878 / Relação do Porto; agravante doutor curador geral dos órfãos, agravado juiz de direito da comarca.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 709 (1882), p. 524-525

Resumo: Nos inventários orfanológicos não é obrigatório o preparo.

Preparo

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 18 de Novembro de 1881 / Relação do Porto ; agravante, Francisco José Marques; agravados, João Marques da Silva, filho e mulher.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1071 (1889), p. 489

Resumo: O rol das testemunhas em causa cível pode ser aditado depois de começar a inquirição delas, contando que ainda não esteja designado dia para a continuação da inquirição.

Rol de testemunhas

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 18 de Outubro de 1881 / Relação do Porto ; apelante, Bernarda Rosa; apelados, Antonio e outros.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1075 (1889), p. 553-554

Resumo: Os filhos perfilhados têm direito a legítima, e esta há-de sair da parte disponível da terça de seus pais.

Filhos / Legítima / Perfilhação

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 19 de Agosto de 1881 / Relação do Porto ; apelante, Antonio José Alves de Oliveira ; apelada, fazenda nacional.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1082 (1889), p. 105-107

Resumo: Só é sujeito ao imposto do real d'água o vinho exposto à venda ao público para consumo. - Para ser sujeito a manifesto o vinho existente em armazém contíguo a venda, é necessário que o armazém tenha comunicação interior com a venda.

Manifesto / Real de água

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 19 de Maio de 1882 / Relação do Porto; apelante, João Coelho da Motta Prego; apelados, Rodrigo, menor, filho de Rodrigo de Freitas Pinto do Amaral e mulher, e Bento Faria.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1104 (1890), p. 457-459

Resumo: Dizendo o testador que deixa um legado a certo indivíduo, se ele o merecer, e isto for da vontade do herdeiro, e que, não o sendo, poderá este deixá-lo a quem lhe parecer, tal legado é válido, mas nula condição com que foi deixado.

Legado

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 19 de Maio de 1882 / Relação do Porto; apelantes, Abel Maria Pinto e mulher ; apelado, José Martins.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1108 (1890), p. 520-522

Resumo: Se em contrato de confissão de dívida e constituição de hipoteca se estipulou o pagamento de certa quantia diária para despesas extrajudiciais, ou que seriam pagas as despesas feitas com advogado ou procurador, tais despesas não podem ser asseguradas por hipoteca voluntária, nem vir ao concurso de preferências por falta de título exequível.

Despesas / Dividas / Hipoteca / Substituição fideicomissária

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 20 de Agosto de 1880 / Relação do Porto ; agravante, reverendo bacharel Manuel Jacintho Simões ; agravada, Anna Cravôa.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1101 (1890), p. 411-413

Resumo: Não precisa de ser submetido à apreciação do juiz eclesiástico o crime imputado a um clérigo de ter injuriado certo indivíduo, aludindo à sua mancebia na ocasião da desobriga quaresmal.

Crime / Execução

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 20 de Junho de 1877 / Relação do Porto; apelante António José da Motta, apelada Felisbela Candida Adelaide de Assis.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 695 (1881), p. 296-302

Resumo: Nas ações de manutenção e restituição de posse é admissível o chamamento à autoria daquele que mandou fazer a turbação ou o esbulho. Para provar uma servidão não são suficientes factos isolados, desacompanhados de provas positivas, e praticados por mera tolerância ou em ocasião em que não podiam sofrer oposição.

Ação possessória / Servidão

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 22 de Novembro de 1881 / Relação do Porto ; apelantes, Manuel Bernardino de Araújo Abreu e mulher; apelados, Francisco Xavier das Neves Pereira e a fazenda nacional.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1069 (1889), p. 463-464

Resumo: Quando o valor dado à acção no requerimento para começo dela não foi impugnado, não pode ser depois alterado por meio de arbitramento.

Valor

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 23 de Maio de 1882 / Relação do Porto ; apelantes, Joaquim da Silva Terra e mulher; apelada, câmara municipal de Oliveira de Azeméis.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1109 (1890), p. 536-538

Resumo: As câmaras municipais são pessoas legítimas para em juízo intentarem as acções tendentes a evitar que sejam prejudicadas águas, de que usam os seus munícipes. - Estes podem adquirir pela posse direito ao uso de águas particulares. - O prejuízo destas águas está provado desde que elas diminuíram.

Câmaras Municipais / Águas

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 23 de Novembro de 1877 / Relação do Porto; embargante Anna Joaquina; embargado António.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 685 (1881), p. 142-143

Resumo: Segundo o direito vigente antes da execução do código civil, quando a renovação de um prazo de vidas era feita na constância do matrimónio a marido e mulher, não podia este nomear validamente a segunda vida do prazo em pessoa diversa da mulher.

Prazos

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 23 de Novembro de 1877 / Relação do Porto; apelante Manuel de Matos Carvalho, apelada Maria Gomes da Silva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 689 (1881), p. 200-202

Resumo: Desde a execução da lei de 30 de junho de 1860 até à da lei 18 de maio de 1880 era nulo o contrato de compra e venda, feito por escritura pública, ou por escrito particular, em que se não pagou previamente a contribuição de registo, ou se não sanou esta nulidade nos termos do artigo 12.º da lei de 13 de abril de 1874. Anulando o contrato, se o comprador for obrigado a pagar ao vendedor os rendimentos da propriedade, deve este pagar àquele os juros do dinheiro, preço da compra e venda.

Compra e venda

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 24 de Outubro de 1882 / Apelante, Joanna Lourenço Gomes; apelados, Luiz Manuel Pereira e filhos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1085 (1889), p. 153-154

Resumo: As acções de manutenção ou esbulho de posse devem ser intentadas contra quem fez a turbação ou o esbulho da mesma posse. - Para a procedência destas acções é necessário que o autor prove a posse e a turbação ou esbulho.

Posse

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 25 de Junho de 1881 / Relação do Porto, apelante, Maria Angelina Vaz Guedes de Athaide da Fonseca Telles; apelados, Maria Maximiana da Fonseca Telles e outros.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1067 (1889), p. 424-428

Resumo: Os direitos sucessórios regulam-se pela legislação em vigor ao tempo da morte daquele a quem se sucede. - No direito antigo não era permitida a nomeação fideicomissária de prazos de vidas.

Prazos / Substituição fideicomissária / Sucessão

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 25 de Novembro de 1881 / Relação do Porto; apelante, Manuel António Egreja; apelados, José Fernandes de Figueiredo e mulher.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1077 (1889), p. 26-29

Resumo: Os sobejos de águas, que, nascendo em propriedade particular, alimentam uma fonte pública, pertencem ao dono do prédio que fica junto da fonte e superior a outros.

Águas

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 25 de Novembro de 1881 / Relação do Porto; agravante Domingos da Cunha, agravado Conservador da Comarca.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 710 (1882), p. 544

Resumo: As doações de bens imobiliários com obrigação de o donatário pagar dívidas ao doador, feitas por pais a filhos, não estão sujeitas ao pagamento de contribuição de registo por título oneroso.

Contribuição de registo

PORTUGAL. Relação do Porto

Accórdão proferido em 25 de Outubro de 1881 / Relação do Porto; apelante, João de Alarcão Velasques Sarmiento; apelados, Joaquim da Silva Alho e filho.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1072 (1889), p. 504-506

Resumo: A existência do título de arrendamento nas mãos do arrendatário não prova que este tenha pago a renda.

Arrendamento / Rendas

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 26 de Agosto de 1881 / Relação do Porto; agravante Companhia Carril de Ferro americano do Porto à Foz de Matosinhos, agravada Companhia Carris de Ferro do Porto.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 708 (1882), p. 508

Resumo: Para o embargo de obra nova ser procedente é necessário que o embargante seja ofendido no seu direito, e não é ofendido no seu direito aquele que embarga um caminho-de-ferro americano, cuja linha pretende estabelecer-se em terrenos em que o embargante não tem domínio. Interpretação do artigo 380.º do Código do Processo Civil.

Embargo de obra nova

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 26 de Fevereiro de 1878 / Relação do Porto; agravante António Pereira da Silva, agravado António José Soares.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 705 (1882), p. 462

Resumo: Os artigos de atentado por se ter feito inovação de uma obra embargada só podem dizer respeito ao que foi embargado, e nada mais do que isso pode ser destruído.

Contribuição predial / Embargo de obra nova

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 26 de Maio e 14 de Julho de 1882 / Relação do Porto; apelantes, Manuel José Barbosa, mulher e outros; apelados, José Rodrigues da Cruz e outros.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 23, n.º 1112 (1890), p. 11-13

Resumo: A acção de manutenção de posse pelo meio cominatório é competente para evitar que se efectue uma turbação de posse que se receie, embora já tenha havido algum acto de turbação. - Não se deve reconhecer posse nas águas de um ribeiro em ponto superior ao terreno do pretendido possuidor, se este não prova que está em algum dos casos do artigo 438.º do Código civil.

Águas / Manutenção de posse

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 26 de Outubro de 1877 / Relação do Porto; agravante José Alves do Traco; agravado juiz de direito da Feira.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 681 (1881), p. 79

Resumo: O assento do batismo de um filho natural, que não é assinado pelo pretense pai ou por seu bastante procurador, não prova por si só a paternidade.

Perfilhação

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 27 de Outubro de 1882 / Agravante, Maria Adelaide Pereira Caldas de Barros da Cunha e Sotto Maior; agravado, Antonio de Oliveira Pinto.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1085 (1889), p. 154-155

Resumo: Depois de inquiridas por carta precatória as testemunhas de fora da comarca pode ainda adicionar-se o rol delas no juízo deprecante, contanto que este adicionamento possa ser intimado à outra parte três dias antes do designado para a inquirição de testemunhas neste juízo.

Testemunhas

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 28 de Abril de 1882 / Relação do Porto ; agravante, Manuel José Francisco Gomes; agravado, Joaquim Macario do Amaral.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1107 (1890), p. 503-504

Resumo: Havendo nos autos procuração passada a advogado, que resida dentro do julgado da cabeça de comarca, deve o advogado ser intimado de sentença ou despacho que diga respeito à respectiva causa.

Advogado / Intimação

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 28 de Agosto de 1877 / Relação do Porto; apelante Rufina Rosa de Queiroz, apelados Ministério Público, Joaquina Rosa de Queiroz.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 702 (1881), p. 410-413

Resumo: Tendo o esposado declarado na escritura antenupcial que doa à esposa o usufruto de certos bens, salva qualquer disposição testamentária à hora da morte, esta doação não pode ser revogada pela declaração do esposado em seu testamento - que revoga todos os testamentos anteriores.

Testamento

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 28 de Março de 1882 / Relação do Porto ; apelante, fazenda nacional; apelados, António José da Silva Homem e outro.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1100 (1889), p. 397-398

Resumo: É nulo o processo a pedir o pagamento do imposto do real d'água por falta de manifesto, quando se não fez apreensão, nem medição dos objectos descaminhados, nem assistiu à diligência a autoridade administrativa local.

Real de água

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 30 de Agosto de 1881 / Relação do Porto ; agravantes, Ricardo Marques da Silva e outros ; agravado, curador geral dos orfãos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1081 (1889), p. 88-89

Resumo: As cartas rogatórias para venda de bens não precisam de ser revistas e confirmadas pela relação do distrito. - Se a sentença, que mandou cumprir uma carta rogatória, foram opostos embargos de terceiro, e estes foram julgados improcedentes, não é necessário que a sentença, que julgou os embargos, seja revista e confirmada.

Cartas rogatórias

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 30 de Agosto de 1881 / Relação do Porto; agravante Companhia Carril de Ferro americano do Porto à Foz de Matosinhos, agravada Companhia Carris de Ferro do Porto.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 708 (1882), p. 508-509

Resumo: Uma companhia, que tem concessão municipal para construir e explorar um caminho-de-ferro americano, não pode embargar a construção de outro caminho-de-ferro, igualmente concedido pela câmara, ainda que as duas vias tenham de cruzar-se, e o embargo seja restrito ao sítio do cruzamento. Interpretação do artigo 381.º do Código do Processo Civil e de outras disposições de leis especiais.

Embargo de obra nova

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 30 de Janeiro de 1883 / Agravante, Narciso José de Abreu; agravado, curador geral dos orfãos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1086 (1889), p. 172-173

Resumo: O cônjuge sobrevivente não pode impedir que se faça inventário por falecimento do cônjuge predefunto dentro de sessenta dias, contados desde o falecimento deste.

Inventário

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 30 de Junho de 1871 / Relação do Porto ; embargante, Francisco de Lacerda Aranha Mourão e Albuquerque; embargada, fazenda nacional.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1106 (1890), p. 489-490

Resumo: As certidões extraídas dos livros fiscais, para terem força de sentença passada em julgado, devem dizer respeito a tributos legalmente lançados. - Tem o poder judicial competência para conhecer da ilegalidade do manifesto de dinheiro, e negar a força executiva às certidões dele emanadas.

Certidão / Competência / Manifesto / Poder judicial

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accordão proferido em 30 de Novembro de 1877 / Relação do Porto; recorrente António dos Innocentes; recorrido Ministério Público.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 683 (1881), p. 109

Resumo: Quando se declare em embargos que o embargante não tem em seu poder um certo documento, mas que protesta apresentá-lo em tempo, podes juntá-lo dentro de 3 meses.

Documentos

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accordão proferido em 30 de Novembro de 1877 / Relação do Porto; apelante Joaquim Teixeira; apelado Luiz Martins Gonçalves.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 687 (1881), p. 169-172

Resumo: O mútuo superior a 400\$000 reis pode provar-se pela declaração feita pelo devedor em seu testamento público.

Testamento público

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accordão proferido em 30 de Novembro de 1877 / Relação do Porto; agravante Bento Augusto da Silva Cardoso, agravado António José Gomes da Silva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 692 (1881), p. 254-255

Resumo: Não são admissíveis embargos a uma sentença comercial que ofendam ou tendam a alterar a sentença exequenda.

Embargos a sentenças

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 30 de Novembro de 1880 / Relação do Porto ; agravante, Maria do Rosário Arêas ;agravado, curador geral dos orfãos.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1070 (1889), p. 474-475

Resumo: A mãe perfilhante exerce o poder paternal sobre o filho perfilhado e regula a sua educação, mas não tem o usufruto dos bens do filho.

Mãe / Poder paternal / Usufruto

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 30 de Outubro de 1882 / Relação do Porto ; apelantes, Maria Pereira Coelho e outros; apelados, José Machado de Miranda, mulher e outros.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1088 (1889), p. 199-202

Resumo: Para ser julgada procedente e provada a acção de investigação de paternidade ilegítima, intentada contra o pretenso pai, é necessário provar plenamente que o filho era tratado como tal pelo pai, pela família deste e pelo público. - Quando o pretenso pai diz em seu testamento que não tem descendentes, não valem testemunhas que digam que ouviram tratar por filho certo indivíduo.

Acção de investigação de paternidade ilegítima

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdão proferido em 30 de Outubro de 1882 / Relação do Porto; apelantes, Francisco Teixeira Machado e mulher ; apelada, câmara municipal de Amarante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1089 (1889), p. 214-217

Resumo: A acção cominatória de justo receio de turbação ou esbulho de posse, de que fala o artigo 492.º do Código do processo civil, é incompetente para o que se diz dono de certos prédios impedir que outrem que está de posse deles os afores como seus.

Acção cominatória

PORTUGAL. Relação do Porto.

Accórdãos proferidos em 13 de Dezembro de 1881 e 17 de Janeiro de 1882 / Relação do Porto; apelantes, Bernardino Borges, mulher, e outros; apelados, João Rodrigues Torres e mulher.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1086 (1889), p. 169-172

Resumo: Os proprietários, que se aproveitam das águas de uma fonte pública, são pessoas legítimas para obstar pela acção competente a que se prejudiquem aquelas águas com a abertura de uma mina. - A exploração de águas não pode prejudicar o direito de outrem adquirido a elas.

Águas / Ilegitimidade

PORTUGAL. Relação do Porto.

Excepção de incompetência / Relação do Porto.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 695 (1881), p. 295-296

Resumo: A excepção de incompetência do processo de polícia correcional deve ser deduzida na audiência para que o réu é citado.

Incompetência

PORTUGAL. Tribunal Administrativo de Évora.

Accórdão proferido em 23 de Julho de 1889 / Tribunal Administrativo de Évora.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1086 (1889), p. 167-168 ; p. 185-189

Resumo: Deliberando uma junta geral comprar certa e determinada propriedade, e não sendo esta deliberação suspensa pelo governo, pode ela cumprir-se sem dependência de nenhuma outra intervenção superior. - Não podem os tribunais administrativos condenar as partes em procuradoria.

Tribunais Administrativos Distritais / Procuradoria

PORTUGAL. Tribunal Administrativo de Lisboa.

Accórdão proferido em 7 de Março de 1889 / Tribunal Administrativo de Lisboa.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1098 (1889), p. 360-364

Resumo: As Câmaras Municipais podem lançar taxas pela água que for tirada dos seus chafarizes para fora dos respectivos concelhos.

Câmaras Municipais / Taxas

PRESTAÇÃO DE CONTAS POR UM TUTOR

Prestação de contas por um tutor : [Direito Civil].

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1091 (1889), p. 249-251

Resumo: Não tem lugar a acção de contas da gerência de um tutor de uma menor emancipada, quando esta em escritura pública, legalmente celebrada, declarou haver recebido do tutor tudo quanto respeitava a sua legítima, dando paga rasa e geral quitação, que foi aceita pelo tutor.

Contas

QUESTÃO DE DOMÍNIO

Questão de domínio: [Direito Civil].

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1068 (1889), p. 439-444; p. 458-462

Resumo: Quem pretende obstar à abertura de uma porta, com o fundamento de que se quer estabelecer uma servidão por terreno seu, deve provar que tem o exclusivo domínio deste terreno.

Domínio / Porta

QUESTÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE

Questão de manutenção de posse / um assinante.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 703 (1881), p. 424-428

Resumo: O que está de posse da imagem de um santo pode intentar a acção de manutenção de posse contra aquele que levou a imagem para outra Capela, e dias depois a colocou na antiga Capela.

Posse

RECRUTAMENTO

Recrutamento : sorteio dos mancebos e preenchimento dos contingentes : [Direito Administrativo].

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1074 (1889), p. 529-530

Recrutamento militar

SAMPAIO, António Rodrigues, 1806-1882, correspondente.

Portaria inédita de 3 de Maio de 1881 / António Rodrigues Sampaio.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 703 (1881), p. 428-429

Resumo: A junta geral de distrito não pode julgar duas vezes o processo eleitoral dos procuradores à mesma junta; se porem o julgar, recorre-se da última decisão para o concelho de distrito? É duvidoso se os conservadores do registo hipotecário fazem parte do Ministério Público.

Conservadores do registo predial / Escrivão / Junta geral dos distritos

SAMPAIO, António Rodrigues, 1806-1882, correspondente.

Portaria inédita de 9 de Julho de 1881 / António Rodrigues Sampaio.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 705 (1882), p. 461-462

Resumo: As Câmaras Municipais, os administradores de concelho, zeladores e oficiais de diligências podem acusar em juízo as transgressões de posturas; os delegados do procurador régio só tem esta obrigação quando as transgressões são verificadas pelas praças dos corpos de polícia civil e a participação das mesmas transgressões é feita pelos comissários de polícia.

Transgressão

SAMPAIO, António Rodrigues, 1806-1882, correspondente.

Portaria inédita de 12 de Maio de 1881 / António Rodrigues Sampaio.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 701 (1881), p. 397

Resumo: Não podem ser objeto de expropriação por utilidade pública os direitos sobre coisas imóveis separados delas.

Expropriação

SAMPAIO, António Rodrigues, 1806-1882, correspondente.

Portaria inédita de 12 de Maio de 1881 / António Rodrigues Sampaio.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 701 (1881), p. 397-398

Resumo: O serviço em empregos é o único a que se atende para a aposentação estabelecida no artigo 353.º do código administrativo. Só pode ser aposentado o que pode ser moléstia que o impossibilite de continuar no serviço.

Aposentação

SAMPAIO, António Rodrigues, 1806-1882, correspondente.

Portaria inédita de 18 de Maio de 1881 / António Rodrigues Sampaio.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 700 (1881), p. 381-382

Resumo: O imposto do trabalho deve ser lançado e cobrado como as outras contribuições municipais, pode porém a Câmara Municipal deixar de lançar este imposto em relação às freguesias, quando não houver obras de viação a construir ou reparar na distância de 6 km do domicílio dos contribuintes. Durante os 3 meses de exercício deve a câmara cobrar aquele imposto, que ainda não estiver recebido. O lançamento da contribuição do trabalho pode fazer-se, notando no lançamento do ano corrente as alterações para o ano futuro.

Contribuição de trabalho

SAMPAIO, António Rodrigues, 1806-1882, correspondente.

Portaria inédita de 19 de Abril de 1881 / António Rodrigues Sampaio.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 697 (1881), p. 333

Resumo: A junta geral deve fixar nos termos do artigo 53.º n.º 12.º as condições dos empréstimos, e portanto não pode deixá-las dependentes do acordo com os mutuantes.

Empréstimos / Junta geral de distrito

SAMPAIO, António Rodrigues, 1806-1882, correspondente.

Portaria inédita de 21 de Abril de 1881 / António Rodrigues Sampaio.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 697 (1881), p. 333

Resumo: A falta de meios não pode servir de fundamento à anexação das paróquias.

Anexação

SAMPAIO, António Rodrigues, 1806-1882, correspondente.

Portaria inédita de 24 de Maio de 1881 / António Rodrigues Sampaio.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 700 (1881), p. 382

Resumo: As questões de propriedade entre as Câmaras Municipais e os particulares ou o estado só podem ser resolvidas pelo poder judicial.

Competência

SAMPAIO, António Rodrigues, 1806-1882, correspondente.

Portaria inédita de 27 de Maio de 1881 / António Rodrigues Sampaio.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 700 (1881), p. 382-383

Resumo: A administração dos expostos e crianças abandonadas e desvalidas é da competência das juntas gerais de distrito e não das Câmaras Municipais.

Expostos

SAMPAIO, António Rodrigues, 1806-1882, correspondente.

Portaria inédita de 28 de Maio de 1881 / António Rodrigues Sampaio.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 698 (1881), p. 350

Resumo: A Câmara Municipal não pode dar assento, no lugar reservado às pessoas revestidas de carácter oficial, há um indivíduo que o não tenha. Durante as sessões da câmara é o presidente e não o administrador do concelho o competente para tomar as providências necessárias, para que se não perturbe a corporação no exercício de suas funções.

Câmaras municipais

SERRA, A.

Consulta : [Direito Fiscal] / A. Serra.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 22, n.º 1078 (1889), p. 35-37

Resumo: Arrematando o exequente em execução hipotecária o prédio que lhe estava hipotecado, e achando-se em dívida à fazenda nacional as contribuições relativas ao prédio pelos últimos seis anos, poderá o arrematante ser obrigado a esse pagamento?

Fazenda nacional / Hipoteca

SILVA, Cyriaco Victor.

Consulta : [Direito Criminal] / Cyriaco Victor Silva.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 21, n.º 1071 (1889), p. 483-484

Resumo: O facto de o condutor de um barco transportar para outra terra um menor, sem consentimento do pai ou tutor, será punido pelo artigo 343.º do Código penal?

Condutor de barco / Crime

SOARES, Pedro Bernardo, correspondente.

Correspondência polémica : [Processo Civil] / Pedro Bernardo Soares.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 682 (1881), p. 87-89

Resumo: O prazo de 10 dias, dentro do qual o apelante deve pagar as custas e fazer o preparo necessário para o traslado, se o houver, e para a expedição do recurso, conta-se desde a publicação do despacho que recebe a apelação?

Custas

SOUZA, Augusto Guilherme de, correspondente.

Levantamento de fazenda alheia / Augusto Guilherme de Souza.

In: Revista de Legislação e de Jurisprudência. Coimbra. ISSN 0870-8487. A. 14, n.º 701 (1881), p. 391-397

Resumo: Quando se dá o crime de levantamento de fazenda alheia, e elementos constitutivos deste crime.

Levantamento de fazenda alheia

Revista eletrónica do Tribunal de Contas

BARBOSA, Mafalda Miranda, 1977-

As medidas de resolução : conformação, limites e tutela dos credores / Mafalda Miranda Barbosa.

In: Revista eletrónica do Tribunal de Contas. Lisboa. ISSN 0871-3065. N.º 1 (2021), p. 7-53

Credores / Medidas de resolução / Créditos

CALVETE, Vítor, 1960-

Conexões entre fundações, contratos-programa, apoios financeiros e subsídios à exploração no quadro do regime jurídico da actividade empresarial local / Vítor Calvete.

In: Revista eletrónica do Tribunal de Contas. Lisboa. ISSN 0871-3065. N.º 2 (2021), p. 99-112

Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local / Actividade Empresarial Local / Contratos-programa / Apoios financeiros municipais / Fundações / Subsídios à exploração

COSTA, Paulo Nogueira da.

A promoção dos direitos humanos pelos tribunais de contas e instituições congéneres : direito à educação, em especial / Paulo Nogueira da Costa.

In: Revista eletrónica do Tribunal de Contas. Lisboa. ISSN 0871-3065. N.º 2 (2021), p. 7-46

Direitos humanos / Direito à educação / Agenda 2030 das Nações Unidas / Convenção sobre os direitos da criança

FERNANDES, Filipe de Vasconcelos.

O âmbito subjetivo do regime de fiscalização prévia do tribunal de contas : enquadramento e pressupostos interpretativo-aplicativos / Filipe de Vasconcelos Fernandes.

In: Revista eletrónica do Tribunal de Contas. Lisboa. ISSN 0871-3065. N.º 2 (2021), p. 75-98

Fiscalização prévia / LOPTC

MARTINS, Alexandre de Soveral, 1967-

A resolução bancária / Alexandre de Soveral Martins.

In: Revista eletrónica do Tribunal de Contas. Lisboa. ISSN 0871-3065. N.º 1 (2021), p. 55-72

Sistema financeiro / Resolução bancária / Plano de recuperação / CUR / BAIL-OUT

PEREIRA, Fernando Silva.

Insolvência culposa e responsabilidade dos administradores / Fernando Silva Pereira.

In: Revista eletrónica do Tribunal de Contas. Lisboa. ISSN 0871-3065. N.º 2 (2021), p. 47-73

Insolvência / Responsabilidade dos administradores / Tramitação / CIRE

Revista Jurídica de Navarra

ALLI ARANGUREN, Juan-Cruz.

Régimen de los planes y proyectos sectoriales de incidencia supramunicipal de la comunidad foral de Navarra : un intento frustrado de control de la discrecionalidad / Juan-Cruz Alli Aranguren.

In: Revista Jurídica de Navarra. Pamplona. ISSN 0213-5795. N.º 55-56 (2013), p. 217-255

Planos e projetos sectoriais / Supramunicipalidade / Regulação antidopagem / Objeto / Regime / Discrção

BLANCO HIGUERA, Alfonso Luis.

Elogio y retorno al Seguro Social : viejas soluciones a viejos problemas / Alfonso Luis Blanco Higuera.

In: Revista Jurídica de Navarra. Pamplona. ISSN 0213-5795. N.º 55-56 (2013), p. 51-94

Fundo de pensões / Jubilação / Segurança social / Seguro social

CIRIA PÉREZ, Francisco Javier.

Las entidades públicas empresariales locales en Navarra / Francisco Javier Ciria Pérez.

In: Revista Jurídica de Navarra. Pamplona. ISSN 0213-5795. N.º 55-56 (2013), p. 95-143

Serviço público / Organismo público / Empresa pública / Entidade de negócios públicos locais

HERNÁNDEZ PEÑA, Juan Carlos.

Difuminación y colaboración público-privada en el Derecho administrativo europeo / Juan Carlos Hernández Peña.

In: Revista Jurídica de Navarra. Pamplona. ISSN 0213-5795. N.º 55-56 (2013), p. 163-177

Direito administrativo / Regulação do estilo de vida / Regulação antidopagem / Direito público / Direito privado

PÉREZ CALVO, Alberto.

La vía jurídica hacia la independencia de un territorio español / Alberto Pérez Calvo.

In: Revista Jurídica de Navarra. Pamplona. ISSN 0213-5795. N.º 55-56 (2013), p. 147-161

Soberania da Constituição espanhola / Referendo / Revisão da constituição espanhola / Direito à autodeterminação

SIMÓN ACOSTA, Eugenio Antonio.

Coordinación del poder tributario de Navarra y del Estado / Eugenio Antonio Simón Acosta.

In: Revista Jurídica de Navarra. Pamplona. ISSN 0213-5795. N.º 55-56 (2013), p. 11-50

Acordo económico / Regime foral / Sistema tributário -- Navarra / Impostos / Impostos -- Navarra / Poder tributário -- Navarra

Revista Semestral de Direito Empresarial

ALMEIDA, Daniela dos Santos Ferreira de.

A pré-oferta de franquia pelas startups à luz do direito brasileiro / Daniela dos Santos Ferreira de Almeida, Leonardo da Silva Sant'Anna.

In: Revista Semestral de Direito Empresarial. Rio de Janeiro. ISSN 1983-5264. Nº 25 (2019), p. 269-294

Desenvolvimento / Empresas / Franquia / Inovação

BARBOSA, Leonardo Figueiredo.

O conceito de agentes de tratamento na LGPD : um olhar sobre sua interpretação inicial no Brasil / Leonardo Figueiredo Barbosa.

In: Revista Semestral de Direito Empresarial. Rio de Janeiro. ISSN 1983-5264. Nº 25 (2019), p. 189-231

Agentes de tratamento / Controlador / Dados pessoais / LGPD / Operador

GARCIA, Rodrigo Saraiva Porto.

Novas tendências para a venda de ativos na recuperação judicial : o plano alternativo dos credores e a liquidação ordenada da empresa / Rodrigo Saraiva Porto Garcia.

In: Revista Semestral de Direito Empresarial. Rio de Janeiro. ISSN 1983-5264. Nº 25 (2019), p. 67-110

Análise do valor de liquidação / Liquidação ordenada da empresa / Plano de recuperação dos credores / Recuperação judicial / Venda de activos

GOMES JÚNIOR, Roberto Lincoln de Sousa.

A contratação de empresas em recuperação judicial com o poder público à luz da nova lei de licitações e da reforma à lei de recuperações e falências / Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior, Maria Alice Pinheiro Nogueira Gomes.

In: Revista Semestral de Direito Empresarial. Rio de Janeiro. ISSN 1983-5264. Nº 25 (2019), p. 27-65

Administração pública / Licitações / Recuperação judicial

GUILHARDI, Pedro.

Impossibilidade superveniente da prestação e as relações de garantia acessórias e autónomas / Pedro Guilhardi.

In: Revista Semestral de Direito Empresarial. Rio de Janeiro. ISSN 1983-5264. Nº 25 (2019), p. 233-268

Efectividade do direito privado / Garantias / Impossibilidade superveniente / Negócio jurídico / Protecção ao investimento privado

PEREIRA, Alexandre Libório Dias, 1970-

Responsabilidade social das empresas (SER) / Alexandre L. Dias Pereira.

In: Revista Semestral de Direito Empresarial. Rio de Janeiro. ISSN 1983-5264. Nº 25 (2019), p. 1-25

Deveres dos administradores / Direito empresarial / Direito das sociedades / Governação corporativa / Interesse social

SANTOS, Guilherme Penalva.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia na determinação do centro de interesses principais : parâmetros para interpretar a recente reforma da lei de insolvência brasileira / Guilherme Penalva Santos.

In: Revista Semestral de Direito Empresarial. Rio de Janeiro. ISSN 1983-5264. Nº 25 (2019), p. 145-188

Tribunal de Justiça da União Europeia / Centro de interesses principais -- COMI / Insolvência / Processo principal

SOUZA FILHO, Mário Luiz de.

Os reflexos da decretação de falência no procedimento arbitral / Mário Luiz de Souza Filho.

In: Revista Semestral de Direito Empresarial. Rio de Janeiro. ISSN 1983-5264. Nº 25 (2019), p. 111-143

Arbitragem / Arbitrabilidade / Convenção de arbitragem / Falência

Revue Juridique de l'Environnement

ABBADIE, Luc.

L'effondrement de la biodiversité, jusqu'où? / Luc Abbadie.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 455-457

Biodiversidade / Sistemas ecológicos / Espécies / Lei da recuperação da biodiversidade francesa

ATTA, Kablan Jean-Michel.

Accès à la justice en matière environnementale / Kablan Jean-Michel Atta.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 839-841

Acesso à justiça -- ambiente

BOULAIGUE, Yves.

Les enjeux de plates-formes multi-exploitants / Yves Boulaigue.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 489-492

Exemplo do Bassin de Lacq / Plataforma industrial / Lei ICPE

BRIANT, Vincent de, 1965-

Collectivités territoriales et environnement (2017) / Vincent de Briant.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 601-613

Biodiversidade / Floresta / Litoral / Estratégias nacionais -- França / Transição energética / Gestão da água e dos meios aquáticos

CALLON, Jean-Éric.

Les ICPE et leur environnement extérieur : urbanisme et aménagement du territoire / Jean-Éric Callon.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 505-510

Lei ICPE / Direito do urbanismo / Risco / Segurança jurídica

CHEVALIER, Emilie, 1981-

Droit de l'Union européenne : Pollutions et nuisances / Émilie Chevalier.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 733-748

Convenção de Aarhus / REACH / Política da água / Tratamento de resíduos / Responsabilidade ambiental

COHENDET, Marie-Anne, 1959-

Chronique de droit constitutionnel sur la Charte de l'environnement / Marie-Anne Cohendet, Marine Fleury.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 749-768

Carta ambiental / Juíz constitucional / QPC

CROZES, Amelia.

La place de l'anthropocentrisme dans la notion d'espèce nuisible : état des lieux et évolutions d'un statut fonctionnel / Amelia Crozes.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 693-718

Espécies de pragas / Espécies suscetíveis de causar danos / Lei da biodiversidade / Antropocentrismo / Animal

DELZANGLES, Hubert.

Droit à l'information environnementale vs. secret industriel et commercial : une conciliation à l'épreuve en droit nucléaire / Hubert Delzangles, Marine Fleury, Laura Monnier.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 675-692

Transparência / Nuclear / Segredos industrial e comercial / Direito à informação ambiental / Reputação corporativa / Autoridade de Segurança Nuclear

DESCHAMPS, Jeanne-Louise.

Évaluation environnementale / Jeanne-Louise Deschamps, Loïc Tanty.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 843-848

Avaliação ambiental

DROBENKO, Bernard, 1952-

Droit de l'eau 2018 / Bernard Drobenko, Aude Farinetti.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 781-800

Direito à habitação / Cursos de água / Corredores ecológicos / Financiamento no domínio da água / Autorização / Avaliação ambiental / Energia hidráulica / Risco de inundação / Risco de submersão marítima

FARINETTI, Aude.

L'évolution du champ d'application de l'évaluation environnementale des installations classées pour la protection de l'environnement : entre simplification et dérégulation / Aude Farinetti.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 473-487

Instalações classificadas para proteção ambiental -- França / Avaliação ambiental / Lei ICPE

FROMAGEAU, Jérôme, 1947-

40 ans après... Bilan et perspectives de la loi ICPE : Propos introductifs / Jérôme Fromageau.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 459-461

Direito do ambiente / Balanço / Proteção do ambiente / Lei n.º 76.663/76 -- França / Instalações classificadas para proteção ambiental

HAMDAOUI, Samih.

Le droit à l'environnement et la participation des citoyennes et citoyens au Maroc / Samih Hamdaoui.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 565-583

Democracia verde / Direitos humanos / Cidadãos marroquinos / Direito a um ambiente saudável / Direito à participação / Direito à informação

HEIDELBERGER, Alai.

Bilan environnemental de la loi ICPE / Alain Heidelbergger.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 493-504

Emissões industriais / Valores limite de emissões / Descargas nas linhas de água / Descontaminação antes da recuperação / Qualidade de reciclagem / Grandes instalações de combustão / Eficiência ambiental das medidas anti-poliuição

HUTEAU, Charlotte Gustave.

Droit national : Risques naturels majeurs / Charlotte Gustave Huteau.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 823-837

Desastres naturais / Aumento do risco / Alterações climáticas / Litoral / Erosão / Construções / Expropriação / Áreas de risco

JAEGER, Annabelle.

Une relation solidaire Nature & ville comme condition de l'avenir de nos villes / Annabelle Jaeger.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 671-673

Biodiversidade / Políticas públicas / Planeamento urbanos / Solidariedade territorial

JOLIVET, Simon, 1986-

La Charte de l'environnement devant les juges administratif et judiciaire (juillet 2017 - juin 2018) / Simon Jolivet, Julie Malet-Vigneaux.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 769-781

Carta ambiental / Obrigação de reparar os danos causados ao ambiente / Conselho de Estado / Princípio da precaução / Direito à informação / Direito à participação / Direito a um ambiente saudável

KROMAREK, Pascale.

Les ICPE : Constats actuels / Pascale Kromarek.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 463-472

Instalações classificadas para proteção ambiental / Autorização ambiental / Avaliação ambiental / Participação pública / Simplificação / Transposição de diretivas -- direito europeu / Lei ICPE

LAFFAILLE, Franck.

Le juge, l'humain et l'Amazonie. Le constitutionnalisme écocentrique de la Cour Suprême de Colombie (5 avril 2018) / Franck Laffaille.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 549-563

Direitos fundamentais das gerações presentes e das gerações vindouras / Interdependência entre o Homem e a Natureza / Supremo Tribunal de Justiça -- Colômbia

MAKOWIAK, Jessica.

À propos de la sur-transposition de directives européennes en droit français / Jessica Makowiak.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 667-669

Diretivas europeias -- direito francês / Não transposição das diretivas europeias

MASOUMI, Khazar.

Préjudice environnemental / Khazar Masoumi.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 615-629

Direito do ambiente / Danos ambientais

NAIM-GESBERT, Éric.

Pollution de l'eau : Eaux urbaines résiduaires : Directive 91/271/CEE / Éric Naim-Gesbert.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 848-851

Poluição da água / Águas residuais urbanas

NAIM-GESBERT, Éric.

Que le droit de l'environnement soit une langue vivante! : Du nominalisme et de ses effets sur le statut de la nature : définition de l'équité environnementale / Éric Naim-Gesbert.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 449-453

Direito do ambiente / Equidade ambiental

NAIM-GESBERT, Éric, 1967-

Accès aux documents des institutions européennes : Évaluation des impacts : Démocratie / Éric Naim-Gesbert.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 841-843

Acesso a documentos das instituições europeias

RADIGUET, Rémi.

DUP du Grand Paris / Rémi Radiguet.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 801-823

DUP -- Paris / Transporte de utilidade pública / Proteção do ambiente / Jurisdição administrativa / Controlo jurisdicional / Princípio da prevenção / Autonomia

SCHMIT, Laura.

La dénaturation manifeste du statut de forêt de protection par le décret du 6 avril 2018 / Laura Schmit.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 4 (2018), p. 719-731

Proteção da floresta / Lei da rotação das espécies / Florestas periurbanas / Interesses económicos

THIRION, Sophie.

L'approche axée sur le cycle de vie dans la Convention de Minamata sur le mercure : une question de mise en oeuvre? / Sophie Thirion.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 529-547

Convenção de Minamata / Mercúrio / Gestão ecológica saudável / Produtos químicos / Abordagem do ciclo de vida / COP-1 da Convenção de Minamata

VERGNERIE, Marie-Léonie.

Contrôles, sanctions, surveillance et engagement volontaire / Marie-Léonie Vergnerie.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 511-519

Inspeção das instalações classificadas / Sanções / Vigilância / Controlo

WERNERT, Guillain.

L'autorisation environnementale, une simplification en trompe-l'œil du droit de l'environnement / Guillain Wernert.

In: Revue Juridique de l'Environnement. Limoges. ISSN 0397-0299. Vol. 43, n.º 3 (2018), p. 585-599

Autorização ambiental / Simplificação do direito / Instalações classificadas para proteção ambiental / Polícia da água / Despacho n.º 2017-80 de 26 de janeiro 2017

LOCALIZAÇÃO, CONTACTOS E HORÁRIOS DA BIBLIOTECA

	Localização	Horário	
Sala do Catálogo	Corpo central da Faculdade	2ª a 6ª feira	09.00h – 12.30h 14.00h – 17.30h
Sala de Revistas	Cave dos Gerais	2ª a 6ª feira	9.00h – 20h (excepto sexta-feira em que encerra às 19,30h)
Sala dos Institutos	Corpo central da Faculdade	2ª a 6ª feira	9.00h – 20h (excepto sexta-feira em que encerra às 19,30h)
Sala de Leitura	Gerais	2ª a 6ª feira	9.00h – 20h (excepto sexta-feira em que encerra às 19,30h)

CONTACTOS

Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra Pátio da Universidade - 3004-528 COIMBRA - PORTUGAL Telefone: 239 859 801/2

E-mail Sala do Catálogo catalogo@fd.uc.pt

E-mail de pedidos de digitalização biblioteca-eib@fd.uc.pt

E-mail geral: biblio@fd.uc.pt

Notas:

Os horários de funcionamento podem sofrer alterações pontuais, sendo estas comunicadas no site da Biblioteca (<https://www.uc.pt/fduc/biblioteca>)

No mês de Agosto, Carnaval, Queima das Fitas, Páscoa e no período de Natal os serviços terão horários adaptados, tendo em vista o gozo de férias.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

AUTOR: Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

EDITOR: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

PERIODICIDADE: Mensal

COORDENAÇÃO: *Maria Isabel de Sousa Vicente*

COLABORAÇÃO: *Ana Maria Galdes, Célia Bernardes, Fernanda Costa, Maria do Céu Oliveira, Maria Duarte Dias, Otilia Margalho e Teresa Leiroz*

CAPA: *Ana Paula Silva*

Siga-nos no Facebook da *Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*



Siga também o *Centro de Documentação Europeia da Universidade de Coimbra*

